

CARTA DIALECTOLÓGICA DO CONTINENTE PORTUGUÊS

José Leite de Vasconcelos



A Identidade Nacional
Duas abordagens diferentes

Cadernos
Terras Quentes n.º 23

τφ



τφ



Cadernos

TERRAS QUENTES

Nº 23

MAIO 2026

Ficha Técnica

Editor e propriedade

Revista da Associação de Defesa do Património Arqueológico do
Concelho de Macedo de Cavaleiros «Terras Quentes»
(Instituição de utilidade pública)
Rua D. Maria Mascarenhas, Apartado 110
5340-326 Macedo de Cavaleiros
Tel. (0351) 917 971 159
E-mail: administração@terrasquentes.pt
Site: www.terrasquentes.pt

Director

Carlos Alberto Santos Mendes

Conselho de Redação

Carlos Alberto Santos Mendes
Henrique da Costa Ferreira
Luis Manuel Santos Mendes
Luis Miranda Pereira
Manuel de Sousa Cardoso
Miguel Sanches Baêna

Colaboradores deste número

Carlos Alberto Santos Mendes
Luis Manuel Santos Mendes
Manuel Cardoso

Agradecimentos

Frederico Reis Morais
Luis Miranda Pereira
Maria Belmira Cordeiro Mendes

Na Capa

Mapa Dialetológico Leite Vasconcellos

Na Contracapa

Logo do Museu dos Templários e da Identidade Nacional

Design e Composição Gráfica

Carlos Mendes
Graficifra
José Rocha

Impressão

A Várzea da Rainha Impressores SA – VRI

Depósito Legal

212756/26-1

Edição

Cadernos Terras Quentes Nº 23 – maio 2026

Índice

Editorial	5
A Identidade Nacional, numa perspectiva histórica e comparada	9
Teoria clínica da identidade Nacional Portuguesa (TCINP).....	61

Editorial

Manuel de Sousa Cardoso

O tema da identidade nacional é um dos mais interessantes para ser conhecido e discutido. Com uma evolução perspectiva diferente ao longo da nossa história, hoje, com os conhecimentos do século XXI e com a linha condutora que nos permite, portugueses, estabelecer constantes ao longo de mais de mil anos, a identidade nacional revela-se de enorme importância. Em especial agora, no, dito por alguns, processo de mundialização inexorável em que os povos, pátrias e nações teriam obrigatoriamente que dar lugar a cidades, regiões e nacionalidades atomizadas.

Das línguas, tradições, história, religiões e pontos de referência comuns e das aventuras do colectivo a que se chama povo, nasce o sentimento de coesão que enforma uma identidade nacional, neste caso a nossa. Mas mais do que isso. No caso português há um grande sentido geográfico desta identidade nacional, de que se ocuparam ilustríssimos intelectuais como Orlando Ribeiro, José Matoso e outros, e que vem colocar-nos na teia que os latinos chamavam de urbe-ager-saltus-silva, ligada à nossa posição ibérica. Elementos de civilização que nos deram o carácter para a capacidade de, seja qual for a parte do mundo para que os portugueses viagem ou emigrem, levem consigo os identificadores do conceito de Portugal. Quanto a este aspecto, há o notável trabalho do conjunto de publicações da Fundação Francisco Manuel dos Santos, cuja linha condutora é a intersecção deste sentimento e expressão do português. E se somos capazes de, ao mesmo tempo em que nos desenraizamos, nos entendermos com os circunstantes e realizarmos as coisas de que nem por sombras pensaríamos que seríamos capazes, tal será porque na nossa fusão genética, ímpar no ocidente – e talvez no mundo! – estejam partes somadas do mesmo DNA que a outros confere esta extraordinária capacidade de resistir, conseguir e triunfar. Veja-se o caso de Israel, a quem nos unem laços impossíveis de quebrar.

Também a identidade portuguesa não foi quebrada, antes tem sido acrescentada e enriquecida, ao longo do nosso percurso secular. Neste extremo da Europa, mas também em África, na Ásia, na América, na Oceania. E só não acrescento Antártida porque ainda não apareceu uma prova arqueológica ou documental irrefutável, que eu conheça, dalgum português congelado aí por um desvio de rota no Estreito de Magalhães (nome de mais um notável português)!

Há uma multiplicidade de textos sobre a identidade nacional, uns publicados sobre o tema, outros abordando-o como adventício nas numerosas “Histórias de Portugal” existentes, outros ainda fazendo parte de discussões políticas ocorridas em diversos fóruns, como o da nossa Corte e, mais recentemente, o dos nossos parlamentos. Mas há uma coisa que nenhum, que eu saiba, desses acervos mais ou menos eruditos ou mais ou menos informais, tem: a novidade e a originalidade de argumentos com que a identidade nacional é abordada neste número 23 dos Cadernos Terras Quentes!

Carlos Mendes e Luís Mendes conseguem surpreender do princípio ao fim, quer com o ineditismo do método quer com o da exposição, premissas, justificação e conclusões que vão apresentando e nós vamos lendo com mais do que admiração: com um sentimento misto tão português de quem pisa terra nova já a admirá-la mesmo antes de a conhecer. E ainda por cima com um permanente apelo ao nosso chão regional e à sua inserção no todo universal, pela abundante quantidade de referências constantes a exemplos, a factos, a figuras, a documentos, à metodologia e resultados de investigações. Mas não se ficam por aqui e, nomeadamente no artigo de Luís Mendes, há uma outra coisa que acontece: é que, ao lê-lo, ocorre aquela sensação tão incrível que também nos assalta ao ouvirmos fado bebendo um copo de tinto, a de que, mesmo não sabendo nada de música nem como tocar guitarra nem como puxar pela voz numa frase entoada, nos arrebatam o tom, ou a letra, ou os acordes, e acabamos por estar a olhar para dentro de nós mesmos, com nostalgia ou saudade, com mais amor ou paixão. Que acaba por ser algo que nos identifica como portugueses. A certa altura, sentimo-nos na pele ou na cabeça dos nossos reis e rainhas, a mandar, a dançar ou a morrer. Ou ficamos com pena de não sabermos mais sobre Camões ou sobre Pessoa. Passamos a ver com outros olhos o que foram as oportunidades perdidas da nossa história. E que há esperança para o nosso futuro.

Uma coisa é certa: nenhum destes artigos deve ser lido pelos que tenham pena de ter nascido portugueses. São dois belíssimos textos em que Portugal está em todas as suas linhas.



A Identidade Nacional, numa perspectiva histórica e comparada

A Identidade Nacional, numa perspectiva histórica e comparada

Carlos Alberto Santos Mendes¹
Luís Manuel Santos Mendes²

Arqueologia, Lei da Nacionalidade, Lei de Bases do Património Cultural, Saúde de Qualidade (Objectivo 3 da Agenda 2030 da ONU)

*“...A Arqueologia e os Arqueólogos são chamados, não só como cidadãos, mas também como profissionais da identidade nacional. – Princípios basilares da LEI DE BASES DO PATRIMÓNIO CULTURAL (107/2001), no seu Artigo 1º que no: 1 – A presente lei estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da **identidade nacional** e para a democratização da cultura”.*

In, Editorial; Mariana Dinis/Boletim da Uniarq nº 105 novembro 2025.

O Caso Português:

- **Da História e da Língua: da síncope do “L” e do “N” passando pela abundância dos ditongos “ãos” até à Identidade Nacional.**

Introito

A Identidade, neste caso, nacional/Portuguesa é um conceito complexo e multifacetado o qual se refere ao sentimento de pertença e identificação que um grupo de pessoas tem em relação à sua pátria e como tal pode variar de grupo para grupo, dentro do mesmo espaço geográfico em questão. Ela abrange a história comum, a língua, a cultura,

1 <https://orcid.org/-0000-0002-1248-6461> – Mestre em História Regional e Local pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Licenciado em História variante de Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Membro da Uniarq (Unidade de Arqueologia da Universidade de Lisboa); Director dos Cadernos “Terras Quentes”; sócio fundador, investigador e Presidente da Direcção da Associação de Defesa do Património “Terras Quentes”.

2 Licenciado em Psicologia pelo ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada 1969-1975). Psicólogo Clínico (ISPA/ Psicossociólogo (Dinâmica de Grupos). Director Associado e Shareholder do CEGOC (Grupo francês de Consultoria e Formação de Executivos e Quadros Técnicos (1977-2014)) e, managing partner da Cegoc Portugal, responsável pelo departamento de cursos abertos e consultor sénior em áreas como gestão de Recurso Humanos, formação, desenvolvimento pessoal e liderança.

o território, os símbolos nacionais, o seu património, podendo ser influenciada pela memória colectiva, pela educação pelas políticas governamentais etc.

A análise à identidade Nacional é importante porque serve para analisar o presente, perspetivando o futuro, assente no passado.

Iremos analisar vários itens constitutivos da identidade como por exemplo; os factos da história comuns mais relevantes, A cultura (língua, tradições, costumes), o território, os símbolos nacionais etc. Tudo na busca de traços identitários comuns, para o bem e para o mal, mas que na sua sumula congregam os traços comuns existentes nos portugueses que ao longo de nove séculos, convivem no mesmo espaço geográfico. Começemos pela sua história:

Os registos Históricos mais significativos de Portugal

São inúmeras as narrativas históricas do povo Português, que nos caracterizam desde as nossas origens fundacionais até aos dias de hoje.

Como pretendemos dar substância à nossa identidade teremos forçosamente que fazer emergir alguns factos, provavelmente, não os mais relevantes, mas, que nos caracterizam e demonstram a nossa identidade como povo.

Não é muito citada a data de 868, mas é a primeira data onde nos aparece referenciado o nosso espaço geográfico. É a data em que Vimara Peres (chefe militar Galego) ocupa de presúria (terra (re)conquistada aos “infiéis”) a “cidade” de Portucale, tornando-se assim, o primeiro conde de Portucale.

Mas, começemos a puxar o fio à meada, iniciando por sublinhar os actos fundacionais do nosso primeiro rei, que nascendo (em 5 de agosto do ano de 1109?) dentro dos limites do condado do seu pai, (há várias terras pretendentes ao seu berço; “Guimarães”, “Coimbra”, “Viseu”), cedo soube impor-se à vontade de sua mãe D. Teresa, casada com o Conde D. Henrique de Borgonha (Conde de Portucale de 1096 a 22 de maio de 1112, data da sua morte) e filha de Afonso VI de Leão, que culminou em S. Mamede (batalha em 1 de julho de 1128, calendário Gregoriano) afastando, nessa data, as nefastas influências do Galego, Fernão Peres de Trava, sobre a mesma.

Iria começar a dinastia de Borgonha, com o Infante D. Afonso Henriques que herdou de seu pai, por arrasto, para os nossos limites, a “Ordem dos Templários” a quem dedicámos o primeiro museu, no País, inaugurado no passado dia 31 de maio de 2025 em Macedo de Cavaleiros.



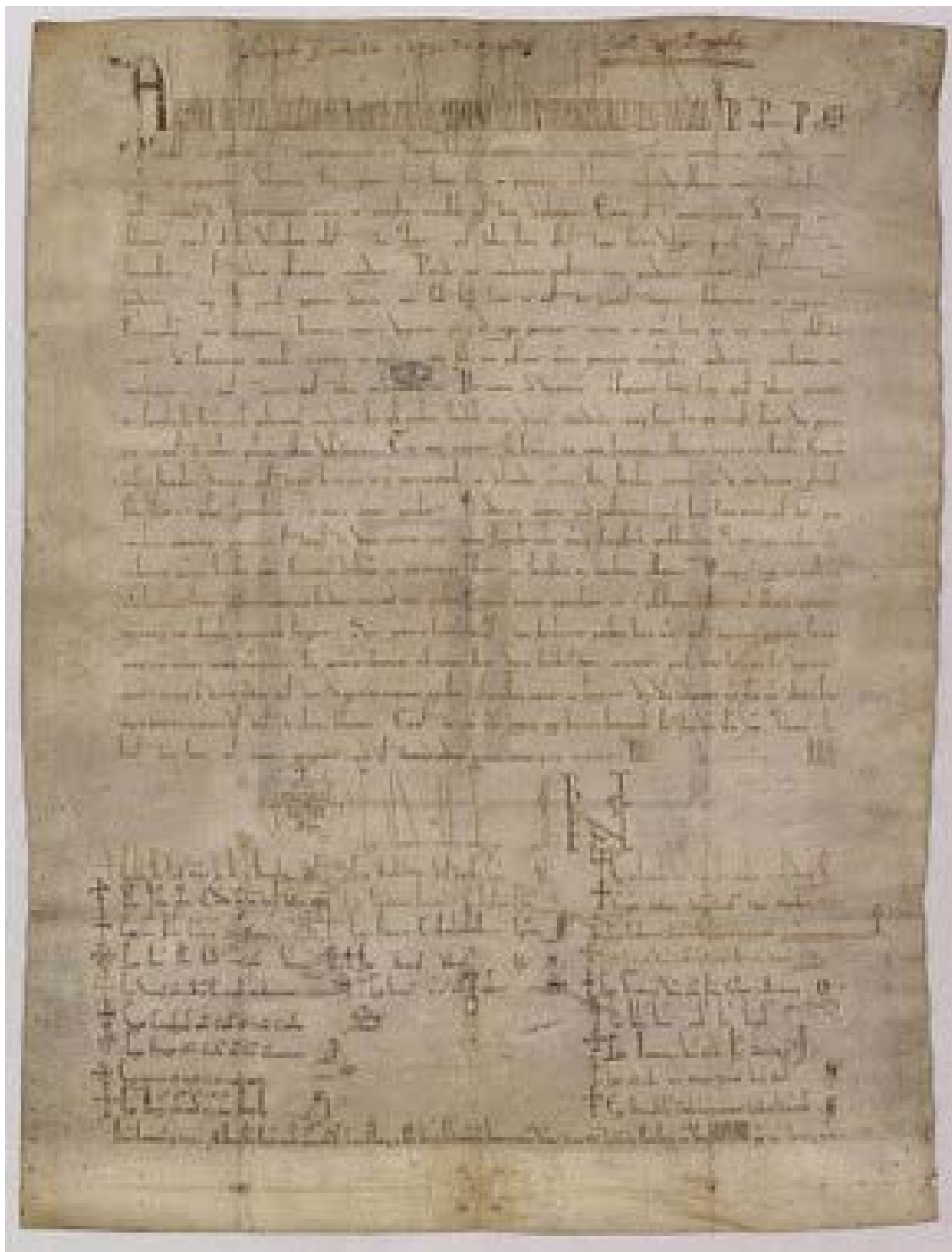
Logotipo do museu



Duas Moedas muçulmanas

Estas numismas foram encontradas no Campo onde se travou a batalha em Ourique e, encontram-se em exposição no museu dos “Templários e da Identidade Nacional”

Mas, outros factos marcaram o nosso nascimento, como nação, pela mão do nosso primeiro Rei, Afonso Henriques. Em 25 de julho de 1139 a batalha de Ourique demonstrou que o condado de Portucale se podia estender para Sul. O 5 de outubro do ano de 1143 vê, na “conferência” de Zamora, (o entendimento com o seu primo Afonso VII de Leão e Castela) o Afonso VII admitiu a D. Afonso Henriques o título de rei. Em 1147 conquista à moirama, Santarém e Lisboa. Finalmente em 23 de maio de 1179, o Papa Alexandre III emite a “Bula Manifestis (ou Manifestus) Probatum est” onde se lê: *“concedemos e confirmamos por autoridade apostólica ao teu (D. Afonso Henriques, o parênteses e o sublinhado é nosso) excelso domínio o reino de Portugal com inteiras honras de reino e a dignidade que aos reis pertence, bem como todos os lugares que com o auxílio da graça celeste conquistaste das mãos dos Sarracenos e nos quais não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos”*. O poder Papal, reconhece assim Portugal, como reino independente. Foram estes aos principais actos/passos fundacionais, de que nos podemos orgulhar pela determinação que um homem (Português, terá nascido em Guimarães, Viseu ou Coimbra ou em qualquer outra parcela do território do condado Portucalense) que teve na procura de construir e consolidar o nosso espaço geográfico, que ainda hoje perdura, com pequeníssimas alterações, do que ficou combinado entre D. Dinis e Afonso VII de Castela em 1297).



Bula Manifestis Probatum est.1179

https://pt.wikipedia.org/wiki/Manifestis_Probatum#/media/Ficheiro:ManifestisProbatum.jpg

Com os Reis Borgonheses, que se seguiram (1ª Dinastia), houve de tudo, O Povoador; O Gordo (desafortunado, era gafo); O Piedoso (o *Rex inutilis*); O Lavrador; O Bravo; O Justiceiro versus O Cruel; e O Formoso e/ou o Inconstante, que seria o último rei da casa de Borgonha. Todos eles, uns mais que outros, contribuíram para dar consistência

e continuidade à vontade Papal, expressa pela Bula Manifestis Probatum Est, ou seja, a um pequeno/grande País chamado Portugal.

Seguiu-se a regência da “Aleivosa” Leonor Teles, Transmontana, casada em primeiras núpcias com João Lourenço da Cunha, Senhor de Pombeiro. Foi rainha entre 1372 e 1383, e regente do reino após a morte do segundo marido (o Rei D. Fernando o Formoso e/ou o Inconstante), entre 1383 e 1384. Fernão Lopes caracterizou assim a “Aleivosa”; “louçana (termo do Português arcaico, para bonita e formosa) *aposta e de bom corpo (...), com suas fremosas feições e graça*”.

E, assim, chegámos a 3 de março de 1385 e às cortes de Coimbra, que duraram até 6 de abril, dia que D. Nuno Álvares Pereira, acompanhado por um bom punhado de cavaleiros (c.300, segundo Fernão Lopes) irrompeu pelas ditas, apontando para o Mestre de Avis dizendo: este é o novo rei de Portugal. E, este, era D. João I.

Seguiram-se as batalhas de Atouros e Trancoso culminando com a primeira guerra multinacional, entre Portugueses e Ingleses por um lado e Castelhanos e Franceses por outro. Para o último e decisivo confronto local e a tática escolhida, foram feitas pelos Ingleses, que escolheram o “Campo de S. Jorge” para travar a contenda, a c.11 km da Vila da Batalha. Falamos da batalha de Aljubarrota que brilhantemente vencemos e nos permitiu continuarmos a falar o Português – até hoje –.

A 9 de maio de 1386, quando as tropas de D. João I e as tropas de Nuno Álvares Pereira estavam acantonadas em Macedo de Cavaleiros (Castelãos), no decorrer da “campanha do norte”, após a tomada do Castelo de Chaves e a caminho da tomada do Castelo de Bragança, foi assinado em Inglaterra (Windsor) um tratado diplomático entre os dois Países, que renovou a Aliança Anglo-Portuguesa estabelecida pelos dois países em 1373 (há 652 anos) assinado pelo Rei D. Fernando, e que, ainda hoje, se encontra em vigor, sendo a mais antiga aliança diplomática do mundo. Foi com a batalha de Aljubarrota, o nosso segundo grande momento fundacional.

Aqui, temos que realçar dois nomes. Martim Gonçalves de Macedo, que salvando a vida ao Rei “D. João o primeiro” fez, com esse gesto, que não perdêssemos a batalha de Aljubarrota e a nossa independência. Macedo de Cavaleiros soube exprimir a este Macedense o agradecimento devido, com uma unidade museológica (museu único com esta temática em Portugal) unidade museológica à qual deu o seu nome. Local onde se relatam, e se mostram peças originais dos acontecimentos daquele fim de tarde de 14 de agosto de 1385 no campo de S. Jorge.



Museu Municipal "Martim Gonçalves de Macedo", Macedo de Cavaleiros

João Rodrigues de Sá diorama: Martim Goncalves de Macedo no exato momento que salva a vida ao rei D. João I



Diorama: sobre o aspecto decisivo da batalha, momento em que o Macedo salva a vida ao Rei D. João I

A outra figura, menos conhecida e pouco referenciada pelos historiadores, oriunda do Porto (1355-1425), é João Rodrigues de Sá, também conhecido pelo "Sá das Galés" (Em nosso entendimento, um dos maiores heróis Portugueses). O Mestre de Avis, logo que subiu ao trono, fê-lo seu camareiro-mor e alcaide-mor do Porto. Fernão Lopes, encontra-o no assalto ao castelo de Guimarães, (na companhia do seu Rei, D. João I) onde ao subir uma escada para assaltar as muralhas, apanhou com um "canto" (termo em português arcaico, que designa uma roda de carroça), e, segundo Fernão Lopes, "até *deitou sangue pelos buracos fundeiros*". A seguir vamos encontra-lo no assalto a uma galé castelhana, fundeada no rio Tejo, que estava no cerco à cidade de Lisboa, tendo-a tomado "quase sozinho". Continuando a seguir as palavras de Fernão Lopes. Não podia faltar na ajuda ao seu Rei, em Aljubarrota, tendo jurado que, se saísse vivo dessa batalha, iria fazer uma "quarentena" com a abadessa de Rio Tinto. Batalha onde se distinguiu de forma heroica, tendo conseguido sair vivo da contenda, após o que foi cumprir a sua promessa.

Fez parte da comitiva que foi a Roma negociar com ao Papa Urbano VI (1378/1389) o casamento de D. João I, com Filipa de Lencastre, filha de John de Gant. Por fim, em 1415, acompanhou o Rei D. João I na tomada de Ceuta. Dando-se assim, início à epopeia dos “Descobrimentos”. Este trajecto de vida de João Rodrigues de Sá foi sem dúvida um percurso, heroico, extraordinário, que pouco tem sido lembrado.



João Rodrigues de Sá, desenho conjectural (Wikipédia)

Após Ceuta, já com outros protagonistas, seguiu-se Porto Santo, a Ilha da Madeira, os Açores. Gil Eanes dobra o Cabo Bojador e chega a Angra dos Ruivos. Nuno Tristão chega e dobra o Cabo Branco, Cabo Verde e Pedro Sintra aporta à Serra Leoa. Diogo Cão chega à foz do Rio Zaire, Bartolomeu Dias em 1488 dobra o Cabo das Tormentas, batizado depois como Cabo da Boa Esperança.

Em 1494 Portugal e Espanha dividem, no Tratado de Tordesilhas, o mundo em duas zonas de influência, estabelecendo-se uma linha divisória do mundo. conhecido e a conhecer. Linha norte/sul que passava a 370 léguas a oeste da ilha de Santo Antão, no arquipélago de Cabo Verde. As terras a leste dessa linha pertenciam a Portugal, enquanto as terras a oeste pertenciam a Castela. Essa divisão visava evitar conflitos entre as duas coroas e regular a exploração e colonização das novas terras. Como dizia “Agostinho da Silva” andámos com os mapas para lá e para cá e, porque já conhecíamos o paralelo do Brasil, lá levámos a água ao nosso moinho.

Em 1516 ocupa-se Timor e no ano seguinte chegamos a Cantão, na China.

Três anos mais tarde Fernão de Magalhães inicia (mas não acaba) a viagem de circum-navegação. Terminamos em 1543 com, António Peixoto, António da Mota e Francisco Zeimoto, mas, será Fernão Mendes Pinto que nos iria contar em primeira mão a história

da chegada ao Japão a sua missionação cristã (temporária) e onde aproveitamos para fazer algum comercio. Gostaram muito das nossas espingardas!

Teriam sido os “descobrimentos” o maior feito dos Portugueses, não podemos esquecer que fomos os pioneiros com D. João e a ida a Ceuta em 1415, no que se convencionou chamar “Descobrimentos” – Todavia, já muito antes de nós, houve povos nos mares; Fenícios, Árabes, povos do Norte da Europa, povos asiáticos etc. Não queremos, contudo, minorar o nosso feito que ficará para sempre gravado na memória colectiva mundial, mas antes pelo contrário queremos fazer uma abordagem que irá valorizar muito mais esses feitos dos nossos navegadores; Gerámos uma evolução fundamental na “História das Mentalidades”. Alterámos com os descobrimentos, achamentos, seja o que for, totalmente o pensamento cristão, judaico, e muçulmano medieval. A filosofia teológica baseava-se em Aristóteles e Platão e numa doutrina de pensamento acrítico, ortodoxo, tradicionalista. Mais perto, ou melhor, a partir do século XIII, São Tomás de Aquino, transmitia que era possível harmonizar a razão e a fé, a filosofia e a teologia, isto é, procurou conceber um sistema coerente onde coubesse o dogma cristão.

O que nós provamos com os Descobrimentos, é que a terra era redonda. Foi com a experiência do contacto directo com a realidade, com a verdade revelada, tal como hoje se concebe a fé cristã. Foi uma inversão completa da escolástica, para quem o mundo devia caber nos livros e não os livros caberem no mundo – o homem tinha navegado, visto, aferido distâncias etc., O mundo a partir dos descobrimentos torna-se mais confiável do que até então era narrado. [Monteiro,2025]; *“Por isso é que o verdadeiro legado dos Portugueses não está nos monumentos, no pastel de nata, em Ronaldo, ou nos slogans turísticos do Algarve. Está nesta coragem intelectual de submeter o manuscrito ao real, o dogma à observação, o Velho Mundo a um mundo maior do que ele próprio imaginava... foi menos duradouro do que a epistemologia que deixaram: a convicção de que o saber se testa, se revê, se corrige, se discute, se aperfeiçoa. Que a verdade é um processo, não uma doutrina.”*

A História de Arte na Identidades Nacional

A história de Arte é importante na análise da nossa Identidade, pois, pelo seu estudo e compreensão ela reflete a evolução cultural, social e política do país ao longo dos séculos. A arte ajuda a preservar a memória colectiva, recordando eventos históricos, tradições etc. Podemos considerá-la a expressão da “alma” do povo português desempenhando um papel crucial na formação da nossa identidade como povo.

Como evidência, este pequeno exemplo de António Leitão, que nos demonstra a valorização e importância da história de Arte na nossa Identidade Nacional. Esta obra, o “recém-identificado *Pentecostes* existente na capela de Santo António em Freixo de Espada-à-Cinta”, pintada cerca de 1580, (Identificada pelo Prof Vítor Serrão, associado de mérito científico da Associação “Terras Quentes”, aquando esta fez, o inventário aos bens da Diocese Bragança-Miranda) torna evidente a alta qualidade artística de muitas nebulosas do nosso conhecimento colectivo, que urge ultrapassar através do trabalho da História de Arte, com os conservadores-restauradores e os agentes de património. Este *Pentecostes* de Freixo de Espada-à-Cinta é peça de grande valia iconográfica e artística, até porque se trata de uma composição de pendor ecumenista (dentro do sentido que tal poderia ter à luz das valências da época) e que integra as mais antigas representações de figuras nipónicas na arte europeia, coeva talvez da passagem pela corte portuguesa (1584) da comitiva japonesa enviada ao papa e descrita na crónica do padre jesuíta Duarte de Sande, o que evoca o colorido exótico das descrições coetâneas do padre Luís Fróis (*Historia de Japam*), do mercador-escritor Jorge Álvares (que era, por coincidência, natural de Freixo de Espada à Cinta) e de [Ferreira, 1725] Fernão Mendes Pinto autor da *Peregrinação*, o que torna a pintura de Leitão, pela sua actualidade, singular testemunho artístico do *encontro de culturas* entre Portugal e o Oriente num momento em que a missão jesuítica na Ásia vivia tempos de implantação e, dada a receptividade, de aparente esplendor.



Pentecostes na capela de Santo António de Freixo de Espada-à-Cinta, pintado cerca de 1580, por António Leitão, in Caderno Terras Quentes nº 8 pp63-70 – Vítor Serrão
– Uma visão ecuménica do oriente na pintura Portuguesa, séc. XVI



Moedas comemorativas da nossa chegada a terras Japonesas 1543, expressando também nelas, uma importante forma de arte da numismática Portuguesa

A supremacia portuguesa nas primeiras décadas do século XVI

No reinado do Rei D. Manuel, em 1498, Vasco da Gama “encontra” o caminho marítimo para a Índia e Portugal controla os gargalos do comércio euro-afro-asiático por via marítima. É pioneiro e tem a supremacia logística e comercial, mais do que demográfica ou territorial. Em vez de grandes massas de colonos, constrói-se uma talassocracia: em 1500 Pedro Álvares Cabral “descobre/encontra/acha” o Brasil. Gaspar Corte Real “encontra” a Terra Nova.

A moeda de ouro “O Português” (cunhada desde 1499) circula nas grandes transações internacionais, uma verdadeira moeda-mundial. É um modelo financeiro global que assenta em rendas régias, contratos de arrendamento (armadores, mercadores italianos, alemães, cristãos-novos) e leilões de cargas; Portugal é poderoso. A sua imitação utilizado no âmbito das especiarias, gastronomia, cartografia e ciência náutica. No Norte da Europa cunha-se o “Portugaleser” o que mostra o reconhecimento internacional do padrão luso. É o reposicionamento europeu: Portugal passa de periferia atlântica ao “Hub” (centro) do mundo conhecido, e influencia modas de consumo.



Numisma – “Português”, cunhado pela primeira vez, em 1499 por D. Manuel I – 1ª moeda Global
Esta moeda “Português” de D. João II, encontra-se em exposição no museu Martim Gonçalves de Macedo

Nos aspectos, cultural/linguístico-missionário, o português torna-se língua franca de comércio em portos do Índico e do Sudeste Asiático no séc. XVI-XVII. Jesuítas e outras ordens (da Índia ao Japão e ao Brasil) difundem de escolas, tipografias, gramáticas e mapas. Padrões e bandeiras assinalam a posse simbólica – uma política de marcos e atos públicos, análoga, séculos depois, aos gestos simbólicos da corrida espacial. Portugal inaugurou a globalização “marítima” e redefiniu a posição de uma pequena nação europeia como plataforma mundial – uma supremacia real, mas temporal e setorial.

Tudo o que acabou de se relatar teve um impacto Identitário:

- Firmou-se a ideia de universalidade portuguesa: “dar novos mundos ao mundo”.
- A língua tornou-se elemento central da identidade nacional.
- Enraizou-se o orgulho cultural no pioneirismo das Descobertas (Camões, Infante D. Henrique, mapas, caravelas etc.,).
- o mesmo tempo, uma ambivalência identitária: país pequeno que se pensa universal – entre grandeza passada e periferia europeia atual.
- O mito da “vocação atlântica” ainda marca a política externa e a memória coletiva. Portugal neste momento exerce soberania sobre o mar atlântico até 12 milhas náuticas o que corresponde a 50.957Km² – estando em processo de delimitação da ZEE para ter jurisdição sobre 4 milhões de Km² isto é, até às 200 milhas náuticas.

Porque é que a Supremacia Mundial Portuguesa não se prolongou?

Não se prolongou a nossa supremacia da rede global, porque:

1. Era mantida por um reino demográfica e geograficamente pequeno;
2. A concorrência era crescente (otomanos no Mar Vermelho/Pérsico; depois holandeses e ingleses no Índico/Atlântico);
3. Choques de preços e finanças (inflação das especiarias; custos de guarnições; menor sofisticação bancária);
4. E, por fim, porque aconteceu a mudança do centro de gravidade económico e financeiro para praças de capital intensivo (Amesterdão, Londres) e para a prata americana/ Espanhola.

Estas linhas mostram como Portugal em apenas meio século (1498/1580+/-) montou uma rede global (do Brasil ao Japão), sustentada por rotas marítimas, fortalezas, comércio de especiarias e pela circulação do “Português”, e fez surgir a primeira moeda europeia de prestígio global antes da consolidação da prata espanhola.

Após a chegada dos missionários ao Japão em 1543 e à chegada a Macau em 1557, ainda, no século XVI, em 1572, sai a primeira edição dos Lusíadas, de Luís Vaz de Camões,

livro que nos relata magistralmente, todas estas aventura que foram a saga dos “descobrimentos” terminando com o descanso desses heróis, na ilha dos amores.

Mas, como diria o historiador Romano, Caio Plínio Segundo (também conhecido como Plínio-o-Velho) na sua obra “História Natural” escrita no ano 77 d.C. – “*Os Lusitanos não se sabem governar nem se deixam governar*”. Plínio tinha razão nesta afirmação?

Assim foi, porque no século XVI, nas cortes de Almeirim, não soubemos fazer o trabalho de casa, não encontrando um sucessor para o trono e, em 1580, na batalha de Alcântara deu-se a “união Ibérica”, ao entregarmos, “por momentos” a governança do País a Filipe II de Espanha. Será nas cortes de Tomar, em 1581, que Filipe II, se transforma em Filipe I e é declarado Rei da União Ibérica. Período da nossa história que terminará com a revolução do 1º de dezembro de 1640, sendo coroado rei, D. João IV.

Foram necessários 60 anos para enchermos o “peito de ar” e voltarmos à primeira forma, como país independente. Enfim... também somos pacientes.

Havia que tomar urgentemente medidas para reforçar a defesa do reino, com esse fim, são reunidas as cortes em Lisboa. Um ano mais tarde perderíamos, Malaca, São Tomé e Príncipe e Angola para os Holandeses, que, entretanto, já tinham tomado a Bahia, Olinda, Recife, Paraíba, o Castelo de São Jorge da Mina e Arguim³.

Entre 1640 e 1668, deram-se várias batalhas entre a coroa Portuguesa e a coroa Espanhola, na denominada guerra da Restauração: As batalhas das linhas de Elvas do Ameixial de Castelo Rodrigo e de Montes Claros. Mas, sobrevivemos, e os tempos acalmaram.

Durante o século XVIII os registos históricos não foram muito exuberantes. Há a realçar, logo no seu início o acordo comercial entre Portugal e a Inglaterra assinado em Methuen, tratado em que se normalizaram as trocas dos panos e dos vinhos (como já tinha acontecido no século XIV).

Os anos vinte desse século viram o nascimento da Academia Real da História Portuguesa e mais tarde (1779) a Academia Real das Ciências.

O ouro do Brasil veio dar muito conforto aos “cofres da nação”, o qual foi aplicado (também) em algumas obras públicas, como o Convento de Mafra a Biblioteca Joanina da Universidade de Coimbra ou ainda por exemplo o Aqueduto das Águas Livres de Lisboa.

3 Mais tarde viríamos a recuperar, por exemplo, São Tomé e Príncipe, Angola as praças da Baía, Olinda, Recife, Paraíba Estas no Brasil, até às datas da suas descolonizações.

O dia 1 de novembro de 1755 trouxe a desgraça à cidade de Lisboa, e não só, como o exemplo de Gabriele Malagrida, padre jesuíta italiano. Um sismo devastador. Meia dúzia de anos após (1761) aboliu-se o tráfico de escravos. No final do século (1797) introduziu-se o papel-moeda no País.

No início do século XIX, O ministro Espanhol Manuel Godoy enviou de Elvas um ramo com laranjas à rainha Espanhola Maria Luísa, parece que gostou da fruta e, assim, começou a “guerra das Laranjas” entre Portugal e o nosso vizinho, mas as laranjas só duraram entre 20 de maio e 6 de junho de 1801. Acabaram as laranjas, mas lá se foi Olivença.

Todavia, foi o prenúncio para que, em 1807, acontecesse a primeira invasão napoleónica ao País, a qual se iniciou em Trás-os-Montes pelo General Junot.

A invasão de Portugal por Napoleão foi motivado pela nossa não aceitação ao bloqueio continental que Napoleão impôs à Inglaterra, havendo, na sequência da invasão necessidade temporária, de passar a governação do Reino para o Rio de Janeiro em 1807.

Invasões que terminaram com a terceira tentativa pelo General Massena, com a batalha do Buçaco e as Linhas de Torres, onde os Franceses foram escoraçados do País de forma definitiva. Os anos 20 do século XIX viu chegar a revolução liberal que só terminará (a disputa entre Liberais e Absolutistas), em 1834, com a assinatura da Convenção de Évora-Monte.

Entretanto a 7 de setembro de 1822 ouviu-se o “grito do Ipiranga” no Brasil. D. Pedro proclama a independência do Brasil, sendo o seu primeiro Imperador. Quando este abdicou em 1831, deixou o seu lugar ao seu filho menor D. Pedro de Alcântara, por isso, foi nomeada uma “trina provisória” para governar o Brasil, nessa trina, constava um Macedense, nascido na freguesia de Vale da Porca, Nicolau Campos Vergueiro em representação do grupo dos “Exaltados” que fará parte, dessa 1ª trina provisória a governar o Brasil (é, pois, um dos três “reis” do Brasil), enquanto o futuro Rei D. Pedro (de Alcântara) não atingiu a maioridade.

Na sequência da implantação do regime liberal e no final da guerra civil (entre irmãos – 1828-1834) no contexto que se seguiu a Convenção (capitulação do absolutista D. Miguel) de Évora-Monte, Joaquim António de Aguiar redigiu o texto do decreto que procedeu à extinção das ordens religiosas no país. Os meados deste século (1852) viram chegar a abolição da pena de morte em Portugal, para crimes políticos e em definitivo em 1 de julho de 1867, Portugal é o primeiro país europeu a fazê-lo para crimes civis, não contando com o grão-ducado da Toscana que aboliu a pena de morte em 1786.

Terminamos este século em 11 de janeiro de 1890, dia em que Portugal se deparou com um ultimato por parte do governo Inglês, chefiado pelo primeiro ministro, Lorde Salisbury, que nos obriga a não desenhar o mapa cor-de-rosa, ou seja, pretendia-mos declarar a nossa soberania sobre os território onde hoje se situam a Zâmbia, o Zimbabué e o Malauí, ligando o oceano Atlântico ao Oceano Índico, isto é, ligando as ex-províncias ultramarinas, Angola a Moçambique.

O mal-estar estava instalado na sociedade Portuguesa. Mal-estar que inspirou, por certo, Henrique Lopes de Mendonça, a substituir o “Hino da Maria da Fonte” e o “Hino da Carta” e a compor o hino Nacional, com letra de cariz patriótico “A Portuguesa” letra que terminava com o refrão (cantado na rua) “contra os Bretões marchar, marchar”. Alfredo Cristiano Keil fez a música. Foram introduzidas algumas alterações à letra em 1957. A Portuguesa tinha sido consagrada na primeira sessão da Assembleia Nacional Constituinte realizada a 19 de junho de 1911. A letra aprovada em 1957 era a seguinte:

I
Heróis do mar, nobre povo,
Nação valente, imortal,
Levantai hoje de novo
O esplendor de Portugal!
Entre as brumas da memória,
Ó Pátria, sente-se a voz
Dos teus egrégios avós,
Que há-de guiar-te à vitória!

Às armas, às armas!
Sobre a terra, sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar!
Contra os canhões
marchar, marchar!

II
Desfralda a invicta bandeira
À luz viva do teu céu!
Brade a Europa à terra inteira:
Portugal não pereceu!
Beija o solo teu jucundo
O oceano, a rugir d'amor,
E o teu braço vencedor
Deu novos mundos ao Mundo!

Às armas, às armas!
Sobre a terra e sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar!
Contra os canhões
marchar, marchar!

III
Saudai o Sol que desponta
Sobre um ridente porvir;
Seja o eco de uma afronta
O sinal de ressurgir.
Raios dessa aurora forte
São como beijos de mãe,
Que nos guardam, nos sustêm,
Contra as injúrias da sorte.

Às armas, às armas!
Sobre a terra e sobre o mar,
Às armas, às armas!
Pela Pátria lutar!
Contra os canhões
marchar, marchar!

O primeiro decénio do século XX, em 1 de fevereiro de 1908, O rei D. Carlos e o seu filho mais velho, Luís Filipe são assassinados no Terreiro do Paço, sendo aclamado Rei de Portugal, D. Manuel II (filho e irmão do Rei e do Príncipe assassinados). A cinco de outubro de 1910, com a deposição do Rei D. Manuel II, termina a Monarquia Constitucional, tendo-se implantado o regime republicano, sendo seu primeiro presidente “provisório” o Dr. Teófilo Braga um poeta, filólogo, sociólogo, ensaísta e político.

A 22 de maio de 1911, a moeda “Escudo” substituiu o “Real” como moeda oficial Portuguesa. A 21 de agosto é aprovada a constituição da República e a 24 do mesmo mês Manuel de Arriaga, é nomeado o primeiro Presidente da primeira República Portuguesa.

A 17 de junho de 1922 chegam ao Brasil, (para comemorar os 100 anos da sua independência) fazendo a primeira travessia aérea do Atlântico Sul (Portugal/Brasil) os aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

A 28 de maio de 1926 um golpe de estado, liderado pelo general Gomes da Costa, leva à queda da primeira república e estabelece uma ditadura militar. António Oliveira Salazar a 26 de abril de 1928 é nomeado ministro das finanças, nesse ano também, é reconhecido o direito de voto às mulheres. Em 1932 António Oliveira Salazar é nomeado Presidente do Conselho “de Ministros”. Foi um regime político prepotente, autoritário, autocrata e corporativista de Estado que vigorou em Portugal durante 41 anos ininterruptos, desde a aprovação da Constituição Política da República Portuguesa de 1933.

Com a aprovação da Constituinte de 1933 dá-se início ao chamado Estado Novo (também referida como “Segunda República”). Criando-se nesse mesmo ano de 1933 a PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, sendo substituída a 22 de outubro de 1945 pela, não menos sinistra, Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE).

Entretanto, a 4 de fevereiro de 1961, um grupo de cerca de 200 angolanos, conexos ao Movimento Popular Libertação de Angola, atacou a Casa de Reclusão Militar, em Luanda, a Cadeia da 7.ª Esquadra da polícia, a sede dos CTT e a Emissora Nacional de Angola.

Em consequência destes acontecimentos, inicia-se a guerra colonial Portuguesa que se espalhou, mormente, por três ex-Províncias ultramarinas, Angola, Guiné e Moçambique, guerra que, durante treze longos anos, deixou para trás, 12 500 mortos e 25 000 deficientes militares, só do lado Português. Do lado dos guerrilheiros e da população civil das 3 ex-províncias, não há estatísticas, mas foram, provavelmente, números muito mais elevados. Nesse mesmo ano, em dezembro de 1961 a Índia invadiu, tomando-nos, Goa, Damão e Diu.

A queda da segunda república deveu-se à revolução dos “cravos” – levada a cabo pelos militares (Capitães de abril) em 25 de abril de 1974, que veio repor a democracia no nosso país, iniciando-se a “Terceira República”. Em 2 de abril de 1976 aprova-se o texto constitucional da atual República Portuguesa.

Em 28 de novembro de 1975 a ex-província de Timor declara (no seguimento do processo de descolonização) unilateralmente a Independência. Nove dias após, é invadida e anexada pela Indonésia. Nasce um movimento diplomático e fortemente emocional por parte da população Portuguesa em defesa da autonomia de Timor que irá concorrer para o restabelecimento da sua independência em 20 de maio de 2002.

A 1 de janeiro de 1986, Portugal e Espanha entram na União Europeia. A 22 de maio de 1998 é inaugurada a Exposição Mundial em Lisboa. A 8 de outubro desse mesmo ano é atribuído 2º prémio Nobel a um Português. Este, na área da Literatura, atribuído a José Saramago, o primeiro tinha sido atribuído, na área da medicina, ao médico António Egas Moniz em 1949. A 13 de maio do ano 2000 o Papa João Paulo II visita o Santuário de Fátima e beatifica os pastorinhos Francisco Marto e Jacinta Marto. No final do ano 2000 devolvemos o território de Macau à República Popular da China.

Em 2004 é nomeado um Português (Durão Barroso) para presidir à União Europeia. A 10 de julho de 2016, a seleção Portuguesa de Futebol sagra-se campeã da Europa em futebol. No ano seguinte António Guterres é nomeado Secretário-Geral das Nações Unidas e por fim, a 1 de dezembro de 2024 António Costa toma posse como Presidente do Conselho Europeu.

A memória dos conflitos com inimigos comuns, e do sofrimento colectivo, pode, por vezes, unir mais que as alegrias e os momentos de glória, como se viu, nos tempos posteriores a Aljubarrota, no Ultimato de 1890, na nossa resistência como povo, aos 41 anos de ditadura e a reacção verificada no 25 de abril de 1974, etc. etc.

País, com factos muito relevantes e positivos, mas também com muitos negativos, como todos os povos, como podemos constatar pelos factos narrados. Infelizmente nunca soubemos fazer a catarse dos seus aspectos negativos. Os exemplos já vêm de longe, em 1385 chacinámos a sangue frio 1 000 franceses que se tinham rendido em Aljubarrota, como já explicámos no caderno “Terras Quentes” nº 15, relatos do historiador Francês Jean Froissart que esteve presencialmente na batalha de Aljubarrota e do português José Hermano Saraiva. Outros exemplos vamos encontrar na guerra colonial; a Invasão que fizemos a um país estrangeiro, em 22 novembro na chamada “Operação Mar Verde” e, poucos saberão o que são os “caixões de pedras”, e os “homens cesto”⁴ etc. São factos

4 Por vezes os corpos dos mortos da guerra colonial volatizavam-se com as explosões das minas e, os caixões, quando eram devolvidos às famílias, em vez dos corpos, (que não tinha havido hipóteses de terem sido recuperados) eram cheios com pedras. O custo para cada família do repatriamento, do corpo era de 20 contos para pagamento do transporte do caixão. Esta foi a razão de muitos mortos das nossas tropas terem ficado em cemitérios, hoje abandonados, na Guiné em Angola e Moçambique. Os homens cestos (igual figura e tratamento que vamos encontrar nos USA providos da guerra do Vietnam, foram feitos inúmeros filmes sobre o assunto), eram militares que ficavam sem membros com as explosões das minas, mas que ficavam vivos e eram enviados, normalmente, para Stock Mandeville – Buckinghamshire. (Hospital com quem Portugal tinha um acordo de cooperação celebrado em 1967) onde esses militares ficavam suspensos, dentro dum cesto, e ali eram alimentados, acarinhados e tratados o melhor possível, até...

como estes que nunca assumimos e que ficamos incomodados como povo o que nos tem prejudicados emocional colectivamente, ou seja, é como andar, para a frente, sempre por cima de pedregulhos.

Todavia, pensamos, que todos nós, portugueses, temos que nos orgulhar pelo passado histórico do nosso país, o qual muito contribuiu para o fortalecimento da nossa identidade comum, da nossa identidade Nacional.

O Império Português foi o de mais longa duração formal – Pioneiro em abrir a Globalização – e a Identidade, afirmou-se entre o orgulho universalista e a melancolia periférica. Portugal vive entre a grandeza e o trauma, vive uma identidade dupla, entre o orgulho atlântico universalista e a saudade de glórias passadas.

Em resumo: O império Português não só moldou a geopolítica mundial, como também criou espelhos de identidade nacional os quais ainda hoje estruturam orgulho, melancolia, debates políticos e até escolhas estratégicas deste país. Mas, assistimos hoje a uma situação desassossegadora (como diria Fernando Pessoa) a negação de lidar com a história, como ela efectivamente foi, vê-se nas instigação de desmoronar estátuas ou outros bens históricos, como apagar ou alterar nomes, como se o passado fosse uma ofensa pessoal e não uma realidade a compreender. Um monumento histórico não é um elogio eterno, mas sim um depoimento de que uma certa comunidade, de um certo povo, que seleccionou, para se ver a si mesmo, tendentes a demonstrar aspectos negativos ou positivos, do seu passado e do seu presente.

Somente dois exemplos (entre vários possíveis). A Unesco classificou como património Mundial a fortaleza de São Sebastião, na Ilha de Moçambique, em 1991, fortaleza construída entre 1558 e 1620, pelos Portugueses, considerada um testemunho histórico da região. Gritos histéricos de indignação, nas redes sociais! Quando será que um grafiteiro irá expressar a sua indignação e atraso mental da forma de entender a história nas empenas da fortaleza. Ou então a vontade que expressou – o Vila-realense ex-governante e deputado da Nação, Ascenso Luís Seixas Simões, em 24/2/2021 (no jornal diário “o Sol”) – o desejo da demolição imediata do Padrão dos Descobrimentos. É a eterna guerra entre as força da ignorância e as forças do conhecimento.

Mas, como dissemos atrás, não só a história contribuiu para a nossa Identidade como Nação. Vamos a outro item, porventura, tão importante, pois cimenta de forma indelével a nossa união como povo. A nossa língua “o Português”.

A Língua Portuguesa

Já Fernão Oliveira, autor da primeira Gramática Portuguesa (1536), aconselhava: *“...não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boa doutrina que a possamos ensinar a muitas outras gentes e sempre seremos delas louvados e amados porque a semelhança he causa do amor e may em as línguas»*. [Silva; Barros. pp4/5]”

Como diria [Fernando Venâncio, p50], citando Ivo Castro, a síncope do “L” e do “N” é “o acto do nascimento da nossa língua”, se assim não fosse continuaríamos a dizer; dolore em vez de dor; salir em vez de sair; macula em vez de mágoa; palo em vez de pau, ou então, buena em vez de boa; cenar em vez de cear; corona em vez de coroa; conejo em vez de coelho; culo em vez de cú, etc, etc.,

Mas se estas síncofes já nos deram alguma identidade “linguística” o que dizer aos “ãos”? Será por causa deste ditongo que os falantes “**não**” portugueses sentem tanta dificuldade em falar a nossa língua? Porventura! Mas, teria algum “savoir-faire”, visto com os olhos de hoje, dizermos pane, ladrone, sermone, cane, vilano, em vez de pão, ladrão, sermão, cão, vilão, alguns exemplos entre tantas centenas de outras palavras que terminam com o nosso ditongo “ão”.

Há vários países, sobretudo os anglófilos, mas também os Alemães, Franceses, Chineses Japoneses ou Coreanos, não conseguem pronunciar capazmente o nosso “lh” (som palatal lateral) pronunciam por exemplo; Carvalo em vez de Carvalho, Compartilhar em vez de Compartilhar; Empecilo em vez de empecilho. O que quereria dizer um cidadão Inglês, (ou outros que tais), com colão ou com Caralo. Mas, se perguntar a um Galego a um Catalão a um Occitano e também em algumas línguas eslavas, por exemplo Sérvios e Croatas eles saberão pronunciar corretamente carvalho ou empecilho.

O ditado popular diz: “Deus fez o mundo e o Português o Mulato” será isto uma queda para o multiculturalismo ou para a misturação? Então porque razão, aos poucos e poucos, nos fomos libertando (linguisticamente) do Latim, do Galego-Português do Castelhana, mais recentemente dos Galicismos e porque não, agora, dos Anglicismos, diríamos mesmos do Pretuguês, escrito a partir de noções de **oralitura** e **escrevivência**, palavras que ouvimos no discurso da escritora Afro-Brasileira Ana Maria Gonçalves, na tomada de posse, da sua cadeira número 33, da Academia Brasileira de Letras, no passado dia 7 de novembro de 2025

Há que ter esperança, resistência e resiliência. As palavras, como as pessoas, nascem, vivem, transformam-se e morrem. Mesmo depois de mortas dão-nos pistas valiosas, histórico/arqueológicas. Por exemplo podemos festejar o nascimento de Surto (1553), Nódoa (1555), Alvitre (1560), Celeuma (1572), Questiúncula (1642), Insciente (1649),

Ânus (1650) Catadupa (1651), Tabela (1690), Íncio (1679), entre tantos outros vocábulos. Temos tido autores exímios na introdução (nascimento) de novos vocábulo, como por exemplo Luís Vaz de Camões, a ele se deve muitos partos de vocábulos, como; abominoso, celso, cógnito, frondente, fulvo, etc, etc, etc., [Venâncio p139/140]. Alguns destes vocábulos já caíram em desuso, ou melhor, já morreram.

Outros exemplos; os vocábulos “Portela”, “Paradas”, “Paradelas” ou “Paradinha”, são vocábulos que já encontramos no século XI (1089) [Venâncio p161 a 163], sendo que, portela indica-nos uma “porta pequena”, como por exemplo a portela de Bornes que bem se avista do sítio arqueológico da Fraga dos Corvos, era e é a entrada natural sul de Macedo de Cavaleiros. Ainda mais explicito é o caso do vocábulo Parada, com as variantes, Paradela, Paradinha que nos diz; “local de descanso” este leva-nos a um “pequeno descanso” para os “Besteiros” em Paradinha de Besteiro, localidade encostada ao (castelo) Balsamão, hoje freguesia de Chacim.

A escola portuguesa, sobretudo a partir do século XX teve um papel importantíssimo na normalização e difusão do Português padrão, especialmente nas zonas rurais mais isoladas, criando uma identidade linguística unificadora.

A língua portuguesa como simbolismo emocional está carregada de expressões únicas que encapsulam afetos, visões do mundo e relações, a exemplo: “saudades”, “desenrascar”, “fado”, “brandura” etc. Estas palavras funcionam como marcadores culturais e identitários profundos, não totalmente traduzíveis.

Sobre a palavra saudades uma curiosidade: [Vasconcellos, *Revista Lusitana* V.17 p275]; diz; “Foi el-rei D. Duarte o primeiro escritor que notou a excelência do vocábulo saudades – “suydade” (no *Leal Conselheiro* referido Capítulo XVII “da tristeza”; 1 vez; Capítulo XXV, “Do nojo, pezar, desprazer, avorrecimento e suydade” pp80 a 83, 9 vezes Capítulo RIIII (44) , “Das maneiras de amar”, 1 vez)” vocábulo que, também, encontramos no Cancioneiro da Vaticana nº 119 e no Cancioneiro da Ajuda, nº 389, e ainda adoptado por Luís de Camões na “Elegia III, 3 soneto 124”, já com a grafia de hoje.

Soneto 124

«Traziam-a os horríficos algozes
Ante o Rei, já movido a piedade;
Mas o povo, com falsas e ferozes
Razões, à morte crua o persuade.

Ela, com tristes e piedosas vozes,
Saídas só da mágoa e **saudades**
Do seu Príncipe e filhos, que deixava,
Que mais que a própria morte a magoava.

Como diria Venâncio; provavelmente o vocábulo “suydade” nasceu em 1438, transformou-se para “soidade” e depois para “saude” e ainda se mantém nesta grafia, muito vivo e, com toda a pujança, em 2025.

O Português é uma **língua de resistência** pois, afirmou-se, sempre contra ameaças externas. Não é uma língua de dominação, isto é, não se impôs numa perspectiva imperial sobre outros povos, antes pelo contrário assumiu muitos vocábulos por onde andou e passou, soube conviver e coexistir com as outras línguas locais.

A língua Portuguesa não foi imposta por elites externas, foi apropriada e vivida pelas camadas populares especialmente a partir dos séculos XV-XVI, enquanto veículo de pertença e expressão. Tendo a língua portuguesa sido um instrumento de unidade nacional entre as etnias das ex-províncias ultramarinas com línguas diversas.

O Jornal online “Noticias ao Minuto” (in:info@noticiasaominuto.com) entrevistou Marco Neves, Professor do Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas da Universidade Nova de Lisboa, a propósito do seu novo livro – Em Gramática & Pontuação – “Guia Prático para escrever melhor”, a certo passo afirmou: *“Não se fala melhor nem em Coimbra, nem em Lisboa. Na verdade, todas as pronúncias do país são tradicionais e as do Norte são mais antigas que as do Sul. Essa diferença sente-se dentro do próprio país, porque sempre houve um complexo de superioridade no que diz respeito ao sotaque de Lisboa em relação ao do Norte e outras regiões do país. Nesse sentido dos sotaques regionais acho que estamos um bocadinho melhores, começam-nos a respeitar mais, mas ainda há esta tendência de que qualquer pessoa que venha para a rádio ou televisão vai quase naturalmente assumir um sotaque de cá (Lisboa). Isso ainda são os restos deste complexo de superioridade interna de que nós achamos que há uma forma muito melhor de falar e que é parecida com a de Lisboa”.*

Na página 377 da obra de [Leite de Vasconcellos, 1991] diz-nos: – **“A um aldeão de Macedo de Cavalleiros, sem instrução, ouvi ha pouco em flagrante: «queima-se üa d’aquell outras».** O povo da província fala ás vezes melhor que os litteratos, porque não lê jornaes, nem sabe francês, e conserva os modismos tradicionais e naturaes da nossa fala”.

Na página 518 da mesma obra; **“A um individuo de Macedo de Cavalleiros ouvi ha pouco – peso, pesas, pesam (ao passo que dizia revézo ou rebézo, etc).** É evidente que pesar tem origem mais antiga que pensar, porque este apresenta intacto o grupo latino NS. Incidentemente notarei que pensar, como o francês pauser (penser, pancer), também significa «cuidar de», por ex.: pensar o gado, pensar uma ferida, ao que se liga o substantivo verbal penso. Os verbos pensar, nas duas accepções, e pesar pertencem à classe das palavras alotrópicas”

E prossegue: “**Sofrendo influência da Língua mirandesa (Lhéngua mirandesa)** .Que é um idioma pertencente ao grupo asturo-leonês, falado no concelho de Miranda do Douro (Miranda de l Douro) e nas freguesias de Angueira, Vilar Seco (Bilasseco) e (Caçarelhos), no concelho de Vimioso (Bimioso ou Bumioso), num espaço de 484 quilómetros quadrados, estendendo-se a sua influência por outras freguesias dos concelhos de Vimioso, inclui ainda os concelhos de Moçadouro, Macedo de Cavaleiros e Bragança.

Leite de Vasconcellos informa-nos que, considera existir em Macedo de Cavaleiros “linguagem com identidade própria”



Em lições de Philologia Portuguesa, Leite de Vasconcellos, 1911, mas, mapa, transcrito da obra de Ferreira Deusdado, Chorographia de Portugal illustrada de 1897

Do Opusculo VI de Leite de Vasconcelos Parte II, retirámos mais algumas curiosidades da Dialectologia Macedense:

ARGANA

(algumas notas sem data)

Fonética:

– Vogais e ditongos:

- Na forma verbal *sái* (=saem) a vogal tónica e a nasal final fundiram-se no ditongo “aî.”
- O ditongo *ou* pronuncia-se “öu”.

– Consoantes:

- Faz-se a distinção entre as sibilantes apical e pré-dorsal “s” e “ç”.

Morfologia:

– Verbos:

• Fortes:

DAR: Conj. Pres.: dia, dias, dia, díamos, díais, dião.

FAZER: Ind. Perf.: fiz, fez.

PODER: Conj. Pres.: Póissa, póissas, póissa. Póissamos, póssaias (não ói), póissão.

TALHINHAS

(Algumas notas sem data)

Fonética:

– Vogais e ditongos:

- Ao “e” tónico fechado da pronúncia normal corresponde “e” aberto na palavra *cabéça*.
- O Ditongo “ou” pronuncia-se öu: öuro, criöu, pouco.

VALDRÊS

(Nota tomada em 1936)

O ditongo “ou” tem a pronúncia “öu” quase “êu” na forma do verbo *ser*: *söu*. – *Söu* de Valdrês –: “ouvi em flagrante e soava exactamente “sêu” que rima com o pronome possessivo *sêu*”.

SALSELAS

(Notas tomadas em 1936)

Fonética:

– Vogais orais:

- Ao “o” fechado da pronúncia normal corresponde um “o” médio, igual ao do castelhano em “òbo” (pl òbos), òssos.
- Em lugar de “e” aberto ou fechado, encontramos “médio em: èl, èis, èsta, èu.
- A vogal “u” articula-se “ü”: crü, crua, lüa (ü, mas nasal), ruä, düas, tüa.
- Entre “ô” tónico e “a”, em hiato, não se desenvolve a semi-vogal “u”: Lisbôa, bôa, tôa.

– Vogais Nasais:

- O “a” seguido de nasal explosiva é nasalado e fechado na palavra câma.
- O “a” tónico nasal é fechado: câmpo.
- O “e” tónico nasal também é fechado: quênte.
- A terminação gráfica “em” pronuncia-se “ãi” como no português normal; bãe, que rima com mãe.

Ditongos:

- O ditongo “ei” pronuncia-se com “e” aberto: péito, anéis.
- O ditongo “ou” (quase eu): “öuro, pouco, möuco, stöu.

Consoantes:

- Mantém-se a distinção entre as quatro sibilantes s, c, S, z: nossa, cabeça, cozer, soSer.
- Fonética sintáctica:
Hiato intervocabular. Quando numa frase duas vogais são postas em contacto, intercala-se entre elas num “i” semivocálico anti-hiático: minh! irmã i ãna.

Morfologia:

- **Pronomes;** O plural do pronome “el” “é” “eis”, de aquel, aqueis.

– Verbos:

• Fracos:

Scabar: Ind. Pres.: scabemos, scabeis, scábõ.

Impref.: scabábais. Perf.: scabámos. Conj. Pres.: scabédais (também: cantêdàis, chorédàis). Imperf.: scabássais (trabalhássais).

Coser: Ind. Pres.: eu, cose, coSêdes (bubedes, recebeis) (alternam: as pessoas de idade empregam a terminação – edes). Perf.: cosi, coSimos, coSéstais, coSêrõ. Conj. Pres.: Cosa, côSa, côSamus, côSais, côSom.

Fugir: Ind. Pre.: Fujo, Fugins, Fugides, fójê. Conj. Pres.: Fújamos, fujàis.

Sintaxe:– **Frases;**

Quando numa frase se sucedem dois substantivos precedidos do artigo, a segunda forma do artigo apresenta a vogal “ó” ou “á” aberta:

“Sta lá o Francisco e ó Manel”

Diz-nos ainda Leite de Vasconcelos no opusculo 6 p1371, sobre o (seu) mundo maravilhoso Transmontano (numa das incursões estivais): Chegava eu o ano passado às margens do Sabor, o rio mais melancólico que tenho visto. Nesse momento ouço uma voz de quem cantava; aproximo-me mais, e vejo uma lavadeira, que, batendo a roupa numa fraga à beira da água, dizia, entre outras cantigas que não pude escrever:

**Ó rio q´assi bais grande,
Oh! Málo haijas, Sabor
Leba areia e leba lôdo,
Num lebes o meu amor**

Que expressão e que sentimento em tão poucas palavras! maginem lá os leitores a impressão que tal quadrinha me causou! (palavras de Leite de Vasconcellos).

Para terminar a Dialectologia Macedense:

- Uns dias antes do natal de 25, uma pessoa amiga, Macedense de gema, enviou-me as habituais saudações natalícias dizendo: **“Bô, Natal!”** – nesta frase o “Bô” não é exactamente um sinónimo de “bom” – Na Dialectologia transmontana (Macedo de Cavaleiros) “Bô” é uma interjeição ou uma exclamação (como o sinal gráfico!), usada para expressar surpresa, admiração, ou uma forma de expressar uma reacção.

A força que a língua, culturalmente, pode ter; um exemplo:

- Numa entrevista com Prof Dr. Geoffrey Hull, Australiano, Director de Investigação e Publicações no Instituto Nacional de Linguística da Universidade Nacional de Timor Lorosae.

“1 – Estava há dois anos em Timor quando os Indonésios invadiram Timor-Leste em 1975. (As duas línguas oficiais são em Timor-Lorosae (em Tétum) – o Tétum e o Português – (Em Português; Timor-Leste).

2 – Naquele tempo, os Indonésios esforçavam-se por impor a sua língua à população. O Português tinha sido proibido e o Tétum e outras línguas vernáculas foram marginalizadas e excluídas do sistema educativo.

3 – Devo destacar que o meu Português, até então passivo, se tinha tornado fluente como resultado dos meus contactos com os naturais de Timor-Leste. É a razão pela qual falo Português com uma pronúncia vagamente timorense. E também porque gosto de contrariar aqueles que defendem que o Português é uma língua “morta” em Timor.

4 – No ano de 1992 publiquei o meu primeiro livro sobre Tétum (o curso Mai Kolia Tetun) que foi vetado nos departamentos pró-Suharto.

5 – Voltei, durante esse período, duas vezes a Timor, acompanhando como tradutor uma delegação episcopal, chefiada pelo Bispo Ximenes Belo, conseguiu que visitássemos a Universitas Timor Timur (UNTIM) que tinha sido instalado em Deli por Mário Carrascalão, o qual endossou o meu projecto (acima referido) para Jacarta, que fez orelhas moucas ao pedido de licença.

6 – Num almoço com o Sr. Armindo Maia (então Ministro da Educação e Cultura) e o representante (espião) indonésio, enquanto o Ministro me colocava as questões em Inglês, eu respondia em Português, frustrando o “chaperon” Javanês – já que a língua oficial” da 27 província Indonésia” tinha sido excluída da conversa. Este é um dos muitos exemplos Da determinação timorense em levar a melhor sobre a ocupação através da resistência cultural – como era advogado por Xanana Gusmão, quando a resistência armada não era possível...”

A língua é por certo um dos maiores bens que um povo possui para afirmar a sua identidade, mas... como tal, não o único. É sem dúvida um marcador de resistência cultural. Mas, vamos lá procurar outras abordagens que formam a nossa identidade como povo, já quase, com 900 anos de idade.

O Espaço Geográfico que ocupamos

Foi no tratado de Alcanices, assinado entre os soberanos de Leão e Castela, Maria de Molina, regente do reino em nome de Fernando IV, (devido ao facto de este ainda ser menor) e o Rei D. Dinis que a 12 de setembro de 1297, que se estabeleceu a paz e se definiram as linhas de fronteiras entre os dois reinos, que, á parte de pequenos ajustamentos, como por exemplo Salvaterra do Minho e Ermesinde, perdidos em 1643, durante a guerra da restauração assim, como, São Félix dos Galegos ou o que ainda reclamamos hoje, Olivença. Mas, substantivamente, para além destes pequenos ajustes a fronteira tem-se mantida como se desenhou no tratado de Alcañices no final do século XIII, ou seja, há 728 anos. É o País no espaço europeu, senão mundial que preserva há mais tempo as suas fronteiras incólumes, ou seja, desde o reconhecimento pela bula Papal há 846 anos, ou se quisermos atender à primeira vez que D. Afonso Henriques

foi aclamado rei dos Portugueses em 1139, há 886 anos. Mas, será, com a conquista do Algarve em 1249, por D. Afonso III que a linha de fronteira ficou, nesta data, mais ou menos, bem definida.

De facto, a nossa Pátria é o nosso “chão comum” espaço que não foi investido de um mito, ou de um acidente geológico, mas, conquistado e defendido pela “ponta da espada” e isso contribuiu decisivamente para a nossa identidade Nacional.

Instituições

Outro factor importante é a existência de um estado, em que nos possamos espelhar, rever e orgulhar da nossa identidade Nacional, hoje, são as suas instituições; políticas, jurídicas e sociais.

Estas instituições devem moldar e preservar a nossa memória colectiva e auxiliarem a nossa a imagem e herança da Identidade Nacional. São as estruturas governativas, as suas leis, os seus símbolos, a bandeira, o seu hino, a moeda, o sistema educativo, através da escolas, as suas forças armadas, as festas nacionais, e os rituais cívicos. Todos estes símbolos ajudam a consubstanciar a identidade Nacional a torná-la visível e emocionalmente mobilizável.

Se adotámos e vivemos durante muitos anos com o direito romano e o direito canónico, durante o período da monarquia, somente, durante o reinado de D. Afonso V (1438/1481) com a elaboração das “Ordenações Afonsinas” encontramos a primeira grande compilação das leis, esparsas, em vigor. Foi neste reinado, que se separou o espaço civil do espaço do direito canónico.

As bandeiras que expressaram o símbolo Identitário Nacional foram inúmeras, ao correr dos tempos, desde o conde D. Henrique até à expressão da bandeira que hoje utilizamos, merecendo, sempre, total respeito e carinho pela grande maioria do povo português.

Evolução da bandeira nacional



D. Afonso Henriques (1143-1188)
Segundo a "lenda", nas primeiras lutas pela independência de Portugal, D. Afonso Henriques tentou usar um escudo branco com uma cruz azul.



D. Afonso Henriques (1143-1188)
Segundo a "lenda", nas primeiras lutas pela independência de Portugal, D. Afonso Henriques tentou usar um escudo branco com uma cruz azul.



D. Sancho I (1186-1210), D. Afonso II (1210-1225), D. Sancho II (1223-1248)
Durante este período, as armas reais eram representadas por cinco escudetes de azul em campo de prata, dispostos em cruz.



D. Sancho I (1186-1210), D. Afonso II (1210-1225), D. Sancho II (1223-1248)
Durante este período, as armas reais eram representadas por cinco escudetes de azul em campo de prata, dispostos em cruz.



D. Afonso III (1248-1279), D. Dinis (1279-1325), D. Afonso IV (1325-1367), D. Pedro I (1367-1387), D. Fernando I (1387-1388)
Com D. Afonso III, as armas do reino receberam uma bordadura de vermelho, semeada com um número indeterminado de castelos de ouro.



D. Afonso III (1248-1279), D. Dinis (1279-1325), D. Afonso IV (1325-1367), D. Pedro I (1367-1387), D. Fernando I (1387-1388)
Com D. Afonso III, as armas do reino receberam uma bordadura de vermelho, semeada com um número indeterminado de castelos de ouro.



D. João I (1385-1432), D. Duarte (1433-1458), D. Afonso V (1458-1481)
As armas reais são de prata, com cinco escudetes que passam a ser denominados de "quinas" da cor dispostos em cruz. A bordadura é vermelha, com castelos de ouro e sobre ela as portas da cruz verde bordada de Ordens de Avis.



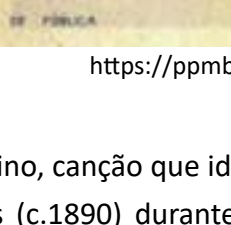
D. João I (1385-1432), D. Duarte (1433-1458), D. Afonso V (1458-1481)
As armas reais são de prata, com cinco escudetes que passam a ser denominados de "quinas" da cor dispostos em cruz. A bordadura é vermelha, com castelos de ouro e sobre ela as portas da cruz verde bordada de Ordens de Avis.



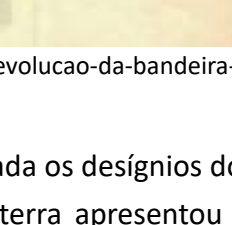
D. João II (1481-1495)
D. João II uniu as armas reais de ambos os lados da fronteira e colocou verticalmente as quinas laterais no escudo.



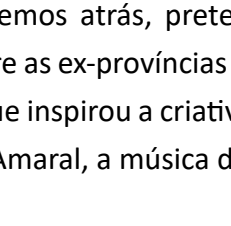
D. João II (1481-1495)
D. João II uniu as armas reais de ambos os lados da fronteira e colocou verticalmente as quinas laterais no escudo.



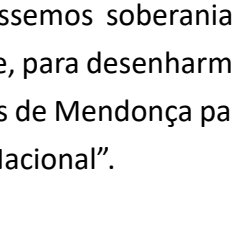
D. Manuel I (1495-1521), D. João III (1521-1557)
No reinado de D. Manuel I as armas reais foram levadas em fundo branco. Ao centro, sobre o escudo português, colocou uma coroa real sobre o.



D. Manuel I (1495-1521), D. João III (1521-1557)
No reinado de D. Manuel I as armas reais foram levadas em fundo branco. Ao centro, sobre o escudo português, colocou uma coroa real sobre o.



D. Sebastião (1557-1578), D. Henrique (1578-1580), dom João de Vilhena (1580-1582)
No final do reinado de D. Sebastião, a coroa real passa a estar fechada, relacionada com o refugo da autoridade. Os reis imperiais não a alteraram.



D. Sebastião (1557-1578), D. Henrique (1578-1580), dom João de Vilhena (1580-1582)
No final do reinado de D. Sebastião, a coroa real passa a estar fechada, relacionada com o refugo da autoridade. Os reis imperiais não a alteraram.



D. João IV (1640-1656), D. Maria I (1777-1816), D. Pedro IV (1826), Regência (1826-1834), D. Miguel I (1834-1836)
A bandeira branca, com o escudo nacional, encimado pela coroa real fechada com os cinco arcos em vista, foi o símbolo da Restauração.



D. João IV (1640-1656), D. Maria I (1777-1816), D. Pedro IV (1826), Regência (1826-1834), D. Miguel I (1834-1836)
A bandeira branca, com o escudo nacional, encimado pela coroa real fechada com os cinco arcos em vista, foi o símbolo da Restauração.

D. João VI (1816-1826)
Foi colorada por ordem do rei, com uma coroa amarela de ouro em campo azul, simbolizando o reino do Brasil e, sobre ela, uma coroa real fechada. Após a morte do rei, a coroa amarela foi retirada das armas.

D. João VI (1816-1826)
Foi colorada por ordem do rei, com uma coroa amarela de ouro em campo azul, simbolizando o reino do Brasil e, sobre ela, uma coroa real fechada. Após a morte do rei, a coroa amarela foi retirada das armas.

D. Maria II (1826-1828), Regência (1828-1834), D. Pedro V (1834-1836), D. Luís (1836-1838), D. Carlos (1838-1840), D. Manuel II (1840-1842)
A 16 de Outubro de 1830, as cores da bandeira passaram a ser o azul, o branco e o verde, com o escudo nacional no centro.

D. Maria II (1826-1828), Regência (1828-1834), D. Pedro V (1834-1836), D. Luís (1836-1838), D. Carlos (1838-1840), D. Manuel II (1840-1842)
A 16 de Outubro de 1830, as cores da bandeira passaram a ser o azul, o branco e o verde, com o escudo nacional no centro.

Bandeira republicana (desde 1911)
A 16 de Junho de 1911, um decreto da Assembleia Nacional Constituinte aprovou a verde-e-branca. Ao centro, o escudo das armas nacionais, desenhado sobre o escudo amarelo manual, em amarelo.

Bandeira republicana (desde 1911)
A 16 de Junho de 1911, um decreto da Assembleia Nacional Constituinte aprovou a verde-e-branca. Ao centro, o escudo das armas nacionais, desenhado sobre o escudo amarelo manual, em amarelo.

ppmbraga.blogspot.pt

<https://ppmbraga.blogspot.com/2014/05/evolucao-da-bandeira-nacional.html>

O Hino, canção que identificava de forma cantada os desígnios do nosso povo, apareceu-nos (c.1890) durante o ultimato que a Inglaterra apresentou a Portugal que, como dissemos atrás, pretendia que não considerássemos soberania portuguesa o espaço entre as ex-províncias de Angola e Moçambique, para desenharmos o mapa cor-de-rosa, o que inspirou a criatividade de Henrique Lopes de Mendonça para compor a letra e Keil do Amaral, a música da “A Portuguesa – Hino Nacional”.

No período inicial da Monarquia as instituições (poderes) que compunham o Estado eram três, Clero, Nobreza e Povo, este representado nas cortes. Estes três poderes estavam, como era evidente, muito centralizados e funcionavam em circuito fechado. Somente com a constituição de 1822 se alargou os poderes públicos diz os; ARTIGO 29º – *O Governo da Nação Portuguesa é a Monarquia constitucional hereditária, com leis fundamentais, que regulem o exercício dos três poderes políticos.* ARTIGO 30º – *Estes poderes são legislativos, executivo e judicial. O primeiro reside nas Cortes com dependência da sanção do Rei (artigos; 110º, 111º e 112º), O segundo está no Rei e nos Secretários de Estado que o exercitam debaixo da autoridade do mesmo Rei. O terceiro está nos Juizes*”. Ainda assim, muito diferente do verificado nos sistemas democráticos, hoje existentes. Isto leva-nos a outro tema contribuinte para fortalecimento (ainda hoje, no caso de Portugal) da Identidade Nacional.

A Religião

A religião cristã esteve fortemente ligada à ideia de Nação, desde a ainda “não nação” que foi o Condado Portucalense entregue ao Borgonhês, Conde D. Henrique (1057 – faleceu em 22 de maio do ano 1114, em combate, no cerco a Astorga) e, trouxe com ele da Borgonha (Dijon), os monges ligados à Ordem dos Templários, ordem que professava o cristianismo através do Marianismo. O primeiro registo da presença desta Ordem, neste nosso espaço, verifica-se documentalmente no ano de 1122. É um documento que nos informa da compra de uma propriedade, junto às instalações de um hospital na cidade de Braga, que já pertencia a esta Ordem. Portanto, é crível que a sua presença seja anterior a esta data. Em 1128 D. Teresa doa-lhes o castelo de Soure acto confirmado pelo seu filho, o ainda Infante D. Afonso Henriques, no ano seguinte e, nesse documento, intitula-se irmão dessa ordem de monges-militares.

Temos a ideia que todos os reis da primeira dinastia, até ao Rei D. Dinis, apoiavam ou estavam ligado à Ordem dos Templários facto visível nos numismas que estes reis mandaram cunhar, todos elas são portadoras do símbolo “da cruz pátea” símbolo da Ordem do Templo.

Tirando um pequeno período (e não totalmente), após a extinção das ordens religiosas, em 30 de maio do ano de 1834, sempre os poderes instituídos, fosse em tempo de monarquia fosse em tempo republicano, professavam e abraçavam a religião cristã, apesar da terceira república declarar Portugal um Estado laico. As suas peugadas vamos encontrá-las nos feriados religiosos; Natal, Páscoa, Corpo de Deus, Imaculada Conceição etc., os quais, tem tanta força administrativa, como um feriado Nacional. A exemplo o dia 8 de dezembro dia que é atribuído à Imaculada Conceição, Isto porque, o Rei de Portugal,

D. João IV, proclamou solenemente, por provisão régia de 25 de março de 1646, que a Nossa Senhora da Conceição seria a Rainha e Padroeira de Portugal. A religião Católica também é sentida nos rituais e nas visões morais.

Conclusão dos fa(c)tos da Identidade Nacional

Em conclusão; o que acabámos de relatar são elementos importantes da Identidade Nacional Portuguesa e que contribuem muito para a nossa autoestima colectiva. A história fundacional e continuidade do Estado, a partir de uma independência precoce 1139/1143, num contexto de resistência a muçulmanos e a Leão/Castela, à língua comum “a Portuguesa” assumida como marca autonómica face ao Galego ao Castelhana e ao Latim, é sem dúvida um símbolo identitário fundamental. A língua Portuguesa é, muito mais que um código de comunicação – é um símbolo de pertença, de diferença e de continuidade histórica não ficando restrito à oralidade popular.

As fronteiras estáveis desde há mais de sete séculos, caso único na Europa, a supervivência como estado soberano, apesar da crise temporária, “a união Ibérica 1580/1640”, (mas, mesmo neste período, soubemos preservar a nossa autonomia) tendo havido sempre resistência a uma castelhanização linguística como forma de resistência cultural, assim como a oposição às ameaças físicas externas, França, Espanha e Reino Unido.

Mas..., cautela com a língua! Citando Venâncio [pp290 a 294], *“os processos de afastamento, são, na história das línguas, inelutáveis é o caso do português europeu e do português brasileiro. Portugal e Brasil prosseguem as suas respectivas histórias linguísticas que se dirigem para destinos diferentes. Isto é, a língua materna de brasileiros e a de portugueses entraram numa deriva irreversível que tornará, cada dia que passa, mais difícil reconhecer como seus, o léxico, a semântica, a morfologia, a fraseologia, a pragmática, e mais do que tudo a sintaxe, dos outros. Esta situação foi criada, já de há muito, pela ausência, aliás saudável, duma política da língua por parte do Portugal colonizador”*. E depois? Qual será o futuro da língua Portuguesa? Resistimos sozinhos desde 1143 até 1500, por certo, conseguiremos dar continuidade à nossa identidade linguística.

Sendo a Identidade Nacional moldada por um catolicismo, fortemente romanizado, com destaque para o culto de Maria e o mito da “nação predestinada” por Deus, ideia que surgiu em força a partir do século XVI, até aos dias de hoje, haveremos de continuar moldados maioritariamente nesse desígnio?

A vocação universal dos portugueses, que avocámos com os “Descobrimentos” e com o Império Ultramarino foi o que nos produziu uma autoimagem de nação global,

evangelizadora e comercial, expressa na numisma “o Português de Ouro” de D. Manuel que foi assumida como a primeira moeda global para efeitos comerciais, esta vocação universal muito contribuiu para a construção do orgulho nacional duradouro.

A resiliência e sacrifício consubstanciado na resistência a invasões castelhanas e napoleónicas à dominação espanhola 1580/1640 foi o que contribuiu decisivamente para a regeneração pacífica da identidade nacional no 25 de abril de 1974.

Acresce ainda que a Identidade Nacional também mora em torno de emoções e sentimentos comunicadas e manifestadas em expressões afetivas (com ligações ao passado) e culturais, como o saudosismo, o sebastianismo, na literatura, com Camões, Pessoa e outros, até à gastronomia.

De tudo isto são todos os Portugueses herdeiros, sendo o que constitui a sua identidade (pessoal) Nacional.

Iremos prosseguir com o contraponto, sobretudo entre as Identidades Nacionais de Portugal e da Espanha, com quadros comparativos, para nos apercebermos melhor, dos atributos do que nos difere entre a nossa identidade Nacional e a identidade Nacional do país vizinho de forma mais detalhada no que se refere o impacto da adesão dos dois países na União Europeia.

O caso da “Identidade nacional” Espanhola

Pensamos, ser interessante termos um caso de identidade Nacional comparativo, fazemo-lo com o caso dos nossos vizinhos Espanhóis. É dos casos mais complexos, paradoxais e instáveis da Europa Ocidental em matéria de identidade nacional. A própria ideia de “identidade espanhola” está carregada de tensões históricas, políticas, linguísticas e culturais, e continua hoje a ser alvo de debate, resistência e reinterpretação interna.

Apresentamos uma síntese estruturada, com base nos seguintes itens: língua, território, história, símbolos etc., ou seja, os mesmo que utilizámos para o caso português, mas adaptando-os e comparando-os ao caso espanhol para que o leitor consiga aperceber-se das diferenças, existentes entre os dois países, para o bem e para o mal.

Síntese geral: o paradoxo da identidade nacional espanhola

Espanha é um Estado com uma identidade nacional frágil, porque é antiga como entidade política (desde os Reis Católicos, Fernando II de Aragão, filho de D. João II de Aragão e de Joana Henriques que casou com a prima, a Isabel “a católica” filha de D. João II Rei de Castela e de Isabel de Portugal, séc. XV/XVI), mas não se consolidou como nação homogénea, nem política, nem linguística.

A sua construção nacional começou tarde (século XIX), após a fragmentação napoleónica e as independências das colónias americanas, tendo enfrentado sempre resistências internas profundas: Catalã, Basca, Galega, Andaluza, entre outras. Como nos diz António Machado na sua obra “Poesias completas” na p36, em duas quadras do seu poema o “Caminho”:

*“Mis viejos mares duermen; se apagaron
sus espumas sonoras
sobre la playa estéril. La tormenta
camina lejos en la nube torva”.*

*“Vuelve la paz al cielo;
la brisa tutelar esparce aromas
otra vez sobre el campo, y aparece,
en la bendita soledad, tu sombra”.*

São elementos fundamentais das tensões internas

A história e a unidade política de Espanha foram formalizadas apenas em 1492, com a união dos reinos de Castela e Aragão (casamento de Isabel “a Católica” que tinha costela Portuguesa, e Fernando de Aragão, como dissemos).

Mas, essa unidade era inicialmente mais dinástica do que nacional. Os reinos mantinham línguas, instituições e leis próprias (ex: Navarra, Aragão, Catalunha). Só com os Bourbons (séc. XVIII) é que se impôs a ideia de centralização à francesa – com Castela como modelo. Como resultado, uma identidade nacional “espanhola” que sempre foi fortemente castelhana, criando resistências periféricas.

Língua e identidades regionais

O castelhano (espanhol) tornou-se a língua do Estado, Diplomática e Oficial, mas Espanha tem várias línguas cooficiais ou regionais: O catalão, o basco, o galego, o aranês, entre outras.

Muitas destas línguas são línguas de cultura e administração, com tradição literária própria. A tentativa de impor o castelhano como única língua nacional (sobretudo no franquismo) gerou forte resistência cultural e política.

A língua não une todos os espanhóis (como em Portugal), pelo contrário, é uma das principais fraturas identitárias.

Território e sentimento de pertença

Há regiões com forte identidade própria, que se sentem nação dentro do Estado: A Catalunha e o País Basco são os casos mais visíveis, mas há sentimentos nacionalistas também na Galiza na Andaluzia, em Valência, nas Canárias etc.

A Constituição de 1978 criou um modelo autonómico, mas sem clarificar se Espanha é um Estado unitário, federal ou plurinacional. Isto gera ambiguidade constitucional e conflitos recorrentes, como o referendo catalão de 2017.

Religião

A religião católica foi central na identidade espanhola durante séculos:

- Reconquista (711-1492), Inquisição (c.1478 a c.1828), evangelização da América (Séc. XVI – c.1830). Como afirma Jerónimo Rosselo nas obras de Ramón Lull p80 *“com los cristians cuydaram conquerir aquella terra de Ultramar, per força de armes sens semblants de armes espirituais”*.

No entanto, hoje, a Espanha (na constituição é um estado laico) se bem que é ainda fortemente secularizada, com grandes diferenças regionais (mais laica na Catalunha e País Basco, mais conservadora em Castela ou Navarra). O catolicismo já não é um factor de coesão nacional, embora ainda pese simbolicamente, ou seja, a coesão não é feita pela prática, mas pelo património cultural comum com fortes influências religiosas.

Miguel Unamuno na sua obra “Del sentimiento trágico de la vida” na pág. 80, mostra-se descrente com a religião católica *“La solución católica de nuestro problema, de nuestro único problema vital, del problema de la inmortalidad y salvación eterna del alma individual, satisface a la voluntad, y, por lo tanto, a la vida; pero al querer reacionalizarla com la teologia dogmática no satisface a la razón”*.

E continua na página 114 da mesma obra: *“Al cristianismo, a la locura de la cruz, a la fe irracional en que Cristo habia resucitado para resucitarnos, le salvó la cultura helénica racionalista, y a ésta el cristianismo”*.

Cultura e símbolos

Espanha tem uma cultura riquíssima, mas profundamente regionalizada.

A música, dança, gastronomia, literatura – tudo varia muito entre regiões.

Os símbolos nacionais (bandeira, hino, monarquia) não têm consenso afetivo.

A bandeira espanhola é rejeitada por muitos catalães, bascos e galegos.

O hino espanhol não tem letra, o que dificulta a sua apropriação emocional.

A monarquia é vista como símbolo centralizador, especialmente após o franquismo. Em vez de gerar coesão, muitos símbolos nacionais são marcadores de cisão. mas isso faz parte da dinâmica e afirmação, em cada momento, do Estado.

Trauma do franquismo e a transição democrática

O franquismo (1939-1975) (quase o mesmo período do Estado Novo em Portugal) tentou construir uma identidade nacional única, católica, castelhana e centralista – reprimindo brutalmente as culturas e línguas regionais.

A “Transição” democrática tentou resolver isto com o modelo autonómico – mas sem confrontar totalmente o passado.

O franquismo é ainda hoje uma ferida identitária não cicatrizada, e a identidade nacional permanece dividida entre memória e resistência.

Como traduz essa ferida Camilo José Cela na sua obra “La colmena” na página 122; (traduzido).

*“Alta e terna imagem de consolação,
alvorada dos meus mares de tristeza,
lírio da paz com aromas de pureza,
preço divino da minha longa dor!”*

A identidade espanhola hoje, em busca de sentido

Muitos espanhóis sentem-se: “Espanhóis e Catalães”, ou “Espanhóis e Galegos”, mas não só Espanhóis.

Outros rejeitam a identidade espanhola em nome de uma nação histórica própria.

E há ainda quem defenda uma Espanha plurinacional, mas essa visão está sem tradução institucional clara.

O “ser espanhol” não é uma experiência homogénea – é ambíguo, situado e em disputa.

Algumas sínteses possíveis

Espanha é uma nação por tentativa contínua, um Estado antigo com uma nação em construção ou desconstrução permanente.

A sua identidade nacional vive numa tensão irresolúvel entre unidade política e diversidade cultural, entre centralismo histórico e pulsões autonómicas.

Talvez a resposta esteja num modelo pluralista explícito, uma Espanha que aceite ser plurinacional, plurilíngue, pluricultural, mas, isso, exigiria um salto político e simbólico que continuaria a dividir o país.

A língua (ou as línguas) é um dos eixos mais sensíveis, reveladores e politizados da sua identidade nacional. Ao contrário de Portugal, onde uma só língua nacional se impôs

com continuidade e consenso, em Espanha a coexistência linguística é antiga, densa e estrutural, tendo dado origem a comunidades culturais e políticas profundamente distintas.

Mas, o espanhol é hoje a segunda ou terceira língua mais falada do mundo por número de falantes nativos, a seguir ao mandarim e em disputa com o inglês. Falada por mais de 500 milhões de pessoas, o Espanhol é língua oficial de 20 países, na ONU, na UE, no Mercosul, etc. É, talvez, a mais internacional das línguas latinas, e uma das que mais crescem demograficamente.

As outras línguas peninsulares: culturas, resistências e literaturas

Catalão é falado na Catalunha, Valência (com variantes), Ilhas Baleares e Andorra (onde é língua oficial única). Tem tradição literária fortíssima: Ramon Llull, Ausiàs March, Joan Maragall, Mercè Rodoreda, Quim Monzó, etc.

É língua de ensino médio e cultura regional com estatuto cooficial. É, na prática, uma língua nacional sem Estado próprio. A defesa do catalão é núcleo duro do nacionalismo catalão.

O Basco (Euskera) é uma Língua não-românica, pré-indo-europeia, sem parentesco conhecido. É falado no País Basco e Navarra. Sofreu repressão e declínio, mas desde 1978 tem revitalização intensa: ensino, imprensa, cultura. Bernardo Atxaga, Kirmen Uribe, expressam-se a sua literatura em Basco. O Euskera é símbolo máximo da identidade cultural basca diferenciada.

O Galego é um parente próximo do português, ambos nascem do galaico-português medieval. Falado na Galiza, tem estatuto cooficial desde 1981.

Grandes nomes da sua literatura: Rosalía de Castro, Manuel Rivas, e Castelao, são nomes grandes da literatura Galega.

O Galego sofre uma grande tensão entre o normativismo castelhanizante, que aproxima o galego do espanhol. E o reintegracionismo, que o aproxima do português. O galego é língua de resistência cultural, mas com uso social em declínio entre jovens urbanos. Rosália de Castro na sua obra “cantares Gallegos; p2” expressa por poemas a sua luta pela resistência:

Has de cantar,
que che hei de dar zonchos;
has de cantar,
que che hei de dar moitos. (*muitos*)

Nota: Zonchos, nome dado a colares de castanhas cozidas, típico na Galiza e que é dado no dia dos mortos. Cada castanha representa uma alma liberta do Purgatório.

O **Aranês** e outras: O aranês, variante do occitano, é falado no Vale de Aran (Catalunha) – tem cooficialidade regional.

Há também falares asturo-leoneses, que influenciaram o Mirandês, o aragonês, etc., línguas sem reconhecimento oficial pleno, mas com presença cultural e militância literária.

A dimensão insular na linguística Espanhola: o caso das ilhas Canárias e Baleares:

- Nas Ilhas **Baleares** falam-se variantes próprias do catalão (mallorquim, menorquim, ibicenco). O catalão tem cooficialidade, mas há tensões políticas quanto ao ensino e ao uso administrativo.
- Nas Ilhas **Canárias**, fala-se castelhano com forte entoação atlântica e vocabulário próprio (influências guanches, portuguesas, africanas). Embora monolíngues em espanhol, têm identidade cultural própria, com marcas insulares claras.

As Literaturas espanholas, um universo multinacional

O “sistema literário espanhol” é um arquipélago linguístico-cultural, não um bloco homogêneo. Existem: Literaturas em castelhano (nacionais e latino-americanas), literaturas em catalão, basco, galego, aranês, com diferentes centros editoriais, prêmios, festivais e públicos. É um campo literário internamente fragmentado, mas extremamente rico e fecundo.

A literatura em castelhano, construção do imaginário nacional

Escritores como Cervantes, Lope de Vega, Unamuno, António Machado, Ortega y Gasset, Camilo José Cela, ajudaram a construir uma imagem heroica, universalista e moralizante da história espanhola, uma reflexão sobre o que significa ser espanhol (e sobre o que falta à alma espanhola, tema recorrente em Unamuno ou Machado). No século XX, muitos escritores em castelhano também crítica(ram) a Espanha oficial: Lorca e a denúncia da repressão cultural; Cela e a crueza da guerra civil e da miséria pós-guerra; Javier Marías e a introspecção crítica da identidade espanhola moderna.

A literatura em castelhano foi instrumento simultâneo de construção e desconstrução da identidade nacional.

Miguel Cervantes no seu “Don Quixote” p17, retirámos o seguinte diálogo entre Babieca e Rocinante: (traduzido).

Parte do soneto:

B. Como estás Rocinante! Tão magro?

R. Porque, nunca como, e trabalho.

B. E a cevada e a palha?

R. O meu amo não me deixa nem um bocado.

B. Vamos, senhor, és muito malcriado,
pois a tua língua de jumento insulta o amo.

R. Sou um asno do berço à mortalha.

Não será uma imagem muito moralizante, mas será uma imagem heroica, (a forma como a besta, rocinante é tratada pelo amo; trabalhar e não comer e sentir-se um asno do berço à mortalha).

Literaturas em línguas não-castelhanas: resistência cultural e afirmação nacional

No **Catalão**, desde o *Renaixement* (século XIX), a literatura catalã assumiu-se como expressão de uma nação cultural. Autores como Jacint Verdaguer, Mercè Rodoreda, Quim Monzó, Maria Mercè Marçal, escreveram uma história alternativa da Catalunha, recusando o modelo castelhano. A literatura catalã, hoje, não é subalterna, tem editoras, leitores, prémios e crítica, próprios.

No Basco, por razões históricas, a literatura em euskera desenvolveu-se mais tardiamente. Mas, desde os anos 80, com a revitalização linguística, há uma geração de autores que escreve identidade, resistência, memória e dor: Bernardo Atxaga, Harkaitz Cano, entre outros.

O caso Galego tem raízes medievais gloriosas. O galego passou séculos silenciado. O século XIX viu surgir a *Rexurdimento*, com Rosalía de Castro como símbolo da alma galega, como já nos referimos atrás. No século XX–XXI, autores como Manuel Rivas, Xosé Luís Méndez Ferrín e Suso de Toro fazem da literatura galega um espaço de resistência e universalidade. Estas literaturas não são meras “regionalidades”: são formas de nação cultural, com gramática, estilo e imaginação próprios.

Conclusão comparação de Identidades:

- A língua (ou as línguas) como espelho da identidade espanhola, em vez de ser fator de coesão, a língua é um dos grandes terrenos de disputa identitária em Espanha.
- A coexistência linguística não é apenas um dado cultural, é um campo de memória, poder e projeto político. Uma “identidade nacional espanhola” sólida só será

possível, talvez, se o país aceitar que a sua pluralidade linguística não é ameaça, mas património.

Sendo que o papel da literatura e da educação na construção/desconstrução da identidade espanhola é crucial para compreender como a identidade nacional espanhola foi (e continua a ser) construída, desafiada e reconfigurada. A literatura e a educação são dois dos pilares clássicos na formação das identidades nacionais – mas no caso de Espanha, essas ferramentas foram historicamente usadas tanto para unificar como para dividir o país.

A Espanha na União Europeia: Identidade fragmentada e valores espartilhados pelas autonomias

A Constituição de 1978 instaurou o Estado das Autonomias, solução híbrida que reconhece a diversidade regional e linguística, evita o federalismo formal, mas não consolida o carácter moral, isto é, o conjunto de hábitos e crenças do identitário nacional partilhado.

Como resultado, Os valores comuns espanhóis existem, mas não são facilmente mobilizáveis em momentos críticos. Quando se fala de “interesse nacional”, surgem tensões sobre quem representa esse interesse: O governo central? As comunidades autónomas mais fortes (Catalunha, País Basco)? A monarquia? As forças armadas? As decisões críticas tendem a ser mais politizadas, polarizadas e descentralizadas.

O papel da “União” Europeia? A UE serve, para os Espanhóis, muitas vezes como substituto ou referência identitária externa:

- Na Espanha, o “ser europeu” é aceite como um consenso suave que ajuda a compensar a falta de coesão interna. A adesão à UE funcionou como projeto comum acima das autonomias – quase como “a casa grande onde cabemos todos”;
- As normas, fundos e orientações da UE são respeitadas como modelo externo de racionalidade e legitimidade;
- Em Espanha, a Europa funciona muitas vezes como “árbitro neutro”, especialmente em momentos de tensão territorial ou económica.

A comparação entre Espanha e Portugal na forma como se relacionam com a Europa revela dois estilos simbólicos de pertença, marcados por histórias paralelas, mas trajetórias emocionais distintas.

Duas formas de pertencer à Europa – diferentes tons, igual desejo de futuro.

HISTÓRIA PRÉ-EUROPEIA: DO IMPÉRIO AO ISOLAMENTO		
Elemento	Portugal	Espanha
Herança imperial	Global, marítima, precoce (Brasil, África, Índia, Timor)	Global, territorial, baseada em conquista e colonização continental
Ditadura	Salazarismo: discreto, rural, introspectivo	Franquismo: militar, imperial, centralista
Revolução e transição	1974, Revolução dos Cravos: ruptura ética e política forte	1975 –78: Transição pactuada, sem ruptura, mas com modernização eficaz
Relação com Europa	Europa como “salvação civilizacional” após décadas de atraso	Europa como “reintegração no clube das grandes nações”

Portugal viu a Europa como farol. Espanha viu-a como palco. Motivações e sentidos da integração europeia.

Portugal: Europa como horizonte ético e existencial, após o fim do império e da ditadura, Portugal procurava uma nova narrativa identitária.

A adesão à CEE (1986) foi vivida como: modernização técnica, e reconhecimento histórico.

Integração emocional: “finalmente pertencemos”. Expressões como “voltar à Europa” ou “Europa connosco” marcaram profundamente a retórica política e jornalística dos anos 80 e 90 do século passado.

Educação, Saúde, Infraestruturas; transformaram-se graças aos fundos europeus – e o povo sentiu-o.

Espanha: Europa como consagração geopolítica. A Espanha não procurava tanto “pertencer”, mas **retomar um lugar**. A adesão à CEE também foi motora de modernização, mas com um tom mais **ambicioso e estratégico**. Afirmção como economia relevante, projeção das autonomias no espaço europeu. Crescimento do soft power espanhol (língua, cultura, empresas globais).

ESTILOS DE DISCURSO SOBRE A EUROPA		
Dimensão	Portugal	Espanha
Tom dominante	Grato, humilde, esperançoso	Orgulhoso, ambicioso, por vezes conflituoso
Europa como...	Mãe cuidadora, luz, casa onde se chega.	Aliada estratégica, palco, árbitro político
Discurso dos líderes	“A Europa somos nós” (Soares, Guterres)	“A Europa exige, mas nós cumprimos” (González, Rajoy)
Sentimento dominante	Pertencer	Ser relevante

CRISES E CONFIANÇA		
Crise	Portugal	Espanha
Austeridade (2010 –2014)	Reação: paciência cívica, crítica, mas sem ruptura	Reação: indignação pública, polarização política
Pandemia (2020)	UE como apoio necessário. Estado presente	UE como solução técnica, Estado dividido e frágil
Guerra na Ucrânia (2022)	Reforço da confiança na Europa como escudo moral	Reforço da NATO e da UE como barreira geoestratégica

EFEITOS NA IDENTIDADE NACIONAL		
Efeito	Portugal	Espanha
Impacto na autoestima	Europa ajudou a reconciliar Portugal com a sua pequenez e valor	Europa ajudou a Espanha a legitimar o seu lugar entre os grandes
Impacto na coesão interna	Reforçou o Estado social e a ideia de destino comum	Não resolveu as fraturas territoriais internas
Impacto na juventude	Geração Erasmus, fluente em línguas, europeísta	Juventude urbana europeísta; juventude periférica fragmentada

Frase-síntese comparativa

Portugal encontrou na Europa um novo coração. Espanha encontrou um novo espelho. Um quis entrar para se reinventar. Outro, para se afirmar.

Europa afetou a relação com o passado colonial? Este é um dos pontos mais sensíveis da construção identitária contemporânea:

Como pode um país orgulhar-se do seu papel no mundo, sem esconder ou negar os abusos cometidos em nome desse papel? No caso ibérico, a Europa funcionou como espelho, travão moral e, paradoxalmente, escapatória simbólica. Passado colonial à luz da pertença à Europa:

NATUREZA E CRONOLOGIA DOS IMPÉRIOS COLONIAIS		
Elemento	Portugal	Espanha
Início da expansão	1415 (Ceuta), pioneiro	1492 (América), massiva
Modelo imperial	Comercial, marítimo, disperso	Territorial, continental, centralizado
Pós-colonialismo	Descolonização tardia e traumática (1974 –75)	Independência das colónias no século XIX (América Latina)
Últimos redutos coloniais	África (Angola, Moçambique, Guiné), Ásia (Timor, Goa)	Sáhara Ocidental (disputado), Gibraltar (perdido)

Europa, como travão moral e inspiração ética

Portugal: Europa como redenção e reinterpretação:

Após 1974, a Europa surge como **porta de saída do império**: A descolonização foi rápida, dolorosa e forçada, nas ex-colónias africanas. O trauma colonial coincidiu com a entrada no mundo democrático europeu.

O discurso político e cultural apresentou a:

– **Integração europeia como superação ética do passado imperial:**

- “De império para democracia”,
- “De colonizadores a cooperantes”.

A pertença à UE permitiu a criação de **novas narrativas diplomáticas**:

- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP),
- Cooperação para o desenvolvimento,
- Relação especial com o Brasil e África Lusófona.

A Europa permitiu a Portugal **virar a página – mas sem a rasgar totalmente**.

A Espanha: Europa como espelho que incomoda... ou silencia?

Como as principais colónias se tornaram independentes no século XIX, a Espanha não viveu uma descolonização recente. O seu “pós-império” é difuso e marcado por uma espécie de esquecimento institucional.

A integração na Europa trouxe valores que confrontam o legado imperial (**escravatura, evangelização forçada, violência**), mas o tema raramente é assumido:

A Espanha europeia é moderna e aberta, mas, o seu passado colonial está quase ausente do discurso oficial.

NA CULTURA E EDUCAÇÃO QUADRO COMPARATIVO:		
Dimensão	Portugal	Espanha
Ensino da história colonial	Presente, embora parcial e muitas vezes nostálgico	Quase ausente, centrado na Reconquista e Guerra Civil
Cultura e literatura	Fortes vozes críticas; Lobo Antunes, Pepetela, Mia Couto	Literatura pós-colonial menos visível (exceções em Cuba ou México)
Museus e memória	Tentativas incipientes; Lisboa: museu da escravatura, memória africana e pouco mais	Debate ainda incipiente, museus centrados na Espanha peninsular

RELAÇÕES COM AS EX-COLÓNIAS NO PRESENTE		
Relação atual	Portugal	Espanha
Brasil	Relação cultural e económica especial	Relação distante, embora cordial
Países africanos lusófonos (PALOP)	Cooperação ativa, presença empresarial e diplomática	Relação menor; foco em Marrocos e América Latina
América Latina	Relação política fraterna, menos intensa economicamente	Relação política e empresarial forte
Imigração dos ex-colonizados	Forte presença africana e brasileira	Maior vinda da América Latina

Portugal tenta transformar o império em comunidade, enquanto Espanha prefere silenciar o império para não o reabrir.

Portugal levou o seu império até ao fim e teve de o enterrar com dor.

Espanha perdeu o império antes de o digerir e aprendeu a evitá-lo em silêncio.

A Europa deu a Portugal um novo lugar no mundo.

À Espanha, deu-lhe um novo palco, mas, não reescreveu o guião imperial.

Ao finalizar o artigo

Recebemos, apesar ter já sido tornada pública, (mas com autorização do autor) não perde a actualidade, vem a propósito para terminar o artigo.

Com o título “**Ser-se Patriota**” Vítor Serrão explica-nos como vê Portugal, hoje:

“Sim, Portugal não é o melhor país do mundo, é um país pobre, com muitos contrastes sociais, salários baixos, elites ignorantes, novo-riquismo, rimando com servilismo, costumes nada brandos e gente alienada pelo futebol, workismo de extrema-direita e os insuportáveis reality-shows com que se anestesiam os pobres.

Mas é, como diz Pacheco Pereira na sua última crónica no Público; “*o nosso país é a minha cultura, a minha língua, a minha história, a minha terra, tudo coisas que o nacionalismo de pacotilha ataca, ignorando a cultura, falando e escrevendo mal o português, falsificando a História e desprezando a terra, a nossa terra*”.

“Nasci em França (Toulouse), filho de pais então emigrantes, e nem por isso sou menos português e menos apaixonado por esta terra a que dedico suor, pesquisa, saber, amor e vivências. Ah, e à qual dedico utopias, também, num

tempo em que tal soa a luxo minoritário... Comungo o vínculo a uma cultura, um património, uma arte, uma paisagem, uma antropologia, uma língua e uma história riquíssima, feita de sucessos e misérias, glórias e enfermidades, dialectos e pluralidades, e que sempre foi testemunho vivo de inclusões e misturas. Por isso, sim aos encontros culturais, sempre com pulmão social.

A “teoria da grande substituição” que os profetas do ódio à solta aqui querem plantar, seguindo Trump, Vance, Bannon e a sua agenda xenófoba feita de ridículos supematismos, e uma indignidade que os verdadeiros patriotas tem de combater sem peias. Tudo nos antípodas desses valores cristãos que os cinismos dos novos bárbaros dizem defender. O humanismo pratica-se. Ser-se português também”.

Bibliografia usada e/ou consultada

- Acenheiro, Cristóvão Rodrigues;** Manuscrito crónicas dos reis de Portugal, 1535, Arquivo Casa do Cadaval, s/d.
- Alarcon, D. Francisco António de;** Nobiliário del conde de Barcelos Dom Pedro, Madrid, 1696.
- Alves, Francisco Manuel;** Memórias Arqueológicas do Distrito de Bragança. Reedição do Museu do Abade Baçal, 2ª edição, Tomo I, II, III, IV, V, VI, VII; VIII, IX, X, XI e XII Bragança, 1975.
- Atxaga, Bernardo (Pseudónimo de Joseba Irazu Garmendia);** Poesia Etiópia, Ebook, in <https://www.wook.pt/autor/bernardo-atxaga/6085#>.
- Assis, Machado de;** Memórias Póstumas de Brás Cubas, Editora Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994.
- Balle, Antonio;** Verdadeiro método de estudar, Tomo primeiro, Valensa, Of. De António Balle, Coimbra 1746.
- Baptista, João Maria;** Chorographia Moderna do Reino de Portugal, Vol. VI Dicionário Chorographico, Real Academia das Sciencias, Lisboa, 1878.
- Barros, João de;** Grammatica da língua Portuguesa, Difiñçám da Grãmatica e as partes della, Corpus de textes linguistiques fondamentaux, s/l, s/d. (1540).
- Barros, João de Barros;** Colecção de Manuscritos inéditos; agora dados à estampa – Geographia d’entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Porto, 1789.
- Barros, Vítor Fernando;** Dicionário dos falares de Trás-os-Montes, Campo de Letras Editores, AS, Porto, 2002.
- Batista, João Maria;** Chorographia Moderna do Reino de Portugal, Vol. VI, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1878.
- Berardo, José de Oliveira;** Memória sobre algumas Inscrições encontradas no districto de Viseu, Typographia da Real Academia das Sciencias de Lisboa, Lisboa, 1857.
- Bluteau, D. Raphael Pd;** Vocabulário Portuguez e Latino, Coimbra, 1712.
- Braga, Teófilo;** Parnaso Português Moderno, Guimarães & Cª, Editores, Lisboa, 1877.
- Brito, Frei Bernardo;** Feito do próprio original da Chronica del Rey dom Aº henriqs, escrito pela própria mão de Duarte Galvão Chronista q foy deste reyno aquém El Rey Dom Manoel a mandou compor. Cod 361, Carimbo Livraria de Alcobaça. s/l, s/d.
- Cardoso, Jerónimo;** Dictionarium Latino Lusitanicum et Vice-Versa Lusitanico Latinum, Impresso oficina Petri Crasbeeck, Lisboa, 1619.
- Carmelo, Luís do Monte;** Compendio de ortografia com suficientes catálogos e novas regras em todas as províncias e domínios de Portugal, Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1767.
- Castelao;** Sempre em Galiza, version en Castellano, Obra completa 2, Akal editor, arealonga, Libreria Solidaria, Madrid 1977.
- Castilho, Atabila T. de;** Como e onde nasceu a língua portuguesa? Museu da língua Portuguesa, estação da Luz, USP, São Paulo, Brasil.
- Castro, Rosália;** Follas novas, Socia honoraria da Sociedade de beneficência d’os naturales de Galicia n’Habana, Santiago, 1880.
- Cela, Camilo José;** La Obra completa, glosa del mundo en torno articulo I (1940-1953) Ediciones Destino, Barcelona, 1962.
- Cela, Camilo José;** La Colmena, Libro dot.com <http://www.librodot.com> www.elejandria.com Cervantes, Miguel; El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha.
- Cintra, Luís F. Lindley;** Nova proposta de classificação dos dialectos Galego-Portugueses, Boletim de Filologia, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 22, 1971, pp. 81-116.
- Coelho, Adolfo;** Origens do Portuguez do Sul, O Romanço Moçarábico, revista Serões, Lisboa, 1909.
- Costa, Américo;** Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular, Volume I a XII Livraria Civilização, Porto, 1929/1949.
- Costa, Avelino de Jesus;** “Notícia de Torto”. [c. 1214-1216?]. Portugal, Torre do Tombo, Ordem de São Bento, Mosteiro do Salvador de Vairão, mç. 2, doc. 40, Os mais antigos documentos escritos em português:

revisão de um problema histórico-linguístico. In *Estudos de cronologia, diplomática, paleografia e histórico-linguísticos*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, [s.d.]. [Em linha]. Disponível em [www-url: http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/estudos_de_cronologia.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/biblioteca/estudos_de_cronologia.pdf).

Costa, Avelino de Jesus Pd.; (Homenagem ao Doutor Torcato de Sousa Soares) Os mais antigos Documentos escritos em Português, Revisão de um problema histórico-linguístico; Revista Portuguesa de História, Tomo XVII, Coimbra, 1977.

Cunha, João Pinheiro Freire da; Breve Tratado de Orthografia, Officina de António Gomes, Lisboa, 1792.

Deusdado, Ferreira; Chorographia de Portugal Illustrada – 1ª edição, Guillard, Aillaud & Cia, Lisboa, 1897.

Dias, João José Alves (Direcção); Fragmenta Histórica – História, Paleografia e Diplomática, Centro de Estudos Históricos, Fragmenta Histórica, Revista do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013.

Duarte, Dom (Rei de Portugal); Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda a Sella; fielmente copiados do manuscrito da Biblioteca Real de Paris, Typographia Rollandiana, Lisboa, 1843.

Fabião, Carlos; José Leite de Vasconcelos (1858-1941); um archeólogo português, in O arqueólogo Português, série IV, 26, Lisboa, 2008, pp97-126.

Faria, Manoel Severim de; Vários discursos Políticos, Fielmente reimpressos por Joaquim Francisco Monteiro de Campos Coelho e Soiza, Lisboa, 1791.

Feijó, João de Moraes Madureira; A ortografia ou arte de escrever e pronunciar com acerto a língua Portuguesa, Officina de Luis Secco Ferreira, Coimbra 1739.

Ferreira, Deusdado; Chorografia de Portugal, ed. Guillard, Aillaud, lisboa, 1897.

Ferreira, Miguel Lopes; Pinto, Fernão Mendes, A peregrinação, por elle escrita, oferecida a Joseph da Cunha Brochado, Na Officina Ferreyriana, Lisboa Oriental, 1725.

Fonseca, António Melo da (pseudónimo de José de Macedo); Antídoto da língua Portuguesa, Casa de Miguel Diaz, Impressor y Mercador de Livros, Amsterdam, 1710.

Fonseca, Fernando Taveira da; *Scientiae Thesaurus Mirabilis*, Revista Portuguesa de História; Tomo XXXIII, Coimbra 1999.

Frade, Mafalda; Estratégias argumentativas no livro dos Offícios: O caso dos verbos, Fundação para a Ciência e Tecnologia, SFRH/BDP, Lisboa, 2008.

Freire, Francisco José (pseudónimo Cândido Lusitano); Reflexões sobre a língua Portuguesa, primeira parte, Typographia da Sociedade Propagadora dos conhecimentos úteis, Lisboa, 1842 (mas a obra é de 1768).

Fróis, Luís S.J. Pd; História de Japam, edição anotada por José Wicki, Ed. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1984.

Gorina, Joan Maragall i; Poesies Catalanans, Tipografia L'Avenç. 1895, Barcelona.

Guimarães, Rui Dias; José Leite de Vasconcellos e o percurso da dialetologia Portuguesa, CEL, Centro de Estudos em Letras, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2002.

Hamsun, Knut; Fome, tradução de Carlos Drummond de Andrade, primeira parte, Editorial Geração, SP 2000.

Herculano, Alexandre; Cartas, 3ª edição, tomo II, Livraria Bertrand, Lisboa, 1874.

Hübner, D. Emílio; Noticias Archeologicas, Traduzidas e publicadas pela Real Academia das Sciencias de Lisboa, Impresso Typographia da Academia, 1871.

Houaiss, António; Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Tomo I, II, III e IV Círculo dos Leitores, Lisboa 2002.

Ibsen, Henrik; A Dama do Mar; Produzido por Martin Adamson e David Widger eBook, Projeto Gutenberg 1 de agosto de 2001.

Ibsen, Henrik; Um inimigo do Povo; adaptação de Domingos de Oliveira, Original, Oslo, 1882.

Hamsun, Knut; Fome, tradução de Carlos Drummond de Andrade, primeira parte, Editorial Geração, SP 2000.

Instituto Camões; – Transcrição da Notícia de Fiadores “Notícia de fiadores”. 1175. Portugal, Torre do Tombo, Ordem de São Bento, Mosteiro de São Cristóvão de Rio Tinto, mc. 2, doc. 10 Os mais antigos textos

escritos em português. [s.l.]: Instituto Camões, 2001. [Consulta. 06-05-2025]. Disponível em WWW: <URL: <http://cvc.instituto-camoes.pt/tempolingua/07.html>.

Lagares, Xoán Carlos; Espanhol. Manuseie com cuidado. Frágil, Espacio Santillana, 29 de agosto de 2019 <https://www.espacio.santillana.espanol.com.br/lengua/espanol-handle-with-care-fragil>, acedido em 12 julho de 2025.

Knausgård, Gray's; Death in the Family ; My Struggle Book 1, UK. 2013.

Leite, Marli Quadros; A Construção da norma linguística na gramática do século XVIII, Edições Alfa, São Paulo, 2011.

Lião, Duarte Nunez de; Origem da Língua Portuguesa, Impresso por Pedro Crasbeeck, Lisboa, 1606.

Lião, Duarte Nunez de; Origem da Língua Portuguesa, nova edição correcta e emendada, Impresso por Typografia Rollandiana, Lisboa, 1784.

Lopez, D. Gregorio; Las siete partidas del Rey D. Alfonso El Sabio, Imprenta de Benito Monfort, Valencia, 1767.

Lopes, Fernão; Publicado sob a direcção do Visconde de Lagoa Crónica de D. João I, Vol. I e II, Biblioteca Histórica – Série Régia, Livraria Civilização, Lisboa e Porto, 1946.

Lourenço, Eduardo; Labirinto da Saudade, Psicanálise Mítica do Destino Português, 5ª edição, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1992.

Machado, José Pedro; Origens do Português do Sul, Adolfo Coelho e o Romance Moçárabico, revista Serões, Lisboa, 1909.

Machado, José Pedro; Curiosidades Filológicas, Boletim de Filologia, Lisboa, 1945.

Machado, José Pedro; Elementos Hispânicos do Vocabulário Latino Revista Lusitana, Lisboa, 1945.

Machado, José Pedro; Alguns vocábulos de origem árabe, Revista Lusitana, Lisboa, 1945.

Machado, José Pedro e Giese, Wilhelm; Notas etimológicas, Boletim de Filologia, Lisboa, 1936, pp186 a 192.

Marck, Ausiàs; Obra Poética Completa, editor: Castalia Ediciones, setembro de 1990. C/Diputació, 262, Barcelona.

Marck, Ausiàs; Obres Completes, Ediciones Saltadera, Astúrias, 2017.

Martins, Oliveira; História de Portugal, Edições Vercial, Fundamentos da Nacionalidade Braga, 2010, pp13 a 20.

Mattoso José; O Triunfo da Monarquia Portuguesa: 1258-1264. Ensaio de história Política; in Análise Social; vol. XXXV, Lisboa, 2001, pp899-935.

Matoso, José; A Identidade Nacional, 4ª edição, Fundação Mário Soares, Gradiva, Publicações SA, Lisboa Out. 2008.

Menéndez, Fernanda Miranda; Para uma abordagem do conceito de língua em António das Neves Pereira; Universidade Nova de Lisboa, Actas do XII encontro da APL, Lisboa s/d.

Mendonça, Manuela; Cidades, Vilas e Aldeias de Portugal, Estudo de História Regional Portuguesa, Edições Colibri, Faculdade de Letras de Lisboa, 1995.

Mendes, Carlos Alberto Santos; Retratos do quotidiano no Concelho de Macedo de Cavaleiros, Caderno Terras Quentes, nº 7. Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2010.

Menon, Odete Pereira da Silva; Contador de Argoe, dialetólogo/sociolinguista avante la lettre? Estudos da Linguagem, Londrina, Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Paraná, 2020. pp167-191.

Monteiro, Alexandre; “Quem tem medo de um Museu dos Descobrimentos” in, Archport, volume 267, assunto 12, Cascais, Dez 2025.

Monzó, Quim; Mil cretinos, edições anagrama, 430 (Narrativas hispánicas) Rosa Alapont Calderaro (Traductor) Tapa dura, Barcelona, 2008

Monzó, Quim; El porqué de las cosas: 382 (Compactos) Marcelo Chokle (Traductor) Libro de bolsillo Marcelo Chokle (Traductor) , Barcelona, 2006.

Moreira, Filipe Alves; Um manuscrito alcobacense reencontrado: As crónicas abreviadas dos reis de Portugal, Cristóvão Rodrigues Acenheiro 1535, Revista Medievalista, nº 34, 2023.

Murguia, Rosalia Castro de; Cantares Gallegos, publicados pelas Irmandades da Fala da Galiza e Portugal (IFG-P) ed. J. Compañel, Vigo, 1863.

Nogueira, Bernardo de Sá; Livro das lezírias d’El Rei Dom Dinis, Fontes para a história de Portugal, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa, 2003.

Oliveira, Fernão d’; Grammatica da lingoagem portuguesa, Lixboa, 1536.

Osório, Jorge A. D. Dinis: O rei, a língua e o reino, in Méthesis vol. 2, Lisboa, 1993, pp17-36.

Paiva, Manoel Joseph de Paiva; Enfermidades da Língua e arte que a ensina a emmudecer para melhorar, Officina de Manoel António Monteiro, Lisboa, 1759.

Pascoal, Sara Cerqueira; Prática Turística e retórica do espaço nas viagens na Galiza de Silveira da Mota (1889), Centro de Estudos Interculturais, Instituto Superior de Contabilidade e administração do Porto, 2015.

Pizarro, José Augusto de Sotto Mayor; D. Dinis e a Nobreza nos finais do século XIII, Comunicação apresentada na faculdade de letras de Coimbra, Coimbra, fevereiro 1992.

Redentor, Armando; Epigrafia romana na região de Bragança, Trabalhos de arqueologia, 24; Instituto Português de Arqueologia, Lisboa, 2002.

Renan, Ernest; Dialogues et Fragments Philosophiques, Calmann Lévy, Éditeur, Paris, 1876.

Ribeiro, Orlando; A formação de Portugal; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa, 1987.

Rivas, Manuel; O Lápis de Carpinteiro, Debolsillo, Vigo, 2015.

Rodrigues, Manuel Augusto; Chartularium Universitatis Portugalensis (1288-1537). Instituto de História e Teoria das Ideias Vol. 14 (1501-1510), Coimbra, INIC, 1991, XX, p. 624.

Rodoreda, Mercé; Narrativa Completa, Biblioteca Clássica, edições 62, Barcelona.

Rodrigues, Manuel Augusto; Notas sobre a Universidade de Coimbra desde as origens (1290) até à fixação definitiva em Coimbra (1537), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005.

Serrão, Vítor; Ecumenism in images and trans-contextuality in Portuguese 16th century art: Asian representations in Pentecostes by the painter António Leitão in Freixo de Espada à Cinta» (trad.: Ecumenismo imagético e trans-contextualidade na arte portuguesa do século XVI: representações de asiáticos no ‘Pentecostes’ do pintor António Leitão em Freixo de Espada-à-Cinta), in *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, C.H.A.M., nº 20, June 2010, pp. 125-165.

Serrão, Vítor; Uma visão Ecuménica do Oriente na pintura Portuguesa do século. XVI – O “Pentecostes” de António Leitão em Freixo de Espada à Cinta. Caderno Terras Quentes, nº 8, Associação Terras Quentes, Macedo de Cavaleiros, 2011.

Serrão, Vítor; «Ser-se patriota», in *Público* de 8 de dezembro de 2025.

Silva, Luciano Pereira da Prof; O Diálogo em louvor da nossa linguagem der João de Barros, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1917.

Silva, Marcelo Alves e Pinto, Renata Soneghetti Cauper; Dois excertos do terceiro livro de linhagem, 1344, do Pedro Afonso, conde de barfcelos, Revista, Medievalis, V. 11 nº 1, Rio de Janeiro, 2022.

Silva, Nuno José Espinosa Gomes da; Ainda sobre a lei da Cúria de 1211 respeitante às relações entre as leis do reino e o direito canónico, CLIO, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, Vol. 6, 1987-88.

Sinner, Carsten; De Duarte Nunes de Leão à polémica sobre a origem da língua Portuguesa no século XIX; Revista Linguística, Vol. 22, Lisboa, 2009.

Sousa, Cleusa Teixeira de; A relevância da escrita e a oficialização do uso da língua portuguesa na documentação régia de Portugal no tempo de D. Dinis, 1279-1325, Acta Scientiarum, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2022.

Torrinha, Francisco; Dicionário Latino-Português, Terceira Edição, Edições Marñus, Porto, 1945.

Unamuno, Miguel de; Del sentimiento trágico de la vida, Renacimiento, sociedad anónima editorial, Madrid, 1913.

Uribe, Kirmen; La Hora de Despertarnos Juntos, Edição em Espanhol – ePub – Seix Barral – novembro de 2016.

- Vasconcelos, António de;** O Diploma dionisiano da fundação da primitiva Universidade Portuguesa, Revista da Universidade de Coimbra, Volume I, Coimbra, 1912.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Opúsculos Vol. 1 Imprensa Universidade de Coimbra Archivo de estudos filológicos e ethnologicos relativos a Portugal, Vol. I, Livraria Portuense de Lopes & C^a, Porto, 1887-1889.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Opúsculos Vol. 1 Imprensa Universidade de Coimbra I, Vol. I, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1928.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Opúsculos Vol. II Imprensa Universidade de Coimbra I, Vol. I, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1928.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Opúsculos Vol. III, Onomatologia, Imprensa Universidade de Coimbra I, Vol. I, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1931.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Opúsculos Vol. IV, Filologia, Imprensa Universidade de Coimbra I, Vol. I, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1929.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Opúsculos Vol. I, Etnologia, Imprensa Universidade de Coimbra I, Vol. I, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1938.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Opúsculos Vol. VI, Dialectologia, Imprensa Universidade de Coimbra I, Vol. I, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1985.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Opúsculos Vol. VII, parte II Etnologia, Imprensa Universidade de Coimbra I, Vol. I, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1985.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Textos Archaicos, 2^a edição ampliada, Livraria Clássica Editora, Lisboa 1907.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. 1, Livraria Portuense, 1887-1889.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. 2, Livraria Portuense, 1890-1892.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. 3, Livraria Portuense, 1895.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. 4, Antiga Casa Bertrand, 1896.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. V, Antiga Casa Bertrand, 1897-1899.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. VI, Antiga Casa Bertrand, 1900-1901.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. VII, Antiga Casa Bertrand, 1902.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. VIII, Antiga Casa Bertrand, 1903-1905.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. VIII, Antiga Casa Bertrand, 1903-1905.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. 9, Num 1 e 2 Imprensa Nacional, 1906.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. 10, Num 1 e 2 Imprensa Nacional, 1907.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. 11, Imprensa Nacional, 1908.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Tradições Populares, Volume único, Livraria Portuense de Clavel, Porto, 1882.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Etnografia Portuguesa Vol. VII, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1980.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Lições de Philologia Portuguesa, Livraria Clássica Portuguesa, Lisboa, 1911.
- Vasconcellos, J. Leite de;** Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, nº 12 Vol. 1, Imprensa Nacional de Lisboa, 1990.

- [illegible]

Vasconcellos, J. Leite de; Revista Lusitana. Archivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, Vol. 38, nºs 1 a 4 Livraria Clássica Editores, Lisboa, 1940/1943.

Vasconcellos, Carolina Michaëis; Mestre Giraldo e os seus tratados de Alveitaria e Cetraria, Contribuições para o futuro Dicionário Etimológico das línguas Românicas Peninsulares, Separata da Revista Lusitana vol. XIII, nº 3 e 4, 1910, Imprensa Nacional, Lisboa, 1911.

Vaz, João Luis Inês; Divindades Indignas na inscrição de Lamas de Moledo (Castro Daire – Portugal) s/l, s/d.

Veiga, Tomé Pinheiro da; Fastigínia, o fastos geniales, Imprenta del Colegio de Santiago, Valladolid, 1916.

Venâncio, Fernando; Assim Nasceu uma Língua, sobre as origens do Português, 8ª edição, Guerra e Paz editores, Lisboa, 2024.

Vera, Álvaro Ferreira; Orthographia ou o modo para descrever certo na língua Portuguesa, Ed Per Mathias Rodriguez, Lisboa, 1631.

Ventorim, Eliana; As ideias políticas e a apologética de Ramon Llull (1232-1316) sobre a cruzada na Terra Santa, Universidade Vitoria, Brasil, 2008.

Viterbo, Fr. Joaquim de Santa Rosa de; Elucidário das Palavras, Termos e Frases, por Mário Fiúza, Volume A e Vol. B a Z, Livraria Civilização, Barcelos, 1993.

Zeallos, Eugénio Fr; Dictionariium Aelii Antonii Nebrissensis, (Castelhano-Latim, Latim-Castelhano) Matriti Apud Petrus Marin Typographum, Sevilha, 1789.

Endereços Electrónicos

www.elejandria.com – Cervantes, Miguel Saavedra; El Ingenioso Hidalgo Don Quijote de la Mancha,

<http://www.librodot.com> – Cela, Camilo José; La Colmena,

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Noruega> – Noruega

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Espanha> – Espanha

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Catalunha> – Catalunha

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Galiza> – Galiza

<https://es.wikipedia.org/wiki/Aranés> – Aranés

https://pt.wikipedia.org/wiki/País_Basco – País Basco

https://pt.wikipedia.org/wiki/União_Europeia - U.E.

Índice

A Identidade Nacional, numa perspectiva histórica e comparada	9
Arqueologia, Lei da Nacionalidade, Lei de Bases do Património Cultural, Saúde de Qualidade (Objectivo 3 da Agenda 2030 da ONU)	9
Introito	9
Os registos Históricos mais significativos de Portugal.....	10
A História de Arte na Identidades Nacional.....	16
A supremacia portuguesa nas primeiras décadas do século XVI.....	18
Porque é que a Supremacia Mundial Portuguesa não se prolongou?	19
A Língua Portuguesa	26
Leite de Vasconcellos informa-nos que, considera existir em Macedo de Cavaleiros “linguagem com identidade própria”	29
O Espaço Geográfico que ocupamos.....	33
Instituições	34
A Religião	36
Conclusão dos fa(c)tos da Identidade Nacional.....	37
O caso da “Identidade nacional” Espanhola	38
Síntese geral: o paradoxo da identidade nacional espanhola.....	38
São elementos fundamentais das tensões internas	39
Língua e identidades regionais.....	39
Território e sentimento de pertença	40
Religião.....	40
Cultura e símbolos	40
Trauma do franquismo e a transição democrática	41
A identidade espanhola hoje, em busca de sentido	41
Algumas sínteses possíveis	41
As outras línguas peninsulares: culturas, resistências e literaturas	42
As Literaturas espanholas, um universo multinacional.....	43
A comparação entre Espanha e Portugal na forma como se relacionam com a Europa revela dois estilos simbólicos de pertença, marcados por histórias paralelas, mas trajetórias emocionais distintas.....	45
Ao finalizar o artigo	49
Bibliografia usada e/ou consultada	51
Endereços Electrónicos	57

τφ



Teoria clínica da identidade Nacional Portuguesa (TCINP)

Teoria clínica da identidade Nacional Portuguesa (TCINP)

* Luis Manuel Santos Mendes

Parte I – Estatuto teórico¹ da Identidade Nacional

Capítulo 1 – A Identidade Nacional como campo disputado “A pluralidade disciplinar”

- O erro da redução (histórica, linguística ou política)
- Identidade como processo, não como essência
- A nação como construção simbólica incorporada

A discussão sobre a identidade nacional continua a ser uma via privilegiada para compreender quem somos enquanto coletividade, como nos relacionamos com outros povos e como nos orientamos num mundo em permanente transformação. Num contexto cada vez mais interligado e atravessado por dinâmicas de globalização cultural, a identidade nacional funciona frequentemente como ponto de ancoragem simbólica, permitindo a indivíduos e comunidades preservar um sentido de pertença, continuidade e singularidade face às tendências de homogeneização.

Este debate revela-se particularmente decisivo para a coesão social em sociedades abertas à mobilidade humana e à diversidade cultural. A identidade nacional, longe de ser apenas herança do passado, participa ativamente na definição de valores partilhados, de narrativas históricas comuns e de símbolos coletivos que tornam possível a construção de uma comunidade política capaz de integrar diferenças sem se dissolver.

* Licenciado em Psicologia pelo ISPA (Instituto Superior de Psicologia Aplicada 1969-1975). Psicólogo Clínico (ISPA)/ /Psicossociólogo (Dinâmica de Grupos). Director Associado e *Shareholder* do CEGOC (Grupo francês de Consultoria e Formação de Executivos e Quadros Técnicos (1977-2014)) e, *managing partner* da Cegoc Portugal, responsável pelo departamento de cursos abertos e consultor sénior em áreas como gestão de Recurso Humanos, formação, desenvolvimento pessoal e liderança.

1 Este artigo termina na página 206 com a “carta cultural”. E, para os leitores menos familiarizados com os termos da *Psicanálise*, encontrará na página 225 um Glossário e na página 243 uma nota explicativa de leitura dos termos técnicos.

Todavia, este trabalho propõe um deslocamento conceptual: a identidade nacional não é aqui abordada como evidência estável ou como simples resposta à pergunta “quem somos”, mas como problema. Um problema no sentido clínico, porque revela tensões, conflitos, fantasmas e mecanismos defensivos que atravessam os corpos sociais; e político, porque está sempre implicada em relações de poder, exclusão, legitimação e projeção de futuros possíveis. A identidade deixa assim de ser tomada como dado e passa a ser analisada como processo, sintoma e construção histórica.

É neste ponto que se inscreve o contributo da TCINP, ao recusar as narrativas simplificadoras – sejam elas essencialistas, nostálgicas ou meramente celebratórias – que tendem a reduzir a identidade nacional a mitos fundadores, traços culturais fixos ou slogans mobilizadores.

Perante o esgotamento dessas narrativas, a TCINP propõe uma abordagem em profundidade, inspirada tanto nas ciências sociais como na clínica do sujeito e do coletivo, interrogando os silêncios, as rupturas, as ambivalências e os não-ditos que estruturam as identidades nacionais.

Entre museu, memória e futuro, a identidade nacional surge assim como um objeto clínico e político, passível de ser analisado, interpretado e trabalhado. A TCINP não procura estabilizar a identidade, mas torná-la pensável; não visa fornecer respostas fechadas, mas criar dispositivos de leitura que permitam às sociedades reconhecerem-se nas suas continuidades e fraturas, abrindo espaço para formas mais conscientes, responsáveis e criativas de habitar o comum.

A identidade nacional como campo disputado

(ou por que razão nenhuma disciplina chega sozinha)

A identidade nacional não é um objeto natural, é um objeto compósito, produzido, narrado, ritualizado, administrado e, por vezes, sofrido. Cada disciplina recorta o fenómeno segundo o seu próprio regime de verdade.

História

Pergunta central: De onde vimos?

A História fornece, linhas de continuidade e ruptura, eventos fundadores (batalhas, tratados, catástrofes, revoluções), figuras exemplares (reis, heróis, mártires, traidores).

Exemplo: A Batalha de Aljubarrota não é apenas um evento militar, torna-se mito de autonomia, ritualizado e reinscrito em manuais, discursos e monumentos.

Limite: A História tende a naturalizar a nação como sujeito pré-existente.

Sociologia

Pergunta central: Como nos organizamos enquanto coletivo?

A Sociologia observa instituições (estado, escola, exército, igreja), mecanismos de integração/exclusão, narrativas de coesão e conflito social

Exemplo: A escola como máquina de nacionalização (currículos, hinos, mapas, datas).

Limite: Pode reduzir a identidade a função social, esquecendo o afeto e o imaginário.

Antropologia / Etnografia

Pergunta central: Como vivemos isso no corpo e no cotidiano?

Aqui entram rituais (passagem, luto, celebração), símbolos, gestos, vestuário, alimentação, práticas locais que resistem ao discurso oficial

Exemplo: O luto nacional após guerras ou tragédias coletivas como ritual de re-sutura simbólica.

Força: Introduce o corpo, o tempo vivido, a dimensão pré-reflexiva da identidade.

Psicologia & Psicossociologia

Pergunta central: Como é que o coletivo habita o sujeito?

O ponto crucial: Identidade nacional percebida como objeto introjetado: Vergonha, orgulho, medo, humilhação, ressentimento.

Processos de identificação e desidentificação.

Exemplo: A “vergonha histórica” ou o “orgulho imperial” como afetos transmitidos transgeracionalmente.

Linguística

Pergunta central: Em que língua pensamos o sermos nós próprios?

A língua: estrutura o mundo percebido, cria continuidade simbólica, transporta memória, metáforas, hierarquias...

Exemplo: O português como língua do império, mas também como língua órfã após a perda desse império.

Política/Biopolítica

Pergunta central: Quem gere a identidade e com que fins?

Produção estatal de narrativas sobre o uso da identidade como instrumento de poder.

Definição de quem pertence / quem é descartável.

Exemplo: Comemorações oficiais vs. memórias silenciadas (colonialismo, guerra, minorias).

Poética

Pergunta central: Que história contamos para nos tornarmos suportáveis a nós próprios?

A poética: não descreve, exalta, não explica, condensa, não prova, faz sentir:

- A Odisseia → identidade como errância e retorno,
- A Eneida → identidade como destino histórico,
- Os Lusíadas → identidade como missão civilizacional,
- Mensagem → identidade como falta e promessa.

A poética é o inconsciente da identidade nacional.

Nada aqui obriga à glorificação nem à demolição – o objetivo é elaboração, não propaganda nem autoflagelação.

A pluralidade disciplinar que atravessa o estudo da identidade nacional – da história à sociologia, da antropologia à ciência política, da psicologia social à psicanálise – constitui simultaneamente uma riqueza e uma fonte de equívocos. Quando uma dessas disciplinas é tomada como chave explicativa exclusiva, corre-se o risco de reduzir a identidade nacional a uma das suas dimensões parciais, transformando um fenómeno complexo num objeto artificialmente simplificado.

É neste contexto que emerge o erro da redução. A redução histórica tende a fixar a identidade nacional num passado narrado como origem contínua, ignorando os processos de seleção, esquecimento e reinterpretação que moldam a memória coletiva. A redução linguística confunde comunidade política com homogeneidade cultural, como se a língua esgotasse os mecanismos de identificação e pertença. A redução política, por sua vez, limita a identidade nacional ao quadro institucional do Estado-nação, negligenciando as dimensões afetivas, simbólicas e inconscientes que precedem e excedem as formas jurídicas. Cada uma destas reduções captura um aspeto real, mas falha precisamente no essencial: a articulação dinâmica entre eles.

Recusar a redução implica, por conseguinte, abandonar a ideia de identidade como essência fixa e adotá-la como processo. A identidade nacional não é um núcleo imutável que atravessa o tempo, mas um conjunto de operações simbólicas em permanente transformação, através das quais uma comunidade se reconhece, se diferencia e se narra a si própria. Esse processo envolve continuidades e ruturas, momentos de cristalização e de crise, períodos de reforço identitário e fases de desagregação ou reconfiguração. Pensar a identidade como processo é reconhecer o seu carácter histórico, relacional e conflitual, bem como a sua vulnerabilidade às mudanças sociais, políticas e culturais.

Nesta perspetiva, a nação surge não como dado natural, mas como construção simbólica incorporada. Incorporada porque não permanece ao nível abstrato dos discursos oficiais ou das narrativas escolares, mas inscreve-se nos corpos, nos afetos, nos hábitos,

nos gestos quotidianos e nas formas de sentir o mundo social. A pertença nacional manifesta-se tanto nos símbolos explícitos – bandeiras, hinos, datas comemorativas – como em disposições mais subtis: modos de estar, sensibilidades morais, expectativas de reconhecimento e reações emocionais face ao outro. A identidade nacional opera, assim, num plano pré-reflexivo e afetivo, anterior à formulação consciente, tornando-se parte integrante da economia psíquica dos sujeitos.

É precisamente por esta razão que a identidade nacional deve ser pensada como um campo disputado. Disputado entre disciplinas, entre narrativas concorrentes, entre memórias oficiais e experiências vividas, entre projetos políticos e afetos coletivos. A TCINP inscreve-se neste campo não para o unificar artificialmente, mas para torná-lo legível, articulando os diferentes níveis de análise – histórico, simbólico, afetivo e clínico – sem os reduzir uns aos outros.

Se a identidade nacional se constitui como construção simbólica incorporada, então ela não opera apenas ao nível dos discursos, das narrativas oficiais ou das instituições políticas, mas inscreve-se mais profundamente na economia psíquica dos sujeitos, organizando processos de identificação, investimentos afetivos e mecanismos de defesa. Torna-se, assim, necessário deslocar a análise para o ponto em que o coletivo é interiorizado, onde o “nós” nacional se articula com a história subjetiva, com os sentimentos de pertença, de orgulho ou de vergonha, e com as formas pelas quais cada sujeito se situa face à comunidade política. É esse deslocamento – do campo simbólico coletivo para a relação entre identidade, sujeito e afeto – que orienta o capítulo seguinte.

Capítulo 2 – Identidade, sujeito e coletivo

Do “eu” ao “nós”: mecanismos de identificação

- Interiorização do coletivo no sujeito
- Vergonha, orgulho, medo, ressentimento
- Transmissão transgeracional da identidade

Vinheta clínica – Vergonha, medo e ressentimento (salários desiguais)

A identidade nacional, compreendida como construção simbólica incorporada, não se limita a organizar o espaço das representações coletivas ou das narrativas partilhadas, mas participa ativamente na constituição das pessoas que nela se reconhecem. Longe de se situar apenas no exterior, como pertença declarada ou referência abstrata, ela é progressivamente interiorizada ao longo da socialização, inscrevendo-se nas formas de sentir, de avaliar e de se posicionar no mundo social. É neste ponto de interseção entre o coletivo e o subjetivo que a identidade nacional revela a sua dimensão mais profunda e, frequentemente, menos visível.

A passagem do “eu” ao “nós” não se ópera de modo espontâneo nem homogêneo. Ela envolve mecanismos de identificação complexos, atravessados por afetos ambivalentes – orgulho e vergonha, segurança e medo, reconhecimento e ressentimento – que estruturam a relação do sujeito com a comunidade política. A identidade nacional funciona, assim, como mediadora entre a história coletiva e a história singular, transmitindo não apenas valores e narrativas, mas também marcas afetivas e conflitos herdados. Compreender essa interiorização, bem como os seus efeitos ao nível da economia psíquica individual e coletiva, constitui o eixo central do presente capítulo.

Entre esses afetos, a vergonha, o medo e o ressentimento ocupam um lugar central.

A vergonha atua como travão da participação, inibindo a tomada de palavra e a visibilidade, sobretudo em contextos marcados por experiências históricas de desqualificação, humilhação ou desvalorização social. O medo, frequentemente confundido com prudência ou apatia, emerge como resposta adaptativa a contextos em que a iniciativa foi, no passado, associada a punição, exclusão ou fracasso. Já o ressentimento, produzido pela acumulação de promessas não cumpridas e de assimetrias persistentes, mina a confiança necessária à cooperação, convertendo qualquer proposta de mudança num objeto de suspeita.

Estes afetos não devem ser compreendidos como traços individuais ou falhas morais, mas como formas de regulação afetiva coletiva, resultantes de processos históricos, institucionais e transgeracionais. Tal como no contexto organizacional, onde a autonomia não pode ser decretada sem transformação das relações simbólicas de reconhecimento, também no plano nacional a participação social não se instala por via normativa. Ela exige um trabalho mais profundo de elaboração dos afetos que estruturam a relação dos sujeitos com o coletivo e com a autoridade.

É neste sentido que a TCINP propõe ler a vergonha, o medo e o ressentimento como sintomas sociais, reveladores de tensões não resolvidas na construção da identidade nacional. Mais do que obstáculos a eliminar, estes afetos funcionam como indicadores clínicos das condições históricas em que a pertença foi construída, dos custos psíquicos associados à participação e dos limites simbólicos impostos à autonomia. Compreendê-los é condição necessária para pensar formas mais maduras e sustentáveis de vínculo social.

As dificuldades observadas na implementação de modelos baseados na autonomia, na participação e na confiança – amplamente documentadas no contexto das organizações – oferecem um analisador privilegiado para compreender os bloqueios que atravessam o tecido social mais amplo. Tal como nas empresas, também nas comunidades políticas a mudança não esbarra apenas em resistências cognitivas ou ideológicas, mas em afetos profundamente enraizados que regulam, muitas vezes de forma invisível, a relação dos sujeitos com o poder, com a iniciativa e com a exposição pública.

Vinheta clínica – Vergonha, medo e ressentimento (salários desiguais)

Num contexto de reunião de administração de uma grande empresa do setor têxtil e da confecção do norte do país, realizada há mais de quatro décadas, discutiam-se os aumentos de remuneração do pessoal operativo e da produção. Entre as propostas apresentadas, surgiu o caso de um casal em que ambos os cônjuges trabalhavam na empresa, embora em setores distintos. A proposta previa um aumento substancialmente mais elevado para a esposa, em função do seu trabalho e desempenho.

Um dos administradores opôs-se à decisão, não por contestar os critérios técnicos subjacentes, mas invocando razões de ordem comunitária e simbólica. A esposa desse administrador frequentava a mesma igreja que algumas das trabalhadoras da fábrica, encontrando-se com elas regularmente nas celebrações dominicais. A eventual discrepância salarial tornava-se, assim, potencialmente visível no espaço comunitário, extravasando o perímetro da empresa e projetando-se no campo das relações sociais locais.

A discussão prolongou-se, precisamente porque a decisão não era percebida apenas como um ato de gestão interna, mas como algo suscetível de produzir efeitos na comunidade: comparações, comentários, tensões e desequilíbrios simbólicos. Acrescia ainda o facto de uma decisão desse tipo nunca ter ocorrido anteriormente, o que levantava a questão do precedente e da rutura com normas implícitas profundamente enraizadas. A resolução do caso revelou-se longa e complexa, não por ausência de critérios formais, mas pela sobreposição entre esfera económica, visibilidade social e pertença comunitária.

Esta vinheta ilustra de forma exemplar como a identidade coletiva e a economia afetiva de uma comunidade se infiltram nas decisões aparentemente racionais e técnicas das organizações. O que está em causa não é apenas uma diferença salarial, mas a gestão de um equilíbrio simbólico que atravessa simultaneamente o espaço laboral, o espaço familiar e o espaço comunitário. A decisão económica torna-se indissociável da visibilidade social e da posição relativa dos sujeitos no tecido local.

Do ponto de vista da TCINP, esta situação permite compreender como a vergonha, o medo e o ressentimento operam como reguladores silenciosos da vida social. A vergonha surge aqui como afeto antecipatório, ligada à exposição pública e à comparação social; o medo manifesta-se como receio de rutura das normas implícitas e de desorganização do laço comunitário; o ressentimento aparece em potência, associado à percepção de desigualdade tornada visível e à suspeita de privilégio. Nenhum destes afetos é explicitamente nomeado na reunião, mas todos estruturam a discussão e condicionam a decisão.

Importa sublinhar que estes afetos não podem ser reduzidos a traços individuais ou a resistências psicológicas isoladas. Eles são o produto de uma identidade coletiva fortemente incorporada, na qual o trabalho, o estatuto social, o género, a moral religiosa e a pertença comunitária se encontram historicamente entrelaçados. A dificuldade em aplicar critérios abstratos de justiça ou mérito não decorre de ignorância ou má-fé, mas da necessidade implícita de preservar um equilíbrio simbólico que garante a coesão do grupo.

Este exemplo organizacional funciona, assim, como analisador privilegiado do que ocorre à escala nacional. Tal como numa empresa, também numa comunidade política a introdução de princípios como autonomia, igualdade formal ou participação encontra obstáculos que não são apenas institucionais ou ideológicos, mas afetivos e transgeracionais. A identidade nacional, enquanto construção simbólica incorporada, condiciona o que pode ser pensado, dito e feito sem gerar sentimentos de humilhação, ameaça ou injustiça vivida.

É precisamente neste ponto que a TCINP se afasta das abordagens normativas da participação social. Em vez de perguntar como impor modelos mais justos ou mais eficientes, interroga os afetos que tornam certas transformações insuportáveis ou perigosas para os sujeitos. A vergonha, o medo e o ressentimento surgem, assim, não como obstáculos acidentais ao progresso social, mas como sintomas de histórias coletivas não elaboradas, cuja compreensão é condição necessária para qualquer transformação duradoura do vínculo social.

A identidade nacional emerge, assim, como um lugar de articulação entre o sujeito e o coletivo, onde se entrelaçam história, afeto e pertença, e onde vergonha, medo e ressentimento funcionam menos como falhas a corrigir do que como sinais clínicos de processos identitários não elaborados, cuja compreensão se torna condição necessária para qualquer forma madura de participação social e política.

Esses afetos, longe de se esgotarem na experiência individual, inscrevem-se numa dinâmica de transmissão transgeracional da identidade, através da qual conflitos, silêncios e modos de relação com a autoridade e o coletivo são herdados, transformados ou reiterados ao longo do tempo.

Parte II – Genealogia e estrutura da Identidade Nacional

Capítulo 3 – Mitos de origem e narrativas fundadoras

- Origem histórica vs. origem simbólica – Tipologia dos modos fundacionais da Identidade Nacional (modelo clínico-simbólico da TCINP)
- Heróis, fundadores e figuras liminares
- Violência fundadora e legitimação

Vinheta – Portugal (ver também Parte IV – A Identidade Nacional Portuguesa)

Origem simbólica tardia, choque não fundador e fundação por promessa

Vinheta – Rosa Parks

Vinheta – Estados Unidos da América

As comunidades políticas não se limitam a herdar um passado: constroem narrativas sobre a sua origem que lhes permitem tornar-se pensáveis como totalidade, legitimar formas de autoridade e projetar um futuro comum. Os mitos de origem e as narrativas fundadoras não devem, por isso, ser entendidos como simples relatos do que aconteceu, mas como operações simbólicas centrais através das quais uma coletividade organiza a sua identidade, define pertenças e estabelece os limites do aceitável e do intolerável.

Na perspetiva da TCINP, importa distinguir a origem enquanto acontecimento histórico da origem enquanto construção simbólica. Esta distinção é decisiva, porque as identidades nacionais não se fundam todas do mesmo modo nem em torno do mesmo tipo de acontecimento. Algumas organizam-se em torno de uma figura fundadora e de uma filiação genealógica; outras cristalizam-se a partir de uma rutura traumática; outras ainda emergem de uma promessa de futuro partilhada, sustentada por uma multiplicidade de trajetórias individuais; e há, finalmente, casos em que a própria lei ou o processo institucional assume a função de mito fundador. Estes diferentes regimes fundacionais produzem economias afetivas distintas, modos específicos de transmissão e vulnerabilidades próprias em contextos de crise.

Os mitos de origem funcionam, assim, como dispositivos de condensação simbólica: selecionam episódios, constroem heróis e figuras liminares, silenciam ambiguidades e, não raramente, integram uma violência fundadora que, uma vez narrativizada, se torna aceitável, necessária ou mesmo glorificada. Analisá-los clinicamente implica interrogar não apenas o que uma nação diz sobre o seu nascimento, mas aquilo que precisa de ocultar, deslocar ou sublimar para sustentar a sua coerência identitária.

É neste enquadramento que o presente capítulo se propõe explorar a tensão entre origem histórica e origem simbólica, o papel dos heróis e fundadores – reais ou imaginários – e a função da violência fundadora na legitimação do poder. Longe de uma leitura celebratória ou desmistificadora, a abordagem adotada procura compreender de que modo estas narrativas continuam a operar no presente, estruturando afetos, expectativas e formas de pertença, e condicionando a maneira como as comunidades políticas respondem às suas próprias crises.

Tipologia dos modos fundacionais da Identidade Nacional (modelo clínico-simbólico da TCINP)

A análise dos mitos de origem e das narrativas fundadoras revela que as identidades nacionais não emergem todas do mesmo tipo de acontecimento nem se organizam em torno das mesmas operações simbólicas. Pelo contrário, podem identificar-se diferentes regimes fundacionais, cada um deles associado a formas específicas de coesão, transmissão, afetividade coletiva e vulnerabilidade clínica. A TCINP propõe, a título heurístico, uma tipologia de quatro modos fundacionais ideais, sublinhando que nenhuma comunidade histórica real corresponde de forma pura a um único modelo, mas que quase todas se organizam segundo a predominância de um deles.

Fundação por figura ou pai fundador (Modelo genealógico)

Núcleo simbólico

A identidade organiza-se em torno de uma figura fundadora encarnada, associada a um gesto inaugural decisivo – frequentemente violento – que institui uma separação clara entre um “antes” e um “depois”, bem como entre um “nós” e um “eles”. A autoridade política e simbólica deriva dessa filiação originária, transmitida verticalmente ao longo do tempo.

Pergunta fundadora implícita: Quem somos? → Somos filhos daquele que nos fundou.

Função clínica

Este modelo fornece forte coerência narrativa, continuidade histórica e um Ideal do Eu coletivo estruturante, frequentemente associado a ideias de grandeza, missão ou excecionalidade.

Riscos patológicos

Tendência à nostalgia, dependência da autoridade, dificuldade em atualizar o projeto coletivo e propensão para regressões simbólicas em contextos de crise (“necessidade de um novo pai”).

Exemplos predominantes

Portugal (Afonso Henriques), França monárquica, Rússia imperial.

Fundação por trauma ou rutura (Modelo sacrificial)

Núcleo simbólico

A identidade constitui-se a partir de uma perda, catástrofe, humilhação ou violência extrema que marca de forma irreversível a memória coletiva. O acontecimento fundador é vivido como ferida, e a sobrevivência torna-se elemento central da definição do grupo.

Pergunta fundadora implícita

Quem somos? → Somos aqueles que sobreviveram a isto.

Função clínica

Produz coesão defensiva, vigilância histórica e forte sentido de solidariedade interna, podendo gerar notável resiliência coletiva.

Riscos patológicos

Fixação na vitimização, identidade reativa, dificuldade em projetar futuro e tendência à instrumentalização política da memória.

Exemplos predominantes

Israel, Arménia, Polónia; parcialmente, a Alemanha pós-1945.

Fundação por sonho ou promessa (Modelo prospectivo)

Núcleo simbólico

Na ausência de um passado comum ou de uma figura fundadora única, a identidade organiza-se em torno de uma promessa de futuro partilhada. O que une os sujeitos não é a origem, mas a expectativa; não a filiação, mas o projeto. A multiplicidade de trajetórias individuais torna-se, paradoxalmente, o próprio cimento identitário.

Pergunta fundadora implícita

Quem somos? → Somos aqueles que acreditam que podem tornar-se algo.

Função clínica

Gera enorme energia social, autoriza o risco, sustém movimentos migratórios e incentiva a inovação e a mobilidade simbólica.

Riscos patológicos

Ansiedade permanente, individualização da culpa pelo fracasso, frustração acumulada quando a promessa se torna inacessível e risco de deslizamento da utopia para a distopia.

Exemplos predominantes

Estados Unidos; em parte, Canadá e Austrália.

Fundação por lei ou processo (Modelo institucional)

Núcleo simbólico

A identidade funda-se menos em figuras ou acontecimentos e mais na adesão a um conjunto de regras, procedimentos e princípios jurídicos. A constituição, o Estado de direito e a previsibilidade institucional funcionam como mitos fundadores racionalizados.

Pergunta fundadora implícita

Quem somos? → Somos aqueles que aceitam e respeitam estas regras.

Função clínica

Garante estabilidade, previsibilidade e contenção do conflito, reduzindo tendências messiânicas ou personalistas.

Riscos patológicos

Baixo investimento afetivo, frieza identitária, dificuldade de mobilização em contextos de crise e tendência à tecnocratização excessiva do vínculo social.

Exemplos predominantes

Suíça, Países nórdicos (em parte), União Europeia enquanto projeto ainda incompleto. Esta tipologia não pretende classificar identidades nacionais de forma rígida, mas oferecer uma grelha clínica e simbólica que permita compreender por que razão certos acontecimentos se tornam fundadores e outros não, por que razão algumas narrativas mobilizam afetos duradouros e outras se esgotam, e por que razão as crises identitárias assumem formas distintas conforme o regime fundacional dominante. É a partir desta

grelha que os mitos de origem, as figuras liminares e a violência fundadora podem ser analisados não como relatos do passado, mas como operadores ativos da vida coletiva.

Origem histórica vs. origem simbólica

A origem de uma comunidade política pode ser abordada a partir de dois planos distintos, embora profundamente articulados: o plano da origem histórica, enquanto conjunto de acontecimentos datáveis, documentáveis e inscritos numa sequência factual, e o plano da origem simbólica, enquanto narrativa construída, transmitida e investida de sentido ao longo do tempo. Esta distinção não é meramente metodológica; ela é decisiva para compreender por que razão certos episódios históricos adquirem estatuto fundador, enquanto outros, por vezes igualmente decisivos, permanecem periféricos ou são progressivamente silenciados.

Do ponto de vista da TCINP, a origem simbólica não é uma deformação da história nem uma simples mitificação posterior. Ela corresponde antes a um trabalho coletivo de seleção, condensação e significação, através do qual uma comunidade transforma um passado heterogéneo num ponto de partida inteligível e partilhável. A narrativa fundadora não visa a exatidão factual, mas a coerência identitária: organiza um “começo” que permita ligar passado, presente e futuro, oferecendo ao grupo uma imagem de si suficientemente estável para sustentar a pertença e a transmissão.

É neste sentido que a origem simbólica pode divergir, por deslocamento ou intensificação, da origem histórica. Episódios ambíguos tendem a ser simplificados, conflitos internos são frequentemente apagados, e a violência inaugural pode ser legitimada, sublimada ou convertida em gesto necessário. O que está em jogo não é a falsificação do passado, mas a produção de um fundamento narrativo capaz de responder à pergunta identitária fundamental: como começámos a ser nós?

A distinção entre origem histórica e origem simbólica permite, assim, compreender que os mitos de origem não pertencem apenas ao passado remoto. Eles continuam a operar no presente como matrizes de interpretação, regulando afetos, expectativas e formas de legitimação do poder. É a partir desta grelha que se torna possível analisar tanto fundações assentes numa figura ou num acontecimento inaugural, como aquelas que emergem de processos mais difusos, sustentados por promessas, ideais ou projetos coletivos.

Vinheta – Portugal

(ver também Parte IV – A Identidade Nacional Portuguesa)

A fundação histórica e a condensação simbólica da origem

No caso português, a distinção entre origem histórica e origem simbólica apresenta-se de forma particularmente clara, precisamente porque ambas se organizam em torno de uma mesma figura: D. Afonso Henriques. Historicamente, a formação do reino de Portugal resulta de um processo longo, marcado por conflitos dinásticos, alianças instáveis, disputas territoriais e negociações políticas complexas, inscritas no contexto mais vasto da Península Ibérica medieval. Nada neste processo é linear, inevitável ou isento de ambiguidades.

Contudo, ao nível simbólico, essa complexidade é progressivamente condensada numa narrativa fundadora relativamente simples e eficaz: um fundador, um gesto inaugural, uma separação clara e o nascimento de uma comunidade política distinta. A figura de Afonso Henriques opera, assim, menos como personagem histórica no sentido estrito e mais como pai fundador, isto é, como ponto de ancoragem identitária a partir do qual a comunidade se reconhece como tal. A origem simbólica não elimina a história, mas reorganiza-a em torno de um núcleo que torna possível a filiação coletiva.

É com esta condensação simbólica que emerge, de forma precoce, a ideia de grandeza enquanto horizonte identitário. Não se trata apenas da afirmação de independência face a outros poderes, mas da inscrição de um projeto implícito de excecionalidade e missão, que será posteriormente reconfigurado ao longo dos séculos, mas raramente abandonado. A grandeza não funciona aqui como descrição da realidade histórica, mas como Ideal do Eu coletivo, transmitido de forma transgeracional e incorporado como expectativa silenciosa sobre o lugar de Portugal no mundo.

Do ponto de vista clínico, esta fundação genealógica oferece uma forte coerência identitária e um sentimento de continuidade, mas comporta também fragilidades específicas. A centralidade da figura fundadora tende a reforçar uma relação ambivalente com a autoridade, bem como uma dificuldade recorrente em atualizar o projeto coletivo quando a distância entre a promessa simbólica e a experiência histórica se torna demasiado evidente. A origem simbólica, ao mesmo tempo que estrutura, pode tornar-se pesada quando já não encontra formas renovadas de inscrição no presente.

Esta vinheta permite compreender como, no caso português, a origem simbólica não se limita a narrar um começo, mas continua a operar como matriz interpretativa do tempo longo, condicionando a forma como a comunidade lê os seus sucessos, fracassos, crises e expectativas de futuro. É a partir desta fundação condensada que se torna possível, mais adiante, interrogar tanto os momentos de rutura como as persistências identitárias que atravessam a história nacional.

Origem simbólica tardia, choque não fundador e fundação por promessa

Ao contrário do caso português, a identidade nacional dos Estados Unidos não se organiza primordialmente em torno de uma figura fundadora única nem de uma origem simbólica condensada num momento inaugural claro. Embora a independência política e a Constituição possam ser identificadas como marcos históricos decisivos, elas não funcionam, por si só, como núcleo fundador pleno no plano simbólico. A identidade americana constrói-se de forma mais tardia, fragmentada e processual, resultando da articulação entre acontecimentos exemplares, choques traumáticos contidos e, sobretudo, de uma promessa de futuro partilhada.

O caso de Rosa Parks ilustra de forma paradigmática esta fundação simbólica a partir do intolerável. O gesto aparentemente banal – recusar ceder o lugar num autocarro – não inaugura o Estado nem cria novas instituições, mas expõe subitamente a insustentabilidade moral de um regime vivido quotidianamente como humilhação. Aqui, a origem simbólica não coincide com o nascimento histórico da nação, mas emerge muito depois, quando a saturação afetiva transforma um sintoma individual em linguagem coletiva. Rosa Parks não funda por autoridade nem por excecionalidade heroica, mas por identificação transversal: qualquer pessoa podia reconhecer-se naquele gesto mínimo que torna visível aquilo que já não pode ser suportado.

Vinheta – Rosa Parks

Rosa Parks e o “pequeno gesto” – Como um ato banal desencadeia uma rutura nacional. O que aconteceu em Montgomery não foi um acidente histórico, nem um milagre moral. Foi a ativação súbita de uma tensão acumulada. O gesto só foi “banal” na superfície.

Mecanismos

Saturação simbólica prévia

Antes de 1955, a população afroamericana vivia há décadas num regime de humilhação quotidiana, segregação legalizada, “violência simbólica constante, “ausência de canais eficazes de reparação.

Clinicamente: o sistema estava saturado de micro-traumas não elaborados.

Nestas condições, qualquer novo episódio deixa de ser apenas mais um, passa a ser o último tolerável. O cataclismo não nasce do evento, mas da acumulação silenciosa anterior.

Banalidade máxima, injustiça máxima

O lugar no autocarro é crucial por três razões: É um espaço quotidiano (não político, não excecional), envolve o corpo (sentar/levantar-se), exprime hierarquia de forma visível. Rosa Parks não fez um discurso, não atacou, não provocou. Ela permaneceu sentada. Clinicamente: isto é decisivo, a injustiça torna-se insustentável quando já não precisa de se justificar. O sistema aparece nu.

Identificação imediata e transversal

O gesto foi compreendido instantaneamente porque qualquer pessoa conhecia aquela situação, qualquer corpo já tinha passado por ali, qualquer afroamericano podia ser Rosa Parks.

A identificação foi horizontal e imediata, não mediada por ideologia complexa.

Isto diferencia estes eventos de discursos abstratos, programas políticos, reformas técnicas.

Existência de estruturas latentes de organização

Muito importante: o gesto não cai no vazio.

Já existiam redes comunitárias, igrejas organizadas, lideranças emergentes (ex.: Martin Luther King Jr.), memória de lutas anteriores.

Clinicamente: o acontecimento atua como gatilho, não como causa.

Sem estas estruturas o gesto teria sido reprimido, esquecido, isolado.

Assimetria moral absoluta

O sistema respondeu com punição, prisão, coerção legal.

Mas já não havia simetria possível. A imagem pública era de uma mulher calma, respeitável, cansada, punida por permanecer sentada.

Aqui dá-se o colapso moral do regime segregacionista no plano simbólico. O poder ainda existe – mas perde legitimidade visível.

Passagem do privado ao político

Este é talvez o mais importante para a teoria.

O que acontece é que algo vivido como problema privado (“é assim que as coisas são”), torna-se problema público e coletivo (“isto não é aceitável”).

É o momento em que o sofrimento deixa de ser interiorizado, a vergonha muda de lado, o medo começa a deslocar-se.

Clinicamente: o sintoma individual transforma-se em linguagem coletiva.

Porque é que isto produziu “cataclismo” e não apenas protesto?

Porque todos estes fatores coincidem no mesmo ponto temporal: saturação, banalidade, identificação, organização, assimetria moral, politização do quotidiano...

Quando isto acontece, a mudança torna-se irreversível, mesmo que lenta, O sistema pode resistir, mas já não pode regressar ao estado anterior.

Ligação à TCINP

O que este exemplo oferece, teoricamente:

As grandes rutura identitárias não nascem de grandes discursos, mas de pequenos gestos que tornam visível aquilo que já não pode continuar invisível.

Nota: Portugal teve muitos momentos de saturação, mas raramente com identificação transversal, com estruturas organizadas, com tradução política imediata. Isso ajuda a explicar longas durações, esperas, deslocamentos da esperança para o sagrado ou para a autoridade.

Rosa Parks mostra o que acontece quando o povo se reconhece a si próprio num gesto.

Vinheta – Estados Unidos da América

Em contraste, o assassinato de John Fitzgerald Kennedy constitui um exemplo elucidativo de choque traumático que não se converte em fundação simbólica. Apesar do impacto emocional global, da violência do acontecimento e do luto coletivo profundo, a morte de Kennedy não obriga a uma redefinição estrutural da identidade nacional. Kennedy funcionava sobretudo como Ideal do Eu coletivo – promessa encarnada de futuro – e não como espelho do sofrimento quotidiano partilhado. O trauma é elaborado como perda, não como revelação de uma injustiça estrutural; as instituições absorvem o choque, garantindo continuidade e evitando a abertura de uma fenda identitária duradoura. Este contraste permite distinguir, de forma clara, trauma de rutura fundadora.

É, porém, no chamado **“sonho americano”** que se encontra o núcleo mais consistente da origem simbólica dos Estados Unidos. Trata-se de uma fundação não genealógica, assente numa promessa de mobilidade, realização e reinvenção individual, partilhada por sucessivas vagas migratórias de origens diversas. A identidade não se define pela filiação nem pelo passado comum, mas pela expectativa: não “somos filhos de”, mas “podemos tornar-nos algo”. A multiplicidade de trajetórias individuais exemplares – do engraxador ao milionário, do migrante ao empreendedor – funciona como substituto simbólico do fundador, permitindo uma identificação horizontal e repetível.

Do ponto de vista clínico, esta fundação por promessa produz uma enorme energia social, legitima o risco e sustenta a capacidade de projeção no futuro. Contudo, comporta também vulnerabilidades específicas: a ansiedade permanente, a individualização da culpa pelo fracasso e o risco de deslizamento da utopia para a distopia quando a promessa deixa de ser credível ou acessível a todos. A violência histórica da conquista e da exclusão é, neste modelo, frequentemente deslocada para o plano cultural ou cinematográfico, de modo a não contaminar o núcleo identitário fundado na abertura e na possibilidade.

Esta vinheta permite compreender que a origem simbólica pode ser tardia, descontínua e dissociada do momento de nascimento do Estado, e que uma identidade nacional pode fundar-se não num passado partilhado, mas num projeto de futuro. Ao fazê-lo, evidencia-se que diferentes regimes fundacionais produzem não apenas narrativas distintas, mas economias afetivas específicas e formas singulares de relação com a crise, a memória e a esperança.

As dinâmicas migratórias contemporâneas, tanto em direção aos Estados Unidos como à Europa, mostram que estas narrativas fundadoras permanecem ativas muito para além do seu contexto histórico de emergência. Milhões de pessoas continuam a deslocar-se não apenas por necessidade material, mas em busca da concretização de um futuro imaginado como possível, investindo afetivamente promessas que funcionam como prolongamentos modernos do sonho fundador. Quando essas promessas se tornam inacessíveis ou assimétricas, a tensão entre expectativa e realidade tende a produzir frustração, ressentimento e desorganização do laço social, tanto nos que chegam como nas sociedades de acolhimento.

Num plano mais profundo, esta persistência do movimento convida a interrogar se a fundação por promessa não reencontra uma matriz antropológica mais antiga: a do *Homo sapiens* que, ao abandonar África, inaugurou uma história marcada pela deslocação, pela projeção e pela insatisfação constitutiva face ao dado. Sem reduzir os fenómenos migratórios a uma constante biológica, esta perspetiva permite compreender por que razão as narrativas de origem e de futuro continuam a ser condições necessárias para que o movimento humano se torne fundação identitária e não mera errância.

... é por tudo isto que um dia chegaremos a Marte...

Se tirarmos o registo poético e a lermos clinicamente, esta frase pode significar “chegaremos a Marte” não apenas por tecnologia, mas porque o humano não suporta permanecer onde o sentido se esgota.

O Out of África, as migrações históricas, o sonho americano, as diásporas contemporâneas e até, a projeção para Marte pertencem à mesma família simbólica: a deslocação como tentativa de reinscrever futuro quando o presente se torna invivível ou estreito.

Do ponto de vista da TCINP, isto é quase uma tese implícita:

- as identidades coletivas organizam-se para tornar o movimento habitável;
- quando deixam de o conseguir, o movimento reaparece em bruto, como fuga, errância ou utopia tecnológica.

Marte é menos um destino físico do que um significante de promessa radical, um novo “começo possível”.

Dois regimes fundacionais distintos

Pai fundador vs. sonho fundador

O caso português é clássico no sentido antropológico: há um pai fundador (Afonso Henriques), um gesto inaugural violento, uma separação clara, uma filiação simbólica forte, uma ideia de grandeza que se transmite verticalmente.

O modelo genealógico de identidade

O caso americano é outra coisa.

Não há pai fundador único (Washington não cumpre essa função), nem narrativa de origem “milagrosa”, nem continuidade simbólica profunda com a terra. O que há é um projeto, não uma filiação. Isto é decisivo.

A fundação americana: identidade sem pai, mas com promessa

Os EUA não nascem de uma linhagem, um território ancestral, um passado mítico comum.

Nascem de algo muito mais moderno e instável: uma promessa de futuro.

O que une os migrantes não é a origem, é a expectativa.

Clinicamente a identidade americana é prospectiva, não retrospectiva

Ela não diz “somos filhos de...” mas: “seremos algo, se ousarmos”.

A multiplicidade de figuras como substituto do fundador

Onde não há pai fundador, surge outra coisa: a série infinita de histórias individuais exemplares:

O engraxador que se torna milionário.

Essas figuras não fundam por autoridade, fundam por repetibilidade narrativa.

Qualquer um pode ser fundador à posteriori.

Isto cria identificação horizontal, mobilidade simbólica, mas também ansiedade permanente.

O “American Dream” como operador clínico central

O sonho americano funciona como Ideal do Eu coletivo, motor de ação, justificação do risco, contenção da frustração.

Mas com uma condição implícita brutal: se falhares, a responsabilidade é tua.

Ao contrário do modelo genealógico (pai/Estado/providência), aqui temos um modelo individualizante.

Clinicamente: produz energia, mas também culpa e uma competição permanente.

Os casinos não são um detalhe, são a metáfora perfeita da cultura do risco.

Por que razão o faroeste não é fundador (mas o sonho é)

As guerras do faroeste entram no cinema, na diversão, no mito pop, mas não estruturam a identidade profunda. Porquê? Porque são episódicas, violentas, incompatíveis com a promessa universal.

O sonho americano não pode fundar-se na exclusão explícita, tem de manter a ficção de abertura.

O conflito é estetizado para não contaminar o núcleo identitário.

Migrações contemporâneas: o sonho como narcótico

(Ponto muito atual e delicado)

Os migrantes do Norte de África e Médio Oriente para a Europa, da América Latina para os EUA, não fogem apenas da miséria material. Fogem de Estados falhados, narrativas colapsadas, futuros inexistentes.

Eles não procuram “riqueza”, procuram sentido e previsibilidade.

O sonho americano (e, em menor grau, europeu) funciona como anestesia do presente em troca de promessa futura.

Clinicamente: sustém o movimento, mas adia a elaboração do trauma.

Fundar-se num sonho: força e perigo

O perigo não está no sonho em si, mas na sua impossibilidade estrutural de cumprimento universal.

Quando o sonho deixa de ser realizável para muitos, mas continua a ser prometido, o risco é a passagem da utopia à distopia.

A frustração acumulada pode gerar cinismo, radicalização, violência simbólica ou real.

Sapiens migração e insatisfação (questão antropológica-existencial)

Há argumentos para dizer que o humano é um animal de deslocação, não apenas por necessidade, mas por insatisfação constitutiva.

Desde a saída de África migramos, reinventamos, projetamos futuro.

Mas há uma diferença crucial quando a migração é acompanhada por narrativa habitável, ela funda; quando não é, ela desorganiza.

O sonho americano foi, durante muito tempo, uma das narrativas mais potentes já criadas. Hoje, está sob tensão.

Formulação teórica (TCINP)

As identidades nacionais podem fundar-se numa figura (pai), num território ou num sonho.

As primeiras tendem à continuidade e à nostalgia, as segundas, à mobilidade e à ansiedade.

Quando o sonho deixa de ser credível, a identidade fundada nele entra rapidamente em crise.

Ligação a Portugal

Portugal nasceu com pai e grandeza; os EUA, sem pai, mas com promessa. Talvez por isso, Portugal oscile entre espera e autoridade; os EUA entre risco e colapso.

Violência fundadora e legitimação

A análise dos mitos de origem revela que a violência ocupa frequentemente um lugar paradoxal na constituição das identidades nacionais. Longe de ser apenas um excesso ou uma patologia do processo histórico, a violência aparece, em muitos casos, como operador fundador: é ela que introduz uma rutura clara entre um “antes” e um “depois”, tornando possível a emergência de uma nova ordem política e simbólica. Contudo, a violência, por si só, não funda; é a sua legitimação posterior que determina se um acontecimento violento se transforma em origem simbólica ou permanece como ferida aberta.

No mundo antigo, nomeadamente no contexto do declínio do Império Romano e das chamadas invasões dos povos bárbaros, a violência fundadora inscrevia-se numa gramática política amplamente partilhada. A conquista territorial, a substituição de elites e a imposição de novos poderes eram acontecimentos esperados e relativamente inteligíveis dentro do horizonte simbólico da época. O essencial não residia na ausência de violência, mas na capacidade de, após a conquista, instaurar formas de continuidade que tornassem o novo poder habitável.

A legitimação processava-se, então, através de mecanismos relativamente estáveis: a apropriação seletiva das instituições existentes, a manutenção do quotidiano administrativo, a conversão religiosa ou cultural dos conquistadores, a genealogização do poder por via de alianças matrimoniais e a produção de narrativas que reinscreviam a violência inaugural como etapa necessária de uma ordem superior. A violência fundadora tendia, assim, a ser progressivamente recalcada, transformada em origem distante e transmitida de forma simbólica às gerações seguintes, já desprovida do seu carácter traumático imediato.

Do ponto de vista clínico, uma violência torna-se legitimável quando deixa de ser vivida como ameaça permanente. A estabilização do quotidiano, a previsibilidade mínima das relações de poder e a instalação de uma narrativa explicativa permitem que o medo diminua, mesmo que a justiça permaneça imperfeita. A legitimação não é, portanto, primariamente moral ou jurídica, mas afetiva e temporal: ela exige tempo, distância e capacidade de simbolização. Quando estes elementos estão presentes, a violência pode

ser integrada na memória coletiva como origem; quando falham, ela permanece como trauma ativo.

A diferença fundamental entre o mundo antigo e o mundo contemporâneo reside precisamente nas condições de possibilidade dessa legitimação. No presente, a violência fundadora ocorre num contexto marcado por identidades nacionais já estabilizadas, por sistemas jurídicos internacionais, por uma circulação global de imagens e narrativas e por uma memória histórica densa. A violência deixa de poder ser facilmente recalcada ou reinterpretada como necessidade histórica, entrando em conflito direto com normas explícitas de legitimidade e com a experiência vivida das populações afetadas.

Nestas condições, a violência tende a produzir o efeito inverso daquele que historicamente lhe era atribuído. Em vez de fundar uma nova identidade ou de legitimar um novo poder, ela reforça identidades pré-existentes, cristaliza posições defensivas e transforma-se em motor de resistência. A violência já não inaugura um “novo começo”, mas fixa o conflito, impedindo a elaboração simbólica e prolongando o estado de exceção no plano afetivo e político.

A TCINP propõe, assim, uma distinção essencial: a violência só funda quando pode ser simbolizada, recalcada e transmitida sem reativar continuamente o trauma. Quando ocorre fora do seu tempo histórico ou contra comunidades cuja identidade já se encontra consolidada, a violência perde a sua função fundadora e converte-se num fator de radicalização identitária. Este deslocamento ajuda a compreender por que razão certos episódios históricos deram origem a ordens políticas duráveis, enquanto outros, apesar da sua intensidade e visibilidade, permanecem incapazes de produzir legitimação.

Esta leitura permite ainda articular a violência fundadora com as narrativas de origem analisadas anteriormente. Seja através da figura de um fundador, de um trauma partilhado ou de uma promessa de futuro, a questão decisiva não é a ausência de violência, mas a forma como ela é integrada – ou não – numa narrativa capaz de sustentar a pertença coletiva. É a partir desta grelha que se torna possível analisar os limites contemporâneos da legitimação pela força e compreender por que razão, no presente, a violência tende cada vez menos a fundar e cada vez mais a expor o impensável.

Quando a violência deixa de poder ser simbolizada como origem e se torna experiência presente e reiterada, ela já não funda nem legitima, mas fixa o conflito e radicaliza as identidades, abrindo um novo campo de análise que obriga a deslocar o olhar dos mitos do passado para as crises identitárias do presente.

Capítulo 4 – Crise contemporânea, violência e identidade em formação (Território, fronteiras e corpo nacional)

- A relação com o espaço
- Fronteira como proteção e ferida
- Mar, terra, exílio e expansão
- O corpo da nação: centro e periferias

Vinheta – Ucrânia

Território, fronteiras e corpo nacional

Se os capítulos anteriores se concentraram nos mitos de origem e nas narrativas fundadoras enquanto construções simbólicas estabilizadas pelo tempo, o presente capítulo desloca o olhar para um contexto radicalmente distinto: o das crises identitárias contemporâneas, em que a violência não pertence ao passado narrado, mas ao presente vivido. Aqui, a questão já não é compreender como a violência pôde ser transformada em origem, mas analisar o que acontece quando essa transformação falha, quando o tempo simbólico é insuficiente e quando a identidade se constrói sob pressão direta da ameaça.

No mundo atual, marcado por Estados-nação consolidados, por uma circulação global de imagens e por uma memória histórica densamente partilhada, a violência tende cada vez menos a fundar e cada vez mais a expor. Em vez de inaugurar novas ordens legítimas, ela atua como revelador das linhas de fratura existentes, intensificando processos de identificação defensiva e cristalizando posições que tornam o compromisso simbólico difícil, senão impossível. É neste quadro que a TCINP propõe analisar certos conflitos contemporâneos não como “retornos do passado”, mas como situações-limite, onde a identidade nacional se encontra em processo acelerado de afirmação sob condições de extrema pressão afetiva e política.

O caso ucraniano constitui, neste sentido, um analisador privilegiado. Não apenas pela sua gravidade ou visibilidade internacional, mas porque permite observar, quase em tempo real, os efeitos de uma violência que pretende fundar – ou refundar – uma ordem política num contexto em que as condições de legitimação simbólica já não estão reunidas.

Vinheta – Ucrânia

Violência que não funda e identidade que se cristaliza na resistência?

A invasão do território ucraniano por forças externas ocorre num contexto em que a identidade nacional da Ucrânia, embora historicamente marcada por dominação, fragmentação e ambivalência geopolítica, se encontrava já suficientemente constituída para funcionar como referente coletivo mobilizador. A violência exercida não incide sobre um espaço identitário vazio ou difuso, mas sobre uma comunidade política que se reconhece como tal, com língua, memória, símbolos e expectativas de soberania partilhadas.

Do ponto de vista da TCINP, este dado é decisivo. A violência que se exerce sobre uma identidade já formada não opera como gesto fundador, mas como agente de condensação identitária defensiva. Em vez de produzir filiação, produz fronteira; em vez de gerar pertença ao novo poder, reforça a pertença ao coletivo ameaçado. A tentativa de legitimação pela força entra imediatamente em conflito com a experiência vivida da população, que não percebe a violência como origem possível, mas como agressão ilegítima e reiterada.

Ao contrário dos processos históricos em que a violência fundadora pôde ser progressivamente recalçada, genealogizada ou narrativizada como necessidade histórica, a violência contemporânea permanece exposta, mediatizada e continuamente reatualizada. Cada ataque, cada deslocação forçada, cada destruição urbana reabre a ferida, impedindo a sedimentação simbólica e mantendo o conflito num presente contínuo. Não há tempo psíquico para a transformação da violência em mito; há apenas repetição traumática.

Este contexto produz um efeito paradoxal: quanto mais intensa e prolongada é a violência, menos eficaz ela se torna enquanto instrumento de legitimação. Longe de enfraquecer a identidade nacional ucraniana, a agressão externa contribui para a sua consolidação acelerada, transformando a resistência num núcleo identitário central. A violência deixa de ser fundadora no sentido clássico e passa a funcionar como catalisador de uma identidade de resistência, fortemente investida afetivamente e dificilmente negociável no curto prazo.

Do ponto de vista clínico, este processo evidencia um deslocamento importante face aos modelos históricos analisados anteriormente. A identidade não se constrói aqui pela promessa de futuro nem pela filiação simbólica a um fundador, mas pela partilha imediata de uma ameaça comum. O “nós” emerge menos como projeto do que como necessidade defensiva, menos como narrativa elaborada do que como experiência incorporada de sobrevivência coletiva.

Esta vinheta permite, assim, compreender um dos limites centrais da violência no mundo contemporâneo: quando a violência já não pode ser simbolizada como origem, ela deixa de fundar e passa a radicalizar. Em vez de produzir legitimidade, produz antagonismo durável; em vez de abrir um novo ciclo histórico, fixa o conflito numa temporalidade suspensão, onde a identidade se reforça precisamente pela impossibilidade de integração do agressor na narrativa coletiva.

Quando a violência deixa de poder ser simbolizada como origem e se torna experiência presente e reiterada, ela já não funda nem legitima, mas fixa o conflito e radicaliza as identidades, abrindo um novo campo de análise que obriga a deslocar o olhar dos mitos do passado para as crises identitárias do presente.

A formação do novo corpo europeu: dessacralização negociada e os seus limites

A tentativa de construção do espaço político europeu introduz um caso historicamente excecional na análise das fronteiras, da violência e da legitimação. Ao contrário dos processos clássicos de formação política, a União Europeia procurou dessacralizar fronteiras sem recorrer à violência fundadora, substituindo a lógica da defesa armada por uma arquitetura de regras, tratados e procedimentos. Neste sentido, o território deixa de ser o núcleo absoluto da soberania, sendo parcialmente deslocado para um plano processual e jurídico.

Esta dessacralização negociada não equivale, contudo, à negação das fronteiras, mas à sua transformação simbólica. As fronteiras europeias não desaparecem: tornam-se permeáveis, reguladas, administradas, perdendo progressivamente o estatuto de linha identitária absoluta que, durante séculos, estruturou a vida política do continente. Trata-se de uma mutação profunda do imaginário político europeu, que só foi possível em condições muito específicas.

Importa sublinhar que este processo não emerge de uma situação de fragilidade, mas de segurança relativa. A dessacralização das fronteiras europeias foi possível porque os Estados-nação estavam já estabilizados, porque a ameaça externa se encontrava contida no quadro da Guerra Fria e porque a memória da destruição provocada pelas guerras mundiais permanecia suficientemente viva para funcionar como travão simbólico à repetição da violência. A renúncia parcial à sacralidade territorial não nasce da inocência, mas da exaustão histórica.

Do ponto de vista da TCINP, a União Europeia pode ser lida como a tentativa de formação de um novo corpo político, não fundado por violência inaugural nem por figura paterna, mas por um pacto reflexivo entre identidades já constituídas. Trata-se de uma experiência singular de legitimação sem mito fundador clássico, cuja coesão depende

menos de afetos identitários intensos e mais da confiança nos processos, nas regras e na previsibilidade institucional.

É precisamente aqui que residem as suas fragilidades. A ausência de violência fundadora e de sacralização simbólica torna o corpo europeu menos mobilizável em contextos de crise aguda, mais vulnerável à erosão da confiança e mais exposto a regressões identitárias quando a segurança deixa de ser garantida. A comparação implícita com a trajetória do império russo – marcado pela persistência da sacralização territorial, da verticalidade do poder e da legitimação pela força – evidencia dois modelos divergentes de relação entre território, identidade e violência, cujos destinos permanecem em aberto.

Esta análise não permite concluir se a dessacralização europeia constitui uma superação duradoura dos modelos fundacionais anteriores ou apenas uma suspensão provisória, dependente de condições históricas excepcionais. O que ela mostra, com clareza, é que a renúncia à violência fundadora não elimina a questão da legitimação: apenas a desloca para um terreno mais frágil, onde a identidade coletiva depende menos do passado mítico e mais da capacidade de sustentar, no presente, um futuro comum credível.

Entre a violência que já não funda, a identidade que se cristaliza na resistência e a tentativa europeia de dessacralizar fronteiras através do processo e da regra, emerge um quadro inédito em que a legitimação política deixa de poder assentar no mito, no território ou na força, passando a depender da capacidade, sempre frágil e reversível, de sustentar segurança, confiança e futuro comum num mundo em aceleração.

Mar, terra, exílio e expansão: Portugal como fronteira aberta e ferida estrutural

Nem todas as identidades nacionais se constroem a partir de uma relação estável com o território. Há casos em que o espaço geográfico funciona menos como âncora e mais como ponto de partida. Portugal constitui, neste sentido, um caso singular na história europeia: um território pequeno, situado na extremidade ocidental do continente, cuja identidade coletiva se estruturou desde cedo não apenas na defesa da terra, mas na abertura ao exterior.

O mar, enquanto horizonte simbólico dominante, produziu um efeito ambivalente: foi simultaneamente abertura, promessa, possibilidade de grandeza – e também deslocação, fuga, adiamento do confronto com o interior. A expansão ultramarina pode ser lida, do ponto de vista clínico, não apenas como projeto político ou económico, mas como deslocação do conflito identitário para fora do território originário. Quando o espaço interno se torna estreito, a solução encontra-se no exterior.

Esta lógica repete-se, sob outras formas, ao longo da história: nas sucessivas vagas de emigração, no exílio político, nas diásporas económicas, na fuga de cérebros contemporânea. O território nacional mantém-se como lugar de pertença afetiva, mas não como lugar suficientemente habitável para o futuro. Parte-se para sobreviver, parte-se para crescer, parte-se para não colapsar.

Do ponto de vista da TCINP, este padrão sugere uma relação particular com a fronteira, não apenas fronteira como limite a defender, mas fronteira como ponto de passagem privilegiado.

A identidade constrói-se menos na fixação territorial e mais na oscilação entre permanência e partida.

Esta configuração produz uma identidade simultaneamente aberta e fragilizada: aberta à alteridade, à mestiçagem cultural, à adaptação; fragilizada na sua capacidade de consolidar investimento coletivo duradouro no próprio espaço. O território torna-se casa afetiva, mas não plenamente lugar de projeto.

A fronteira portuguesa, mais do que linha de defesa, funciona muitas vezes como zona de ambivalência: protege e limita, mas também convoca à travessia. Esta ambivalência ajuda a compreender por que razão certos projetos de futuro são frequentemente deslocados para fora – para o império, para a emigração, para a promessa externa – em vez de plenamente inscritos no espaço nacional.

O corpo da nação: centro e periferias: Descoordenação, ressentimento e fragilidade do vínculo

Se a identidade nacional pode ser pensada como corpo simbólico, então a relação entre centro e periferias torna-se clinicamente reveladora. O centro tende a concentrar voz, narrativa oficial, reconhecimento institucional e visibilidade simbólica. As periferias – geográficas, económicas, culturais – vivem frequentemente a pertença de forma ambivalente: fazem parte do corpo, mas sentem-se menos vistas, menos escutadas, menos reconhecidas.

Esta assimetria não é apenas administrativa ou económica. Ela produz efeitos afetivos estruturais: ressentimento, desinvestimento, sensação de abandono, dificuldade em reconhecer o centro como representante legítimo do coletivo. O corpo nacional começa então a funcionar de forma descoordenada: partes que não se sentem plenamente integradas, zonas que oscilam entre pertença e desligamento, membros que já não reconhecem plenamente a cabeça como instância de sentido.

Em contextos de crise – económica, política, identitária – esta fragilidade torna-se mais visível. O discurso do centro perde capacidade de mobilização simbólica; surgem narrativas alternativas locais; instala-se uma lógica de fragmentação afetiva que enfraquece o sentimento de destino comum. Não se trata de secessão formal, mas de erosão progressiva do investimento subjetivo no coletivo.

Do ponto de vista da TCINP, este fenómeno revela que a coesão identitária não depende apenas de fronteiras externas, mas também da qualidade da circulação simbólica interna: reconhecimento, justiça percebida, visibilidade recíproca, sentimento de participação. Quando essas condições falham, a identidade nacional mantém-se formalmente intacta, mas começa a fragmentar-se na experiência vivida.

A metáfora do corpo permite aqui compreender algo essencial: um corpo político pode manter-se juridicamente uno e, ainda assim, funcionar clinicamente de forma desorganizada. O desafio contemporâneo não é apenas proteger as fronteiras externas, mas restaurar a circulação simbólica interna que permite ao coletivo reconhecer-se como unidade viva e não como agregado administrativo.

Parte III – Rituais, afetos e temporalidade

Capítulo 5 – Futuro, utopia e distopia

- O futuro como operador identitário
- A utopia: função, limites e esgotamento
- A distopia como sintoma contemporâneo
- Promessa tecnológica, fuga para a frente e novo deslocamento

O futuro como operador identitário

O futuro não é apenas um tempo que ainda não chegou; é um dispositivo ativo que organiza o presente. As comunidades humanas vivem orientadas por antecipações, expectativas e promessas que estruturam os afetos coletivos, regulam a tolerância ao sofrimento e conferem continuidade ao laço social. Do ponto de vista da TCINP, o futuro funciona como um operador identitário central, tão decisivo quanto a memória ou o território na constituição das pertencas coletivas.

Uma identidade coletiva não se sustenta exclusivamente na recordação do passado. A memória, por si só, tende a fixar, repetir ou idealizar. É o futuro que permite deslocar, transformar e reinscrever a experiência coletiva num horizonte de possibilidade. Quando uma comunidade consegue projetar-se para a frente, mesmo de forma incerta, ela preserva a capacidade de metabolizar perdas, fracassos e contradições sem colapsar identitariamente. O futuro opera, assim, como condição de elasticidade simbólica.

Esta função torna-se particularmente visível em contextos de crise. Sociedades dotadas de um horizonte de futuro minimamente credível tendem a responder à adversidade com reorganização e adaptação; aquelas em que o futuro se estreita ou se obscurece tendem a reagir com retração, radicalização ou regressão identitária. A diferença não reside apenas nos recursos materiais disponíveis, mas na capacidade de antecipação partilhada, isto é, na existência de uma narrativa de continuidade que ligue o presente a um “depois” habitável.

O futuro desempenha, ainda, uma função reguladora da economia afetiva coletiva. A esperança, a expectativa e a promessa funcionam como amortecedores do medo e do ressentimento, permitindo que o sofrimento seja vivido como transitório e não como destino. Quando esta regulação falha, o medo tende a ocupar o lugar central, reorganizando o campo identitário em torno da defesa, da exclusão ou da procura de soluções imediatas. O colapso do futuro precede, muitas vezes, o colapso do compromisso social.

No contexto contemporâneo, observa-se uma transformação significativa deste operador. O futuro deixa progressivamente de ser vivido como abertura e passa a ser ante-

cipado como risco, ameaça ou degradação inevitável. Este deslocamento não é apenas cognitivo; ele é profundamente afetivo e político. Ao ser investido como perigo, o futuro perde a sua função estruturante e passa a atuar como fator de desorganização identitária, comprimindo o tempo coletivo num presente saturado e defensivo.

É neste sentido que o futuro deve ser pensado clinicamente. Não como previsão nem como utopia abstrata, mas como condição de possibilidade da identidade coletiva. Compreender como o futuro é produzido, investido e partilhado permite analisar por que razão certas comunidades conseguem atravessar períodos prolongados de incerteza sem se desagregar, enquanto outras entram rapidamente em ciclos de medo, ressentimento e polarização. O futuro, enquanto operador identitário, não garante coesão; mas a sua ausência torna-a quase impossível.

A utopia: função, limites e esgotamento

A utopia surge, historicamente, como uma resposta à tensão entre o presente vivido e um futuro ainda não alcançável. Longe de constituir um devaneio marginal ou uma fantasia desligada do real, ela desempenha uma função estrutural na organização das identidades coletivas: oferece um horizonte simbólico capaz de tornar o presente suportável, mesmo quando marcado por desigualdade, sofrimento ou exploração. A utopia não descreve o futuro tal como ele será; ela cria as condições afetivas para que o futuro possa ser esperado.

Do ponto de vista da TCINP, a utopia funciona como um operador de elasticidade temporal. Ao projetar um “ainda-não”, ela introduz distância entre o presente e o destino, permitindo que a frustração seja metabolizada como etapa e não como impasse. É essa distância que legitima a espera, o esforço coletivo e, em certos contextos, o sacrifício. Uma comunidade dotada de utopia não vive apenas no agora; ela habita um tempo alongado, no qual o sofrimento pode ser interpretado como transitório.

Se nos deslocarmos imaginariamente para o final do século XIX e início do século XX, em plena Revolução Industrial, os conteúdos utópicos seriam distintos, mas a sua função identitária seria notavelmente semelhante. O progresso técnico, a ciência, a emancipação pelo trabalho, a educação universal ou a promessa de justiça social funcionavam então como utopias estruturantes, capazes de conter a violência do presente industrial – jornadas extenuantes, miséria urbana, exploração infantil – sem que o laço social colapsasse por completo. A utopia industrial não negava o sofrimento; ela dava-lhe sentido retrospectivo, prometendo redenção futura.

Neste sentido, a TCINP mostra a sua elasticidade: não analisa a utopia pelo seu conteúdo histórico específico, mas pela função clínica que desempenha. O que muda ao longo do tempo não é a necessidade de utopia, mas a forma que ela assume. No século XIX, a

utopia organizava-se em torno do progresso e da emancipação; no pós-guerra europeu, em torno do Estado social; no caso americano, em torno da mobilidade individual; no presente, essas formas encontram-se profundamente desgastadas.

O problema contemporâneo não é, portanto, o desaparecimento da utopia enquanto tal, mas o seu esgotamento funcional. Muitas das promessas que estruturaram o século XX deixaram de produzir elasticidade temporal: já não abrem o futuro, antes o sobrecarregam. O progresso tornou-se ambíguo, a técnica perdeu inocência, a promessa de mobilidade revela-se assimétrica, e a ideia de melhoria contínua entra em conflito com limites ecológicos e sociais evidentes. A utopia deixa de alongar o tempo e passa a gerar frustração acumulada.

Quando a utopia perde a sua capacidade de conter o sofrimento e de legitimar a espera, ela tende a transformar-se em exigência normativa ou em miragem tóxica. O futuro deixa de ser promessa e passa a ser cobrança: se não chegas lá, a falha é tua. Neste ponto, a utopia já não cumpre a sua função clínica; ela contribui para a culpa, o ressentimento e a desagregação do laço social. É este esgotamento que prepara o terreno para a emergência da distopia como forma dominante do imaginário.

Assim, a questão central não é saber se precisamos de novas utopias, mas se somos ainda capazes de produzir horizontes de futuro que não se convertam imediatamente em pressão, exclusão ou cinismo. A TCINP permite compreender que uma sociedade sem utopia não é realista: é identitariamente frágil. Mas uma sociedade prisioneira de utopias esgotadas corre o risco de transformar a esperança em fonte de sofrimento adicional.

A distopia como sintoma contemporâneo

A emergência da distopia como forma dominante do imaginário coletivo contemporâneo não pode ser compreendida como simples moda cultural, nem como inclinação pessimista de uma época desencantada. Do ponto de vista da TCINP, a distopia deve ser lida como sintoma, isto é, como expressão deslocada de um mal-estar estrutural na relação das comunidades políticas com o futuro. Quando a utopia deixa de cumprir a sua função de abertura e contenção, o imaginário não se esvazia: reorganiza-se em torno da ameaça.

A distopia não surge porque o futuro é objetivamente pior do que no passado, mas porque ele deixou de ser simbolicamente habitável. Ao contrário da utopia, que projeta um “ainda-não” mobilizador, a distopia projeta um “já-demasiado”, um excesso de controlo, de colapso ou de degradação que antecipa o futuro como repetição ampliada dos impasses do presente. Neste sentido, a distopia não imagina o pior; ela traduz a dificuldade contemporânea de imaginar algo melhor.

Este deslocamento tem efeitos profundos na economia afetiva coletiva. Onde antes a esperança regulava a espera, instala-se o medo como afeto dominante. A antecipação deixa de mobilizar e passa a paralisar ou radicalizar. A identidade coletiva, privada de horizonte positivo, tende a organizar-se defensivamente, reforçando fronteiras simbólicas, simplificando narrativas e procurando soluções imediatas que prometem segurança em detrimento da complexidade. A distopia não apenas descreve um mundo ameaçador; ela legitima respostas de exceção.

Importa sublinhar que a distopia contemporânea não se limita à ficção. Ela infiltra-se nos discursos políticos, nas narrativas midiáticas e nas expectativas quotidianas. A guerra permanente, o colapso climático, a vigilância tecnológica, a substituição do humano pela máquina ou a degradação irreversível das instituições surgem como cenários antecipados que moldam comportamentos no presente. O futuro é vivido como risco a gerir, não como espaço de transformação possível.

Do ponto de vista clínico, a distopia funciona como economia de antecipação negativa. Ela permite dar forma ao medo difuso, oferecendo imagens, narrativas e culpados, mas fá-lo ao preço de reduzir drasticamente a capacidade de projeção coletiva. A repetição de cenários distópicos tende a produzir habituação ao desastre, normalizando a ideia de que o pior é inevitável. Quando isso acontece, o compromisso político cede lugar à sobrevivência individual ou à adesão a soluções autoritárias percebidas como protetoras.

Este regime distópico afeta de modo particular a transmissão transgeracional. Uma sociedade que antecipa o futuro como colapso tem dificuldade em oferecer às gerações seguintes algo para além da gestão do dano. A promessa educativa enfraquece, o investimento no tempo longo diminui e a própria ideia de herança simbólica se empobrece. A identidade deixa de se transmitir como projeto e passa a ser vivida como fardo.

A TCINP permite, assim, distinguir entre a distopia enquanto alerta – capaz de provocar reflexão e reorganização – e a distopia enquanto paralisia identitária, que fixa o coletivo num presente saturado de medo. Quando a distopia deixa de abrir possibilidades de resposta e passa a funcionar como horizonte fechado, ela já não cumpre função crítica; torna-se patológica. O sintoma deixa de sinalizar um problema e passa a organizar a vida coletiva.

Compreender a distopia como sintoma não implica negá-la nem desvalorizá-la, mas situá-la. Ela indica, com clareza desconfortável, que o futuro deixou de ser simbolizado como promessa partilhável. O desafio que se coloca às comunidades políticas contemporâneas não é eliminar a distopia, mas restituir ao futuro uma função estruturante, capaz de conter o medo sem o negar e de reabrir o tempo sem regressar a utopias esgotadas.

Promessa tecnológica, fuga para a frente e novo deslocamento

Quando a utopia política se esgota e a distopia se instala como horizonte dominante, o futuro não desaparece: desloca-se.

No contexto contemporâneo, esse deslocamento ocorre sobretudo em direção à tecnologia, que passa a assumir a função de promessa residual. Onde já não se acredita na transformação coletiva do mundo social, investe-se na otimização técnica, na eficiência dos sistemas e na adaptação funcional dos sujeitos. A promessa deixa de ser política; torna-se tecnológica.

Este movimento constitui uma verdadeira fuga para a frente. Em vez de interrogar os impasses estruturais do presente, projeta-se a solução para um plano técnico que promete resolver – ou contornar – os problemas humanos sem necessidade de conflito, deliberação ou transformação simbólica profunda. A tecnologia surge, assim, não apenas como instrumento, mas como substituto do horizonte utópico, oferecendo uma forma de futuro aparentemente neutra, inevitável e despolitizada.

É neste contexto que se torna particularmente inquietante a reemergência da figura do **“homem novo”**, não já como ideal político explícito, mas como produto indireto de ambientes tecnológicos e organizacionais específicos. Ao longo do século XX, a ideia de um homem novo esteve associada a projetos utópicos fortes – revolucionários ou totalitários – que pretendiam moldar subjetividades ajustadas a uma nova ordem social. O fracasso histórico dessas tentativas não eliminou a fantasia subjacente; ela regressa agora sob formas discretas, funcionais e aparentemente pragmáticas.

Sociedades VICA podem ser caracterizadas pela volatilidade, Incerteza, complexidade e ambiguidade:

Volatilidade: Tudo muda constantemente e rapidamente, e a duração das certezas é curta.

Incerteza: Há falta de clareza e o futuro é imprevisível. Significados e resultados misturam-se.

Complexidade: As variáveis são muitas e infinitas, o mundo está conectado e as decisões têm um impacto global.

Ambiguidade: As interpretações são diversas e depende do ponto de vista. O certo e o errado coexistem.

As sociedades liberais contemporâneas, marcadas pela volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade (VICA), produzem progressivamente sujeitos mais adaptáveis à fragmentação, à aceleração e à abstração. A autonomia, a criatividade e a iniciativa continuam a ser celebradas no discurso, mas são frequentemente substituídas, na prática, por competências de adaptação contínua, tolerância ao isolamento, gestão algorítmica do tempo e compatibilidade com sistemas de controlo difusos. A liberdade

já não é suprimida frontalmente; é reconfigurada como escolha dentro de parâmetros estreitos.

O exemplo da integração deliberada de indivíduos com traços do espectro do autismo, nomeadamente perfis próximos da síndrome de Asperger, em setores da indústria digital é particularmente elucidativo. Não se trata aqui de qualquer juízo clínico ou ético sobre essas pessoas, mas da constatação de um ajuste funcional entre determinados perfis cognitivos e ambientes tecnológicos altamente estruturados, previsíveis e abstratos. Certos ambientes tecnológicos e organizacionais favorecem estilos cognitivos mais compatíveis com previsibilidade, abstração e menor exigência relacional. A eficácia torna-se critério central de inclusão, ao mesmo tempo que a dimensão relacional, simbólica e política da vida coletiva tende a ser secundarizada.

Do ponto de vista da TCINP, este fenómeno levanta uma questão decisiva: estarão as sociedades contemporâneas a adaptar-se à distopia não apenas por coerção, mas por compatibilização subjetiva? Em vez de regimes autoritários que reprimem sujeitos resistentes, emerge a possibilidade de sistemas que funcionam porque produzem – ou selecionam – pessoas menos sensíveis à perda de autonomia simbólica, à erosão do laço social ou à redução da complexidade humana.

Neste cenário, a promessa tecnológica deixa de apontar para a emancipação e passa a operar como mecanismo de acomodação. A inteligência artificial, a automação, a expansão digital ou mesmo a projeção espacial (Marte, colonização interplanetária) funcionam como novos significantes de futuro, deslocando o desejo de transformação para fora do campo político e social. Tal como no Out of África, o humano move-se; mas agora move-se menos para reinventar o laço coletivo e mais para escapar aos seus impasses.

A questão que se coloca, então, não é se a tecnologia produzirá sociedades mais eficientes, mas que tipo de pessoas ela torna necessário. Quando o futuro é pensado sobretudo em termos de desempenho, adaptação e sobrevivência funcional, corre-se o risco de reduzir a identidade coletiva a um conjunto de competências ajustadas a sistemas que já não são verdadeiramente interrogados. A distopia deixa de ser imposta: torna-se habitável.

Este subcapítulo não pretende demonizar a tecnologia nem idealizar um passado perdido. O seu objetivo é clínico: mostrar que a promessa tecnológica, enquanto deslocamento do futuro, resolve certos impasses ao preço de outros. Ao fazê-lo, convida a recolocar a pergunta central do capítulo: é possível produzir um futuro partilhável sem reduzir o humano à sua funcionalidade? Ou estaremos a assistir à emergência silenciosa de uma nova forma de adaptação identitária, menos violenta, mas talvez mais profunda e duradoura?

O percurso deste capítulo permitiu mostrar que o futuro deixou de ser um simples prolongamento do tempo e passou a constituir um problema central da vida coletiva. Quando o horizonte se fragiliza, quando a promessa se esgota e quando a antecipação se organiza sobretudo em torno da ameaça, a identidade coletiva entra num regime de instabilidade que não pode ser compreendido apenas em termos políticos ou económicos, mas exige uma leitura clínica dos afetos, das expectativas e das formas de adaptação subjetiva.

A utopia, enquanto operador histórico de elasticidade temporal, revelou-se indispensável para tornar o presente habitável em contextos de sofrimento prolongado. O seu esgotamento funcional não conduziu, porém, ao vazio, mas à emergência da distopia como sintoma dominante: um imaginário em que o futuro já não mobiliza, mas condiciona, já não abre possibilidades, mas delimita comportamentos. A distopia não anuncia apenas o pior; ela organiza o presente a partir da antecipação do colapso.

Neste contexto, a promessa tecnológica surge como deslocamento do desejo de futuro. Ao oferecer soluções técnicas, funcionais e aparentemente neutras, ela permite contornar conflitos que deixaram de encontrar tradução política. Contudo, esse deslocamento não é isento de custos simbólicos. Ao privilegiar a adaptação, a eficiência e a compatibilidade com sistemas complexos, corre-se o risco de reduzir o humano à sua funcionalidade, tornando habitável aquilo que antes seria vivido como inaceitável.

... É por tudo isto que um dia chegaremos a Marte...

Se tirarmos o registo poético e a lermos clinicamente, esta frase pode significar “chegaremos a Marte não apenas por tecnologia, mas porque o humano não suporta permanecer onde o sentido se esgota.

O Out of África, as migrações históricas, o sonho americano, as diásporas contemporâneas e até, a projeção para Marte pertencem à mesma família simbólica: a deslocação como tentativa de reinscrever futuro quando o presente se torna invivível ou estreito.

Do ponto de vista da TCINP, isto é quase uma tese implícita:

- As identidades coletivas organizam-se para tornar o movimento habitável,
- Quando deixam de o conseguir, o movimento reaparece em bruto, como fuga, errância ou utopia tecnológica.

Marte é menos um destino físico do que um significante de promessa radical, um novo “começo possível”.

O desafio contemporâneo não consiste em escolher entre utopia e distopia, nem em aderir ou rejeitar a tecnologia, mas em interrogar as condições simbólicas que tornam possível um futuro partilhável. Uma identidade coletiva que abdica de pensar o futuro

limita-se a administrar o presente; uma identidade que delega inteiramente essa tarefa na técnica arrisca-se a perder a sua dimensão propriamente humana.

O futuro, enquanto operador identitário, não garante coesão nem sentido por si só. Mas a sua ausência – ou a sua captura por narrativas de medo, adaptação ou fuga – fragiliza profundamente o laço social. Entre a nostalgia de utopias perdidas e a habituação a distopias funcionais, permanece aberta a questão decisiva que atravessa todo este trabalho: será ainda possível produzir um horizonte comum que não sacrifique nem a complexidade humana nem a vida coletiva?

Parte IV – A Identidade Nacional Portuguesa

Capítulo 6 – A fundação portuguesa: filiação, rutura e grandeza

- Camada TCINP (leitura clínica e simbólica)
- Da fundação aos Descobrimentos: continuidade da matriz
- Formulação-síntese (TCINP)
- “Salvador da Pátria” – sem messianismo
- A expansão marítima: grandeza prudente
- Lugar estrutural de D. João I na TCINP
- Um modelo de liderança madura

Vinheta – D. Afonso Henriques

Vinheta – D. João I

A identidade nacional portuguesa constitui um caso singular no panorama europeu pela nitidez da sua fundação simbólica. Ao contrário de outras formações políticas marcadas por processos longos, fragmentários ou difusos, Portugal nasce com um gesto inaugural relativamente circunscrito no tempo, fortemente personificado e rapidamente narrativizado. A figura de Afonso Henriques não surge apenas como primeiro rei, mas como pai fundador, condensando numa personagem histórica concreta uma operação simbólica de rutura, filiação e projeção de grandeza.

Do ponto de vista da TCINP, esta configuração tem consequências estruturantes. A fundação portuguesa não se limita a instituir um território ou uma dinastia; ela produz uma matriz identitária que será interiorizada, transmitida e reiterada ao longo dos séculos. O gesto fundador – violento, afirmativo, separador – estabelece uma lógica de autonomia radical face ao exterior, mas também uma relação particular com a autoridade, vivida menos como contrato e mais como herança. Ser português passa, desde cedo, por ser filho de uma rutura bem-sucedida.

Importa, contudo, distinguir cuidadosamente entre a complexidade histórica do processo fundacional e a sua posterior simplificação simbólica. A formação do reino envolve alianças instáveis, conflitos internos, dependências estratégicas e negociações políticas que a narrativa identitária tende a atenuar ou apagar. A memória coletiva não conserva a ambiguidade do processo; conserva o essencial do mito: a vitória, a separação e a legitimidade adquirida. É neste desfasamento entre história e símbolo que a identidade nacional ganha força – e também rigidez.

A ideia de grandeza emerge, assim, não como resultado de um império já existente, mas como promessa inaugural. Portugal nasce pequeno em extensão, mas grande em

imaginação. Essa grandeza não é apenas territorial ou militar; é simbólica, projetiva, antecipatória. Ela autoriza, desde muito cedo, a deslocação do desejo para fora do território imediato, abrindo caminho à expansão marítima, ao império e à vocação universalista que marcará profundamente a história portuguesa. A fundação contém, em potência, o império.

Clinicamente, esta matriz produz efeitos duradouros. A forte filiação a um pai fundador favorece a coesão e a continuidade, mas tende também a dificultar a revisão crítica do próprio projeto identitário. Quando a grandeza é vivida como herança, e não como construção histórica contingente, as crises posteriores tendem a ser elaboradas não como transformação, mas como perda ou traição de um destino original. A identidade organiza-se, então, mais facilmente em torno da nostalgia ou da espera do que da reinvenção ativa.

Este capítulo propõe, portanto, uma leitura da fundação portuguesa que não a desmistifica, mas a reinscreve clinicamente. A figura de Afonso Henriques será aqui analisada menos como personagem histórica isolada e mais como operador simbólico central, cuja eficácia atravessa séculos e molda afetos coletivos, relações com a autoridade e modos específicos de lidar com o sucesso, o fracasso e a expectativa. Compreender esta fundação é compreender o núcleo duro da identidade nacional portuguesa – aquilo que resiste às mudanças e reaparece, sob formas diversas, nos momentos decisivos da sua história.

Vinheta – D. Afonso Henriques

Fundação histórica e genealogia da grandeza (leitura TCINP): Camada histórica (breve narrativa)

D. Henrique de Borgonha pertence a uma linhagem aristocrática europeia de primeiro plano. Educado, socializado e treinado segundo os padrões da alta nobreza feudal, conhece desde cedo a guerra, a diplomacia e a lógica competitiva dos poderes senhoriais. O seu casamento com D. Teresa obedece às regras do tempo: alianças, património, estratégia. O afeto é secundário; a linhagem é central.

A deslocação para o Condado Portucalense não resulta de um projeto nacional consciente, mas da lógica feudal de expansão e afirmação pessoal. A morte prematura de D. Henrique deixa um território politicamente instável, uma autoridade fragilizada e um herdeiro muito jovem num contexto de disputas internas e externas.

D. Afonso Henriques cresce num quadro familiar estruturalmente fraturado: pai ausente e depois morto, mãe politicamente ambígua, alianças suspeitas com a nobreza galega. A

sua educação é entregue a Egas Moniz², cuja influência será decisiva. Ainda adolescente, Afonso percebe que o poder no condado está em jogo e que a sua própria sobrevivência política depende de uma afirmação clara e sem ambiguidade.

Segue-se uma vida marcada por batalhas, alianças móveis, confrontos diretos e uma afirmação progressiva de autonomia. A independência não resulta de um momento único, mas de uma sequência de atos afirmativos, sustentados por bravura pessoal, capacidade estratégica e leitura fina das correlações de força. O reino nasce assim: pela acumulação coerente de feitos que tornam irreversível uma rutura inicialmente improvável.

Camada TCINP (leitura clínica e simbólica)

O que aqui está em jogo não é apenas a fundação de um Estado, mas a instalação de uma matriz psíquica coletiva. A história de D. Afonso Henriques funciona como genealogia da ideia portuguesa de grandeza – não ainda imperial, mas existencial e fundacional.

O ponto decisivo é este:

- a grandeza não surge como ambição expansiva, mas como recusa íntima da subalternidade.

D. Henrique de Borgonha não pretende “criar Portugal”, mas traz consigo um habitus aristocrático europeu que não tolera posições menores. Esse habitus é transmitido, transformado e radicalizado no filho. A grandeza, neste momento inicial, não significa dominar outros povos; significa não aceitar ser absorvido, subordinado ou dissolvido.

A infância de D. Afonso Henriques constitui um verdadeiro “cocktail clínico” raro:

- perda precoce da função paterna,
- conflito afetivo e político com a mãe,
- percepção clara de deslealdade estrutural,
- exposição precoce ao risco real.

Clinicamente, este tipo de configuração produz frequentemente sujeitos desorganizados ou sujeitos hiper-determinados. D. Afonso Henriques pertence claramente ao segundo tipo. A grandeza não é aqui vaidade; é estratégia adaptativa extrema. Ser pequeno equivaleria a desaparecer.

A função de “Egas Moniz” é central.

D. Afonso Henriques pertence claramente ao segundo tipo. A grandeza não é aqui vaidade; é estratégia adaptativa extrema. Ser pequeno equivaleria a desaparecer.

A função de “Egas Moniz” é central. Ele não é apenas preceptor técnico; desempenha uma verdadeira função paterna substitutiva, transmitindo um eixo ético estruturante: palavra dada, honra, compromisso, merecimento.

2 O Aio de D. Afonso Henriques, terá sido “**Ermígio Moniz**” e não o seu irmão Egas Moniz, conforme, Alexandre Herculano e José Mattoso [2007], ver “Afonso Henriques” p. 37

Daqui nasce um traço profundo da tradição régia portuguesa inicial: vencer não basta – é preciso merecer, vencer. A grandeza não é apenas eficácia; é legitimidade internalizada.

Outro elemento decisivo é a vivência concreta do território. Afonso Henriques conhece o terreno, os homens, os conflitos reais. A sua autoridade constrói-se no contacto direto, não apenas por delegação simbólica.

Isto reforça uma ética da ação e do exemplo que marcará profundamente a matriz política portuguesa.

Da fundação aos Descobrimentos: continuidade da matriz

A grandeza portuguesa não nasce nos Descobrimentos. Quando o ciclo marítimo se inicia, a matriz já está formada:

- estilo afirmativo;
- aceitação do risco;
- projeção além da escala “razoável”;
- recusa estrutural da mediania.

O que muda nos séculos XV e XVI é a escala e o meio: da terra ao mar, do vizinho ao mundo. A lógica profunda permanece. Por isso, o império é possível – e por isso mesmo será difícil de elaborar quando perdido.

Com D. Dinis surge uma inflexão decisiva: a tentativa de interiorizar a grandeza, transformando-a em instituições, cultura, língua, administração e educação. É a primeira tentativa de democratizar a grandeza, de a fazer descer do rei para o corpo social. Contudo, este movimento não substitui o modelo fundador; soma-se a ele.

Daqui nasce uma tensão estrutural da identidade portuguesa:

- entre grandeza de feito e grandeza de cultura, entre projeção exterior e consolidação interior, entre ação afirmativa e medida.

Formulação-síntese (TCINP)

A ideia de grandeza em Portugal nasce não como ambição imperial, mas como recusa fundacional da subalternidade, encarnada num fundador cuja sobrevivência política exigia afirmação total.

Essa matriz psíquica precede o império e torna-o possível, mas também torna difícil a sua elaboração após a perda.

Portugal não escolheu conscientemente a grandeza; no início, a grandeza foi condição de existência.

O problema contemporâneo não é termos perdido a grandeza, mas não termos ainda transformado essa matriz numa ética da medida.

Vinheta – D. João I

Grandeza habitada: legitimidade, medida e liderança madura

– O momento de risco máximo: independência ameaçada

O reinado de D. João I emerge num dos momentos mais graves da história portuguesa: a possibilidade real de perda da independência. A crise de 1383 –1385 não é apenas sucessória; é existencial. O reino pode ser absorvido, dissolvido, subalternizado. É neste contexto que D. João I assume a liderança, não por direito dinástico óbvio, mas por legitimidade construída no risco.

Aljubarrota cristaliza este momento. D. João I enfrenta um exército numericamente superior, lidera pelo exemplo, combate entre os seus, aceita conselho (Nun'Álvares Pereira) e expõe a própria vida. O episódio de Martim Gonçalves de Macedo, salvando o rei no último instante, é simbolicamente decisivo:

- o rei não é invulnerável, depende da lealdade concreta dos homens.

A autoridade é forte, mas humana.

Clinicamente, este ponto é essencial: a grandeza aqui não é onipotência, é coragem com consciência do risco.

“Salvador da Pátria” – sem messianismo

D. João I fica na memória coletiva como “Salvador da Pátria”. Mas importa sublinhar o que ele não faz não constrói um culto pessoal delirante, não se proclama eleito absoluto por Deus, não transforma a vitória num destino messiânico.

A vitória é usada para fundar estabilidade, não para exigir adoração. Aqui reside uma diferença crucial face a modelos autoritários posteriores: D. João I não sacraliza a exceção – normaliza-a.

O reinado de D. João I é exemplar porque realiza uma operação rara na história política: transforma grandeza em legitimidade partilhada.

Reorganiza a administração, pacifica conflitos internos, integra a nobreza, valoriza os concelhos, governa por negociação e compromisso. A autoridade é firme, mas não esmagadora; consensual, mas não dissolvente. Há progresso cultural, literário e social – não como espetáculo, mas como consequência de governação estável.

Esta é grandeza sem teatralidade.

A expansão marítima: grandeza prudente

O início da expansão marítima sob D. João I não nasce como delírio imperial. Surge como estratégia económica, descompressão social, abertura de possibilidades, prolongamento da lógica defensiva-expansiva antiga. Não há promessa de império universal. Há criação de condições de possibilidade. A grandeza aqui é estratégica, não ideológica.

Lugar estrutural de D. João I na TCINP

Na linha clínica que se está a construir, o lugar de D. João I é único:

- Afonso Henriques → grandeza como sobrevivência
- D. João I → grandeza como legitimidade e organização
- Descobrimentos → grandeza como expansão
- Camões → grandeza como mito
- Pessoa → grandeza como perda e promessa
- Contemporaneidade → grandeza como problema

D. João I é o único momento em que a grandeza portuguesa é plenamente funcional, nem excessiva, nem deficitária.

Ele representa a possibilidade – raramente repetida – de habitar a grandeza sem enlouquecer.

Um modelo de liderança madura

À luz da TCINP, D. João I encarna destemor sem suicídio, autoridade sem tirania, consenso sem dissolução, organização sem rigidez, legitimidade sem culto.

É suficientemente grande para unir, suficientemente humano para não se absolutizar.

Paradoxalmente, é o modelo mais moderno da história portuguesa.

Porque é que este modelo não se transmitiu?

Aqui está o ponto decisivo e profundamente clínico: o que funciona bem transmite-se mal.

As identidades coletivas transmitem melhor, o excesso, a urgência, a ferida, a exceção, o quase-impossível.

Não transmitem facilmente a boa governação, o compromisso, o equilíbrio, a negociação bem-sucedida. A medida não excita o imaginário.

D. João I resolve problemas – não dramatiza a identidade. Por isso, não se torna mito dominante.

O desvio estrutural

Após D. João I, a grandeza deixa de ser principalmente governar bem dentro e passa a ser ir mais longe fora.

O mar oferece uma tentação estrutural: risco sem fratura interna, expansão sem negociação social constante, glória sem compromisso prolongado. Este desvio não é irracional – é sedutor.

Mas marca o afastamento progressivo da grandeza habitada para a grandeza projetada.

D. João I não cria a grandeza portuguesa – estabiliza-a.

É o momento em que a grandeza deixa de ser urgência e ainda não é excesso.

A sua importância reside precisamente no facto de mostrar que a grandeza pode ser habitada com medida – e talvez por isso mesmo tenha sido pouco transmitida.

Capítulo 7 – Espera, autoridade e messianismo

– O momento criador do mito: D. Sebastião

Vinheta – Messianismo português: criação, reativações e fins da espera

A matriz fundacional da identidade portuguesa, marcada pela recusa da subalternidade e pela afirmação totalizante da grandeza, produziu efeitos duradouros que ultrapassam largamente o período medieval. Uma vez estabilizado o reino e consolidada a legitimidade régia, essa energia fundadora não se extingue, ela reorganiza-se. O que se observa, ao longo dos séculos, é uma deslocação progressiva da grandeza do plano da ação imediata para o plano da expectativa, inaugurando uma relação particular com o tempo, a autoridade e o futuro.

Do ponto de vista da TCINP, esta deslocação dá origem a uma economia da espera. Quando a grandeza deixa de poder ser exercida de forma contínua – seja por limites materiais, geopolíticos ou históricos – ela tende a ser conservada sob a forma de promessa. A espera não surge aqui como passividade pura, mas como modo específico de preservação identitária: espera-se aquilo que se sabe possível porque já aconteceu, ou porque está inscrito na origem.

Esta economia da espera articula-se estreitamente com uma relação particular à autoridade. A figura do poder tende a ser investida não apenas como instância administrativa ou contratual, mas como depositária da promessa. Espera-se da autoridade que encarne, restaure ou reative a grandeza adormecida. Esta configuração favorece formas de adesão afetiva fortes, mas também uma certa externalização da responsabilidade histórica: a transformação é esperada “de cima”, mais do que construída “a partir de dentro”.

É neste contexto que o messianismo encontra terreno fértil. Importa sublinhar que o messianismo português não é apenas religioso nem episódico; ele constitui uma estrutura simbólica recorrente, que atravessa diferentes épocas e assume múltiplas formas. Do sebastianismo clássico às suas reconfigurações laicas, o messianismo funciona como solução simbólica para a tensão entre uma grandeza internalizada e a dificuldade em reinscrevê-la no presente.

Clinicamente, o messianismo permite manter viva a promessa sem a confrontar com os limites imediatos da realidade. Ele protege a identidade do colapso, mas ao preço de adiar a elaboração. A espera messiânica suspende o tempo histórico: o presente torna-se intervalo, o futuro redenção, e o passado referência absoluta. Esta estrutura produz coesão afetiva, mas fragiliza a capacidade de ação transformadora contínua.

A relação entre espera e autoridade reforça este movimento. Quando a autoridade é vivida como portadora de salvação potencial, a crítica tende a ser substituída por desilusão cíclica: a promessa não cumprida não conduz necessariamente à revisão da estrutura, mas à procura de uma nova figura ou de um novo momento redentor. O excesso fundador reaparece, assim, sob a forma de expectativa concentrada, em vez de ação distribuída.

Este padrão ajuda a compreender a ambivalência profunda da identidade portuguesa face ao poder. Por um lado, existe uma longa tradição de resistência difusa, ironia e distanciamento; por outro, subsiste uma expectativa latente de que “alguém” ou “algo” reponha a ordem simbólica perdida. A autoridade é simultaneamente contestada e investida, desacreditada e aguardada.

Do ponto de vista da TCINP, esta dinâmica não deve ser lida como falha moral ou déficit cívico, mas como consequência lógica de uma história identitária marcada por um excesso fundador não plenamente elaborado numa ética da medida. A espera messiânica funciona como mecanismo de contenção do sofrimento identitário, mas também como obstáculo à reinvenção ativa da grandeza em formas compatíveis com o presente.

Este capítulo não pretende encerrar a questão do messianismo português, mas situá-la clinicamente: como resposta simbólica a uma tensão estrutural entre origem, autoridade e futuro. Nos capítulos seguintes, veremos como esta lógica da espera se cruza com o império, com o seu colapso e com as tentativas modernas – parciais e ambivalentes – de reinscrição da identidade portuguesa em novos horizontes de pertença e sentido.

Vinheta – Messianismo português: criação, reativações e fins da espera

Na TCINP, o messianismo não é primariamente uma crença religiosa nem uma patologia coletiva em si.

É um mecanismo simbólico de gestão da espera, que emerge quando uma identidade fundada na grandeza enfrenta uma discrepância prolongada entre a promessa internalizada e a impossibilidade de a realizar no presente.

Definição

O messianismo é a forma simbólica através da qual uma coletividade prolonga a esperança quando a ação direta parece impossível, deslocando a resolução da tensão identitária para a vinda de uma figura, acontecimento ou tempo redentor.

Clinicamente protege a identidade do colapso, mantém viva a promessa, mas suspende o tempo histórico e a responsabilidade distribuída.

O momento criador do mito: D. Sebastião

Messianismo inaugural

Alcácer-Quibir (1578) não produz apenas uma derrota militar; produz uma perda absoluta de horizonte.

O rei morre (ou desaparece), o corpo não regressa, a sucessão colapsa, a independência é perdida.

Aqui nasce o messianismo propriamente dito.

D. Sebastião torna-se rei ausente, promessa suspensa, futuro congelado num passado ideal.

Clinicamente, o sebastianismo funciona como recusa da perda, recusa da elaboração, transformação da catástrofe em espera.

O tempo deixa de avançar: aguarda-se o retorno.

Primeiro “fim da espera”: a Restauração (1640)

Messianismo libertador – parcialmente elaborado.

A Restauração quebra o domínio espanhol e restitui a independência.

Há aqui um fim da espera, mas não do messianismo.

O que acontece é um deslocamento: o salvador já não é o rei mítico, é a dinastia restauradora, é o “regresso da soberania”.

Contudo, a lógica mantém-se: a libertação vem “de cima”, a ação é concentrada, a grandeza é reativada sem revisão profunda da matriz.

A espera termina – mas a estrutura permanece disponível.

Segundo “fim da espera”: o Estado Novo – Messianismo autoritário e regressivo

O século XX traz crise, instabilidade e humilhação.

Surge então uma nova figura redentora: Salazar.

Não como rei, mas como pai austero, não como herói épico, mas como ordenador do caos.

Aqui o messianismo assume forma laica: promessa de ordem, sacrifício em nome do futuro, suspensão do conflito.

Clinicamente: a espera termina pela submissão, a grandeza é reduzida à sobrevivência disciplinada, a promessa é adiada indefinidamente.

É um messianismo imobilizador.

“fim da espera”: o 25 de Abril – Messianismo invertido, libertação sem figura

O 25 de Abril é singular porque não tem um messias individual, não tem uma figura redentora absoluta, não promete grandeza, promete liberdade.

É o único momento em que a espera é quebrada sem salvador.

Mas, e este ponto é crucial, a democracia não oferece um mito substitutivo forte.

O resultado é ambivalente: fim do messianismo clássico, mas dificuldade em construir uma narrativa mobilizadora estável. A espera não regressa como mito, mas como inquietação difusa.

O que esta vinheta mostra (ganho teórico)

Esta sequência revela algo estrutural:

- O messianismo português nasce da perda, não da fé.
- Reaparece sempre que a espera se prolonga sem horizonte.
- Termina provisoriamente quando a soberania é restaurada, mas a ordem é imposta, ou a liberdade é conquistada.
- Mas nunca é totalmente elaborado, porque a matriz da grandeza permanece ativa.

O messianismo não é um acidente da história portuguesa.

É um modo recorrente de gestão da discrepância entre grandeza internalizada e limites históricos.

O messianismo português não resulta de excesso de crença, mas de excesso de espera. Ele surge quando a grandeza internalizada não encontra via de realização no presente e reaparece sempre que a identidade é mantida em suspensão.

Cada “fim da espera” resolve uma crise, mas raramente transforma a estrutura que a produziu.

Parte V – A Poética da Identidade Nacional

Capítulo 8 – Narrativa, épica e lirismo

- A função poética na construção identitária
- Do mito à literatura
- A nação como personagem narrativa
- Exaltação, sacrifício e promessa

Entremos então n’Os Lusíadas não como texto escolar nem como “monumento intocável”, mas como ato fundador de uma identidade narrada – quase um gesto clínico inaugural, no sentido em que fixa sintomas, ideais, defesas e fantasmas de uma nação ainda jovem, mas já excessivamente carregada de destino.

Os Lusíadas como dispositivo identitário (antes de serem literatura)

Não é apenas uma epopeia: é uma resposta

Camões escreve Os Lusíadas num momento muito particular, Portugal já cumpriu o essencial da expansão, o império já mostra sinais de desgaste, o poeta escreve no limiar da perda, não no auge.

Os Lusíadas não são apenas celebração – são tentativa de fixação simbólica antes da dissolução.

Do ponto de vista clínico: não é um grito de vitória, é um ato de defesa contra o esquecimento e a insignificância futura.

O objeto real do poema não é Vasco da Gama

O herói explícito é Vasco da Gama.

O herói real é o povo português enquanto sujeito coletivo.

Logo na Proposição: As armas e os barões assinalados que da ocidental praia Lusitana...

Camões faz algo decisivo: dissolve o herói individual, constrói um herói plural. A nação aparece como uma, corajosa, escolhida, dotada de missão histórica.

Aqui nasce uma **identidade ideal do Eu nacional**.

Arquitetura clínica da identidade em Os Lusíadas

Destacamos cinco eixos estruturantes, que depois poderemos comparar com Mensagem.

Mito de origem: “*pequena nação, grande destino*”

Portugal surge como pequeno em território, imenso em destino.

Este desnível cria uma estrutura compensatória clássica:

- “somos pequenos, logo temos de ser excecionais”

Do ponto de vista psicodinâmico:

- Identidade construída contra o risco da irrelevância, necessidade constante de prova.

Este padrão reaparece ciclicamente na história portuguesa.

Relação com o Outro: entre admiração e hostilidade

O Outro (africano, asiático, muçulmano, europeu) é ora admirado, ora demonizado, raramente compreendido como igual.

O mundo é palco para reconhecimento, prova de valor, legitimação da missão. A identidade constrói-se por contraste, não por diálogo.

Clinicamente: o Outro funciona como espelho de confirmação.

Violência justificada por missão

A guerra, a conquista, o sofrimento são: estetizados, moralizados, sacralizados.

A violência é apresentada como necessária, justa, inscrita num plano superior.

Aqui nasce um ponto sensível: uma dificuldade histórica em elaborar criticamente a violência fundadora. Ela é sublimada, não elaborada.

O tempo épico: passado glorioso, futuro prometido.

Os Lusíadas organizam o tempo assim:

- passado → glorioso e cumulativo
- presente → prova e sacrifício
- futuro → recompensa e eternidade

Não há banalidade, quotidiano, fragilidade comum.

Tudo é exceção. Isto cria uma identidade pouco tolerante à mediocridade histórica, o que, mais tarde, gera melancolia e frustração.

O papel do poeta: mediador entre deuses e nação.

Camões não é narrador neutro. Ele é intérprete da história, juiz moral, mediador entre o humano e o divino.

Do ponto de vista clínico: o poeta ocupa o lugar de superego nacional, exorta, adverte, elogia, ameaça o esquecimento.

Sintomas identitários que Os Lusíadas inauguram

Aqui entramos claramente na teoria clínica da identidade nacional.

Idealização excessiva do passado:

O passado torna-se modelo inalcançável, padrão normativo, fonte de culpa silenciosa.

Identidade de exceção: Portugal não é apenas uma nação, é “portadora de missão”.

Isto dificulta a normalização, a humildade histórica, a reelaboração pós-imperial.

Dificuldade no luto

Porque o império é narrado como destino, a sua perda torna-se: humilhante, silenciosa, mal ritualizada. Aqui prepara-se o terreno para Pessoa.

Ponto de passagem.

Se Os Lusíadas são a identidade no modo épico (juventude heroica), então Mensagem será a identidade no modo melancólico-messiânico (pós-derrota). Vamos então mais fundo n'Os Lusíadas, escolhendo três "órgãos internos" do poema – Adamastor, Velho do Restelo, Ilha dos Amores – e lendo-os como figuras clínicas: sintomas, defesas, contra-vozes e fantasias de recompensa que estruturam uma identidade nacional.

Adamastor: o trauma exterior que revela o interior

O "monstro" como figura do Real.

O Adamastor não é só um episódio fantástico: é uma dramatização da passagem.

Na lógica ritual, é o guardião do limiar.

O que ele condensa:

- Medo do desconhecido (o oceano como abismo, o "fim do mundo"),
- Ameaça de punição por transgressão (ultrapassar limites),
- Culpa por violar uma ordem (natural, divina, geográfica).

Clinicamente, ele funciona como a personificação do "não vais passar" a "voz do interdito" projetada no exterior.

A nação só se constitui heroicamente se antes materializar um obstáculo absoluto.

O "segredo" do Adamastor: ele tem biografia. Camões dá-lhe história: paixão, perda, queda. Isto é decisivo: o monstro é um sujeito ferido.

Leitura clínica:

- O inimigo não é puro mal: é dor metamorfoseada em ameaça
- A tempestade não é "externa": é afeto tornado natureza

E isto deixa uma marca identitária muito portuguesa:

a travessia como destino, mas atravessada por um subsolo de melancolia e fatalismo.

Adamastor = o trauma que legitima o heroísmo

Sem ele, a viagem seria "comércio"; com ele, é "provação fundadora".

O Velho do Restelo: a contra-voz, o superego alternativo

O Velho do Restelo: a função crítica da identidade

O Velho do Restelo não é apenas um personagem: é uma função psíquica inscrita por Camões no coração do épico.

Ao introduzir uma voz crítica dentro da epopeia, Camões impede que Os Lusíadas sejam pura glorificação e cria uma tensão estrutural duradoura: missão e grandeza vs. prudência ética e medida humana.

O Velho representa, clinicamente, o princípio de realidade, a instância que pergunta: para quê? a que preço? em nome de quê?

Denuncia a glória como objeto narcísico, a fama como narcótico coletivo, a expansão como possível delírio de grandeza.

Com isso, o poema inscreve o conflito intrapsíquico da nação na sua própria fundação simbólica.

O lugar estrutural do Velho

Ele fala de dentro da comunidade, não como inimigo, mas como memória encarnada e consciência crítica.

Ocupa o lugar do limite à onipotência coletiva e é o único momento em que a identidade nacional hesita publicamente.

O núcleo da sua crítica

O discurso do Velho organiza-se em três eixos:

- Crítica da glória como substituto afetivo.
 - A fama surge como objeto idealizado que justifica o sacrifício da vida concreta. Antecipadamente, ele denuncia a tentação portuguesa de viver para a memória e não para o presente.
- Denúncia da hýbris coletiva.
 - Ele não rejeita a ação, mas rejeita o excesso desligado da medida humana. Clinicamente, denuncia a passagem do projeto ao delírio, do desejo à missão imposta.
- Defesa da vida comum.
 - Valoriza famílias, continuidade, quotidiano, cuidado. Introduz na epopeia uma ética da habitabilidade contra a ética da exceção.

O paradoxo decisivo

Camões dá voz plena ao Velho, mas a armada parte.

A crítica é inscrita, mas não integrada.

Resultado: uma identidade que reconhece o excesso, mas prossegue – muitas vezes carregando uma culpa silenciosa não elaborada.

O destino do Velho na história portuguesa

Quando o Velho é silenciado, surgem formas patológicas: triunfalismo, negação da perda, dificuldade em elaborar a violência.

Quando o Velho é absolutizado, surge o inverso: cinismo, paralisia, autodesvalorização.

O ponto essencial: o Velho não é modelo de identidade – é instância reguladora.

Uma identidade madura não é a que não parte, mas a que parte levando consigo a voz que pergunta pelo preço da partida.

Atualização clínica:

- O Velho reaparece hoje na crítica intelectual, no ceticismo político, no humor autodepreciativo.
- Mas quando essa função é ridicularizada como “ser do contra”, a identidade perde a sua instância ética interna.
- E quando apenas essa voz domina, perde-se o desejo coletivo.

A Ilha dos Amores: fantasia de recompensa e economia libidinal do império

A utopia erótica como pagamento pelo sacrifício

Este episódio costuma ser lido como “mitologia e erotismo”. Sim, mas é mais: é a solução fantasmática para o esforço heroico.

Estrutura clínica: Sofrimento + risco + disciplina → direito a uma recompensa absoluta
E a recompensa não é dinheiro nem território: é prazer, plenitude, reconhecimento, imortalidade simbólica.

O que a Ilha resolve (por momentos): transforma privação em sentido, transforma morte em memória, transforma violência em missão premiada

Mas há um custo psíquico: cria uma ligação íntima entre dor e direito e entre sacrifício e exceção.

Isto pode deixar um “padrão” identitário: “se sofremos muito, merecemos muito”, “se fomos heróis, o mundo deve-nos reconhecimento”

Ilha dos Amores = o sonho compensatório que tapa a ferida.

É uma fantasia de reparação total e, como todas as fantasias totais, é instável.

Como estas três figuras formam um “aparelho psíquico nacional”:

- **Adamastor** → a angústia do limiar / trauma exteriorizado,
- **Velho do Restelo** → a crítica interna / princípio de realidade,
- **Ilha dos Amores** → a compensação / fantasia de restituição.

Ou, numa fórmula: Perigo → Dúvida → Recompensa
(uma narrativa perfeita para fabricar identidade)

Isto é quase uma “sequência terapêutica” ao contrário:

primeiro constrói-se o medo, depois tolera-se a ambivalência (por instantes), e por fim oferece-se uma fantasia totalizante para manter o sistema coeso.

Os Lusíadas propõem uma gramática para a Identidade Nacional:

- A identidade precisa de um limiar (Adamastor),
- Precisa de conflito interno (Velho),
- Precisa de promessa (Ilha).

E a pergunta clínica passa a ser:

- O que é que hoje faz de Adamastor? (medos coletivos),
- Onde está o Velho do Restelo? (crítica legítima vs cinismo),
- Qual é a Ilha dos Amores contemporânea? (turismo? marca-país? consumo? nostalgia? Europa?).

O Velho como chave ética da identidade nacional

Uma identidade nacional madura não é aquela que não parte, mas aquela que leva consigo a voz que pergunta pelo preço da partida.

O Velho do Restelo não impede a viagem, impede a cegueira.

Ele introduz: responsabilidade, medida, memória antecipada do luto.

Atualização clínica: onde está hoje o Velho do Restelo?

Está na crítica intelectual? no humor autodepreciativo?

No ceticismo político? no discurso anti-nacional sistemático?

Ou foi transformado em caricatura (“ser do contra”), ruído, obstáculo ao progresso?

Uma identidade que ridiculariza o Velho perde a sua instância ética interna.

Uma identidade em que só escuta o Velho perde o desejo de existir.

«O Velho do Restelo não é contra a viagem; é contra a viagem que não sabe dizer porquê.» Ou, mais clinicamente:

- O Velho do Restelo representa a função ética que impede a identidade coletiva de se confundir com o seu próprio delírio de grandeza.

Ponto de passagem:

- Se Os Lusíadas nos mostram Adamastor → o medo exteriorizado
- Velho do Restelo → a consciência crítica
- Ilha dos Amores → a fantasia compensatória

então o que se segue, quase inevitavelmente, é Pessoa:

- Quando o Velho deixou de regular, quando a Ilha deixou de existir, quando o Adamastor já não estava fora, mas dentro, Mensagem será a identidade após a perda do objeto, no registo melancólico-messiânico.
- Mensagem é escrita num país onde o Velho já não fala – e o futuro já não responde.
- Mensagem não é continuação épica: é deslocamento psíquico.
- Se Os Lusíadas são a identidade em ato, Mensagem é a identidade em suspensão.

Capítulo 9 – O inconsciente poético da nação

- De Camões a Pessoa: mudança de regime psíquico
- Símbolos recorrentes
- Fantasmas históricos
- O não-dito e o recalcado coletivo
- A literatura como espaço de elaboração simbólica

De Camões a Pessoa: mudança de regime psíquico

Do épico ao melancólico-messiânico

Camões escreve durante o império, ainda com mundo para conquistar, ainda com corpo, mar, perigo.

Pessoa escreve depois da perda, depois da humilhação histórica, depois do silêncio.

Isto é decisivo, Mensagem nasce num país que já não age, apenas recorda, imagina ou espera.

Clinicamente: passamos da identidade de ação para a identidade de expectativa.

Onde está o herói?

Em Os Lusíadas: o herói é coletivo, caminha, combate.

Em Mensagem: o herói não existe ainda, está prometido, é sempre futuro.

Portugal deixa de ser sujeito da história, e passa a ser símbolo à espera de encarnação.

Estrutura profunda de Mensagem

Mensagem organiza-se em três partes (Brasão, Mar Português, O Encoberto), que correspondem quase perfeitamente a três tempos psíquicos.

Brasão – a genealogia idealizada

A identidade como linhagem simbólica

Aqui Pessoa recompõe a história portuguesa como árvore mítica, seleciona figuras, purifica-as simbolicamente. Não é História: é anamnese seletiva.

Clinicamente este é o momento da reconstrução narcísica após a perda, o sujeito ferido revisita a sua infância para reencontrar valor.

O passado deixa de ser épico e torna-se emblemático.

Cada figura é menos pessoa e mais função: o fundador, o visionário, o sacrificado, o traído.

Mar Português – a ferida assumida

O luto começa a falar. Aqui surge algo novo em relação a Camões: a dor é nomeada, não sublimada. “Valeu a pena? tudo vale a pena, se a alma não é pequena.”

Esta é uma frase central, mas perigosa.

Ela tenta justificar o sofrimento, reinscrevê-lo num plano superior.

Clinicamente é uma tentativa de elaboração do luto, ainda incompleta, ainda idealizante.
O mar já não é apenas caminho: é cemitério, é perda, é preço.
Aqui Pessoa começa onde Camões não podia terminar.

O Encoberto – a solução messiânica

Quando o presente não basta, inventa-se o futuro
Esta é a parte mais clínica e mais arriscada.
Quando o passado já não consola, o presente não oferece ação, surge o messianismo.

O Quinto Império: não é territorial, não é militar, é espiritual, simbólico, cultural.

Mas atenção, ele funciona como adiamento do luto.

Em vez de dizer “perdemos”, diz-se: “ainda não chegou o tempo”.

Clinicamente: é uma defesa elegante, intelectualmente brilhante, mas estruturalmente frágil.

O que aconteceu ao Velho do Restelo em Mensagem?

O Velho do Restelo: já não fala, já não adverte, já não regula.

Mas o que ele dizia reaparece difuso, como melancolia, como espera, como consciência de custo.

Pessoa não critica a partida: critica a ausência de chegada.

O Velho foi interiorizado como ferida, não como voz.

Mensagem como sintoma identitário (não como solução)

Do ponto de vista da teoria clínica da identidade nacional:

- **O ganho:** Reconhecimento da perda, nomeação da dor, elevação simbólica do fracasso, recusa do cinismo puro.
- **O risco:** Substituir ação por espera. Transformar ética em profecia. Converter responsabilidade em destino.
- O messianismo é o risco clássico das identidades feridas que não querem cair no vazio.

Camões vs Pessoa – síntese clínica

Camões	Pessoa
Identidade em ação	Identidade em suspensão
Epopéia	Elegia profética
Herói coletivo	Herói ausente
Missão cumprida	Missão adiada
Violência sublimada	Dor simbolizada
Crítica reguladora (Velho)	Ferida interiorizada

Camões e Pessoa

Dois polos da identidade portuguesa: ação e suspensão.

A identidade nacional portuguesa estruturou-se, desde cedo, não como continuidade linear, mas como oscilação entre dois regimes psíquicos. Os Lusíadas e Mensagem não são apenas obras literárias centrais: são dispositivos simbólicos complementares, que moldaram o modo como o país se pensa, se sente e se projeta no tempo.

Camões: a identidade em acto

Em Camões, Portugal é sujeito da história.

- Age, arrisca, combate, funda.
- A nação aparece como pequena em meios, excecional em destino, legitimada pela coragem e pelo sacrifício.

Estrutura psíquica dominante: Idealização heroica, missão histórica, exaltação do risco, violência sublimada.

Camões oferece um Ideal do Eu nacional, um modelo de grandeza que exige prova contínua.

Mas inclui algo essencial: O Velho do Restelo, a função ética que interroga o preço da grandeza.

A identidade épica é, aqui, tensa, mas viva.

Pessoa: a identidade em suspensão

Em Pessoa, Portugal já não age: espera.

O país perdeu o império, perdeu a centralidade, perdeu o gesto fundador.

O herói deixa de existir no presente, é passado idealizado, ou futuro prometido.

Estrutura psíquica dominante:

Melancolia – Messianismo simbólico – Hipertrofia da interioridade – Espiritualização da missão.

Pessoa tenta salvar o sentido, sem negar a perda, mas adiando a sua conclusão.

A identidade torna-se reflexiva, profunda, mas paralisada.

O que acontece à função ética entre Camões e Pessoa

Este ponto é crucial:

- Em Camões a ética aparece como voz reguladora (Velho do Restelo), externa à ação, mas integrada no discurso.
- Em Pessoa essa voz já não regula, foi interiorizada como ferida, transformada em consciência melancólica.

Resultado: menos crítica operativa, mais autocontemplação, menos decisão, mais espera. A ética deixa de ser pergunta e passa a ser profecia.

Dois modos de lidar com o trauma

Camões enfrenta o perigo, nomeia o medo (Adamastor), recompensa o sacrifício (Ilha dos Amores).

- Estratégia: subjetivação heroica do risco.

Pessoa reconhece a ferida, sublima a perda, promete redenção futura.

- Estratégia: sublimação simbólica da derrota.

Ambas são legítimas. Nenhuma é suficiente sozinha.

O padrão identitário que resulta

Da combinação destes dois polos nasce um padrão recorrente:

- Orgulho épico sem continuidade prática, crítica interiorizada sem tradução política, nostalgia sem elaboração plena, esperança sem projeto concreto.
- Isto ajuda a explicar a oscilação entre exaltação e autodepreciação,
- a dificuldade em assumir uma normalidade histórica, a tentação constante de pensar Portugal como “exceção” – para cima ou para baixo.

Formulação clínica sintética

- Camões oferece a Portugal uma identidade de ação regulada pela ética;
- Pessoa oferece-lhe uma identidade de sentido suspenso pela espera.

Entre ambos, instala-se a dificuldade portuguesa em transformar a perda em maturidade histórica.

A identidade portuguesa oscila entre o gesto heroico que já não pode repetir e a promessa simbólica que nunca chega a cumprir.

O que falta

O que não está nem em Camões nem em Pessoa é a identidade pós-heroica, capaz de agir sem epopeia, criticar sem melancolia, existir sem missão transcendente.

É aí que entra a narrativa nacional contemporânea:

- Turismo, “marca-país”, europeização, saudade estetizada, ironia defensiva – tudo isso são tentativas modernas de resolver o impasse Camões –Pessoa.

Na grelha da TCINP, a hipertrofia da interioridade

É entendida como um mecanismo de compensação identitária: quando a ação histórica se torna impossível, indesejável ou deslegitimada, a identidade investe excessivamente no plano simbólico para preservar continuidade, dignidade e sentido.

Hipertrofia implica: crescimento excessivo de uma função, à custa de outras funções que ficam subdesenvolvidas.

Interioridade aqui significa: vida simbólica, reflexão, consciência, imaginação, sentido, espera, interpretação do mundo a partir de dentro.

Logo, hipertrofia da interioridade é: um investimento desproporcionado no plano simbólico, reflexivo e afetivo interno, acompanhado de uma retração da ação transformadora no mundo.

– Em Pessoa: não é psicologia individual, é forma histórica

Em Mensagem, a interioridade não é introspeção privada, é interiorização da história. O país já não age no mundo, não transforma territórios, não decide rumos externos, mas interpreta-se a si próprio, sonha, simboliza, espera.

Isto não é “tristeza” nem “melancolia clínica” apenas. É um modo de existência histórica.

– Estado de alma vs. estrutura identitária

Estado de alma é transitório, afetivo, individual ou geracional.

Hipertrofia da interioridade é estrutural, transmissível, culturalmente valorizada, quase normativa.

Ela ensina que sentir profundamente é agir, que pensar o destino substitui a decisão, que sofrer com sentido é superior a transformar sem épica. Isto cria uma ética da profundidade que pode tornar-se paralisante.

O que cresce em excesso – e o que atrofia

Cresce a introspeção, a simbolização, o lirismo, a espera, a consciência histórica.

Atrofia o pragmatismo político, a ação coletiva sem mito, a reforma sem drama, a mudança incremental, não por incapacidade técnica, mas por desvalorização simbólica.

Por que isto não é uma crítica moral.

Importante: isto não é um juízo moral, nem uma acusação de “fraqueza”.

É uma estratégia de sobrevivência simbólica: quando o mundo deixa de oferecer palco, cria-se um palco interior.

Pessoa é extraordinário porque evita o cinismo, evita o esquecimento, mantém o sentido vivo. Mas o preço é a dificuldade em sair da espera, a tentação messiânica, a confusão entre profundidade e eficácia histórica.

Em Mensagem, a identidade portuguesa entra num regime de hipertrofia da interioridade: a ação histórica é substituída pela elaboração simbólica e o destino passa a ser pensado mais do que vivido. Não se trata de um estado de alma, mas de uma estrutura identitária: quando a ação se torna impossível ou indesejável, a interioridade cresce para salvar o sentido.

Camões e Pessoa não representam duas “almas” opostas de Portugal, mas dois momentos clínicos de um mesmo aparelho identitário: um quando a ação ainda é possível e precisa

de regulação ética; outro quando a ação falha e o sentido precisam de ser salvo pela interioridade. Entre ambos, instala-se a dificuldade portuguesa em transformar perda em maturidade sem recorrer nem à epopeia nem à profecia.

Em Mensagem, Pessoa leva a identidade portuguesa até ao limite da espera sem a deixar cair no vazio. A tentação do infinito – esse adiamento permanente onde o futuro substitui o presente e a promessa ocupa o lugar da ação – não é aqui celebrada ingenuamente, mas exposta na sua ambiguidade radical. O Quinto Império surge menos como projeto realizável do que como figura-limite: uma construção simbólica que permite à identidade sobreviver à perda sem se dissolver no cinismo, mas que corre o risco de eternizar a suspensão.

Na leitura clínica da TCINP, Mensagem não convida a habitar o infinito, mas mostra o preço de nele permanecer demasiado tempo. Ao transformar a ação em sentido e o destino em linguagem, Pessoa preserva a dignidade da identidade ferida – mas deixa em aberto a tarefa decisiva que virá depois: regressar do infinito à medida, do mito ao tempo histórico, da promessa ao mundo habitável.

Pessoa, o 25 de Abril e o fim da espera

(Leitura clínica do passado recente)

Fernando Pessoa morreu em 1935, após o atentado a Sidónio Pais, figura na qual depositara a esperança de uma encarnação histórica do destino português que intuía e profetizava. O regime autoritário que, entretanto, se consolidou em Portugal não apenas frustrou essa expectativa, como a prolongou num registo cinzento, administrativo e silencioso. Mensagem nasce nesse intervalo: depois da perda, antes do acontecimento; no tempo da profecia, não da ação.

Propõe-se aqui um exercício contrafactual rigoroso, não uma fantasia literária:

- E se Pessoa tivesse vivido até ao 25 de Abril de 1974?

Esta hipótese obriga-nos a pensar Pessoa não como poeta morto, mas como função clínica viva da identidade portuguesa.

Pessoa e o choque do acontecimento real

Para Pessoa, o problema central nunca foi a esperança, mas a sua suspensão indefinida. Sidónio Pais representara a possibilidade – breve e falhada – de encarnação histórica. O salazarismo matou essa hipótese lentamente, transformando a espera em hábito.

O 25 de Abril teria introduzido algo inédito no universo simbólico pessoano: o futuro acontecia sem profecia.

A história movia-se sem mito prévio, sem promessa messiânica, sem destino anunciado. Pessoa ficaria, antes de tudo, desconcertado: emocionalmente mobilizado, intelectualmente cauteloso. Não leria o 25 de Abril como cumprimento do Quinto Império, mas como interrupção da espera.

Como Pessoa nomearia o 25 de Abril

É plausível que Pessoa evitasse a palavra “revolução”. Desconfiava da euforia prolongada, da unanimidade emocional, da fusão sem limites. O seu vocabulário tenderia a outro registo: despertar, ruptura do sono histórico, primeiro dia sem destino imposto.

O que celebraria não seria apenas o fim de um regime, mas algo mais raro: a reabertura do tempo, não como missão, mas como possibilidade.

A explosão afetiva pós-25 de Abril: leitura psicodinâmica

A sequência afetiva do pós-25 de Abril pode ser lida em quatro momentos:

1. Fase fusional (1974 –75)

Sentimento oceânico coletivo, dissolução temporária das diferenças, idealização do “povo”. Necessária após uma longa repressão, mas regressiva se prolongada.

2. Fase diferencial

Emergência de partidos, ideologias, conflitos, nova linguagem política. Retorno da alteridade. Pessoa preferiria este conflito simbólico à harmonia forçada.

3. Fase institucional

Constituição, regras, rotinas democráticas. Normalização. Pessoa sentiria alívio, mas também receio da perda de intensidade simbólica – ainda assim, respeitava a forma, mesmo quando desconfiava da mediocridade.

4. Longo prazo

Liberdade estabilizada, mas imaginário enfraquecido. A revolução libertou o tempo, mas não gerou uma narrativa simbólica à altura dessa liberdade.

Diagnóstico clínico do país (em chave pessoana)

Portugal pós-25 de Abril não sofre de falta de liberdade.

Sofre de défice de elaboração simbólica da liberdade.

Ou, em termos clínicos: uma passagem incompleta da libertação à maturidade.

Os sintomas são reconhecíveis:

- medo recorrente de regressão autoritária (trauma não simbolizado),
- desconfiança crónica da política, nostalgia difusa (não do regime, mas do sentir coletivo), dificuldade em investir libidinalmente no futuro.

Pessoa reconheceria aqui um país que saiu da espera, mas ainda não sabe o que fazer com o tempo livre.

Sobre a “nova grandeza”

Pessoa não regressaria ao messianismo clássico.

Se reescrevesse Mensagem, a grandeza seria outra: não imperial, não profética, não excecional.

Seria a grandeza da responsabilidade sem destino, a grandeza de existir sem mito salvador. Paradoxalmente, esta seria a sua exigência mais radical.

O medo contemporâneo de regressão autoritária

O medo atual não indica desejo de autoritarismo.

Indica memória traumática não simbolizada, fragilidade do laço democrático e ausência de narrativa coletiva forte.

Clinicamente: quando o sentido enfraquece, o medo ocupa o lugar.

Pessoa diria, provavelmente, algo próximo disto:

O perigo não é querer um novo tirano; é não acreditar suficientemente em nós para não precisar dele.

Interlúdio clínico: Mensagem depois de 1974 – fim da espera e déficit narrativo”

Progresso objetivo e desânimo subjetivo

Importa dizê-lo com clareza, quase como gesto terapêutico inicial:

- Portugal pós-25 de Abril não é uma história de fracasso, mas de sucesso incompleto.

Os indicadores objetivos são notáveis: saúde, educação, esperança média de vida, segurança, ausência prolongada de conflitos armados, integração europeia, normalização democrática.

Mas clinicamente emerge um problema específico: quando o progresso deixa de ser vivido como conquista e passa a ser sentido como insuficiência.

A deslocação do eixo de comparação

Durante séculos, Portugal comparou-se consigo próprio e com o seu passado. Hoje, compara-se com o exterior – de forma permanente, imediata e quantitativa.

O superego nacional deslocou-se de Camões e Pessoa para *rankings*, indicadores e *benchmarking* europeu.

É um superego acelerado, indiferente à história.

Resultado: desvalorização crónica, mesmo em contexto de melhoria real.

Emigração jovem: perda material e ferida simbólica

A saída dos jovens não é apenas um fenómeno económico.

É uma perda de investimento libidinal no futuro coletivo.

Produz três efeitos clínicos centrais:

- Ferida narcísica coletiva (“não somos suficientemente bons para os reter”);
- Quebra da transmissão simbólica;
- Substituição funcional sem equivalência simbólica, gerando tensões latentes.

Quando “os melhores” saem, não sai só força de trabalho, sai investimento libidinal no futuro coletivo.

Os jovens não recebem o legado, não o transformam, não o devolvem.

O ciclo simbólico interrompe-se. Substituição funcional sem equivalência simbólica

A imigração para trabalhos pouco qualificados resolve necessidades económicas, mas não compensa simbolicamente a perda.

Isto gera tensões latentes, discursos simplistas, fantasmas identitários.

O futebol como último objeto libidinal coletivo

O futebol funciona porque oferece identificação positiva imediata, vitória sem ambiguidade, unidade sem conflito político.

Cria unidade sem fusão política, permite grandeza sem responsabilidade estrutural.

É uma Ilha dos Amores contemporânea: breve, intensa, repetível.

Mas desloca a esperança do tempo longo para o evento episódico e reforça a lógica de esperar que alguém nos represente.

Síntese clínica

Portugal não sofre de falta de progresso.

Sofre de défice de confiança narrativa no seu próprio percurso.

A democracia funcionou melhor do que a narrativa que a acompanha.

Quando a realidade é melhor do que o sentido, o vazio simbólico abre espaço ao medo, ao cinismo e ao desinvestimento cívico.

Camões – Pessoa – 25 de Abril

- Camões → grandeza pela ação
- Pessoa → grandeza pelo sentido
- 25 de Abril → dignidade pela normalidade

O problema é que a normalidade nunca foi simbolicamente elevada.

Talvez hoje a frase de maturidade identitária fosse esta:

Já não precisamos de ser grandes para existir.

Precisamos de acreditar que existir assim é suficiente e que vale a pena cuidar disso. Isto não é pouco.

É, talvez, o passo mais difícil da história portuguesa.

Capítulo 10 – A língua como corpo simbólico da nação

- A língua como fundação simbólica da soberania
- Língua de resistência: falar como não ser absorvido
- Língua e império: ambivalência sem colapso identitário
- A língua como lugar de elaboração simbólica
- Norma, centralização e vergonha linguística
- Diversidade linguística e identidade plural
- A libertação da língua após o 25 de Abril: da contenção à pluralidade
- A língua após o império: continuidade sem dominação

Na história portuguesa, a língua ocupa um lugar singular: ela não é apenas, meio de comunicação, nem simples herança cultural. A língua portuguesa funciona como um corpo simbólico de substituição, capaz de assegurar continuidade identitária quando outras mediações – poder, território, império ou futuro – se fragilizam ou colapsam.

Do ponto de vista da TCINP, isto é decisivo, quando a ação histórica se suspende, a identidade portuguesa fala.

Quando a grandeza não pode agir, a língua conserva.

Quando a autoridade se torna ambígua, a língua pensa o país.

A língua como fundação simbólica da soberania

O português consolida-se como língua num momento em que o próprio Estado português se afirma enquanto entidade independente. Não nasce como língua imperial imposta de cima para baixo, nem como língua administrativa tardia, mas como língua simultaneamente popular, poética e política.

No final do século XIII, sob D. Dinis, com a criação do “Estudos Gerais” e a afirmação do vernáculo na chancelaria, consolida-se a oficialização do português como língua do Estado, da administração e da universidade, é um gesto profundamente político. Não se trata apenas de substituir o latim: trata-se de afirmar uma soberania simbólica face ao castelhano e de inscrever a identidade nacional numa língua própria.

Desde cedo, o português não fica confinado à oralidade subalterna. Torna-se língua de escrita, de lei, de poesia, de pensamento. Isto cria um efeito duradouro: a língua passa a ser vivida como prova de existência nacional.

Língua de resistência: falar como não ser absorvido

Ao longo de séculos, a língua portuguesa funcionou como marcador de diferenciação face à hegemonia castelhana. Durante a União Ibérica (1580–1640), quando a soberania política é perdida, a língua permanece. Essa permanência não é neutra: ela opera como resistência simbólica silenciosa.

Clinicamente, isto produz um efeito importante:

- o português associa-se afetivamente à ideia de não dissolução.

Falar português é, historicamente, não desaparecer.

Esta experiência funda uma ligação emocional profunda à língua, que ultrapassa largamente a sua função instrumental. A língua torna-se lugar de pertença quando o Estado falha; torna-se casa simbólica quando o território é ameaçado.

Língua e império: ambivalência sem colapso identitário

O português foi também língua de império. Foi usado na administração, na evangelização, no comércio, na circulação atlântica e oriental. Contudo, ao contrário de outros impérios europeus, Portugal não desenvolveu uma política linguística sistemática de imposição violenta e universal.

Em muitos territórios coloniais, o português coexistiu com línguas locais, sendo usado sobretudo por elites urbanas e como língua de mediação entre comunidades diversas. A evangelização católica privilegiou frequentemente o ensino religioso nas línguas nativas, em contraste com modelos mais uniformizadores.

Esta ausência de imposição linguística total explica uma particularidade importante: a língua portuguesa não ficou inteiramente colada à culpa imperial no imaginário do centro. Mesmo nos contextos de luta anticolonial, o português foi frequentemente usado como língua de resistência e de unidade nacional.

Do ponto de vista TCINP, esta ambivalência é fundamental: a língua mantém-se investível afetivamente após a perda do império, ao contrário do que sucede noutros contextos pós-coloniais.

A língua como lugar de elaboração simbólica

Quando a história portuguesa entra em ciclos de espera, perda ou retração, a língua assume uma função suplementar: torna-se espaço de pensamento da própria identidade. Camões não escreve apenas uma epopeia, constrói uma narrativa simbólica de grandeza.

Pessoa não celebra Portugal, interroga-o, fragmenta-o, tenta salvá-lo simbolicamente após a perda.

Saramago, Sophia e outros pensam os limites, as culpas e as possibilidades do país em português.

Aqui a língua funciona como uma verdadeira clínica da identidade nacional: o que não é resolvido politicamente é elaborado literariamente.

O que não se pode agir, diz-se; O que não se pode conquistar, escreve-se.

Este traço é estrutural e distingue Portugal de muitas outras nações.

Norma, centralização e vergonha linguística

A consolidação do português padrão, sobretudo a partir do século XIX, teve uma função unificadora clara. A escola pública e o Estado central promoveram uma norma linguística que permitiu coesão cívica e comunicacional num território diverso.

Contudo, este processo teve custos simbólicos. As variedades regionais – do Norte, do Alentejo, do Algarve, das ilhas – foram frequentemente desvalorizadas, associadas a atraso, ignorância ou rusticidade. Muitos portugueses interiorizaram uma vergonha linguística, reprimindo o seu modo de falar para se aproximarem da norma legitimada pelo centro.

Clinicamente, este fenómeno é decisivo: a mesma língua que protege a identidade do exterior, disciplina e silencia diferenças no interior.

Esta tensão reproduz, no plano linguístico, a estrutura mais ampla da identidade portuguesa: forte contra fora, contida por dentro.

Diversidade linguística e identidade plural

Apesar da normalização, as variedades locais nunca desapareceram. Pelo contrário, tornaram-se focos de resistência simbólica. O mirandês, reconhecido oficialmente, é exemplo claro de afirmação identitária local. O cante alentejano, os falares insulares, o teatro e a literatura regionais preservam modos próprios de dizer e sentir o mundo.

Nos últimos anos, assiste-se a uma revalorização progressiva dos sotaques e falares regionais, sobretudo através da cultura, da música e das redes sociais. A vergonha começa, lentamente, a transformar-se em orgulho.

Este movimento aponta para um novo equilíbrio identitário:

- uma portugalidade que já não precisa de se apoiar na uniformidade, mas pode habitar a pluralidade.

Síntese TCINP

Na identidade portuguesa, a língua não é apenas um traço entre outros.

Ela é o lugar onde a identidade resiste quando tudo o resto falha.

A língua portuguesa funda soberania, sustenta a espera, elabora a perda, contém a diversidade, e guarda a promessa de continuidade.

Mas fá-lo ao preço de tensões internas: entre centro e periferia, norma e diferença, unidade e pluralidade.

A maturação identitária portuguesa passa, inevitavelmente, por aqui: transformar a língua de disciplina em língua de convivência, a língua da vergonha em língua da dignidade plural, a língua da espera em língua do futuro habitável.

Quando a história portuguesa hesita, a língua sustém; quando a identidade se fragmenta, a língua recompõe; e quando o futuro se torna incerto, é ainda na língua que Portugal continua a existir.

A libertação da língua após o 25 de Abril: da contenção à pluralidade

O 25 de Abril de 1974 não foi apenas uma rutura política; foi também uma rutura linguística profunda. Após quarenta e oito anos de censura sistemática, a língua portuguesa libertou-se de um regime de contenção simbólica que limitava não apenas o que podia ser dito, mas como o país podia pensar-se a si próprio.

Durante o Estado Novo, a língua foi disciplinada:

- nos jornais, na literatura, na poesia, no teatro, na televisão e no pensamento crítico. Certas palavras eram interditas, certos temas impronunciáveis, certas formulações suspeitas. A língua tornou-se prudente, indireta, alusiva – eficaz na sobrevivência simbólica, mas limitada na sua capacidade de invenção coletiva.

Com o 25 de Abril, dá-se algo decisivo:

- a língua deixa de ser apenas lugar de resistência silenciosa e passa a ser espaço de experimentação, confronto e pluralidade. Surgem novas vozes, novos registos, novas linguagens políticas, artísticas e sociais. O português reinventa-se como língua democrática: menos hierárquica, menos normativa, mais aberta ao conflito, à diferença e à crítica.

Do ponto de vista da TCINP, este momento é crucial:

- pela primeira vez, a língua deixa de carregar sozinha a identidade em suspensão e passa a acompanhar uma reativação do tempo histórico. A espera dá lugar à fala múltipla; o silêncio à discussão; a unidade forçada à diversidade legítima.

A língua após o império: continuidade sem dominação

Este movimento não se limita ao território continental. Após a descolonização, todos os novos países africanos de expressão portuguesa – apesar de contextos de conflito, ressentimento e rutura – optam por manter o português como língua oficial.

Esta escolha não é evidente nem automática. Ela revela algo fundamental: o português é percebido, nesses contextos, não apenas como herança colonial, mas como língua de mediação interna, capaz de ligar etnias, culturas e histórias diversas sem privilegiar uma língua local sobre as outras.

Clinicamente, isto confirma um ponto central da TCINP:

- a língua portuguesa sobrevive ao império porque não se identifica totalmente com a dominação, mas com a possibilidade de articulação e de futuro comum. Mesmo onde foi língua do poder, torna-se também língua da libertação, da poesia, da política anticolonial e da construção nacional.

Síntese: a língua como espaço de reinvenção

Após o 25 de Abril, a língua portuguesa deixa definitivamente de ser apenas língua de resistência, língua de espera, língua de sobrevivência.

Passa a ser também língua de reinvenção democrática.

Isto não resolve todas as tensões – a norma, a centralização, as desigualdades simbólicas persistem – mas abre um novo ciclo: o da possibilidade de uma identidade que se pense e se diga sem tutela.

Se durante séculos a língua portuguesa garantiu a sobrevivência da identidade quando a história falhava, após o 25 de Abril ela tornou-se, pela primeira vez, um espaço pleno de liberdade, pluralidade e reinvenção do “nós”.

Parte VI – Desenvolvimento, crise e maturidade nacional

Capítulo 11 – A Nação ao longo do ciclo de vida

- Fundação, crise e maturidade: uma leitura clínica do tempo nacional
- Crises, derrotas e adolescência prolongada
- Maturidade psicossocial da nação: Intimidade, generatividade e integridade

Fundação, crise e maturidade: uma leitura clínica do tempo nacional

A ideia de que as nações atravessam fases de desenvolvimento análogas às do sujeito humano não é inteiramente nova no pensamento histórico português.

Na década de 1990, José Mattoso³, num opúsculo breve, mas intelectualmente pioneiro sobre a identidade nacional, recorreu ao modelo das crises psicossociais de Erikson para sugerir que Portugal poderia ser pensado em termos de maturação identitária. Essa referência – introduzida por via do diálogo com a psicologia social – teve sobretudo um valor heurístico: nomeou uma intuição fecunda, mas não chegou a desenvolver uma leitura clínica do processo histórico enquanto tal.

É precisamente esse passo que este capítulo se propõe dar. Não se trata de aplicar mecanicamente modelos psicológicos individuais ao coletivo, nem de reduzir a história a uma metáfora do desenvolvimento humano. O que está em causa é algo mais rigoroso e mais exigente: pensar a temporalidade nacional como um processo simbólico estruturado, atravessado por crises, impasses, regressões e tentativas de reorganização tal como acontece no percurso de uma pessoa.

A TCINP parte do princípio de que as identidades nacionais, enquanto formações simbólicas vivas, não evoluem apenas por acumulação de acontecimentos, mas por reorganizações sucessivas do sentido, do investimento afetivo e da relação com o tempo.

Neste enquadramento, conceitos oriundos de Erikson não são usados como grelhas explicativas fechadas, mas como operadores de leitura clínica: ajudam a distinguir momentos de construção do sentido, fases de afirmação, períodos de crise prolongada e dificuldades na passagem para formas mais maduras de identidade coletiva.

A história deixa então de ser apenas sucessão cronológica, e passa a ser lida como percurso de subjetivação nacional – com tudo o que isso implica de conflitos não resolvidos, lutos incompletos e defesas estruturais.

3 “A Identidade Nacional” de José Mattoso ed. Gradiva, abril de 1998.

Após o arco poético fundacional – de Camões a Pessoa – e após a rutura histórica do 25 de Abril, torna-se possível e necessário dar este passo: perguntar em que momento do seu “ciclo de vida” se encontra hoje a identidade portuguesa. Não para a julgar, nem para a patologizar, mas para compreender porque razão certas dificuldades persistem, porque certos fantasmas regressam e porque a maturidade histórica, ao contrário do que se supõe, não é um dado automático do tempo, mas um trabalho simbólico exigente, sempre inacabado.

Este capítulo não “explica” a história portuguesa; reorganiza-a clinicamente no tempo, permitindo compreender porque certas crises regressam, porque certos bloqueios persistem, e porque a maturidade nacional não coincide necessariamente com estabilidade política ou progresso material.

1. Fundar é nascer: a infância simbólica da nação

Eixos já abordados:

- Fundação como momento de diferenciação radical (nós / outros);
- Centralidade do fundador (Afonso Henriques);
- Identidade construída por recusa da subalternidade;
- Forte investimento afetivo e simbólico inicial.

Leitura clínica

Predomínio da identificação primária:

- Dependência de figuras fortes;
- Fragilidade estrutural compensada por idealização;
- Formação precoce de um Ideal do Eu coletivo elevado.

Crescer é expandir: juventude, ação e afirmação

Eixos já abordados:

- Expansão territorial e marítima;
- Afirmação no exterior como forma de consolidação identitária;
- Grandeza como estratégia adaptativa;
- Violência fundadora sublimada (Camões).

Leitura clínica

- Juventude afirmativa: risco, ação, desmesura;
- Forte coesão narcísica;
- Capacidade de mobilização coletiva;
- Presença ainda reguladora da ética (Velho do Restelo).

Crises, derrotas e adolescência prolongada

Eixos já abordados:

- Perda progressiva do império;
- Quebras de continuidade simbólica;

- Dificuldade em elaborar a derrota;
- Oscilação entre orgulho e desvalorização.

Leitura clínica

- Adolescência histórica prolongada;
- Conflito identidade vs. confusão;
- Ideal elevado vs. realidade frustrante;
- Tendência para soluções messiânicas ou regressivas.

Pós-império e entrada difícil na idade adulta

Eixos já abordados:

- 25 de Abril como rutura libertadora;
- Fim da espera messiânica;
- Normalização democrática;
- Integração europeia.

Leitura clínica

- Passagem da exceção para a normalidade;
- Libertação sem narrativa madura;
- Progresso objetivo vs. desânimo subjetivo;
- *Déficit* de simbolização da maturidade

Aqui dialogamos com Erikson (integridade vs. desespero), mas em chave coletiva:

- a dificuldade não é falhar – é não saber o que fazer depois de deixar de esperar.

A identidade nacional portuguesa encontra-se numa transição inacabada para a maturidade histórica: libertou-se da espera messiânica, mas ainda não integrou plenamente a responsabilidade de existir sem mito.

Maturidade psicossocial da nação: Intimidade, generatividade e integridade.

(O modelo de Erick Erickson⁴, as três fases da maturidade)

Quando uma identidade coletiva ultrapassa a juventude expansiva e a adolescência ferida, entra numa fase muito mais exigente: a maturidade.

Esta fase já não se define pela afirmação contra o outro, nem pela promessa de exceção futura, mas pela capacidade de relação, transmissão e aceitação do próprio percurso.

É aqui que os três últimos estádios de Erikson se tornam decisivos.

4 A maturidade segundo a teoria de Erik Erikson é um conceito central que descreve como as experiências sociais moldam a identidade e o comportamento de uma pessoa ao longo da vida. In; E. Erickson. *The life cycle completed: a review. Extended version with new chapters from Joan Erickson*. New York, NY: Norton & Company, Inc.

1. Intimidade × Isolamento: Relação sem dissolução

No plano individual, a intimidade não é fusão; é a capacidade de estar com o outro sem perder identidade. No plano nacional, isto traduz-se na pergunta:

- “Conseguimos integrar-nos sem nos dissolver?”

A integração europeia coloca Portugal exatamente neste estádio.

A União Europeia, no seu melhor potencial, oferece um espaço de intimidade política:

- Cooperação, interdependência, partilha de regras, proteção mútua.

Mas clinicamente há um risco claro:

- Quando a intimidade não está bem integrada, ela degenera em isolamento passivo ou em fusão silenciosa.

No caso português, o risco não é a rejeição da Europa, mas a perda de voz própria, a sensação de estar “dentro” sem ser autor, apenas utilizador de um guião escrito noutro lugar.

Aqui emerge a angústia: não a perda de soberania formal, mas a perda de protagonismo simbólico.

2. Generatividade × Estagnação – Produzir futuro ou apenas gerir o presente

Este é talvez o estádio mais crítico para a identidade portuguesa contemporânea.

Generatividade, em Erikson, não significa apenas ter filhos.

Significa produzir algo que sobreviva a nós, transmitir sentido, investir no futuro sem garantia de reconhecimento imediato.

No plano nacional, a pergunta é simples:

- “Estamos a gerar futuro ou apenas a administrar o presente?”

A integração europeia, combinada com globalização e aceleração tecnológica, pode favorecer dois caminhos opostos:

a) Generatividade madura:

- Contributo cultural próprio, produção simbólica (língua, ciência, pensamento, ética), capacidade de mediação entre mundos, investimento sério nas gerações futuras.

b) Estagnação elegante:

- Boagestão técnica, estabilidade sem ambição, adaptação sem criação, sobrevivência confortável sem legado.

O perigo não é o colapso, é a irrelevância tranquila.

É aqui que a metáfora das “anãs castanhas”⁵ é clinicamente perfeita: corpos estáveis, duráveis, mas sem energia própria, sem combustão simbólica.

3. Integridade × Desespero – Habitar a própria história

O último estágio não é sobre sucesso. É sobre aceitação.

Integridade, em Erikson, é a capacidade de olhar para a própria vida e dizer:

- “foi isto – com falhas, perdas e limites – e faz sentido assim”.

No plano nacional, isto implica algo raríssimo: aceitar que houve grandeza sem querer repeti-la, reconhecer perdas sem melancolia, viver a democracia sem nostalgia épica, existir sem missão transcendente.

O desespero, aqui, não aparece como colapso emocional.

Aparece como cinismo, desinvestimento, ironia defensiva, ou fuga para sucedâneos (espetáculo, futebol, *rankings*).

Portugal oscila ainda entre estes dois polos:

- Integridade incompleta (sabemos quem fomos),
- Desespero difuso (não sabemos bem para quê estamos).

O 3.º acto⁶: voltar a ser autor

A referência ao “3.º acto” (Jane Fonda), é decisiva – e profundamente compatível com a TCINP.

No 3.º acto não se começa a história, não se conquista o mundo, reescreve-se o sentido do que já foi vivido.

Aplicado à nação, o 3.º acto de Portugal não pode ser nem épico nem messiânico.

Tem de ser ético, gerativo e relacional.

A Europa não tem de ser o lugar do apagamento.

Pode ser – se houver maturidade – o palco onde Portugal deixa de ser herói ou profeta e passa a ser autor discreto, mas necessário.

Formulação clínica:

- A identidade nacional portuguesa entrou no seu estágio de maturidade.
- O risco já não é a perda, nem a espera, nem o autoritarismo.
- O risco é não ousar escrever o 3.º acto e confundir integração com silêncio, estabilidade com estagnação, normalidade com desaparecimento simbólico.

Ou, numa frase ainda mais nua: Não nos falta história, falta-nos decidir o que fazer com ela agora que já não nos empurra.

5 Anã castanha: Estrela em fim de vida, já não tem energia para emitir luz como as outras estrelas. O seu tamanho é ligeiramente maior do que o de um planeta grande como Júpiter. São como uma vela com chama pequena, são luzinhas que demoram tempo a queimar.

6 3º acto. Documentário dirigido por Susan Lacy em que Jane Fonda retrata a sua trajetória de vida em 5 actos

Falta ainda o legado. Aquilo que os actuais vão deixar aos vindouros (como disse Stephan Covey: live, learn, love, leave a legacy). O que é que os do nosso tempo deixam de memorável aqueles que estão a entrar na fase de maturidade? O que pode ser?

Aqui entramos no ponto mais exigente da maturidade identitária: aquilo que não é vivido por quem age, mas por quem recebe depois.

- 1 – o que é legado em termos clínico-identitários,
- 2 – o que não constitui legado (apesar de parecer),
- 3 – o que pode ainda tornar-se legado do nosso tempo.

1. O que é “legado” numa identidade nacional madura

Recuperando a intuição de Covey “leave a legacy” não é deixar feitos espetaculares, mas deixar condições de possibilidade.

No plano coletivo, legado não é um evento, uma vitória, um monumento, nem uma promessa.

Legado é aquilo que continua a operar quando os autores já não estão lá.

Clinicamente, legado é, uma estrutura transmissível, uma ética incorporada, um modo de lidar com o real que pode ser retomado sem nostalgia.

2. O que os adultos de hoje não estão a deixar (ainda)

(É importante dizer isto sem acusação moral).

- a) Não estamos a deixar um mito fundador – e isso é normal numa fase madura. As sociedades maduras não deixam mitos; deixam procedimentos, critérios e limites.
- b) Não estamos a deixar uma promessa mobilizadora clara – o que gera insegurança nos mais novos. Não porque falhámos, mas porque sabemos demais para prometer o impossível.
- c) Não estamos a deixar um grande gesto coletivo – porque a história não está num momento épico. E isso frustra gerações educadas à espera de “momentos históricos”. O risco aqui é confundir ausência de épica com ausência de sentido.

3. O que podemos deixar como legado (e ainda estamos a tempo)

Aqui entram as quatro dimensões fundamentais do legado nacional possível – e desejável.

a) A geração atual herdou a liberdade como conquista.

As novas gerações herdaram-na como condição de base.

O legado aqui não é a revolução, é a ideia de que a liberdade não precisa de justificação mítica, que pode existir sem heroísmo, que pode ser vivida sem medo permanente do colapso. Isto é maturidade histórica.

b) Um legado de instituições habitáveis. Não perfeitas, mas habitáveis. Se deixarmos instituições que funcionam sem culto, regras que não dependem de homens providenciais, democracia como prática quotidiana, então deixamos algo raro, um país que não exige exceção para funcionar.

Isto é um legado invisível e por isso subestimado.

c) Um legado de linguagem crítica sem destruição

Aqui toca diretamente a TCINP: Se os mais novos herdarem a capacidade de criticar sem odiar o coletivo, de discordar sem se desidentificar, de reformar sem destruir simbolicamente, então herdaram algo que Portugal nunca transmitiu bem. Um Velho do Restelo integrado, não caricaturado.

d) Um legado de direito à normalidade com dignidade

Talvez o mais difícil de aceitar. O que podemos deixar não é grandeza, mas autorização simbólica para não sermos excecionais. Ou seja, não precisar de império, não precisar de missão, não precisar de sofrimento para ter valor. Isto liberta os que vêm depois de carregar fantasmas que não escolheram.

A pergunta que os vindouros farão (implicitamente)

Não será: “O que fizeram de grandioso?”

Será: “O que nos permitiram fazer?”

E aqui entra o critério clínico do legado: Um bom legado não diz aos vindouros quem devem ser. Diz apenas: podem ser.

Formulação de síntese

O legado do nosso tempo não será épico nem messiânico.

Será julgado por algo mais exigente: se deixámos condições para que os que vêm depois possam viver, decidir e errar sem medo de perder o país. Se isso acontecer, então, silenciosamente, teremos cumprido o nosso 3º acto.

Ou, numa frase ainda mais simples:

- A maturidade de uma nação mede-se menos pelo que realiza, do que pelo que já não exige aos seus filhos.

Capítulo 12 – Afetos nacionais

– A arquitetura afetiva da identidade portuguesa

Por que falar de afetos numa teoria da identidade nacional?

Falar de afetos no contexto da identidade nacional pode parecer, à primeira vista, um desvio psychologizante. A tradição académica tende a confinar os afetos ao domínio da vida privada, reservando às ciências sociais os factos, as estruturas e os discursos. A TCINP parte de um pressuposto diferente: nenhuma identidade coletiva se sustenta apenas por narrativas conscientes, dispositivos institucionais ou construções ideológicas.

Toda identidade duradoura é também – e talvez sobretudo – uma organização afetiva historicamente construída.

As comunidades não vivem apenas de símbolos e acontecimentos; vivem de medos transmitidos, de orgulhos cultivados, de esperanças adiadas, de vergonhas silenciosas, de nostalgias persistentes, de ressentimentos acumulados. Estes afetos não pertencem exclusivamente aos indivíduos, embora se expressem sempre através deles. Situam-se num plano intermédio e frequentemente não tematizado: o plano da economia afetiva coletiva, onde se organiza aquilo que uma comunidade aprende a sentir como legítimo, desejável, perigoso ou interdito.

Na perspetiva da TCINP, os afetos não são meras reações emocionais espontâneas. Funcionam como estruturas de regulação simbólica da vida coletiva: moldam a relação com o tempo, com a autoridade, com a pertença, com o futuro, com a perda e com o conflito. Uma identidade nacional transmite não apenas mitos fundadores e narrativas históricas, mas também disposições afetivas: modos aprendidos de esperar, de desconfiar, de se exaltar, de se conter, de se proteger, de se resignar ou de se mobilizar.

É por isso que certos padrões de reação coletiva reaparecem ao longo dos séculos, mesmo quando os contextos políticos, económicos e culturais mudam radicalmente. A persistência de disposições como a prudência excessiva face ao futuro, a ambivalência perante a autoridade, a tendência para idealizar o passado ou a dificuldade em investir plenamente no presente não se explica apenas por fatores materiais. Trata-se de heranças afetivas estruturais, transmitidas culturalmente e incorporadas em práticas, linguagens, silêncios e expectativas.

Falar de afetos numa teoria da identidade nacional não é psychologizar a história.

É reconhecer que a história deixa marcas psíquicas coletivas e que essas marcas passam a organizar o modo como uma comunidade se pensa, se sente e se projeta no tempo. A TCINP não estuda emoções individuais; estuda a forma como uma coletividade organiza afetivamente a sua relação consigo própria ao longo da duração histórica.

Afeto individual ≠ afeto coletivo

O ponto de rutura da TCINP com a psicologia clássica

Um dos equívocos mais frequentes quando se introduz a dimensão afetiva no plano coletivo consiste em imaginar que se está apenas a ampliar emoções individuais para uma escala maior. Nada poderia estar mais distante da perspetiva da TCINP. Um afeto coletivo não é uma emoção individual multiplicada por milhões. Trata-se de uma realidade de outra ordem.

O afeto individual pertence à biografia, à experiência subjetiva, à história singular de uma pessoa. Pode ser intenso ou frágil, consciente ou inconsciente, patológico ou estruturante.

O afeto coletivo, tal como aqui é entendido, não pertence à interioridade psíquica de ninguém em particular. Existe na cultura, nos códigos implícitos, nas formas de relação, nas expectativas partilhadas, nos modos dominantes de interpretação do mundo.

Quadro comparativo

individual	Plano coletivo (TCINP)
Experiência subjetiva	Organização simbólica partilhada
História pessoal	História cultural
Pode ser patológico	Nunca é patológico em si
Vive-se	Transmite-se
Varia intensamente	Revela estabilidade histórica

Pode formular-se assim:

- O afeto individual vive-se;
- O afeto coletivo transmite-se;
- O afeto individual pertence à história pessoal;
- O afeto coletivo pertence à história cultural;
- O afeto individual pode ser clínico;
- O afeto coletivo é sempre adaptativo face a um determinado contexto histórico.

Quando a TCINP fala de vergonha identitária, não está a diagnosticar indivíduos com vergonha patológica. Está a descrever um clima simbólico coletivo em que a afirmação positiva tende a ser inibida, em que o reconhecimento do valor próprio gera desconforto e em que a exposição pública é sentida como arriscada.

Quando fala de melancolia coletiva, não sugere que um povo esteja deprimido. Identifica uma organização histórica da relação ao passado e à perda, na qual a memória tende a sobrepor-se à projeção e o futuro é frequentemente vivido como promessa mais do que como construção.

Esta distinção protege a TCINP de dois riscos simétricos:

- O da psicologização redutora da história;
- E o da abstração sociológica que ignora a dimensão afetiva da experiência coletiva.

A especificidade da TCINP situa-se precisamente nesse ponto intermédio: tratar a identidade nacional como estrutura simbólica viva, dotada de uma economia afetiva própria, relativamente estável ao longo do tempo, embora passível de transformação. Os afetos funcionam aqui como dispositivos estruturantes do vínculo entre sujeito e coletivo: regulam o modo como se pertence, como se confia, como se espera, como se critica, como se investe ou como se desinveste na vida comum.

Dito de forma direta: a TCINP não pergunta “o que é que os portugueses sentem?”.

Pergunta antes:

“Que tipo de sentir se tornou historicamente legítimo, transmissível e estruturante na experiência portuguesa do coletivo?”

É precisamente essa arquitetura afetiva – invisível, mas profundamente operante – que este capítulo procura tornar legível. A sua função é fornecer ao leitor uma grelha de leitura que lhe permita compreender não apenas o que aconteceu a Portugal ao longo do tempo, mas como Portugal foi aprendendo a sentir-se ao longo do que lhe aconteceu.

É essa arquitetura afetiva – invisível, mas profundamente operante – que este capítulo procura tornar legível.

Função: dar ao leitor a grelha que usará para ler toda a história posterior

Aqui entram os afetos nucleares, organizados como sistema dinâmico, não catálogo.

Afetos fundadores

Orgulho, exaltação, idealização

Ligados à fundação e à expansão, produzem coesão e mobilização, mas tornam a perda mais traumática.

A grandeza como núcleo identitário primário.

O primeiro afeto estruturante da identidade portuguesa é o orgulho.

Não um orgulho superficial ou narcisismo banal, mas um orgulho estruturante, profundamente ligado à origem histórica da nação.

Portugal nasce como projeto improvável: pequeno território, fronteira instável, potência regional dominante ao lado. A independência não é naturalizada, é conquistada. A sobrevivência inicial exige um investimento afetivo muito elevado na afirmação de si. Daí resulta uma identidade precoce fortemente organizada em torno da ideia de exceção: somos pequenos, mas não somos menores.

Este núcleo afetivo prolonga-se e reconfigura-se ao longo dos séculos:

- na epopeia dos Descobrimentos,
- na monumentalização simbólica em Camões,
- na necessidade recorrente de provar valor “lá fora”,
- na sensibilidade particular ao reconhecimento internacional,
- na dor intensa quando esse reconhecimento falha.

Clinicamente, este orgulho funciona como núcleo organizador do Ideal do Eu coletivo. Ele protege a identidade da dissolução, sustenta a coesão, permite atravessar períodos de fragilidade material sem colapso simbólico. Mas traz consigo uma tensão estrutural: quanto mais elevado é o ideal, maior é o risco de fratura quando a realidade não o acompanha.

Afetos reguladores da exposição e da ação

Medo e vergonha

O orgulho fundador não desaparece – mas, após os grandes colapsos históricos (Alcácer-Quibir, perda da independência, colapso imperial, instabilidade crônica), passa a coexistir com dois afetos reguladores\particularmente fortes: o medo e a vergonha.

O medo não aparece aqui como pânico, mas como prudência estrutural face ao risco histórico.

A história ensinou repetidamente que a ousadia pode ter custos devastadores. A confiança no futuro nunca mais foi totalmente recuperada após certas fraturas. Desenvolve-se então uma forma coletiva de cautela afetiva:

- receio de investir demasiado,
- receio de se expor excessivamente,
- receio de voltar a perder o que foi conquistado,
- preferência por soluções que garantam sobrevivência em vez de transformação.

A vergonha, por sua vez, organiza-se sobretudo na relação com a exterioridade.

Não é vergonha de existir, mas vergonha de não estar à altura do ideal interno elevado. Surge como desconforto com a visibilidade, com a afirmação demasiado explícita, com a exposição pública do valor próprio. Por isso, paradoxalmente:

- há orgulho íntimo, mas dificuldade em afirmá-lo diretamente,
- há valor reconhecido internamente, mas dificuldade em sustentá-lo externamente,
- há receio de parecer excessivo, pretensioso, ridículo.

Do ponto de vista clínico, medo e vergonha funcionam como mecanismos reguladores da intensidade identitária. Contêm o excesso, protegem contra a desilusão, evitam a exposição traumática. Mas têm um preço: reduzem a capacidade de ação afirmativa no presente.

Afetos de manutenção identitária

Melancolia, nostalgia, saudade

Mantêm ligação ao passado quando o futuro falha; protegem da dissolução simbólica, mas favorecem suspensão da ação.

A organização afetiva do tempo:

- Talvez o traço mais singular da arquitetura afetiva portuguesa seja a forma como o tempo é afetivamente organizado.

Ao contrário de identidades projetadas predominantemente para o futuro, ou centradas na gestão pragmática do presente, a identidade portuguesa desenvolveu uma relação afetiva privilegiada com o passado. Não por incapacidade, mas por excesso de densidade histórica.

O passado não é apenas memória: é presença estruturante.

Não é apenas herança: é referência permanente.

Não é apenas história: é medida implícita do valor.

É aqui que surgem a melancolia e a nostalgia, não como sintomas patológicos, mas como modos estruturantes de relação com o tempo.

A melancolia coletiva, tal como a TCINP a entende, não é tristeza difusa.

É antes uma forma de consciência histórica profunda: a percepção de que algo essencial foi vivido, alcançado, perdido – e que a identidade atual se constrói sempre em relação a essa perda. Daí a densidade poética da cultura portuguesa, a centralidade da saudade, a tendência para pensar o presente como intervalo entre um passado pleno e um futuro indefinido.

A nostalgia, por sua vez, não é simples idealização do passado.

Funciona como mecanismo de preservação simbólica: mantém viva a continuidade identitária quando o presente parece insuficiente. Protege o sentido de valor, mas pode dificultar o investimento pleno no agora.

Clinicamente, esta organização do tempo produz um efeito ambivalente:

- riqueza simbólica profunda;
- mas dificuldade em viver o presente como espaço pleno de criação.

Afetos de fratura

Ressentimento e desinvestimento

A defesa silenciosa contra a desilusão.

O último núcleo afetivo estrutural é talvez o mais difícil de nomear, porque raramente é assumido explicitamente: o ressentimento difuso, frequentemente acompanhado de desinvestimento.

Não se trata de ressentimento agressivo, ruidoso, politizado.

Trata-se de algo mais subtil: uma forma de desilusão incorporada, um ceticismo silencioso face às promessas coletivas, uma expectativa baixa relativamente à eficácia da ação histórica.

Este afeto organiza-se sobretudo em relação:

- ao poder (“eles fazem sempre o que querem”);
- às instituições (“nada muda verdadeiramente”);
- ao coletivo (“isto nunca vai funcionar”);
- à participação (“não vale a pena envolver-me”).

Do ponto de vista clínico, este ressentimento funciona como defesa: protege o sujeito coletivo de nova desilusão. Mas também produz um efeito corrosivo: reduz a energia de investimento, enfraquece a agência coletiva, favorece o afastamento clínico em vez do envolvimento crítico.

É aqui que a TCINP encontra um dos seus pontos mais delicados:

- uma identidade que conserva orgulho elevado, mas protege-se afetivamente através da contenção, da distância e da ironia.

Afetos ambivalentes centrais

Esperança suspensa, relação paradoxal com a autoridade:

- Desejo de proteção + rejeição da autoridade,
- Espera de salvação + ironia defensiva.

Estrutura profundamente portuguesa.

A TCINP propõe uma lente para entender:

- IV Dinastia;
- Ouro do Brasil;
- Pombal;
- Liberalismo;
- Fátima;
- Salazar;
- Democracia;
- Emigração;
- Europa.

Afetos permitidos vs. afetos interditos

A censura afetiva informal (“O superego cultural português”).

Função: mostrar como a identidade se regula silenciosamente.

Exemplos de organização portuguesa típica:

- Afetos culturalmente permitidos:
 - Saudade;
 - Ironia;
 - Auto-desvalorização simpática;
 - Nostalgia;
 - Crítica leve;
 - Humor defensivo.
- Afetos culturalmente difíceis:
 - Orgulho contemporâneo afirmativo;
 - Ambição coletiva explícita;
 - Confiança política forte;
 - Projeto mobilizador assumido;
 - Conflito frontal com autoridade.

Isto explica clinicamente fenómenos como:

- medo de parecer “ridículo” ao afirmar ambição;
- desconforto com projetos coletivos grandes;
- facilidade em desvalorizar o que é nosso.

Afetos como dispositivos históricos

Como eles atravessam os séculos.

Função: ligar diretamente ao Cap. 12, ao arco histórico:

- O medo molda a IV Dinastia;
- A melancolia emerge após 1580;
- O ressentimento acompanha o liberalismo;
- A esperança desloca-se para Fátima;
- A autoridade concentra-se em Salazar;
- A ambivalência emerge na democracia.

Síntese provisória da arquitetura afetiva Portuguesa.

A arquitetura afetiva portuguesa não é composta por afetos isolados, mas por uma estrutura tensional relativamente estável:

- Orgulho elevado → ideal identitário forte;
- Medo e vergonha → contenção da exposição;
- Melancolia e nostalgia → investimento privilegiado no passado;
- Ressentimento e desinvestimento → defesa contra a desilusão.

Esta configuração explica muito do que, à superfície, parece contraditório:

- Grande capacidade cultural + dificuldade de projeção política,
- Forte sentido de valor + baixa autoestima pública,
- Profundidade histórica + dificuldade em investir no futuro,
- Apego ao coletivo + afastamento da participação concreta.

Nada disto constitui falha moral, nem defeito de carácter coletivo.

São soluções afetivas historicamente construídas, adaptativas em determinados contextos, limitadoras noutros. Compreendê-las não serve para julgar uma identidade – serve para torná-la consciente de si.

E é precisamente esse o objetivo desta parte deste trabalho dar ao leitor ferramentas para reconhecer, ao longo do arco histórico que se seguirá, não apenas o que aconteceu a Portugal, mas como Portugal aprendeu a sentir-se ao longo do que aconteceu.

Como os afetos se transmitem socialmente

Educação, linguagem, rituais, silêncios e instituições como dispositivos de transmissão afetiva. Se a arquitetura afetiva da identidade nacional não reside nos indivíduos, mas na cultura, então a questão decisiva é esta: como é que esses afetos se transmitem?

A transmissão afetiva coletiva não ocorre por ensino explícito, nem por doutrinação consciente. Opera de forma muito mais subtil e persistente, através de dispositivos quotidianos de socialização simbólica. A identidade nacional não é ensinada como um programa escolar; é incorporada como uma atmosfera.

A TCINP identifica cinco grandes canais de transmissão afetiva estruturante:

A educação formal e informal

O que se ensina – e o que se cala.

A escola transmite muito mais do que conteúdos. Transmite expectativas implícitas sobre:

- o valor próprio,
- o lugar do indivíduo no coletivo,
- a legitimidade da crítica,
- o modo de relação com a autoridade,
- a forma como se interpreta a história nacional.

Por exemplo:

- Uma história ensinada como sucessão de feitos gloriosos transmite orgulho, mas também idealização paralisante.
- Uma história ensinada apenas como falha, atraso ou culpa transmite desvalorização e vergonha.
- Uma história ensinada como processo humano, com grandeza e limite, transmite maturidade identitária.

Mas a transmissão mais poderosa não está nos programas.

Está nos gestos quotidianos:

- O professor que desvaloriza a participação crítica.
- O adulto que ensina a criança a “não se armar em esperta”.
- A mensagem implícita de que o silêncio é mais seguro do que a exposição.
- A valorização da adaptação em detrimento da iniciativa.

Através destes micro-gestos, a criança aprende precocemente:

- quando é legítimo falar,
- quando é prudente calar,
- quando é perigoso discordar,
- quando é desejável não se destacar demasiado.

É assim que o medo, a vergonha, a prudência excessiva ou a desconfiança da ação coletiva se transmitem sem nunca serem nomeados.

Isto não é educação formal – é transmissão silenciosa por família, escola, humor, media, interações quotidianas.

A linguagem quotidiana

O vocabulário emocional permitido e interdito:

- A língua não transmite apenas conceitos.
- Transmite afectos legitimados.

Expressões como:

- “Isto nunca vai mudar”;
- “Somos assim”;
- “Quem manda faz”;
- “Não vale a pena”;
- “É o que temos”;
- “Portugal é pequeno”;
- “Lá fora é que é bom”.

não são apenas frases. São micro-atos de transmissão afetiva coletiva.

Da mesma forma, certas emoções encontram maior legitimidade social do que outras:

- A saudade é valorizada.
- A melancolia é compreendida.
- A ironia é aceite.
- A auto-desvalorização simpática é tolerada.

Mas:

- O orgulho afirmativo contemporâneo gera desconforto.
- A ambição coletiva explícita parece suspeita.
- A esperança política forte soa ingénua.
- O entusiasmo mobilizador tende a ser ridicularizado.

A linguagem quotidiana funciona assim como um regulador invisível da economia afetiva coletiva, ensinando continuamente o que pode ser sentido em voz alta e o que deve permanecer contido.

Rituais sociais e culturais

O corpo coletivo aprende através da repetição:

- Os rituais – religiosos, cívicos, familiares, escolares, mediáticos – não são neutros. Funcionam como dispositivos de encenação afetiva coletiva.
- Procissões, comemorações nacionais, cerimónias oficiais, eventos desportivos, funerais de Estado, festas populares, minutos de silêncio, discursos públicos: todos estes momentos organizam emocionalmente o coletivo, oferecendo modelos implícitos de:
 - quando emocionar-se,
 - quando conter-se,
 - quando unir-se,
 - quando afastar-se,
 - quando confiar,
 - quando desconfiar.

Por exemplo:

- O futebol tornou-se, no Portugal contemporâneo, um dos raros espaços legítimos de exaltação coletiva sem culpa.
- A política raramente é espaço legítimo de entusiasmo.
- A crítica social é tolerada quando é irónica, mas suspeita quando é frontal.

Os rituais não apenas expressam afetos: educam afetivamente o coletivo.

Os silêncios estruturantes

Aquilo que nunca se diz, mas organiza profundamente.

Talvez o mecanismo mais poderoso de transmissão afetiva coletiva seja o silêncio. Não o silêncio imposto, mas o silêncio culturalmente partilhado.

O que não se diz sobre:

- certas violências históricas,
- certas derrotas,
- certas responsabilidades,
- certos fracassos,
- certas continuidades problemáticas,
- certas desigualdades estruturais.

não desaparece. Transforma-se em afeto difuso: desconforto, vergonha vaga, ressentimento silencioso, desconfiança estrutural.

A TCINP sublinha que:

- Aquilo que não é simbolizado tende a reaparecer sob a forma de afeto desorganizado.

Muitos dos afetos analisados nos capítulos anteriores – melancolia difusa, desconfiança crónica, ambivalência face à autoridade, prudência excessiva – não são resultado do que foi dito, mas do que nunca foi suficientemente elaborado coletivamente.

As instituições

Estruturas que moldam disposições afetivas.

As instituições – Estado, justiça, escola, administração pública, sistema político, comunicação social – não são apenas dispositivos funcionais. São formadores estruturais de afetividade coletiva.

Instituições previsíveis geram confiança.

Instituições opacas geram cinismo.

Instituições arbitrárias geram medo.

Instituições distantes geram desinvestimento.

Instituições paternalistas geram dependência.

Ao longo da história portuguesa, muitas instituições funcionaram de forma relativamente eficaz, mas raramente de forma afetivamente capacitadora. O resultado é uma cidadania funcional, mas frequentemente pouco investida afetivamente.

Isto ajuda a compreender por que razão:

- há baixa participação política apesar de estabilidade democrática,
- há desconfiança estrutural mesmo em contextos institucionais razoáveis,
- há dificuldade em investir libidinalmente no coletivo sem ironia defensiva.

Parte VII – O longo sono e o despertar do corpo coletivo (1640 –1974)

Capítulo 13 – A longa travessia do sujeito coletivo português (1640 –1976)

Leitura clínica longitudinal de um corpo nacional entre suspensão, defesa e despertar

- 1 – O andamento da sobrevivência sem sujeito (1640 –1700)
- 2 – O andamento da anestesia compensatória (1700 –1750)
- 3 – O andamento da autoridade sem sujeito (1750 –1807)
- 4 – O andamento da liberdade sem corpo (1807 –1910)
- 5 – O andamento do desamparo organizado (1910 –1974)
- 6 – O andamento da emergência do sujeito coletivo (1974 –1976)

Vinheta – O azar de Malagrida, o azar dos Távoras, o azar de Portugal

Este capítulo constitui o núcleo longitudinal da TCINP aplicada ao caso português. Não se trata aqui de uma história política nem de uma síntese cronológica de acontecimentos, mas de algo distinto: uma escuta clínica prolongada de um sujeito coletivo ao longo do tempo.

O que está em análise não é apenas o que aconteceu a Portugal entre 1640 e 1976, mas como o corpo social foi afetivamente organizando a sua relação consigo próprio, com a autoridade, com o futuro e com a participação histórica ao longo desse percurso.

Tal como na clínica individual, também no plano coletivo é possível observar:

- fases de retraimento e de vitalidade,
- momentos de defesa e momentos de abertura,
- tentativas de reorganização bem-sucedidas e fracassos estruturais,
- padrões que se repetem sob novas formas,
- aprendizagens inconscientes que atravessam gerações.

A hipótese central que orienta este capítulo é simples, mas exigente:

- A identidade portuguesa, entre a Restauração de 1640 e a Constituição democrática de 1976, evolui menos como uma sucessão de regimes políticos e mais como um processo psicodinâmico prolongado de tentativa de reconstrução de um sujeito coletivo fragilizado desde o colapso de 1578-1581.

Por essa razão, a organização interna do capítulo não segue apenas a cronologia histórica, mas estrutura-se em andamentos clínicos sucessivos, cada um caracterizado por:

- um clima afetivo dominante,
- um tipo de relação com a autoridade,
- um conjunto de defesas coletivas,
- uma aprendizagem histórica transmitida,
- e as condições que tornam possível (ou impossível) a etapa seguinte.

Este dispositivo permite ler três séculos de história não como dispersão, mas como trajetória coerente de um mesmo corpo social em processo de maturação interrompida, regressão, reorganização e, finalmente, irrupção de subjetividade coletiva.

1 – O andamento da sobrevivência sem sujeito (1640 –1700)

A IV Dinastia: restauração política, suspensão simbólica.

Clima afetivo dominante: prudência, contenção, desinvestimento

Defesa central: espera passiva

Relação com autoridade: delegação total

Formulação clínica:

- O Estado foi restaurado, mas o sujeito coletivo permaneceu adormecido.

Aqui integram-se organicamente:

- a Restauração como golpe de elites,
- o povo como espectador da história,
- o sebastianismo como sintoma de trauma não elaborado,
- a educação orientada para obediência e não para cidadania,
- a não elaboração simbólica de Alcácer-Quibir.

Datas essenciais para ajudar a situar os factos históricos sobre que incide a análise TCINP deste capítulo:

- Camões nasce em 1524, parte para o Oriente em 1553, regressa em 1570, os Lusíadas são publicados em 1572, falece em 1580,
- D. Sebastião perde a vida em combate em 4 de agosto de 1578,
- Portugal perde a independência em 1581,
- E a restauração é conseguida quase 60 anos depois, em 1640

Isto representou um pontapé na auto-estima da Nação, se bem que naqueles tempos uma boa parte da nobreza tinha laços e inclinações por Castela. Aliás Filipe II de Espanha, 1º de Portugal é neto de D. Manuel I.

Foi aqui que começou o plano inclinado para a descrença? É uma sequência traumática concentrada, quase um manual clínico de como uma identidade coletiva entra em ferida estrutural.

Não é “um episódio”: é um colapso simbólico encadeado

O que esta cronologia mostra:

- Camões nasce no auge do ciclo imperial, escreve Os Lusíadas quando o ciclo já está a falhar. Publica a epopeia 8 anos antes do colapso político. Morre no ano da catástrofe (1580),
- O país perde a independência no ano seguinte (1581). A restauração só vem duas gerações depois (1640). Isto não é apenas perda política. É desmentido histórico concentrado,
- Ou, em termos clínicos: O Ideal do Eu nacional colapsa quase em simultâneo com a sua formulação simbólica máxima. Isto é raro – e devastador.

Alcácer-Quibir x União Ibérica

O que se perde não é só o rei nem a soberania

D. Sebastião: perda sem corpo, sem luto.

A morte/desaparecimento de D. Sebastião tem três efeitos psíquicos graves:

- não há corpo → luto suspenso,
- não há sucessor claro → angústia de continuidade,
- não há sentido claro → choque simbólico.

Isto abre diretamente o espaço para o messianismo sebástico. Quando o luto não se faz, o fantasma governa.

A União Ibérica: humilhação ambígua

Filipe II tem legitimidade dinástica, parte da nobreza aceita (ou prefere) Castela:

- não há “invasão clássica” humilhante, e isso é psicodinamicamente pior, não melhor.

Porquê? Porque a perda não pode ser totalmente externalizada (“o inimigo”), nem totalmente assumida (“falhámos”).

Resultado: culpa difusa e vergonha silenciosa.

É aqui que começa o “plano inclinado”? Sim, mas não da forma simplista

Não começa aqui o pessimismo, nem a resignação.

Começa aqui algo mais subtil e duradouro: Quebra da confiança na história.

Até então, Portugal tinha uma narrativa implícita: “apesar de pequenos, avançamos”.

Depois de 1580: “podemos perder tudo de um dia para o outro”.

Isto instala: prudência excessiva, desconfiança do futuro, medo de investir tudo outra vez.

Descolagem entre mito e realidade:

- Os Lusíadas passam a ser lidos: não como celebração viva, mas como memória de um auge irrecuperável.
- A epopeia transforma-se em monumento, não em motor.
- Aqui nasce a melancolia identitária portuguesa.

Internalização da ideia de fragilidade

A lição inconsciente é esta, “somos capazes do extraordinário, mas não somos capazes de o sustentar”. Este padrão reaparece ciclicamente na história portuguesa.

A Restauração de 1640: vitória sem cura.

Recuperámos a independência – sem dúvida.

Mas aprendemos alguma coisa? A resposta honesta é “aprendemos a desconfiar, não a elaborar”.

1. O que a Restauração faz repara a soberania restaura a dinastia, recupera a dignidade política

2. O que ela não faz:

- não elabora Alcácer-Quibir,
- não integra o trauma da perda,
- não resolve o messianismo,
- não reconcilia mito e limite.

O sebastianismo sobrevive, a prudência excessiva instala-se.

A ambivalência face ao poder cresce. É uma cura funcional, não simbólica.

Diagnóstico psicodinâmico de fundo

Entre 1578 e 1581, Portugal sofre um trauma identitário maior:

- perda do líder, do sentido e da soberania num intervalo mínimo de tempo.

A restauração política posterior não foi acompanhada de uma elaboração simbólica equivalente, deixando como herança uma oscilação duradoura entre ambição excecional e medo de repetição da perda.

A nação aprendeu a ir longe, mas não a confiar na duração.

a) Herança longa (até hoje).

Isto ajuda a explicar:

- a dificuldade em investir no longo prazo;
- a oscilação entre euforia e retraimento;
- o medo recorrente de “voltar a perder tudo”;
- a tentação de esperar por soluções externas;
- o desconforto com a normalidade sem épica.

A democracia tardia herda este fundo: não de derrota, mas de fragilidade aprendida.

Se Camões fixa a grandeza, se D. João I mostra como habitá-la, se Pessoa tenta salvá-la depois da perda, então Alcácer-Quibir 1580 é o momento em que a história diz: “a grandeza não basta”. O problema não foi ouvir isso. Foi não saber o que fazer com essa verdade.

Regressar à IV Dinastia é regressar ao momento em que a ferida é fechada politicamente, mas não é acordada simbolicamente “até porque o povo continua a dormir”

A IV Dinastia (Bragança) – Restauração sem despertar

Facto histórico

1640: uma restauração de elites, não um levantamento popular.

Este é o primeiro ponto essencial.

A Restauração de 1640 é um golpe palaciano, conduzido por nobres e altos quadros com apoio tático de setores urbanos, mas sem mobilização popular profunda.

Não há mística coletiva comparável a 1383–85, nem ruptura simbólica sentida “de baixo”. O povo não funda a restauração – assiste-lhe. Isto é decisivo para a psicodinâmica posterior.

O povo “dorme”: o que isso significa realmente? Quando se diz que o povo continua a dormir, não se fala de ignorância. “É algo mais profundo:” desinvestimento simbólico.

Depois de Alcácer-Quibir, da perda da independência, de 60 anos de governo externo relativamente estável, o povo aprende isto: a história acontece acima de nós

Efeito psicodinâmico

Clinicamente instala-se uma posição de espera, não messiânica ativa (isso fica nos mitos), mas passiva e defensiva. O povo trabalha, sobrevive, adapta-se, mas não se sente sujeito da história.

A IV Dinastia: prudência acima de tudo.

Os Braganças governam com um princípio claro: não arriscar nova catástrofe.

Isso traduz-se em diplomacia cautelosa, guerras defensivas, contenção simbólica, pouca épica mobilizadora.

Isto tem vantagens: preserva a independência, estabiliza o reino, evita aventuras suicidárias.

Mas tem um custo identitário: não reconstrói o Ideal do Eu coletivo.

A grandeza fica: “administrada, “não vivida,” nem partilhada.

Aprendizagem (o que o corpo social aprende sobre agir/participar)

O sebastianismo como sintoma, não como programa.

Enquanto o poder governa com prudência, o imaginário popular faz outra coisa, sonha.

O sebastianismo não é um plano político, é uma resposta psíquica ao trauma não elaborado.

Funções clínicas do sebastianismo: manter a esperança sem agir, preservar a grandeza sem risco, esperar redenção sem responsabilidade.

É o complemento perfeito de um regime prudente: o poder gere, o povo espera.

Nenhum dos dois acorda verdadeiramente.

O que a IV Dinastia não consegue fazer (e isso vai custar caro)

Ela não consegue:

- Transformar a Restauração em mito fundador;
- Substituir a grandeza perdida por uma grandeza habitável;
- Integrar o trauma de 1578 –1581 na narrativa nacional;
- Fazer do povo sujeito histórico novamente;
- Resultado clínico: uma nação politicamente restaurada, mas simbolicamente suspensão.

b) Herança longa (onde reaparece depois).

Semente do que virá depois.

Tudo o que foi mencionado como “o que aí vem” já está latente aqui:

- Brasil como compensação externa;
- riqueza súbita sem maturação interna;
- dinheiro como substituto de projeto;
- escravidão como impensado moral;
- fuga da corte como repetição do padrão de evasão;
- ultimato inglês como nova humilhação sem resposta simbólica.

A IV Dinastia adiou o confronto com o problema, não o resolveu.

Formulação clínica de síntese

Dizer isto de forma clara: A IV Dinastia restaurou o Estado, mas não reativou o sujeito coletivo.

O povo não caiu – adormeceu.

Depois da perda traumática, Portugal escolheu sobreviver antes de voltar a acreditar. Essa escolha foi racional – mas deixou o imaginário em suspenso.

Onde estamos agora:

- Estamos num ponto em que o poder governa, o império compensa, o povo espera, e a grandeza não desaparece, mas desloca-se do campo de batalha para o sonho, o mito, o “lá fora”.

É daqui que nascerá o Brasil como salvação e depois como nova perda.

Educar (ou não) o povo é o verdadeiro lugar onde se decide se uma restauração gera maturidade ou apenas continuidade passiva. A IV Dinastia é particularmente reveladora precisamente pelo que não faz, mais do que pelo que faz.

A IV Dinastia e a (não) educação do povo – Instruir para obedecer, não para participar

Primeiro ponto essencial: governar não é educar

A IV Dinastia (1640 –1750, grosso modo) tem como prioridade absoluta garantir a sobrevivência do Estado restaurado.

Isso implica estabilidade, previsibilidade, obediência, contenção do risco.

Neste contexto, educar o povo para pensar historicamente, politicamente ou criticamente seria visto como perigoso, desestabilizador, potencialmente subversivo.

O poder não quer um povo desperto; quer um povo fiável.

Quem educa, de facto?

A Igreja como mediadora total.

Na ausência de um projeto estatal de educação cívica, a formação do povo fica essencialmente entregue à Igreja, ordens religiosas, paróquia, ritual.

O que isto produz alfabetização mínima ou nula, forte educação moral, submissão à ordem estabelecida, sentido de culpa mais do que de responsabilidade

Clinicamente: forma-se um superego religioso forte, mas não um eu cívico autónomo.

O povo aprende a obedecer, a sofrer, a esperar. Não aprende a decidir, a participar, a interpelar o poder.

A história ensinada ao povo: providência, não processo.

Quando a história é narrada (sermões, crónicas, festas): não é apresentada como campo de escolhas humanas, mas como desígnio divino.

A Restauração é vontade de Deus, milagre político, não resultado de estratégia humana.

Isto tem um efeito psíquico profundo: retira ao povo a autoria da história.

Se Deus faz, o povo espera. Se os reis decidem, o povo obedece.

Educação pela ritualização, não pela participação

O povo é educado sobretudo através de procissões, festas religiosas, aclamações régias, rituais de obediência simbólica.

Isto cria, pertença emocional, identidade coletiva básica, mas sem agência.

Clinicamente: o sujeito sente-se parte, mas não se sente autor. É um modelo de identidade infantilizada, protegida, guiada, mas não responsabilizada.

O povo como corpo, não como voz

Na lógica da IV Dinastia: o povo trabalha, paga, combate quando chamado, mas não fala politicamente.

Não há educação cívica, treino deliberativo, participação estruturada.

A política é assunto de elites, tratado em cortes raras, decidido acima.

Isto cristaliza um padrão duradouro: “a política não é connosco”.

Consequência clínica de longo prazo

A não-educação cívica produz efeitos que atravessam séculos:

- Baixa autoestima política.
- O povo não se sente competente para decidir, desconfia de si próprio, delega excessivamente.

Alternância entre passividade e explosão:

- Quando não há participação regular, surgem longos períodos de apatia, seguidos de surtos bruscos (motins, revoluções mal estruturadas).
- Falta regulação intermédia.

Facilidade de adesão a mitos salvadores

Sebastianismo, depois messianismos laicos alguém virá, alguém fará, alguém saberá.

Porque não fomos educados para saber coletivamente.

O que a IV Dinastia poderia ter feito (e não fez).

Poderia ter criado ensino básico alargado, desenvolvido cortes mais frequentes, formado elites intermédias locais, ensinado história como escolha humana.

Mas isso implicaria, aceitar conflito, perder controlo, arriscar dissenso.

Escolheu a segurança e pagou-se isso mais tarde.

Formulação clínica de síntese

Se tivermos de resumir numa frase:

- A IV Dinastia restaurou o Estado, mas educou o povo para a obediência, não para a cidadania; criou estabilidade política, mas deixou a identidade coletiva num estado de menoridade prolongada.

2 – O andamento da anestesia compensatória (c. 1700 –1750)

Brasil, riqueza súbita e regressão sem consciência: Ligação direta ao que virá depois:

- Dinheiro mal gasto → porque não foi aprendido;
- Terramoto → choque num país sem reservas simbólicas;
- Dependência inglesa → economia sem músculo próprio;
- Fuga da corte → repetição do padrão de evasão;
- Ultimato → humilhação sem resposta estruturada.

O povo não reage porque nunca foi preparado para reagir. A riqueza do Brasil não falhou Portugal; foi Portugal que nunca a transformou em projeto coletivo, porque o povo não tinha sido educado para compreender, exigir ou participar.

O terramoto de 1755 como momento pedagógico falhado, ou Pombal como tentativa tardia de reeducação forçada.

Ambos ligam diretamente a isto que acabámos de pôr a nu.

- O que se acaba de formular é central – e convém dizê-lo sem complacência nem moralismo: o Brasil não foi apenas uma oportunidade; foi também uma anestesia histórica.

E a perda do Oriente, em paralelo, mostra com clareza onde a energia mental do país deixou de estar.

Formulação clínica orientadora

- O trauma não foi elaborado – foi anestesiado.
- O corpo social não recuperou vitalidade; entrou antes num estado de alívio passivo que bloqueou a aprendizagem histórica.
- Se o primeiro andamento correspondeu à sobrevivência prudente sem emergência de sujeito coletivo, o segundo caracteriza-se por algo mais subtil e mais perigoso: uma suspensão do sofrimento que não gera maturação, mas regressão.
- Portugal não desperta – mas também já não dói.

E é precisamente aqui que se instala o bloqueio mais duradouro.

Facto histórico estruturante

A troca silenciosa: Oriente por Brasil.

Ao longo do século XVII e início do XVIII, Portugal perde progressivamente a sua posição no Oriente.

A presença portuguesa nos circuitos asiáticos que exigia conhecimento técnico avançado, capacidade logística complexa, negociação intercultural permanente e inovação contínua, gestão de risco e de escassez, é progressivamente substituída por uma economia colonial radicalmente diferente: a economia extrativa do Brasil.

O ouro e os diamantes oferecem à metrópole riqueza rápida, baixo investimento cognitivo, escassa exigência organizacional, externalização dos custos humanos (escravatura), fluxo financeiro abundante sem necessidade de transformação estrutural.

Historicamente, esta mudança foi interpretada como sorte.

Clinicamente, trata-se de outra coisa.

Efeito psicodinâmico central

Alívio sem elaboração → regressão coletiva.

A economia do Oriente exigia esforço mental coletivo. A economia do Brasil permite evitá-lo.

Quando a riqueza deixa de exigir planejamento, conflito produtivo, inovação, risco e aprendizagem, o corpo social entra num estado que, em linguagem clínica, podemos designar como regressão adaptativa.

Não por falha moral, mas por lógica estrutural.

A sociedade troca complexidade por conforto, esforço por compensação, tensão criativa por alívio imediato.

O resultado é um paradoxo profundo: o Estado parece rico, a nação sente-se pobre, o povo permanece excluído do processo e a identidade coletiva perde densidade sem perceber porquê.

O lugar do povo: exclusão estrutural da aprendizagem histórica

Este é um ponto absolutamente decisivo na TCINP.

O povo não participa no comércio oriental, não compreende os fluxos económicos do império, não vê os mecanismos de riqueza, não acompanha as decisões estratégicas, não é educado para interpretar o processo histórico.

Recebe apenas impostos, inflação, carestia, distância do poder, narrativas glorificadas sem acesso à compreensão.

Ou seja: a riqueza não educa, a riqueza não emancipa, a riqueza não gera sujeito.

Gera antes uma dissonância identitária estrutural: orgulho abstrato, impotência concreta.

O país parece grande, o povo continua pequeno.

Aprendizagem inconsciente transmitida

Se a IV Dinastia ensinara: “A história acontece acima de nós”, o ciclo do Brasil acrescenta: “Mesmo quando o país é rico, isso não depende de nós.”

Instala-se assim uma aprendizagem transgeracional profundamente bloqueadora:

- baixa agência histórica,
- desinvestimento da participação,
- separação entre identidade glorificada e experiência real,
- naturalização da passividade.

Clinicamente:

- O sujeito coletivo não se sente autor nem do fracasso nem do sucesso.

E onde não há autoria, não pode haver maturidade.

Consequência estrutural: riqueza sem pedagogia = atraso prolongado

O que faltou não foi “espírito empreendedor individual”.

Essa leitura seria moralista e anacrónica.

O que faltou foi:

- um Estado pedagógico capaz de transformar riqueza em capacidade coletiva,
- instituições intermédias fortes (burguesia produtiva, tecido empresarial, escolas),
- uma política deliberada de formação de cidadania económica e histórica.

Sem isso, o ouro do Brasil funcionou como **anestesia histórica** eficaz, mas desenvolvimento bloqueado.

O país não colapsa – mas também não cresce internamente.

Mantém-se funcional, mas não evolui estruturalmente.

Diagnóstico clínico de síntese

Podemos formular este andamento com precisão:

- Portugal trocou uma economia de complexidade por uma economia de compensação.
- Essa compensação aliviou o sofrimento, mas bloqueou a aprendizagem.
- O trauma da perda do Oriente não foi elaborado – foi silenciado pelo conforto.
- E um corpo social que não elabora, não amadurece: apenas se adapta.

Ou ainda, numa formulação mais densa:

- O Brasil não foi apenas oportunidade económica.
- Foi também o grande mecanismo histórico de adiamento da maturidade coletiva portuguesa.

Preparação silenciosa do que virá a seguir

Este andamento prepara diretamente:

- um Estado estruturalmente dependente,
- um corpo social desinvestido,
- uma sociedade sem musculatura cívica, um terreno fértil para desejar autoridade forte quando surgir a crise.

Sem o Brasil, o colapso talvez tivesse sido mais cedo.

Com o Brasil o colapso é adiado, mas a maturidade também.

O que nasce aqui é o paradoxo profundo que atravessa os séculos seguintes:

- Um país que sobreviveu sempre, mas que demorou séculos a tornar-se sujeito de si próprio.

3 – O andamento da autoridade sem sujeito (1750 –1807)

Pombal: modernização do Estado, infantilização do corpo coletivo

Formulação clínica orientadora

O país volta a mexer – mas não desperta.

A energia regressa ao Estado, não ao sujeito coletivo.

Se o segundo andamento correspondeu à anestesia confortável que bloqueou a maturação, o terceiro traz uma rutura aparente: movimento, decisão, reforma, eficácia. Mas trata-se de um movimento paradoxal: Portugal acorda na superfície institucional – mas aprofunda o sono do sujeito coletivo.

Facto histórico estruturante

Um homem forte num país exausto.

Quando Sebastião José de Carvalho e Melo ascende ao centro do poder, encontra um país economicamente dependente, socialmente desmobilizado, mentalmente regressivo, simbolicamente ferido, politicamente ineficaz.

O terramoto de 1755 cria uma situação-limite:

- colapso da ordem, medo generalizado, suspensão das hierarquias, urgência absoluta de ação.

É neste vazio de eficácia que emerge Pombal. E emerge com atributos que o país não via há muito: decisão rápida, comando claro, capacidade organizativa, autoridade operacional, eficácia visível.

Nasce aqui uma figura estrutural nova no imaginário português: o homem providencial que faz funcionar o que estava paralisado.

Efeito psicodinâmico central

“Racionalidade administrativa + pedagogia do medo”.

A ação pombalina tem um efeito imediato positivo: o Estado reorganiza-se, a capital reconstrói-se, o caos é contido, a ordem regressa.

Mas o método pelo qual isto é feito importa tanto quanto o resultado.

O pombalismo opera segundo uma lógica estrutural clara: centralização extrema, disciplina imposta, repressão exemplar, obediência em vez de participação, medo em vez de adesão.

Os casos de Malagrida e dos Távoras não são acidentes laterais.

São atos fundadores da pedagogia afetiva do regime.

Malagrida – o sacrifício da consciência

O que é eliminado não é apenas um jesuíta.

É a possibilidade de interpretação autónoma do real.

A mensagem simbólica é clara: Quem pensa fora da autoridade corre perigo.

A consciência pública deve ser tutelada.

Os Távoras – o espetáculo do poder absoluto

A execução pública não ensina apenas justiça.

Ensina sobretudo isto: O poder decide, acusa, julga e executa sem instância superior.

Clinicamente: o medo não é colateral – é método.

Aprendizagem inconsciente transmitida

“O país só funciona quando alguém manda sozinho”

Aqui reside o núcleo mais profundo do legado pombalino.

O povo observa algo novo:

- Quando há caos → Pombal resolve.
- Quando há conflito → Pombal impõe.
- Quando há ineficácia → Pombal decide.

A aprendizagem que se grava no inconsciente coletivo não é: “O Estado pode funcionar com cidadania”.

Mas antes:

- “Quando a situação é grave, só a autoridade concentrada resolve.”

Forma-se assim um esquema psíquico transgeracional:

- crise → desejo de exceção,
- debate → percebido como atraso,
- pluralidade → sentida como fraqueza,
- cidadania → associada a instabilidade.

O resultado é estrutural: O Estado moderniza-se. O povo permanece menor.

O paradoxo pombalino

Reforma forte, legado frágil.

Pombal reorganiza a administração, reforma o ensino superior, cria companhias económicas, introduz racionalidade estatal, combate privilégios aristocráticos.

Mas fá-lo sem criar espaço público de deliberação, sem formar cidadania, sem educar para a participação, sem transformar o povo em sujeito.

O país aprende a funcionar por comando, mas não aprende a funcionar por corresponsabilidade.

Clinicamente:

- O corpo social torna-se mais eficiente, mas permanece dependente.
- Mais organizado, mas não mais autónomo.
- Mais disciplinado, mas não mais maduro.

c) Herança longa

A linhagem simbólica do “homem forte necessário”

Sem o pretender, Pombal inaugura um arquétipo político-afetivo que reaparece ciclicamente:

- no autoritarismo liberal do século XIX,
- no sidonismo,
- no salazarismo e, em versões mitigadas, na nostalgia contemporânea por “lideranças fortes”.

O padrão repete-se com notável regularidade:

- crise prolongada;
- descrédito das elites;
- cansaço do conflito;
- desejo de autoridade concentrada;
- alívio inicial;
- estagnação estrutural;
- nova crise.

Pombal é o protótipo funcional desta sequência.

Diagnóstico clínico de síntese

O terceiro andamento pode formular-se assim:

- O pombalismo modernizou o Estado sem fundar cidadania.
- Introduziu racionalidade sem subjetivação.
- Organizou a máquina, mas não formou o operador.
- Criou eficácia sem autonomia e ordem sem maturidade.

Ou ainda mais diretamente:

- Pombal não acordou o povo.
- Ensinou-o a esperar por quem acorda por ele.

Transição para o andamento seguinte

Com o fim do impulso pombalino, o país entra no século XIX com:

- instituições frágeis,
- povo deseducado politicamente,
- memória afetiva do “homem forte”,
- ausência de cultura deliberativa,
- desejo difuso de ordem e estabilidade.

É neste terreno psicológico que o liberalismo irá tentar operar.

E é por isso que o liberalismo português não encontrará um corpo pronto para habitar a liberdade, mas um corpo habituado a obedecer ou a esperar.

Vinheta – O azar de Malagrida, o azar dos Távoras, o azar de Portugal

O azar de Malagrida: o sacrifício da consciência.

Gabriele Malagrida não foi apenas um jesuíta condenado.
Foi um problema clínico para o regime.

Pregador carismático, figura espiritual com acesso à corte, com influência real junto da rainha e da nobreza, Malagrida representava algo perigoso para um poder que se queria absoluto:

- uma autoridade que não vinha do cargo, mas da palavra;
- uma legitimidade que não dependia do Estado, mas da consciência.

Após o terramoto de 1755, Malagrida escreve que a catástrofe é castigo divino e apela à penitência coletiva. A leitura pode ser discutível. O que é clinicamente decisivo não é a teologia, mas o gesto: alguém ousa interpretar o acontecimento fora da gramática oficial do poder.

O Marquês de Pombal responde não com debate, mas com eliminação.

Malagrida é preso, acusado de heresia, julgado em processo politicamente instrumentalizado e queimado publicamente em auto de fé, no Rossio.

O que está em jogo aqui não é apenas um conflito entre Iluminismo e religião.
É algo mais profundo: a instauração de uma pedagogia do medo aplicada à consciência.

A mensagem simbólica transmitida ao corpo social é clara e eficaz:

- quem interpreta fora da autoridade é eliminado;
- quem fala sem autorização paga com o corpo;
- quem sustenta uma voz própria corre perigo.

Clinicamente, este momento produz um efeito duradouro: a retração da palavra autónoma, a prudência extrema na expressão pública, a interiorização da ideia de que pensar livremente é arriscado.

- Não é apenas Malagrida que é silenciado;
- É a possibilidade de uma consciência pública não tutelada.

E o povo aprende. Não por decreto, mas por observação afetiva profunda:
há limites invisíveis para o pensamento, há fronteiras não ditas para a palavra,
há um preço alto para quem não se submete à narrativa dominante.

Este é o primeiro grande ensinamento afetivo do pombalismo:

- a ordem constrói-se não apenas pela razão, mas pela intimidação simbólica.

E a sobrevivência aprende-se, antes de tudo, pela contenção.

O azar dos Távoras: quando a justiça se torna espetáculo de poder

O processo dos Távoras não foi apenas um episódio de violência política.

Foi um acontecimento pedagógico profundo na formação afetiva da relação entre povo e autoridade em Portugal.

Em 1758, após o atentado contra D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo assume controlo absoluto da investigação. O processo conduz rapidamente à acusação de alta traição contra a família Távora, o duque de Aveiro e outros membros da alta nobreza. As prisões são sumárias, os interrogatórios recorrem à tortura, o julgamento decorre sob autoridade diretamente controlada pelo poder político.

A execução pública de 1759 - prolongada, teatralizada, exemplarmente cruel, não tem apenas função punitiva. Tem função pedagógica.

O que se ensina não é apenas que o crime será castigado.

O que se ensina é algo mais profundo:

O poder pode decidir, acusar, julgar e executar, sem que exista uma instância que o limite. A justiça deixa de ser perçecionada como ordem impessoal.

Passa a ser vivida como extensão direta da vontade do homem forte.

Clinicamente, instala-se aqui uma aprendizagem afetiva de longo prazo:

- não é seguro discordar do poder,
- não é prudente expor oposição,
- a autoridade não é negociável – é temível,
- a ordem depende menos das regras do que da figura que as impõe.

O povo assiste, não participa, não compreende o processo jurídico, não tem acesso a versões alternativas.

Mas interioriza profundamente a mensagem simbólica: o poder absoluto protege a ordem, mas pode também esmagar sem recurso.

A pedagogia é eficaz porque atua no plano afetivo, não no plano racional:

- Medo silencioso em vez de contestação,
- Adaptação em vez de cidadania,
- Prudência em vez de participação.

O azar de Portugal – quando a força organiza o Estado, mas não funda o sujeito coletivo

Se o caso Malagrida revela a pedagogia do silêncio e o processo dos Távoras revela a pedagogia do medo, o século pombalino como um todo revela algo ainda mais decisivo:

- a modernização do Estado ocorreu sem a emergência de um sujeito coletivo capaz de a habitar.

O terramoto de 1755: a emergência do homem providencial

O terramoto de 1755 cria uma situação-limite:

- colapso material, colapso simbólico, colapso da ordem.

A resposta de Pombal é exemplar em termos de eficácia:

- decisão rápida,
- organização logística,
- reconstrução urbana racional e inovadora,
- criação de um modelo de autoridade operacional.

Nasce aqui a imagem do homem forte necessário.

Clinicamente, isto produz um efeito ambivalente:

- por um lado, restaura confiança na possibilidade de ordem,
- por outro, reforça uma aprendizagem profunda:
 - quando a situação é grave, não é o povo que resolve – é alguém que decide por ele.

O povo não participa na reconstrução como sujeito.

É organizado, dirigido, disciplinado.

O Estado funciona melhor.

A cidadania não nasce.

4 – O andamento da liberdade sem corpo (1807 –1910)

Liberalismo: tentativa de despertar o sujeito coletivo e colapso da confiança no processo.

Formulação clínica orientadora

A liberdade chega – mas não encontra quem a habite.

O sujeito coletivo é convocado – mas não se reconhece como sujeito.

Se o terceiro andamento foi marcado por autoridade sem sujeito, este quarto andamento introduz o movimento inverso e igualmente paradoxal: sujeito convocado – mas corpo social despreparado para o exercer.

Facto histórico estruturante

Da humilhação nacional ao desejo de dignidade

O século XIX português nasce sob uma tripla ferida:

- Invasões francesas → violação do território;
- Fuga da corte para o Brasil → repetição do padrão de evasão;
- Dependência inglesa → evidência brutal da fragilidade soberana.

O país confronta-se, de forma nua, com uma verdade insuportável:

- Portugal não governa verdadeiramente o seu destino.

É neste clima de humilhação acumulada que emerge o projeto liberal.

Os liberais não são apenas ideólogos importados.

São portadores de um diagnóstico correto: o absolutismo concentra poder sem controlo, o país precisa de regras, não de homens providenciais; a autoridade deve emanar da nação, não da exceção.

O liberalismo português propõe algo radical para o corpo social existente:

- Constituição, soberania da nação, representação política, cidadania formal, lei acima do rei.

Pela primeira vez, o povo deixa de ser apenas objeto de governo e passa, no discurso, a ser fonte de legitimidade.

Efeito psicodinâmico central:

- Política vivida como instabilidade, não como emancipação.

O problema não está no ideal liberal.

Está no desfazamento radical entre o ideal e a estrutura psíquica do corpo social.

O povo a quem a cidadania é oferecida é largamente analfabeto, socialmente dependente, politicamente deseducado, habituado à obediência religiosa e não à deliberação pública, treinado para sobreviver, não para participar.

O liberalismo chega como linguagem sem tradução.

Na experiência quotidiana do povo, o liberalismo manifesta-se sobretudo como guerras civis, recrutamento forçado, instabilidade permanente, mudanças sucessivas de governo, impostos novos e incompreensíveis, conflito entre elites.

Clinicamente, a associação afetiva que se forma não é:

- liberdade = desordem
- cidadania = sofrimento

Mas antes:

política = confusão

liberdade = desordem

cidadania = sofrimento

Aprendizagem inconsciente transmitida:

“Quando os senhores discutem ideias, quem sofre somos nós”.

A guerra civil (1828 –1834) deixa uma marca profunda e duradoura:

- irmãos contra irmãos, aldeias divididas, famílias fraturadas, violência prolongada.

Este trauma funda uma associação psíquica poderosa: o conflito político traz sofrimento real, a instabilidade é perigosa, a ordem é preferível à liberdade abstrata.

O povo aprende algo estrutural: a política não lhe pertence, a decisão ocorre entre elites, a sobrevivência exige prudência, o silêncio protege mais do que a intervenção.

O liberalismo, paradoxalmente, não gera investimento afetivo na cidadania.

Gera retraimento, desconfiança e desejo de estabilidade.

O paradoxo liberal português

Princípios corretos, corpo social despreparado.

Do ponto de vista estrutural, o liberalismo deixa conquistas decisivas:

- Constituição, Parlamento, direitos formais soberania nacional, fim do absolutismo.

Mas essas instituições permanecem frágeis, pouco investidas emocionalmente, instáveis, distantes da vida concreta do povo.

A cidadania nasce juridicamente, mas não nasce subjetivamente.

Clinicamente:

- há instituições sem corpo,
- há direitos sem apropriação,
- há liberdade sem confiança,
- há política sem pertença.

O liberalismo tenta produzir sujeitos livres onde ainda não existiam sujeitos políticos.

d) Herança longa – “O século XIX como escola da desconfiança”

O efeito profundo do século liberal não é apenas institucional.

É afetivo.

O povo português atravessa o século XIX aprendendo que a política é instável, que os regimes mudam sem melhorar a vida concreta, que as elites brigam entre si, que a sobrevivência depende mais da adaptação do que da participação, que o debate traz conflito, não proteção.

Forma-se assim um traço duradouro da cultura política portuguesa:

- desconfiança estrutural no processo coletivo,
- preferência pela estabilidade em detrimento do conflito,
- nostalgia recorrente de autoridade clara.

O liberalismo abre a porta à cidadania, mas deixa também preparado o terreno emocional para o regresso do desejo de ordem.

Diagnóstico clínico de síntese

O quarto andamento pode formular-se assim:

- O liberalismo trouxe liberdade antes de haver sujeito capaz de a habitar.
- Instituiu direitos antes de haver linguagem para os compreender.
- Criou política antes de haver corpo social preparado para a sustentar.

Ou ainda mais diretamente:

- O liberalismo português tentou transformar súbditos em cidadãos sem ter tido tempo histórico para formar sujeitos políticos.

Transição para o andamento seguinte

Quando o século XIX se aproxima do fim, o país apresenta sinais claros de exaustão:

- instabilidade crónica,
- descrédito das instituições,
- pobreza persistente,
- atraso educativo estrutural,
- ausência de narrativa coletiva mobilizadora.

O corpo social encontra-se novamente num estado de fadiga histórica.

É neste terreno psicológico que emergem duas respostas paralelas ao mesmo vazio:

- Fátima → como resposta simbólica ao desamparo;
- O homem forte moderno → como resposta política ao caos.

O próximo andamento abordará precisamente esta bifurcação profunda do imaginário português: a esperança deslocada para o sagrado e a ordem deslocada para a autoridade.

5 – O andamento do desamparo organizado (1910 –1974)

Fátima, Sidonismo e Estado Novo: duas respostas ao mesmo vazio de confiança.

Formulação clínica orientadora

Quando o processo coletivo falha, a esperança desloca-se.

Pode deslocar-se para o sagrado.

Deslocar-se para a autoridade.

Em Portugal, deslocou-se para ambos.

Se o IV Andamento mostrou a liberdade sem corpo, este V Andamento revela a resposta regressiva do corpo coletivo a esse fracasso.

Não se trata de patologia moral.

Trata-se de uma adaptação psíquica a um contexto prolongado de desamparo.

O colapso do regime liberal e a emergência de soluções substitutivas.

O início do século XX encontra Portugal em estado crítico:

- instabilidade política crónica,
- rotatividade governativa estéril,
- pobreza estrutural persistente,
- atraso educativo massivo,
- descrédito generalizado das elites,
- ausência de narrativa nacional mobilizadora.

A República (1910) nasce com ambição, mas rapidamente se fragiliza:

- conflito interno permanente,
- antagonismo com a Igreja,
- incapacidade de produzir estabilidade social,
- distanciamento crescente do povo real.

É neste contexto que emergem três fenómenos fundamentais:

- Sidónio Pais (1917 –1918) → primeira figura moderna do “homem forte”,
- Fátima (1917) → emergência espontânea de linguagem simbólica coletiva,
- Estado Novo (1926–1974) → institucionalização prolongada da autoridade providencial.

O que importa compreender clinicamente é isto: não são acontecimentos desconexos, são respostas convergentes ao mesmo vazio estrutural.

Efeito psicodinâmico central

“Do conflito insuportável ao desejo de proteção”.

O povo entra no século XX com um traço emocional dominante:

- fadiga histórica.

Depois de guerras civis, instabilidade política, pobreza persistente, distância estrutural do poder, promessas falhadas de emancipação, forma-se uma disposição afetiva profunda: menos desejo de liberdade abstrata, mais desejo de proteção concreta, menos energia para conflito mais necessidade de sentido.

Clinicamente, o corpo coletivo aproxima-se de uma posição infantilizada não por incapacidade intrínseca, mas por exaustão prolongada.

O que passa a ser procurado não é participação, mas segurança, previsibilidade ordem, significado, proteção contra o caos.

É neste terreno psíquico que surgem Fátima e o homem forte como soluções funcionais diferentes para o mesmo problema.

Fátima

A emergência espontânea de uma linguagem coletiva de proteção.

Fátima não é analisada aqui como fenómeno teológico, mas como acontecimento psicossocial. Surge em 1917 num contexto preciso:

- guerra mundial, fome, instabilidade política, conflito anticlerical, pobreza rural, ausência de confiança no futuro.

O que Fátima oferece ao corpo social é algo que a política já não oferecia:

- sentido partilhável, linguagem emocional acessível, participação possível (peregrinação, promessa, ritual), esperança sem necessidade de competência técnica, dignidade para sujeitos socialmente invisíveis.

Clinicamente, Fátima cumpre uma função estruturante: organiza o desamparo sem violência, oferece pertença sem conflito, cria comunidade onde a política falhou, restitui valor subjetivo a quem se sente descartável.

É uma resposta regressiva? Sim, no sentido clínico do termo.

Mas é também profundamente protetora para um corpo social fragilizado.

E é decisivo compreender isto:

- Fátima não produz autoritarismo,
- Fátima não exige submissão política,
- Fátima não organiza poder,
- Fátima organiza sentido.

O homem forte moderno

A institucionalização da proteção pela autoridade.

O que Fátima faz no plano simbólico, o Estado Novo fará no plano institucional.

Sidónio Pais inaugura a figura moderna do salvador político.

Salazar consolida-a estruturalmente.

O homem forte promete: ordem, estabilidade, fim do conflito, previsibilidade, proteção contra o caos, clareza moral.

A mensagem implícita é simples: não pensem, não discutam, não dividam, eu asseguro a ordem

Clinicamente:

- Reduz a ansiedade coletiva, simplifica o mundo, elimina ambiguidade, suspende responsabilidade coletiva, produz alívio imediato.

Mas fá-lo através de repressão, censura, controlo, silenciamento, infantilização prolongada da cidadania.

Se Fátima organiza o desamparo sem coerção,
o homem forte organiza o desamparo com coerção.

Ambos respondem à mesma ferida. Fazem-no por vias radicalmente diferentes.

A compatibilidade estrutural entre Fátima e Estado Novo

Aqui está um ponto central da leitura TCINP: o Estado Novo não combate Fátima, convive com Fátima, instrumentaliza Fátima, porque ambos ocupam funções complementares

Fátima oferece consolo, esperança, linguagem simbólica, pertença emocional.

O Estado Novo oferece ordem, disciplina, estrutura, autoridade.

O resultado é um sistema simbólico estável, ainda que regressivo:

- o povo sente-se protegido, o conflito diminui, a ansiedade coletiva é contida, a participação política é suspensa.

Clinicamente:

- O sofrimento não desaparece, mas torna-se suportável, o desamparo é organizado, a história abrandada, o corpo social estabiliza.

Nota metodológica (para evitar equívocos):

- Nada disto implica desprezo pela fé, nem redução da religião a patologia, nem equivalência moral entre fé e autoritarismo. Trata-se de funções sociais e psíquicas, não de juízos teológicos nem de desqualificações morais.

e) Herança longa – O custo psíquico da proteção prolongada

O problema não está na proteção em si.

O problema está na sua duração prolongada. Décadas de tutela produzem efeitos profundos:

- cidadania pouco desenvolvida,
- baixa confiança na capacidade coletiva,
- fraca cultura deliberativa,
- tendência para delegação excessiva,
- dificuldade em lidar com conflito democrático.

O corpo social mantém-se protegido – mas não amadurece.

Quando o regime cai em 1974, o país encontra-se pacificado, estabilizado, mas também pouco treinado na autonomia política coletiva.

Diagnóstico clínico de síntese

O V Andamento pode ser formulado assim:

- Quando o processo democrático falhou em proteger, o corpo coletivo recorreu a soluções regressivas funcionais. Fátima organizou o sentido.

O homem forte organizou a ordem. Ambos responderam ao mesmo pedido profundo: “protejam-nos, porque não confiamos no processo.”

Ou, ainda mais diretamente:

- A proteção substituiu a participação. A estabilidade substituiu a maturidade.
O alívio substituiu a autonomia.

Transição para o VI Andamento

25 de Abril: a primeira tentativa séria de instaurar o “terceiro caminho”

O que torna o 25 de Abril historicamente único não é apenas a queda do regime. É algo mais profundo:

- pela primeira vez, o povo emerge como sujeito coletivo real,
- pela primeira vez, o processo democrático é vivido como experiência concreta,
- pela primeira vez, a esperança deixa de estar apenas deslocada e começa a tentar encarnar-se no próprio corpo social.

O próximo andamento não será sobre ordem nem sobre proteção.

Será sobre algo novo na história portuguesa moderna:

- a tentativa inédita de confiança no processo coletivo.

6 – O andamento da emergência do sujeito coletivo (1974 –1976)

O 25 de Abril como tentativa histórica de instaurar o “terceiro caminho”.

Formulação clínica orientadora

Pela primeira vez em séculos, o corpo coletivo português não espera, não delega, não suplica proteção, não se submete à autoridade providencial.

Pela primeira vez, experimenta-se como autor do próprio processo histórico.

Se os andamentos anteriores foram organizados em torno de sobrevivência, espera, compensação, proteção, tutela, o 25 de Abril introduz algo estruturalmente novo: a experiência direta da participação.

Não como ideia. Não como promessa. Mas como prática coletiva real.

Facto histórico estruturante

Ruptura sem sangue, mobilização espontânea, apropriação popular.

O 25 de Abril de 1974 começa como movimento militar, mas transforma-se rapidamente em fenómeno civil. Os elementos decisivos não são apenas políticos, são afetivos e simbólicos:

- ausência de violência massiva,
- colapso rápido da autoridade anterior,
- ocupação espontânea do espaço público,
- emergência imediata de assembleias,
- greves, comissões de trabalhadores,
- debates públicos intensos,
- criação de novos partidos,
- participação alargada em múltiplos níveis.

Pela primeira vez desde a fundação moderna do país, o povo não observa a história, entra nela não como massa dirigida, mas como corpo em experimentação.

Efeito psicodinâmico central

Do desamparo organizado à excitação coletiva

O que se instala nos meses posteriores ao 25 de Abril é algo raro na história portuguesa, um estado de excitação participativa.

Clinicamente, o que emerge é:

- elevação abrupta da autoestima coletiva,
- sensação de potência partilhada,
- experiência de agência real,
- quebra do medo estruturante,
- deslocamento da esperança para o próprio processo.

Surge algo que não existia na história moderna portuguesa: confiança provisória na ação coletiva.

Mesmo que confusa, excessiva, contraditória, imatura, ela é psiquicamente nova.

O povo não espera por alguém.

Experimenta-se como alguém.

A aprendizagem central

O povo aprende que pode participar – mas não ainda como.

A aprendizagem fundamental do período 1974 –1976 não é institucional.

É subjetiva.

O corpo social aprende, ainda que de forma caótica que pode falar em público, que pode discordar sem morrer, que pode organizar-se, que pode exigir, que pode ocupar o espaço político, que o poder não é transcendente nem intocável.

Mas esta aprendizagem dá-se sem preparação prévia:

- não há tradição deliberativa consolidada,
- não há educação cívica acumulada,
- não há cultura de mediação suficientemente estável,
- não há hábitos de negociação democrática sedimentados.

Clinicamente:

- É uma infância democrática vivida já em corpo adulto.

Com tudo o que isso implica: entusiasmo, criatividade, generosidade, mas também excesso, confusão, radicalização, instabilidade.

O ponto decisivo, contudo, permanece: o sujeito coletivo começa a nascer, ainda frágil, ainda oscilante, mas real.

A Constituição de 1976

A tentativa de inscrição simbólica duradoura do processo coletivo.

A Constituição de 1976 não é apenas um documento jurídico.

É, do ponto de vista TCINP, um acontecimento simbólico maior.

Ela representa a formalização da soberania popular, o reconhecimento do povo como sujeito político, a tentativa de organizar institucionalmente a participação, a consagração de direitos sociais amplos, o abandono do paradigma do homem providencial.

Clinicamente, é uma tentativa clara de fundação de um novo regime psíquico:

- o da confiança no processo coletivo, em vez da dependência de figuras, em vez da espera messiânica, em vez da tutela prolongada.

Mesmo que a prática posterior seja imperfeita, o gesto simbólico é estruturalmente novo na história portuguesa.

f) Herança longa – O que muda estruturalmente após 1974

O que o 25 de Abril deixa como herança não é apenas política.

É afetiva e identitária. Entre os efeitos duradouros observáveis:

- Quebra profunda do medo político estruturante, normalização do conflito como parte da vida pública, maior naturalidade na expressão pública, erosão progressiva da figura do homem providencial, enfraquecimento gradual da espera messiânica, emergência de uma cidadania imperfeita, mas existente.

Não se trata de idealizar o período posterior. Trata-se de reconhecer algo essencial: pela primeira vez, o povo português experimentou-se como agente histórico continuado.

Essa experiência não desaparece. Pode enfraquecer. Pode fragmentar-se. Mas deixa marca estrutural.

Diagnóstico clínico de síntese do VI Andamento

O VI Andamento pode ser formulado assim:

- O 25 de Abril não resolve a maturidade nacional.

Mas inaugura algo inédito: a possibilidade real da maturidade.

Ou, mais diretamente: Se antes a identidade oscilava entre espera e submissão, após 1974 surge, pela primeira vez, a experiência concreta de um “nós” que age. O processo é imperfeito, a aprendizagem é lenta, os recuos são frequentes.

Mas o eixo estrutural desloca-se da tutela para a participação, da obediência para o debate, da esperança deslocada para a esperança encarnada no processo.

Fecho clínico do Capítulo 13

O arco completo dos seis andamentos:

– O Capítulo 13 pode agora ser lido como uma única peça contínua:

- 1 – Restauração (IV Dinastia) – sobrevivência sem despertar,
- 2 – Brasil / Ouro / Compensação – anestesia sem maturação,
- 3 – Pombal – ordem sem sujeito,
- 4 – Liberalismo – liberdade sem corpo,
- 5 – Fátima + Estado Novo – proteção sem autonomia,
- 6 – 25 de Abril – emergência frágil, mas real, do sujeito coletivo.

Ou, numa formulação clínica única:

- Durante três séculos, o corpo coletivo português oscilou entre sobreviver, esperar, compensar e delegar.

Apenas em 1974 emerge, de forma explícita, a experiência de autoria coletiva da própria história.

É por isso que o 25 de Abril não é apenas um evento político.

É, no quadro da TCINP:

- o primeiro acontecimento verdadeiramente maturacional da identidade nacional moderna.

A partir daqui a pergunta já não é histórica. É clínica e ética:

- Porque é que esta maturidade permanece frágil?
- Que forças continuam a sabotá-la?
- Porque regressam por vezes os fantasmas antigos?
- O que falta ainda para que o sujeito coletivo se estabilize?
- O que significa, hoje, uma identidade nacional madura?

Parte VIII – Rituais, afetos e temporalidade

Capítulo 14 – Rituais coletivos e produção de sentido

- Rituais e falha do luto coletivo
- Guerras, catástrofes e revoluções
- Falhas rituais e sintomas sociais
- O ritual como tentativa de sutura

As comunidades humanas não vivem apenas de instituições, leis ou narrativas conscientes. Vivem também, e sobretudo, de rituais. Os rituais são dispositivos simbólicos que permitem transformar acontecimentos brutos em experiência partilhada, inscrevendo-os numa temporalidade comum e tornando-os psicossocialmente habitáveis.

Do ponto de vista da TCINP, os rituais desempenham uma função clínica essencial: eles permitem ligar afeto, memória e futuro, funcionando como operadores de contenção, elaboração e transmissão. Onde os rituais são consistentes, o sofrimento coletivo tende a ser metabolizado; onde falham, surgem sintomas sociais persistentes.

As sociedades estruturam-se em torno de três grandes tipos de rituais:

- Rituais de fundação, que inauguram um “nós” (independências, constituições, vitórias fundadoras);
- Rituais de passagem, que acompanham mudanças de estatuto coletivo (transições políticas, modernizações, democratizações);
- Rituais de luto, que permitem elaborar perdas irreversíveis (derrotas, colapsos, mortes simbólicas ou reais).

Estes rituais não são meras encenações. Eles operam uma transformação simbólica:

- o que era caos torna-se narrativa; o que era perda torna-se memória;
- o que era trauma torna-se história transmissível.

Sem ritual, o acontecimento permanece cru. Com ritual, torna-se assimilável.

Guerras, catástrofes e revoluções: excesso afetivo e necessidade ritual

Guerras, catástrofes naturais e revoluções produzem excesso afetivo coletivo. São acontecimentos que ultrapassam as capacidades habituais de elaboração individual e exigem mediações simbólicas fortes.

Quando estes acontecimentos são acompanhados por rituais claros – cerimónias, narrativas consensuais, marcos temporais reconhecidos – a comunidade consegue reinscrever-se no tempo. Quando não o são, o excesso afetivo permanece ativo, retornando sob formas deslocadas: medo difuso, nostalgia, ressentimento, idealizações regressivas.

O ritual não elimina a dor; dá-lhe forma.

O caso português: falhas rituais e luto coletivo incompleto

A história portuguesa é marcada por uma sucessão de perdas profundas:

- perda da independência (União Ibérica), perda da centralidade imperial,
- perda do império colonial, perda de estatuto internacional.

Contudo, muitas destas perdas não foram ritualizadas de forma plena. Em vez de rituais claros de luto e encerramento, surgiram frequentemente mecanismos de substituição simbólica: espera messiânica, mitificação do passado, deslocamento da grandeza para a linguagem ou para a promessa futura.

Do ponto de vista clínico, isto configura um luto coletivo incompleto. A perda não é negada, mas também não é plenamente elaborada. Permanece como ausência ativa, como “falta sentida”, alimentando ciclos de nostalgia e expectativa.

Falhas rituais e sintomas sociais

Quando o luto coletivo falha, os sintomas não desaparecem, deslocam-se.

Na TCINP, estes sintomas podem assumir várias formas:

- retração da iniciativa coletiva,
- desconfiança difusa em relação ao futuro,
- ambivalência face à autoridade,
- alternância entre idealização e desvalorização do país,
- dificuldade em encerrar ciclos históricos.

Estes sintomas não são sinais de fraqueza moral ou de défice cultural. São indicadores clínicos de que certos acontecimentos não encontraram ritual adequado para serem integrados na temporalidade coletiva.

O ritual como tentativa de sutura

Mesmo quando falham, os rituais reaparecem sob formas improvisadas. Festas nacionais, comemorações seletivas, reencenações históricas, discursos simbólicos e até polémicas públicas funcionam frequentemente como tentativas de sutura.

Estas tentativas revelam uma necessidade profunda:

- a de ligar passado e presente sem colapso, a de reconhecer a perda sem dissolver a identidade, a de reabrir o futuro sem negar a história.

No entanto, quando a sutura não é acompanhada por elaboração crítica, o ritual pode cristalizar-se em repetição estéril, reforçando o sintoma em vez de o transformar.

Rituais, temporalidade e identidade

Os rituais organizam o tempo. Permitem distinguir:

- o que terminou, o que continua, o que pode começar.

Sem rituais eficazes, o tempo coletivo torna-se confuso: o passado invade o presente, o futuro perde densidade, e a identidade fica suspensa entre memória e espera.

No caso português, esta confusão temporal explica em parte:

- a persistência do messianismo, a centralidade da língua como lugar de elaboração, a dificuldade em transformar a grandeza herdada numa ética da medida.

Síntese TCINP

Na TCINP, os rituais são compreendidos como instrumentos clínicos coletivos. Eles não servem para glorificar o passado, mas para permitir que ele passe. Não servem para apagar a dor, mas para torná-la transmissível sem paralisar.

A identidade nacional adoece menos por excesso de memória do que por falta de luto elaborado. Onde o ritual falha, o sintoma fala.

Uma comunidade que não ritualiza as suas perdas fica condenada a repeti-las simbolicamente. Só o luto elaborado permite que o passado cesse de governar o futuro.

Estes acontecimentos:

- Guerras do Ultramar (mortes coletivas sem luto público),
- Incêndios de 2017 (Pedrógão),
- Ponte de Entre-os-Rios.

não são “tragédias” no sentido comum; são momentos de falha ritual coletiva, onde o trabalho de luto não encontrou mediação simbólica suficiente.

Em TCINP, eles funcionam como reveladores do recalcado coletivo, indicadores de défice de rituais de passagem, pontos de cristalização da ferida identitária.

Na perspetiva da TCINP, os rituais de passagem desempenham uma função central na elaboração simbólica das perdas coletivas. Tal como no sujeito, o luto no plano nacional não se resolve pela simples sucessão cronológica dos acontecimentos, mas exige dispositivos simbólicos que permitam transformar a perda em memória partilhada, reconhecida e integrada. Quando esses dispositivos falham, o que emerge não é o esquecimento, mas a persistência de feridas identitárias, recalcamientos e formas defensivas de reconstrução do sentido.

A história contemporânea portuguesa oferece vários momentos que funcionam como analisadores privilegiados da dificuldade em realizar um trabalho de luto coletivo, revelando limites estruturais na ritualização da perda.

Um primeiro exemplo é o das mortes coletivas ocorridas durante as **guerras do Ultramar**. Tratou-se de um processo marcado por uma forte ambiguidade simbólica: mortes ocorridas fora do território, num quadro político posteriormente deslegitimado, sem possibilidade de inscrição clara numa narrativa nacional consensual. A ausência de rituais públicos integradores, aliada a um prolongado silêncio político e social, contribuiu para a constituição de um luto interdito, remetido para a esfera privada dos familiares e dos ex-combatentes. Na lógica psicodinâmica, este silenciamento favoreceu o recalçamento coletivo da perda, com efeitos duradouros na identidade nacional, nomeadamente sob a forma de narrativas defensivas, clivagens memoriais e dificuldades persistentes na reconstrução narcísica após o colapso do ideal imperial.

Um segundo analisador pode ser identificado nos incêndios de 2017, em particular na **tragédia de Pedrógão Grande**. Aqui, o problema não se situou tanto na ausência de reconhecimento público da perda, mas na dificuldade em transformar o choque traumático em elaboração simbólica duradoura. A resposta coletiva foi rapidamente capturada por discursos técnicos, jurídicos e administrativos, necessários do ponto de vista da gestão da crise, mas insuficientes enquanto mediadores simbólicos do luto. A ausência de rituais nacionais estruturantes e partilhados contribuiu para que o sofrimento permanecesse fragmentado, remetido sobretudo para as comunidades afetadas, sem plena integração no corpo simbólico da nação. Neste caso, observa-se uma falha de re-sutura simbólica, onde o princípio da realidade se impôs sem a mediação poética necessária à metabolização da perda.

Um terceiro caso, de natureza distinta, é o do colapso da ponte de Entre-os-Rios. Ao contrário dos exemplos anteriores, este acontecimento deu origem a um processo de luto longo, intensamente ritualizado e mediaticamente reiterado. A insistência memorial, as sucessivas homenagens e a forte presença simbólica do evento indicam não a ausência, mas antes a dificuldade em concluir o trabalho de luto. Do ponto de vista da TCINP, este prolongamento pode ser compreendido como sinal de uma ferida que resiste à cicatrização simbólica, exigindo repetidas tentativas de re-sutura. A culpabilização difusa, frequentemente dirigida ao Estado, à técnica ou ao “sistema”, pode ser lida como manifestação de um superego nacional severo, incapaz de integrar plenamente a perda sem recorrer à acusação reiterada.

Estes três exemplos, distintos na sua configuração histórica e simbólica, convergem num ponto essencial: revelam a fragilidade dos dispositivos rituais que permitem à nação habitar a perda sem se defender excessivamente dela. A falha do luto coletivo não

conduz ao esquecimento, mas à persistência de afetos não elaborados, que continuam a organizar narrativas identitárias, formas de desconfiança, ou reconstruções idealizadas do passado. É neste sentido que os rituais de passagem, longe de serem meros vestígios arcaicos, permanecem elementos estruturantes da saúde simbólica do corpo coletivo.

Síntese clínica

Estes três acontecimentos, distintos na sua natureza histórica e simbólica, convergem num ponto essencial: revelam a fragilidade dos dispositivos rituais que permitem à nação habitar a perda sem se defender excessivamente dela.

A falha do luto coletivo não conduz ao esquecimento. Conduz à persistência de afetos não elaborados, que continuam a organizar narrativas identitárias, formas de desconfiança institucional ou reconstruções idealizadas do passado. Neste sentido, os rituais de passagem, longe de serem vestígios arcaicos, permanecem elementos estruturantes da saúde simbólica do corpo coletivo.

Uma comunidade que não consegue ritualizar as suas perdas permanece habitada por elas. Onde o luto não é elaborado, o passado continua a exigir resposta no presente.

Em todos estes casos, a falha do luto coletivo não elimina a dor, mas impede a sua integração temporal, mantendo o passado ativo como exigência no presente. Os rituais, longe de serem vestígios arcaicos, constituem assim dispositivos clínicos essenciais da saúde simbólica do corpo nacional.

Conceitos associados = ver glossário cruzado.

- Ferida identitária,
- Recalcado coletivo,
- Luto interdito,
- Re-sutura simbólica,
- Superego nacional,
- Corpo simbólico da nação.

Parte IX – Patologias e defesas da Identidade Nacional

Capítulo 15 – Identidades defensivas

linhas de força clínicas em TCINP

- Nacionalismo regressivo
- Idealização do passado
- Vitimização e paranoia identitária
- Silenciamento da complexidade

Vinheta – O trilema da globalização como analisador clínico

Vinheta – Guerra surda

Este capítulo não descreve ainda o sofrimento visível da identidade nacional, mas os mecanismos defensivos que se ativam antes da emergência sintomática, quando o corpo coletivo se sente ameaçado, descentrado ou desautorizado na sua capacidade de decidir o próprio destino. A perspetiva da TCINP não é normativa nem ideológica: interessa-lhe compreender como a identidade se defende quando o futuro deixa de ser habitável.

A globalização tardia funcionou como uma promessa de prosperidade sem mediação simbólica. Ao reduzir o espaço da decisão democrática e deslocar a soberania para instâncias abstratas, produziu não apenas efeitos económicos, mas uma perturbação profunda na economia afetiva das identidades nacionais. A resposta a essa perturbação não foi homogénea, mas assumiu frequentemente a forma de mecanismos defensivos regressivos, sobretudo em contextos onde a narrativa nacional não tinha sido suficientemente elaborada após a perda de projetos históricos fortes.

A globalização como gatilho clínico – (não como causa moral)

A hiperglobalização tardia introduziu uma perturbação estrutural na economia simbólica das nações:

1. deslocou centros de decisão para fora do espaço democrático vivido,
2. reduziu a perceção de soberania efetiva,
3. acelerou o tempo histórico para além da capacidade de elaboração simbólica.

Do ponto de vista clínico, isto não produz automaticamente patologia, mas cria condições de vulnerabilidade identitária. Quando democracia, soberania sentida e previsibilidade do futuro deixam de coincidir, a identidade coletiva tende a reagir defensivamente.

É neste sentido que o chamado trilema da globalização pode ser lido, em TCINP, como um limite estrutural do equilíbrio psíquico coletivo: quando não é possível sustentar simultaneamente abertura económica total, autodeterminação política e deliberação democrática significativa, a identidade entra em tensão.

Vinheta – O trilema da globalização como analisador clínico

No início da década de 2010, Dani Rodrik formulou aquilo a que chamou o trilema da globalização: a ideia de que não é possível sustentar simultaneamente três objetivos – hiperglobalização económica, democracia política e soberania nacional. As sociedades podem combinar dois destes polos, mas nunca os três em simultâneo, sem gerar tensões profundas.

Do ponto de vista da TCINP, este trilema é particularmente relevante não como teoria económica, mas como descrição de um limite estrutural vivido pelas identidades nacionais contemporâneas. O que Rodrik descreve é, em termos clínicos, uma situação de conflito insolúvel entre instâncias fundamentais do corpo coletivo:

- o desejo de abertura e prosperidade,
- a necessidade de autodeterminação,
- e a exigência de participação democrática significativa.

Quando estes três polos entram em contradição, o que se instala não é apenas um problema de governação, mas uma tensão psíquica coletiva. A identidade nacional passa a viver numa situação paradoxal: é chamada a decidir sem sentir que decide, a escolher sem controlar plenamente as consequências, a participar em processos cujo centro parece deslocado para fora do espaço político vivido.

Clinicamente, esta situação favorece a ativação de mecanismos de defesa identitários. A impossibilidade de integrar simbolicamente o conflito leva a respostas regressivas (recoo nacionalista), compensatórias (idealização do passado), projetivas (culpabilização de instâncias externas) ou simplificadoras (redução da complexidade). O trilema funciona, assim, como um gatilho estrutural que ajuda a compreender por que razão, em contextos de hiperglobalização, as identidades nacionais tendem menos à elaboração e mais à defesa.

Nesta perspetiva, o recrudescimento de respostas autocráticas ou populistas não deve ser lido apenas como desvio ideológico, mas como tentativa defensiva de resolver um impasse simbólico: quando a democracia parece impotente e a soberania abstrata, a autoridade promete devolver coerência, mesmo à custa da pluralidade.

O trilema de Rodrik mostra, assim, que certas tensões contemporâneas não resultam de erros circunstanciais, mas de configurações estruturais que excedem a capacidade de integração simbólica das identidades nacionais. É neste excesso que se enraízam muitas das defesas analisadas neste capítulo – e é a partir do seu fracasso que emergem os sintomas abordados no capítulo seguinte.

Nacionalismo regressivo – (defesa por regressão identitária)

O nacionalismo regressivo não emerge como projeto positivo, mas como recuo defensivo.

Quando o futuro é vivido como expropriado, a identidade tende a refugiar-se em formas passadas de pertença, mais simples, mais rígidas, mais imaginariamente controláveis.

Clinicamente, trata-se de:

1. uma regressão a estados identitários menos complexos,
2. uma redução da pluralidade simbólica,
3. uma procura de autoridade clara em contextos de ambiguidade prolongada.

Não é tanto excesso de identidade, mas empobrecimento defensivo da identidade.

Idealização do passado – (defesa por compensação simbólica)

A idealização do passado surge quando o presente já não oferece reconhecimento e o futuro não oferece promessa credível. O passado torna-se então objeto idealizado, não para ser compreendido, mas para compensar a perda de horizonte.

Em termos clínicos, não se trata de memória, mas de uso defensivo da memória;

1. o passado é purificado, simplificado, descontextualizado;
2. as ambivalências históricas são silenciadas. Esta defesa protege a identidade da desvalorização, mas bloqueia a elaboração do luto e a construção de novos projetos.

Vitimização e paranoia identitária – (defesa por deslocamento da culpa)

Quando a perda de controlo não pode ser simbolizada internamente, tende a ser projetada externamente. A identidade passa a organizar-se em torno da ideia de que foi prejudicada, traída ou impedida de cumprir o seu destino.

Clinicamente, isto manifesta-se como vitimização difusa (“não nos deixam”, “não mandamos em nada”), personalização de forças abstratas, leitura persecutória da complexidade.

paranoia identitária não é delírio, mas hipervigilância defensiva num contexto de impotência simbólica.

Silenciamento da complexidade – (defesa por simplificação)

A complexidade é psicologicamente exigente. Em contextos de aceleração, insegurança e perda de mediações, a identidade tende a defender-se reduzindo o real a narrativas binárias.

Esta defesa traduz-se em intolerância à ambiguidade, hostilidade ao pensamento crítico, desconfiança face à pluralidade interpretativa.

Clinicamente, trata-se de uma tentativa de reduzir a ansiedade sacrificando a complexidade do real.

Vinheta – Guerra surda

A globalização não produz apenas fluxos económicos, financeiros e tecnológicos; produz também uma forma de conflito discreto, contínuo e raramente nomeado. Uma guerra surda instala-se entre, por um lado, Estados e elites que procuram preservar o quadro democrático liberal - agora sob vigilância acrescida - e, por outro, nacionalismos emergentes que reclamam soberania, proteção e identidade face a um mundo percebido como excessivamente abstrato e distante.

Este conflito não se organiza em frentes visíveis nem em confrontos armados. Manifesta-se antes em tensões legislativas, discursos ambíguos, deslocamentos simbólicos e reconfigurações do espaço público. A democracia, formalmente intacta, torna-se defensiva; os nacionalismos, mesmo quando heterogéneos, tornam-se insistentes. Entre ambos, instala-se um estado de fricção permanente, onde o consenso cede lugar à vigilância mútua e a confiança política se transforma em suspeita estrutural.

Capítulo 16 – Sintomas contemporâneos

- Crise de sentido
- Desligamento cívico
- Violência simbólica
- Instrumentalização política da identidade

Vinheta – A guerra tarifária como sintoma identitário

Introdução: Capítulo 16

No capítulo anterior analisámos os mecanismos defensivos que as identidades nacionais tendem a mobilizar quando confrontadas com um campo de forças global que excede a sua capacidade de integração simbólica. A hiperglobalização tardia – entendida não como ideologia, mas como configuração estrutural do mundo contemporâneo – introduziu uma tensão duradoura entre abertura económica, soberania sentida e deliberação democrática, tensão essa que funciona como gatilho de respostas defensivas regressivas, compensatórias ou simplificadoras.

A vinheta dedicada ao trilema da globalização permitiu situar este impasse não como falha circunstancial de governação, mas como limite estrutural vivido pelas comunidades políticas. Quando a decisão parece deslocada, o futuro imposto e o controlo fragmentado, a identidade coletiva procura proteger-se. Nacionalismo regressivo, idealização do passado, vitimização e silenciamento da complexidade são, neste sentido, respostas compreensíveis – e até funcionais a curto prazo – perante a ansiedade gerada por um mundo acelerado, abstrato e comparativo.

Contudo, a teoria clínica da identidade nacional propõe um passo adicional: as defesas não são neutras nem ilimitadas. Quando se prolongam, rigidificam ou deixam de encontrar vias de elaboração simbólica, deixam de cumprir uma função protetora e passam a organizar o sofrimento coletivo. É neste ponto que a identidade já não se limita a defender-se – começa a sintomatizar.

O presente capítulo desloca, assim, o foco da análise: dos mecanismos de defesa para os sintomas contemporâneos da identidade nacional. Estes sintomas não são patologias no sentido médico, nem desvios morais ou ideológicos. São formas recorrentes de expressão de um mal-estar coletivo que emerge quando a economia afetiva da pertença, do sentido e do futuro entra em desequilíbrio.

A crise de sentido, o desligamento cívico, a violência simbólica e a instrumentalização política da identidade constituem, nesta perspetiva, formas visíveis de sofrimento identitário. Não surgem de forma isolada nem obedecem a uma causalidade linear. Resultam da interação entre estruturas globais, defesas identitárias e histórias nacionais

específicas. Funcionam como indicadores de que algo deixou de circular simbolicamente entre passado, presente e futuro.

A globalização tardia não produz automaticamente patologia identitária, mas cria um campo de pressão contínua sobre as capacidades simbólicas das nações. Quando a soberania deixa de ser sentida como eficaz, quando a democracia parece esvaziada de poder real e quando o futuro surge como imposto por forças externas e abstratas, a identidade coletiva reage através de mecanismos defensivos: regressão, idealização, projeção e simplificação. Estas defesas cumprem uma função protetora temporária, mas têm um custo. Quando se prolongam ou se rigidificam, deixam de proteger e passam a organizar o sofrimento coletivo. É nesse ponto que a identidade deixa de se defender e começa a sintomatizar – dando lugar às crises de sentido, ao desligamento cívico, à violência simbólica e à instrumentalização política da pertença que serão analisadas neste capítulo.

Ao analisá-los, a TCINP não procura denunciar culpados nem propor receitas normativas. O seu objetivo é clínico: tornar legível o mal-estar, distinguir defesa de sintoma, e criar condições para que a identidade possa, eventualmente, passar da reação à elaboração, e da repetição à maturidade.

Crise de sentido

A crise de sentido não se manifesta como ausência total de valores, mas como dificuldade persistente em ligar experiência vivida, projeto coletivo e futuro imaginável. Nas identidades nacionais contemporâneas, este sintoma emerge quando os grandes relatos estruturantes – progresso, soberania, missão histórica, emancipação – perdem credibilidade sem que narrativas alternativas suficientemente robustas os substituam. O resultado não é o vazio absoluto, mas uma saturação de discursos fragmentários, técnicos ou emocionais, incapazes de produzir orientação simbólica duradoura. Do ponto de vista clínico, trata-se de uma falha na função narrativa da identidade: o presente deixa de ser vivido como etapa com sentido próprio e passa a ser percebido como intervalo instável entre um passado problemático e um futuro incerto. A crise de sentido não paralisa necessariamente a vida social, mas mina silenciosamente o investimento afetivo no comum.

Desligamento cívico

O desligamento cívico é frequentemente interpretado como apatia, indiferença ou “desinteresse pela política”. Contudo, na perspetiva da TCINP, ele deve ser lido como sintoma de desinvestimento libidinal na esfera coletiva, mais do que como recusa consciente da participação. Quando os cidadãos deixam de acreditar que a sua ação

tem impacto significativo, quando as decisões parecem tomadas em níveis distantes ou opacos, o laço cívico enfraquece. Este desligamento não implica ausência de opinião ou de afetos – pelo contrário, coexistem frequentemente indignação, cinismo e crítica intensa – mas traduz uma rutura entre expressão e implicação. Clinicamente, trata-se de uma defesa contra a frustração repetida: para não sofrer com a impotência percebida, o sujeito coletivo retira investimento do espaço público.

Violência simbólica

A violência simbólica constitui um dos sintomas mais visíveis e paradoxais das identidades em tensão. Não se expressa prioritariamente pela agressão física, mas pela desqualificação sistemática do outro no plano da linguagem, da representação e da pertença. Ela emerge quando a complexidade deixa de ser tolerável e o conflito simbólico é substituído por simplificações hostis: rótulos, caricaturas, insultos morais, exclusões discursivas. Do ponto de vista clínico, a violência simbólica funciona como descarga de afetos não elaborados – medo, ressentimento, humilhação – que não encontraram mediação narrativa. É uma tentativa de restaurar fronteiras identitárias por via da negação do outro, mas acaba por corroer o próprio espaço comum que pretende proteger.

Instrumentalização política da identidade

A instrumentalização política da identidade ocorre quando elementos simbólicos profundos – história, memória, sofrimento, pertença – são mobilizados não para elaborar o comum, mas para produzir adesão imediata, polarização e controlo afetivo. Neste registo, a identidade deixa de ser espaço de reconhecimento plural e torna-se recurso estratégico. Do ponto de vista da TCINP, este sintoma não é apenas imputável a atores políticos específicos; ele revela uma vulnerabilidade estrutural: quando a identidade perde densidade simbólica própria, torna-se mais facilmente apropriável. A política passa então a operar menos no campo do debate e mais no da excitação afetiva, substituindo projetos por inimigos e complexidade por lealdade emocional. O risco clínico é a fixação da identidade num estado reativo, incapaz de se pensar para além da urgência do confronto.

Vinheta – A guerra tarifária como sintoma identitário

“Quando a soberania regressa sob a forma de tarifa”

A guerra tarifária contemporânea não pode ser compreendida apenas como uma disputa técnica entre Estados ou blocos económicos. Na perspetiva da TCINP, ela surge como um sintoma identitário tardio da hiperglobalização, ativado quando o equilíbrio entre economia, democracia e soberania se torna insustentável no plano subjetivo e coletivo.

Durante décadas, a globalização foi vivida como promessa: crescimento, mobilidade, interdependência virtuosa, diluição dos conflitos históricos. No entanto, quando os seus efeitos passaram a ser percebidos como assimétricos – benefícios concentrados, decisões distantes, perda de controlo democrático – a promessa começou a falhar no plano afetivo. É nesse ponto que a guerra tarifária emerge, não como causa, mas como resposta defensiva.

A tarifa como gesto simbólico

Clinicamente, a tarifa funciona menos como instrumento económico eficaz e mais como gesto simbólico de reinscrição da soberania. Ela diz: “voltamos a decidir”, “protegemos o que é nosso”, “não dependemos”. Trata-se de um ato visível, inteligível, facilmente narrável – qualidades essenciais quando a complexidade sistémica se torna insuportável para o espaço público.

Na TCINP, este tipo de gesto corresponde a uma defesa identitária regressiva: face à perda de controlo real, produz-se um sinal de controlo simbólico. A identidade nacional é convocada como escudo, e o conflito económico é reconfigurado como confronto moral entre “nós” e “eles”.

Instrumentalização da identidade e simplificação do mundo

A guerra tarifária inscreve-se, assim, sobretudo no domínio da instrumentalização política da identidade. A complexidade das cadeias globais de valor, das interdependências produtivas e das responsabilidades partilhadas é reduzida a narrativas simples: exploração, injustiça, ameaça externa. O outro deixa de ser parceiro estrutural e passa a ser obstáculo identitário.

Este processo produz um efeito duplo: mobiliza afetos fortes (orgulho, ressentimento, medo), mas empobrece a capacidade coletiva de pensar o mundo de forma articulada. A identidade deixa de ser espaço de elaboração e torna-se objeto excitante, convocado para legitimar decisões rápidas e polarizadoras.

Violência simbólica e desinvestimento cívico

Embora raramente envolva violência física direta, a guerra tarifária gera violência simbólica intensa: linguagem hostil, desqualificação do outro, polarização interna. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, contribui para o desligamento cívico. As decisões aparecem como jogos de força entre grandes atores, enquanto os cidadãos oscilam entre entusiasmo identitário e sensação de impotência estrutural.

Do ponto de vista clínico, este é um indicador claro: quando a política se transforma em espetáculo de confronto, a participação transforma-se em reação emocional, não em ação deliberativa.

Síntese clínica

A guerra tarifária contemporânea não é apenas um conflito económico. É um sintoma identitário que revela:

- uma crise de sentido produzida pela hiperglobalização,
- uma tentativa defensiva de recuperar soberania simbólica,
- a instrumentalização política da identidade nacional,
- e a dificuldade crescente em elaborar coletivamente a complexidade do mundo atual.

Ela diz menos sobre tarifas e mais sobre a pergunta que permanece sem resposta: quem decide, em nome de quem, e com que horizonte comum?

Capítulo 17 – O que resta da identidade nacional hoje?

“Estado, escola, média e mercado”

- Turismo, marca-país e identidade vendável
- Globalização e diluição simbólica
- O risco do vazio narrativo

Vinheta – A digitalização adiada: quando o futuro volta a ser promessa

Vinheta – Lisboa turística: hospitalidade sem casa

Vinheta – Lisboa como palco

O que resta da identidade nacional hoje?

Este capítulo não é descritivo nem nostálgico.

É diagnóstico clínico contemporâneo: o estado atual do sujeito coletivo português após o 25 de Abril, após a entrada na UE, após a globalização acelerada e após a erosão das grandes narrativas.

Se durante séculos o problema português foi o adormecimento do sujeito coletivo, hoje o problema já não é esse.

O problema é outro, mais subtil e talvez mais perigoso: a fragmentação da narrativa comum e a progressiva dissolução do espaço simbólico onde uma identidade partilhada pode ainda existir.

Não estamos perante uma crise de patriotismo, nem perante uma simples mutação cultural.

Estamos perante algo mais profundo: a dificuldade crescente em produzir uma narrativa nacional habitável – suficientemente comum para unir, suficientemente plural para não excluir, suficientemente densa para resistir ao mercado, à propaganda e à aceleração.

Este capítulo propõe-se escutar o estado atual da identidade portuguesa não a partir de slogans, mas a partir dos seus dispositivos concretos: o Estado, a escola, os media, o mercado, o turismo, a linguagem pública, o espaço digital e o silêncio simbólico que começa a instalar-se.

Estrutura interna

Mantendo o guião clínico implícito:

- Factos estruturais contemporâneos,
- Efeitos psicodinâmicos,
- Defesas coletivas,
- Aprendizagens em curso,
- Riscos e potencialidades futuras.

Estado, escola, media e mercado

→ Fragmentação institucional da função simbólica

Facto estrutural

Tradicionalmente, a identidade nacional era mediada por quatro grandes dispositivos:

- o Estado (ritual, discurso oficial, memória pública),
- a escola (transmissão narrativa estruturada),
- os media (esfera pública),
- e o espaço cultural comum.

Hoje, esses quatro campos operam com lógicas divergentes, não partilham uma narrativa estruturante e frequentemente anulam-se mutuamente.

A escola transmite fragmentos descontextualizados.

O Estado evita narrativa por receio ideológico.

Os media privilegiam o imediato.

O mercado transforma identidade em produto.

Efeito psicodinâmico

Instala-se um fenómeno clínico muito específico:

- o sujeito coletivo deixa de sentir que existe um “nós narrável”.
- Não há repressão (como no Estado Novo).
- Não há silêncio imposto.

Há algo mais moderno: dispersão sem centro.

- O afeto dominante já não é medo.
- É indiferença simbólica.

Defesa coletiva

- Cinismo leve
- Ironia defensiva
- Redução da identidade a folclore
- Desinvestimento afetivo da política
- Refúgio em micro-identidades (profissão, região, estilo de vida, tribo digital)

Aprendizagem inconsciente

“Nada de muito importante nos une profundamente – exceto hábitos e consumo.”

Isto é novo na história portuguesa.

Mais perigoso que repressão: desertificação simbólica.

Turismo, marca-país e identidade vendável

Globalização e diluição simbólica

Facto estrutural

Portugal tornou-se altamente bem-sucedido em:

- turismo,
- branding cultural,
- imagem externa,
- consumo internacional de “portugalidade”.

Mas esta operação tem um custo:

- A identidade passa a ser construída para o olhar externo, não para o reconhecimento interno.

A narrativa nacional transforma-se em:

- gastronomia,
- clima,
- simpatia,
- paisagem,
- nostalgia estetizada.

Efeito psicodinâmico

Produz-se uma dissociação:

- O país sente-se valorizado externamente,
- Mas continua pouco reconhecido internamente.

Surge uma forma contemporânea de alienação:

- somos objeto de admiração, mas não sujeitos de narrativa.

Defesa coletiva

- Orgulho superficial (“estamos na moda”),
- Substituição da autoestima profunda por validação externa,
- Narcisismo leve de vitrine.

Aprendizagem inconsciente

“Existimos melhor como imagem do que como projeto.”

Isto ecoa perigosamente padrões antigos (império como compensação, ouro como anestesia, turismo como substituto simbólico).

Desde o início do século XXI, Lisboa transformou-se de destino periférico em destino turístico global. A cidade recebe atualmente mais de 8 milhões de visitantes por ano, numa proporção aproximada de 15 turistas por residente. O turismo tornou-se pilar económico central, sustentando grande parte do comércio, da restauração, do alojamento e do investimento urbano.

Este crescimento foi acompanhado por um processo acelerado de reabilitação urbana orientada para o mercado internacional: valorização imobiliária abrupta, proliferação do alojamento local, substituição do comércio tradicional por serviços dirigidos ao visitante, deslocamento progressivo da população residente para a periferia, esvaziamento habitacional dos centros históricos.

O fenómeno não é exclusivo de Lisboa. O que importa aqui é a forma específica como ele se organiza e é vivido na experiência portuguesa.

Leitura TCINP – quando a cidade se torna vitrina

Do ponto de vista clínico-simbólico, o turismo em Lisboa não é apenas um fenómeno económico. É também um dispositivo identitário.

A cidade passa a existir cada vez menos como espaço vivido e cada vez mais como espaço representado. Lisboa transforma-se em cenário:

- cenário de hospitalidade,
- cenário de autenticidade vendável,
- cenário de memória estetizada,
- cenário de experiência para o outro.

A identidade urbana deixa de organizar-se prioritariamente em função dos seus habitantes e passa a organizar-se em função do olhar externo.

Clinicamente, isto corresponde a um movimento conhecido:

- O sujeito começa a existir sobretudo para ser visto.

Afeto dominante: orgulho dependente.

Afeto interdito: direito ao conflito e à afirmação interna.

O turismo ativa um afeto profundamente familiar à estrutura portuguesa:

- o prazer intenso de ser reconhecido “lá fora”.

Há satisfação legítima na valorização internacional. Mas há também uma fragilidade estrutural quando esse reconhecimento se torna o principal organizador do valor próprio. A cidade começa a adaptar-se mais ao desejo do visitante do que à necessidade do habitante. A estética sobrepõe-se à vida.

A imagem sobrepõe-se à função. A sedução substitui a apropriação.

O que se perde não é apenas habitação. Perde-se centralidade subjetiva.

Defesa coletiva: adaptação, cordialidade e silêncio.

Perante a transformação acelerada do espaço urbano, a reação dominante não é conflito estruturado, mas adaptação silenciosa:

- Os moradores saem, mas raramente organizam contestação prolongada.
- Os bairros mudam de função, mas o discurso público mantém-se moderado.
- A cidade sofre mutação profunda, mas a crítica mantém-se fragmentada.

Clinicamente, reaparece um padrão antigo:

- quando o processo é vivido como inevitável e externo, a reação tende a ser acomodação elegante em vez de confronto coletivo.

Lisboa não grita: ajusta-se.

Aprendizagem transmitida

O corpo social aprende algo subtil, mas profundo:

- “A cidade só vale plenamente quando é validada por fora.”

O valor passa a ser medido pelo número de visitantes, pelos rankings internacionais, pela atratividade externa, pela performance simbólica perante o mundo.

O centro histórico deixa de ser vivido como lugar de pertença e passa a ser vivido como ativo económico e palco identitário.

A cidade torna-se objeto – não sujeito.

g) Herança longa (o que isto prolonga)

O fenómeno turístico não cria do zero esta estrutura. Ele prolonga uma lógica histórica recorrente:

- deslocação do valor para fora (império → emigração → Europa → turismo),
- investimento afetivo na imagem externa,
- dificuldade em afirmar prioridades internas contra pressões externas,
- valorização do reconhecimento mais do que da autonomia.

O turismo não é causa profunda – é sintoma contemporâneo altamente visível.

Formulação clínica de síntese:

- Lisboa tornou-se um lugar altamente habitável para o visitante e progressivamente menos habitável para o habitante.

Não por maldade política apenas, mas porque a identidade coletiva portuguesa continua a organizar-se preferencialmente em torno da validação externa, mesmo quando isso fragiliza a vida interna.

Ou, dito de forma mais direta:

- A cidade foi transformada em narrativa para consumo externo antes de ter sido plenamente consolidada como casa para os seus próprios habitantes.

Vinheta – Lisboa como palco

O senhor Manuel nasceu na Mouraria.

O pai era calceteiro, a mãe trabalhava numa casa de pasto. Cresceu entre a escola primária, o largo da igreja e as escadas estreitas onde toda a gente se conhecia pelo nome.

Durante décadas, a cidade foi difícil, pobre, mas reconhecível.

Os cafés eram os mesmos, as mercearias também.

Havia pouca escolha, mas havia pertença.

Aos setenta anos, o senhor Manuel recebe uma carta: o prédio foi vendido a um fundo imobiliário. O contrato não será renovado. Oferecem-lhe uma indemnização “legal” e um prazo curto para sair. O prédio será transformado em apartamentos turísticos “com identidade lisboeta”.

Na rua onde viveu toda a vida, surgem lojas novas: *concept stores*, cafés com nomes em inglês, restaurantes onde o bacalhau vem em versão desconstruída. Nas montras, frases sobre autenticidade, tradição, alma portuguesa.

Turistas passam diariamente com telemóveis levantados. Fotografam as fachadas, as varandas, os azulejos, os velhos sentados nos bancos.

Fotografam o senhor Manuel também – sem saber o nome.

Ele continua ali, mas já não pertence.

É presença residual num cenário otimizado para consumo.

A cidade tornou-se mais bonita. Mais limpa. Mais desejada.

Mas deixou de ser sua.

Um dia, sentado num banco, ouve duas turistas dizerem:

- “Lisbon feels so authentic.”

Ele sorri por educação.

E sente, sem conseguir nomear, que aquilo que nelas provoca encanto é exatamente o que nele está a desaparecer.

Leitura clínica TCINP

O que esta vinheta mostra não é apenas gentrificação urbana.

Mostra algo mais profundo:

- A identidade deixa de ser espaço vivido e transforma-se em superfície exibida.

O cidadão deixa de ser sujeito da identidade coletiva e passa a funcionar como figurante involuntário da sua encenação.

A cidade não mente.

Mas passa a mostrar-se mais a quem vem de fora do que a quem nela habita.

Clinicamente:

- A identidade desloca-se do eixo pertença → representação
- O vínculo transforma-se em imagem,
- A experiência cede lugar à curadoria simbólica,
- O corpo social começa a reconhecer-se menos naquilo que é mostrado como sendo “ele próprio”.

Ela permite mostrar:

- A conversão da identidade em produto estético
- A dissociação entre identidade vivida e identidade exibida,
- A fragilização do vínculo cidadão –território,
- A perda de lugar subjetivo sem necessidade de discurso ideológico.

E fá-lo sem atacar o turismo diretamente, sem demonizar atores, sem moralizar, mas revelando claramente a transformação clínica da função da identidade

Globalização e diluição simbólica

→ *O colapso das grandes narrativas partilhadas*

Facto estrutural

O espaço simbólico português já não compete apenas com Espanha ou Europa, mas com:

- plataformas globais,
- narrativas transnacionais,
- culturas digitais homogéneas,
- emporalidades aceleradas.

A língua resiste melhor do que a narrativa.

Efeito psicodinâmico

Perda de densidade temporal:

- dificuldade em ligar passado → presente → futuro,
- dificuldade em sentir continuidade histórica,
- identidade vivida em fragmentos episódicos.

O sujeito coletivo começa a funcionar como um feed: estímulos sucessivos sem elaboração profunda.

Defesa coletiva

- Presentismo radical,
- Memória reduzida a datas comemorativas,
- Consumo simbólico rápido,
- Cansaço face a narrativas longas.

Vinheta – A digitalização adiada: quando o futuro volta a ser promessa

Facto social observável

Desde o início do século XXI, a digitalização foi apresentada como um desígnio estratégico nacional.

Portugal formou engenheiros altamente qualificados, criou empresas tecnológicas competitivas, desenvolveu ecossistemas de inovação reconhecidos internacionalmente e beneficiou de financiamento europeu significativo, incluindo através do PRR.

Apesar disso, os resultados estruturais tardam em materializar-se onde mais impacto teria:

- na Administração Pública,
- na Justiça,
- nos sistemas estruturantes do Estado.

São precisamente estes setores que sucessivos governos identificam, há décadas, como prioritários para modernização – e onde repetidamente se anuncia: “agora é que é”.

Contudo, os atrasos acumulam-se, as reformas não se consolidam e aproxima-se o fim dos prazos de financiamento europeu sem transformação sistémica correspondente.

Leitura TCINP – não é um problema técnico, é um padrão identitário

Do ponto de vista da TCINP, o que está em jogo não é apenas eficiência administrativa.

O que emerge é a repetição de um padrão já observado ao longo de vários séculos:

- Forte capacidade individual
 - fraca transformação institucional
 - bloqueio coletivo de maturação

Portugal demonstra novamente:

- competência técnica disponível
- inteligência individual abundante
- recursos financeiros acessíveis

Mas falha na passagem decisiva: transformar competência em projeto coletivo sustentado.

Afeto dominante: expectativa crónica sem realização

O clima afetivo que acompanha estes ciclos é muito específico:

- entusiasmo inicial elevado,
- esperança pública alimentada,
- discurso político otimista,
- seguida por adiamento, dispersão, diluição, esquecimento.

Clinicamente, trata-se de uma forma de esperança defensiva: não mobiliza transformação profunda, mas permite adiar o confronto com bloqueios estruturais.

Não é resistência consciente.

É mais subtil: é inibição coletiva da execução, acompanhada de discurso de intenção.

Defesa coletiva em funcionamento

Nesta vinheta observam-se defesas já recorrentes ao longo do livro:

- **Deslocamento**
Fala-se de inovação enquanto se evita tocar nos núcleos duros (Justiça, Estado, poder real).
- **Racionalização**
“É complexo”, “leva tempo”, “o sistema é pesado”, “falta articulação”.

- **Delegação externa**

A esperança volta a ser colocada em fundos europeus, programas, planos – em vez de apropriação interna do processo.

- **Procrastinação institucionalizada**

O futuro permanece como promessa estruturante, mas nunca plenamente assumido como tarefa presente.

Aprendizagem transmitida ao corpo social

A mensagem implícita que se transmite, geração após geração, é inquietantemente coerente com outros momentos históricos:

- “Somos capazes de imaginar bem o futuro, mas temos dificuldade em sustentá-lo na prática.”

O cidadão comum aprende que:

- os grandes projetos raramente se concretizam,
- o discurso político é frequentemente performativo,
- a mudança estrutural “não depende de nós”.

Isto fragiliza:

- a confiança no processo,
- a crença na eficácia da ação coletiva,
- o investimento subjetivo na cidadania.

h) Herança longa: o futuro como promessa, não como construção

Este episódio contemporâneo ecoa padrões antigos analisados noutros capítulos:

- O ouro do Brasil como riqueza sem projeto,
- O liberalismo como ideia sem apropriação popular,
- A modernização pombalina sem sujeito coletivo,
- A democracia como estrutura formal sem pleno investimento cívico.

A digitalização corre o risco de ocupar o mesmo lugar simbólico:

- mais uma promessa estrutural que não chega a reorganizar profundamente o corpo social. Não por incapacidade técnica. Mas, por dificuldade persistente em transformar intenção em instituição, e competência individual em maturidade coletiva.

Formulação clínica de síntese TCINP:

- A dificuldade portuguesa na digitalização do Estado não revela falta de inteligência nem de meios, mas a persistência de um bloqueio mais profundo: a dificuldade histórica em sustentar projetos coletivos estruturantes ao longo do tempo.

- Ou ainda, o país continua capaz de produzir futuro como discurso, mas hesita quando esse futuro exige reorganização real do poder, das instituições e das responsabilidades.

Aprendizagem inconsciente

“O passado é demasiado complexo; o futuro demasiado incerto; resta-nos o presente confortável.”

Clinicamente, isto corresponde a um estado de empobrecimento narrativo.

O risco do vazio narrativo

→ Quando não há repressão, mas também não há sentido.

Este é o ponto mais delicado do capítulo.

Portugal já não vive sob censura, sob repressão, sob interdito simbólico.

Mas vive cada vez mais sob ausência de narrativa estruturante suficientemente forte para organizar o imaginário coletivo.

Os sintomas disso:

- baixa participação cívica estruturada,
- dificuldade em produzir projetos coletivos mobilizadores,
- discurso público dominado por tecnicidade e não por visão,
- juventudes altamente competentes, mas simbolicamente desancoradas.

O risco clínico aqui não é autoritarismo.

É algo diferente e moderno: uma identidade sem densidade suficiente para resistir a choques históricos maiores.

Formulação clínica de síntese do capítulo

A identidade nacional portuguesa contemporânea não se encontra reprimida nem traumatizada como em épocas anteriores.

Encontra-se, isso sim, fragilizada por dispersão simbólica, empobrecimento narrativo e deslocamento progressivo da produção de sentido para o mercado e para o exterior.

Depois de séculos de espera e finalmente de emergência do sujeito coletivo, o risco atual não é o regresso da submissão, mas a perda silenciosa da própria possibilidade de um “nós” estruturado.

A crise contemporânea da identidade portuguesa não é uma crise de excesso ideológico, mas uma crise de subnutrição simbólica.

Capítulo 18 – Memória, esquecimento e responsabilidade

O que se lembra, o que se esquece, o que se recalca, o que precisa ser elaborado

Vinheta TCINP – O voto como linguagem afetiva

Este capítulo aborda o ponto mais delicado de toda a TCINP:

- a relação entre identidade e verdade.

Não a verdade factual – que pertence à historiografia – mas a verdade psíquica coletiva: aquilo que uma nação consegue olhar sem se defender, aquilo que só tolera se for estetizado e aquilo que precisa de manter fora do campo da consciência para continuar a funcionar.

Se até aqui analisámos como a identidade portuguesa se constituiu, se organizou, se defendeu e se transformou ao longo do tempo, agora colocamos a questão decisiva: O que é que Portugal faz com a sua própria memória?

Não com os seus factos, mas com o destino simbólico desses factos.

Porque a maturidade de uma identidade coletiva não se mede pelo orgulho que consegue exhibir, mas pela capacidade de elaborar aquilo que dói sem precisar de o negar, deformar ou estetizar.

A memória portuguesa como arquipélago

A memória histórica portuguesa funciona como um arquipélago:

- ilhas de factos visíveis rodeadas por um oceano de experiências afetivas não elaboradas.

As ilhas são: D. Afonso Henriques, Aljubarrota, Descobrimentos, Terramoto, 25 de Abril, etc.

Mas aquilo que organiza o arquipélago não são as ilhas isoladas.

É a forma submersa que as liga.

O que permanece submerso:

- o trauma não elaborado de Alcácer-Quibir,
- a vergonha silenciosa da dependência externa,
- a ambivalência estrutural face à autoridade,
- a dificuldade em sustentar projetos coletivos longos,
- a tendência para deslocar o valor para “fora”,
- a associação inconsciente entre conflito e perigo,
- a preferência pela adaptação elegante em vez da confrontação estruturada.

Nada disto aparece nos manuais escolares.

Mas tudo isto aparece nos comportamentos sociais.

Facto estrutural

→ A memória pública portuguesa é seletiva, fragmentada e ritualizada

Portugal dispõe de uma vasta rede de dispositivos de memória: monumentos, feriados nacionais, datas comemorativas, nomes de ruas, museus, manuais escolares, narrativas mediáticas.

O repertório histórico que o cidadão médio reconhece inclui:

- Fundação (Guimarães, D. Afonso Henriques), Aljubarrota, Descobrimentos, Terramoto de 1755, Invasões francesas, 25 de Abril.

Mas este conjunto de referências funciona sobretudo como lista de acontecimentos, não como processo integrado de compreensão histórica.

O sistema de memória coletiva apresenta três características estruturais:

- fragmentação episódica (factos isolados, não encadeados),
- ritualização sem elaboração (celebra-se mais do que se compreende),
- evitação de zonas afetivamente ambíguas (onde o orgulho se mistura com desconforto).

O resultado é uma memória visível rica, mas uma memória estruturante pobre.

Efeito psicodinâmico

Memória coletiva não é arquivo: é organização defensiva

→ Orgulho descontínuo e identidade sem continuidade narrativa

Uma nação não recorda como um historiador. Recorda como um sujeito.

Seleciona, valoriza, silencia, reorganiza, mitifica, ritualiza.

E fá-lo segundo uma lógica que não é neutra, mas profundamente afetiva.

A memória coletiva funciona segundo três movimentos fundamentais:

- Comemoração → o que reforça coesão e autoestima
- Neutralização → o que pode ser mencionado, mas sem aprofundamento
- Recalque → o que ameaça a narrativa identitária dominante.

Não se trata de manipulação consciente.

Trata-se de algo mais profundo: um mecanismo de autorregulação simbólica do corpo social.

Tal como um sujeito individual, também uma nação precisa de proteger a sua continuidade psíquica. Mas essa proteção tem um custo.

Do ponto de vista clínico, o efeito principal desta organização da memória é o seguinte: O sujeito coletivo português reconhece episódios, mas tem dificuldade em reconhecer trajetórias.

Isto produz vários efeitos profundos:

- dificuldade em ligar passado, presente e futuro numa mesma linha de sentido,
- dificuldade em reconhecer padrões históricos recorrentes,
- dificuldade em perceber o próprio comportamento coletivo como continuidade,
- sensação difusa de que “a história acontece”, mas não de que “nós estamos na história”.

O afeto dominante não é vergonha, nem orgulho. É algo mais subtil:

- uma forma de distanciamento emocional em relação à própria história.

A história é conhecida.

Mas não é verdadeiramente apropriada como experiência interiorizada.

Defesas coletivas

→ Idealização, neutralização, estetização, humor defensivo

Perante esta dificuldade de integração profunda, o corpo social organiza várias defesas típicas:

Idealização seletiva

Alguns períodos são excessivamente glorificados (Descobrimentos, 25 de Abril), enquanto outros são reduzidos a caricatura ou silêncio.

Neutralização pelo folclore

Eventos históricos são frequentemente tratados como: curiosidade cultural, atração turística, motivo decorativo, mais do que como matéria viva de reflexão coletiva.

Estetização da dor

O sofrimento histórico é muitas vezes transformado em:

- beleza literária, melancolia poética, nostalgia elegante, o que permite sentir sem verdadeiramente elaborar.

Humor defensivo

A auto-ironia portuguesa funciona frequentemente como defesa sofisticada:

- permite reconhecer fragilidades, mas sem exigir transformação, mantendo a crítica no plano do comentário e não da implicação.

Clinicamente, estas defesas são eficazes para preservar coesão afetiva – mas empobrecem a capacidade de maturação simbólica.

Recalque coletivo: quando o silêncio organiza mais do que o discurso

O conceito de recalque, aqui aplicado ao plano coletivo, não deve ser entendido como patologia, mas como função estrutural da identidade.

Toda a identidade necessita de recalcar algo para existir.

A questão não é se existe recalque. A questão é o que é recalcado e com que custo.

No caso português, o recalcado central não é o crime, nem a culpa histórica, nem a violência colonial em si mesma (que hoje começa a emergir no discurso público).

O recalcado mais profundo é outro:

- A fragilidade estrutural da confiança na própria capacidade coletiva de sustentar o futuro.

Este núcleo aparece repetidamente sob formas deslocadas:

- Sebastianismo, delegação em figuras providenciais, esperança externa (império, Europa, turismo, fundos),
- discurso reformista sem execução,
- descrédito persistente no processo coletivo.

O recalcado não é apenas passado.

É um modo de funcionamento que se perpetua enquanto não é simbolizado.

Aprendizagem transmitida

→ “A história é algo que se honra, não algo que se trabalha”

O efeito transgeracional desta organização da memória é muito preciso:

- O cidadão aprende que a **história** serve para comemorar, a **identidade** serve para sentir, mas não necessariamente para compreender e muito menos para transformar.

A aprendizagem implícita é esta: “O passado é respeitável, mas distante. O futuro é incerto. O presente trata-se com adaptação.”

Isto tem consequências diretas:

- baixa apropriação da responsabilidade histórica,
- fraca interiorização da ideia de continuidade coletiva,
- dificuldade em pensar o país como projeto histórico ativo.

A identidade torna-se pertença afetiva, mas não plenamente consciência histórica.

Tarefa ética

→ Elaborar simbolicamente para não repetir estruturalmente

Aqui entra o conceito central que distingue este capítulo de todos os anteriores.

A tarefa contemporânea da identidade portuguesa já não é:

- resistir à repressão,
- libertar-se do autoritarismo,
- conquistar voz coletiva.

Essa etapa foi cumprida com o 25 de Abril.

A tarefa atual é mais exigente:

- Desenvolver uma identidade capaz de assumir responsabilidade sobre os seus próprios padrões históricos.

Responsabilidade, aqui, significa:

- reconhecer continuidades inconscientes ao longo dos séculos,
 - compreender as próprias defesas coletivas,
 - perceber como certos traços culturais são protetores, mas também limitadores,
 - interromper automatismos herdados quando deixam de servir a maturidade coletiva.
- Não se trata de “julgar o passado”.

Trata-se de assumir o passado como matéria viva da consciência presente.

Formulação clínica de síntese do capítulo

A identidade portuguesa contemporânea dispõe de memória suficiente, mas de elaboração insuficiente.

Lembra episódios, mas hesita em integrar trajetórias.

Celebra o passado, mas tem dificuldade em apropriar-se dele como processo vivo.

A maturidade identitária que se coloca hoje como tarefa não é a invenção de novos mitos, mas a capacidade de sustentar a complexidade da própria história sem precisar de a empobrecer, fragmentar ou estetizar para a tolerar.

O futuro da identidade portuguesa depende menos do que escolhe recordar e mais daquilo que se dispõe finalmente a elaborar.

Uma identidade madura é aquela que consegue dizer simultaneamente: fomos grandes, fomos frágeis, fomos criativos, fomos defensivos, produzimos beleza, produzimos sofrimento, fomos capazes de coragem, fomos capazes de evasão.

Sem colapso narcísico, sem necessidade de heroização permanente, sem necessidade de autodepreciação.

A responsabilidade como novo operador identitário

É aqui que surge um conceito novo na TCINP: **responsabilidade identitária**.

Não, responsabilidade jurídica, moralizante, mas responsabilidade simbólica.

Responsabilidade como capacidade de olhar o passado sem distorção defensiva, capacidade de reconhecer padrões repetidos, capacidade de interromper automatismos herdados, capacidade de transmitir às gerações seguintes não apenas orgulho, mas lucidez.

Se o século XX português foi o século da emergência do sujeito coletivo (25 de Abril), o século XXI coloca um desafio diferente: Já não basta existir como sujeito coletivo, é necessário tornar-se sujeito responsável de si próprio.

Vinheta TCINP – O voto como linguagem afetiva

Nas vésperas de ciclos eleitorais decisivos, multiplicam-se as leituras racionais do voto: programas, indicadores, segmentos de eleitorado, correlações estatísticas. Contudo, uma leitura clínica da identidade nacional revela outra camada, menos visível e frequentemente silenciada: o voto como linguagem afetiva, expressão condensada de feridas identitárias antigas que não encontraram inscrição simbólica suficiente.

Para uma parte do eleitorado – incluindo setores da emigração histórica, retornados do processo pós-colonial e segmentos da população que permaneceram no país atravessando sucessivas frustrações democráticas – o voto em forças políticas radicais não corresponde necessariamente a uma adesão ideológica estruturada. Em muitos casos, trata-se antes de uma resposta tardia a uma falha vivida na relação com o país, uma tentativa de reparar simbolicamente experiências de exclusão, desqualificação ou invisibilidade social.

O gesto eleitoral assume, assim, a forma de uma reparação simbólica identitária. Não se vota apenas num programa; vota-se contra a sensação de ter sido deixado para trás, contra a narrativa implícita de fracasso pessoal, contra a humilhação silenciosa. O discurso que encontra ressonância não é o da razão instrumental, mas o que fala diretamente à ferida: honra, traição, orgulho, injustiça, reconhecimento negado. O voto

torna-se um enunciado condensado do tipo: “não falhei; fui traído”.

Neste contexto, a identidade política organiza-se frequentemente em torno de uma posição afetiva específica, que a TCINP identifica como “superioridade inocente”: uma configuração psíquica em que a dor passada legitima a própria posição moral e absolve antecipadamente a exclusão do outro. A mágoa transforma-se em critério de verdade, e o ressentimento em abrigo subjetivo quando a promessa democrática de futuro perde credibilidade.

As forças democráticas, ancoradas numa linguagem de reformas, dados e programas, continuam a dirigir-se a um sujeito ideal racional, mesmo quando o corpo social se encontra ferido. A extrema-direita, pelo contrário, fala a esse corpo ferido, oferecendo reconhecimento afetivo antes de qualquer solução concreta. Não propõe necessariamente um futuro viável, mas oferece sentido imediato à dor.

Importa sublinhar que os períodos pré-eleitorais não funcionam aqui como acontecimentos-gatilho, nem como analisadores isolados. O que orienta as escolhas é o não-dito acumulado, sedimentado ao longo de décadas de falhas de reconhecimento, mobilidade bloqueada e promessas incumpridas. Quando outras formas de inscrição simbólica falham, o voto permanece como um dos últimos gestos disponíveis para dizer aquilo que nunca encontrou lugar na palavra pública.

Esta vinheta não pretende explicar o comportamento eleitoral em termos causais, nem reduzir a complexidade das escolhas políticas a um único determinante. Ela propõe, à luz da Teoria Clínica da Identidade Nacional Portuguesa, uma leitura do voto enquanto ato afetivo coletivo, revelador de feridas identitárias não elaboradas, cuja persistência continua a moldar silenciosamente o presente e a condicionar o horizonte do futuro democrático.

Conclusão

Para uma Identidade Nacional madura

Entre mito e lucidez → A passagem da identidade defensiva para a identidade consciente
Ao longo deste trabalho ficou claro que a identidade nacional portuguesa nunca foi pobre em símbolos, nem em mitos, nem em narrativas poderosas.

O problema não foi excesso de imaginação coletiva.

O problema foi, historicamente, a dificuldade em transformar essa riqueza simbólica em consciência elaborada.

O mito teve funções essenciais:

- sustentou coesão em momentos de fragilidade,
- protegeu o imaginário quando a realidade era demasiado dura,
- manteve viva a ideia de grandeza quando o corpo social estava retraído.

Mas uma identidade madura não pode depender exclusivamente da função protetora do mito.

Precisa de desenvolver uma capacidade mais exigente: a lucidez sobre si própria.

Lucidez não como desmistificação destrutiva, mas como capacidade de:

- reconhecer continuidades históricas,
- tolerar ambivalências,
- sustentar complexidade sem regressão defensiva,
- aceitar limites sem colapso narcísico.

A maturidade identitária começa quando a nação já não precisa de se proteger de si própria.

A identidade como trabalho permanente → Não um património herdado, mas uma construção ativa

Uma das teses centrais da TCINP é esta: a identidade nacional não é um dado adquirido, é um processo permanente de elaboração coletiva.

Tal como no sujeito individual, também no sujeito coletivo: Não basta ter história, não basta ter memória, não basta ter símbolos.

É necessário trabalhá-los continuamente.

Trabalhar a identidade significa:

- interrogar as narrativas dominantes,
- integrar as zonas recalcadas da história,
- reconhecer os próprios mecanismos defensivos,
- rever os mitos sem os destruir,
- produzir novas formulações simbólicas quando as antigas deixam de organizar o presente.

Uma identidade viva não é aquela que se repete.

É aquela que se transforma sem se dissolver.

Este trabalho propõe precisamente isso:

- não uma teoria fechada, mas um dispositivo de escuta e elaboração permanente da identidade.

A nação como sujeito ético → Da identidade sentida à responsabilidade assumida

A maturidade identitária culmina num ponto decisivo:

- o momento em que a nação deixa de se pensar apenas como herdeira de uma história e passa a pensar-se como responsável por uma história em continuidade.

Aqui emerge a dimensão ética da identidade nacional.

Ser sujeito ético coletivo implica:

- reconhecer os próprios erros históricos sem colapso defensivo,
- assumir continuidades estruturais sem culpabilização estéril,
- compreender que cada geração herda não apenas património, mas também tarefas inacabadas,
- aceitar que o futuro não é apenas destino, mas consequência de escolhas coletivas.

A identidade nacional madura não pergunta apenas:

- “Quem fomos?”
- “Quem somos?”

Pergunta também, inevitavelmente:

- “O que estamos a fazer com aquilo que herdámos?”
- “Que tipo de nação estamos a transmitir?”

A transmissão às gerações futuras → O critério último da maturidade coletiva

Talvez o critério mais exigente de maturidade identitária seja este: que tipo de identidade deixamos como herança simbólica aos que vêm depois?

Não apenas em termos de monumentos, território, língua, instituições...

Mas em termos mais profundos:

- capacidade de pensamento crítico,
- relação adulta com a história,
- confiança no processo coletivo,
- tolerância à complexidade,
- investimento afetivo na cidadania.

A transmissão identitária não é apenas cultural. É psíquica, ética e simbólica.

Uma nação madura transmite: menos medo, menos idealização defensiva, menos dependência de figuras salvadoras, mais confiança na inteligência coletiva, mais capacidade de sustentar projetos comuns no tempo.

A identidade nacional portuguesa não precisa de ser reinventada, nem negada, nem substituída.

Precisa de ser assumida, elaborada e continuada com lucidez.

A tarefa do presente não é regressar ao passado nem romper com ele, mas integrá-lo num processo consciente de maturação coletiva.

Uma identidade nacional madura é aquela que já não vive de mitos para sobreviver, mas que é capaz de transformar a sua história em consciência e a sua consciência em responsabilidade.

Carta Cultural do Perfil Identitário de Portugal (TCINP)

Notas para uma reflexão sobre simbólica pública, educação e identidade

Nota metodológica:

Arquitetura simbólico-clínica da Carta Cultural (TCINP)

A Carta Cultural do Perfil Identitário de Portugal organiza-se segundo uma perspetiva clínico-simbólica da identidade coletiva.

Parte do princípio de que uma comunidade política não se sustenta apenas por dispositivos jurídicos ou económicos, mas por mediações simbólicas que regulam afetos, produzem pertença e tornam o comum habitável ao longo do tempo.

Nesta perspetiva, os problemas contemporâneos da vida coletiva – polarização, cinismo cívico, idealização regressiva, desconfiança institucional – não são lidos como falhas morais ou geracionais, mas como efeitos de desajustamentos simbólicos: rituais frágeis, memórias não elaboradas, linguagens desreguladas ou ausência de espaços de criação.

A Carta não propõe uma nova narrativa oficial nem um programa cultural prescritivo.

Propõe, antes, cuidar das condições de simbolização do comum.

Para tal, organiza-se em eixos complementares que correspondem a diferentes níveis de mediação entre Estado, sociedade e tempo histórico. Cada eixo intervém num plano específico, mas apenas o conjunto permite produzir efeitos duradouros.

A lógica é progressiva e cumulativa:

- diagnosticar → transmitir → elaborar → regular → criar → rever

Ou, em termos clínicos:

- estabilizar → integrar → transformar → manter plasticidade.

Os eixos não funcionam como capítulos independentes, mas como partes de um mesmo processo de maturação simbólica da democracia.

Diagrama-resumo: Níveis de mediação simbólica

TABELA SINÓPTICA			
Eixo	Nível de intervenção	Função simbólica	Pergunta central
I – Reforma da simbólica pública	Gramática fundacional	Traduzir o regime democrático em símbolos habitáveis	Que valores queremos inscrever coletivamente?
II – Rituais do Estado e escola	Transmissão institucional	Conter afetos e mediar pertença intergeracional	Como se aprende o comum na prática?
III – Memória e luto coletivo	Relação com o passado	Elaborar perdas e responsabilidades	O que ainda não conseguimos narrar?
IV – Linguagem pública	Regulação quotidiana	Modular afetos através da palavra do Estado	Como falamos enquanto comunidade política?
V – Cultura e criação	Abertura ao futuro	Recriar sentidos e experimentar possibilidades	Que futuros podemos imaginar?
VI – Avaliação contínua	Reflexividade do sistema	Evitar rigidez e dogmatização	O que precisa de ser revisto?

A identidade coletiva não se preserva repetindo símbolos, mas cuidando das mediações que permitem transformá-los. O comum não se conserva: cultiva-se.

Eixo I – Reforma da simbólica pública

Objetivo

- Traduzir simbolicamente o regime democrático para além da herança épico-militar.

Meios

- Revisão crítica (não abolição) dos rituais oficiais.
- Introdução de dispositivos narrativos plurais (leituras, testemunhos, silêncio ritual, música não marcial).
- Separação clara entre: rituais de defesa nacional e rituais de cidadania democrática.

Método

- Comissão simbólica interdisciplinar (história, artes, psicossociologia),
- Experimentação gradual (rituais-piloto, sem imposição).

1. O que é esta Carta Cultural (e o que ela recusa)

A Carta Cultural do Perfil Identitário de Portugal, elaborada à luz da TCINP, não é:

- um inventário de equipamentos culturais,
- uma agenda de eventos,
- um plano de financiamento artístico,
- nem uma extensão do turismo cultural.

Ela é, antes de mais, um documento de orientação simbólica que responde a três perguntas centrais:

- Que valores estruturantes queremos transmitir como comunidade política?
- Através de que símbolos, rituais, narrativas e dispositivos públicos os transmitimos?
- Que efeitos afetivos esses dispositivos produzem, sobretudo na juventude?
- Ou, em linguagem TCINP: que economia afetiva estamos a reproduzir sem o saber?

2. Diagnóstico TCINP da simbólica portuguesa atual

Um desfasamento estrutural

Portugal vive num regime democrático consolidado, mas continua a expressar-se simbolicamente através de:

- uma gramática épico-militar,
- uma estética de sacrifício e marcha,
- uma retórica de grandeza defensiva.

O problema não é o passado.

O problema é a não tradução simbólica do regime democrático.

O hino como analisador (exemplo)

Sem entrar em juízos morais:

- A Portuguesa é um hino de mobilização defensiva.
- Nasce de um trauma (Ultimato inglês).
- Convoca grandeza, sacrifício, marcha, armas, inimigo.

Funciona muito bem:

- em contextos de guerra,
- em estados de exceção,
- em vitórias desportivas (substituto ritual da batalha).

Mas funciona mal como:

- símbolo de maturidade democrática,
- operador de transmissão de valores cívicos,
- horizonte identitário para jovens que não vivem nem querem viver em guerra.

Na TCINP, isto é um arco simbólico truncado:

- mudou o regime, não mudou a simbólica de base.

Que valores nacionais devem ser transmitidos? (segundo a TCINP)

Não se trata de valores morais abstratos, mas de valores-operadores, capazes de organizar afetos e ação.

Valores estruturantes a promover:

1. Responsabilidade sem culpa

- assumir o passado sem dramatização nem apagamento

2. Limite sem humilhação

- aceitar finitude histórica sem colapso narcísico

3. Autoridade legítima sem autoritarismo

- autoridade como referência, não como ameaça

4. Conflito como motor democrático

- conflito elaborado, não recalcado nem violento

5. Pertença sem exclusão

- identidade como casa habitável, não fortaleza

6. Orgulho sóbrio

- orgulho sem grandiosidade, sem excecionalismo

Estes valores são antídotos diretos contra:

- medo difuso,
- vergonha silenciosa,
- idealização regressiva,
- vitimização identitária.

Eixo II – Simbólica pública e rituais do Estado

(funções clínicas, afetivas e políticas)

Vinheta – Ritual sem investimento coletivo

Vinheta – Coerência simbólica e confiança

Objetivo

- Permitir que os jovens habitem a identidade nacional sem medo nem cinismo.

Meios

- Ensino explícito dos símbolos nacionais como produtos históricos, não dogmas,
- Trabalho sobre: perdas, ambiguidades, responsabilidades, escolhas difíceis

Método

Pedagogia do conflito e da complexidade.

- Uso de narrativas, cinema, literatura, debates encenados,
- Substituir a transmissão épica pela transmissão reflexiva.

Introdução – O Estado como instância simbólica

A identidade nacional não se constitui apenas por narrativas históricas, discursos políticos ou enquadramentos jurídicos. Ela depende, de forma decisiva, da existência de dispositivos públicos de simbolização que tornem o comum sensível, transmissível e afetivamente habitável. Entre esses dispositivos, os rituais do Estado ocupam um lugar central.

A perspectiva da TCINP não avalia os rituais em termos de eficácia ideológica ou de adesão cívica imediata, mas enquanto continentes simbólico-afetivos. Um ritual público não serve primariamente para celebrar; serve para inscrever, conter e regular afetos coletivos, articulando passado, presente e futuro num tempo partilhado.

Quando estes dispositivos são frágeis, escassos ou incoerentes, a identidade coletiva fica exposta a mecanismos defensivos. Não por falha moral, mas por ausência de mediações simbólicas suficientes.

1. O calendário simbólico do Estado português

O Estado português dispõe de um calendário ritual reduzido, com poucos momentos de inscrição simbólica forte.

O 10 de junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, constitui o principal ritual identitário formal. A sua estrutura híbrida – pátria, língua, diáspora – produz uma coesão ampla, mas também uma ambivalência persistente. Celebra-se a identidade sem que sejam elaboradas as perdas históricas que a atravessam. Clinicamente, trata-se de um ritual de unificação que evita o trabalho do luto, produzindo reconhecimento sem integração plena da ambivalência.

O 25 de Abril mantém uma vitalidade simbólica rara, mas sobretudo por via da sociedade civil. O Estado participa, mas raramente estrutura um ritual de transmissão intergeracional consistente. A celebração oscila entre festa, protesto e disputa narrativa. Clinicamente, é um ritual vivo, mas pouco contido – forte em afeto, frágil em mediação simbólica.

O 5 de Outubro e o 1 de Dezembro subsistem como datas formais com fraca inscrição afetiva. A implantação da República e a Restauração da Independência existem no calendário, mas quase não existem no corpo simbólico vivido. A independência, em particular, surge como um facto histórico mais do que como uma experiência simbolicamente reiterada.

2. Cerimónias de Estado e baixa densidade ritual

Para além das datas oficiais, as cerimónias de Estado apresentam, de forma geral, baixa densidade simbólica.

Os funerais de Estado são raros, pouco codificados e frequentemente polémicos. Revelam uma dificuldade persistente em ritualizar figuras ambíguas, responsabilidades históricas ou derrotas coletivas. O luto nacional surge assim como problema técnico ou político, mais do que como processo simbólico partilhado.

As tomadas de posse privilegiam o procedimento legal sobre a encenação simbólica da autoridade. A autoridade é validada juridicamente, mas pouco inscrita afetivamente. Clinicamente, isto contribui para uma perceção de poder abstrato, pouco incorporado no imaginário coletivo.

Os símbolos nacionais – bandeira, hino – são utilizados sobretudo de forma administrativa ou protocolar. Falta-lhes uma ritualização regular que produza familiaridade afetiva sem grandiosidade.

3. Ausências estruturais – o que nunca foi ritualizado

Do ponto de vista clínico, as ausências rituais são tão relevantes quanto os rituais existentes.

O Estado português não desenvolveu rituais públicos de luto coletivo relativamente a acontecimentos estruturantes do século XX, nomeadamente as guerras coloniais e o processo de descolonização. A ausência de elaboração simbólica destas perdas favorece o seu retorno deslocado sob a forma de silêncio, ressentimento ou clivagem narrativa.

Existe também uma ausência marcada de rituais de transmissão histórica. A passagem geracional é delegada quase exclusivamente na escola enquanto dispositivo técnico, sem momentos públicos que simbolizem a herança recebida e a responsabilidade transmitida.

Finalmente, observa-se a inexistência de rituais de falha. Erros históricos, derrotas ou responsabilidades coletivas não são simbolicamente assumidos. A falibilidade nacional permanece fora da cena pública, dificultando a construção de uma identidade capaz de integrar limites sem colapso defensivo.

Vinheta – Ritual sem investimento coletivo

Certas iniciativas comemorativas revelam que nem todo o acontecimento histórico é automaticamente ritualizável. Quando uma data é promovida institucionalmente sem sedimentação afetiva e narrativa partilhada, a forma cerimonial pode existir sem participação efetiva. O resultado não é conflito, mas indiferença: o ritual cumpre-se protocolarmente, sem ser habitado pelo coletivo. Do ponto de vista clínico, trata-se de um déficit de simbolização – a memória não foi suficientemente elaborada para sustentar inscrição cívica. A repetição formal, nestes casos, tende a produzir cinismo em vez de coesão, ilustrando a importância de avaliar continuamente a vitalidade simbólica dos dispositivos públicos.

4. Silêncios simbólicos e recalamento coletivo

Estes vazios rituais produzem zonas de silêncio simbólico persistentes: o império, a colonização, a violência histórica, a pobreza estrutural prolongada. Estes temas não são plenamente celebrados nem elaborados; permanecem suspensos entre esquecimento e polarização.

Síntese clínica

O Estado português não se caracteriza por um excesso de simbólica pública, mas por uma escassez de mediações rituais densas. O calendário é curto, as cerimónias são pouco elaboradas e as ausências são estruturalmente significativas. Neste contexto, a identidade nacional não encontra dispositivos suficientes para elaborar perdas, integrar ambivalências e transmitir sentido.

A consequência não é o vazio afetivo, mas o deslocamento dos afetos. É nesse deslocamento que se enraízam os mecanismos defensivos analisados no capítulo anterior – e é a partir da sua falha que emergem os sintomas contemporâneos abordados nos capítulos seguintes.

5. Juventude, escola e falha de mediação simbólica

(quando a transmissão cede lugar à defesa)

A juventude constitui o principal analisador da qualidade da mediação simbólica de uma sociedade. Não porque seja portadora de uma verdade própria ou de valores

intrinsecamente novos, mas porque nela se tornam rapidamente visíveis as falhas de transmissão entre gerações. Quando os dispositivos simbólicos do Estado são frágeis, desatualizados ou incoerentes, é na relação dos jovens com o comum que essa fragilidade se manifesta com maior nitidez.

Neste contexto, a escola ocupa uma posição central. Não apenas como instituição de ensino, mas como espaço privilegiado de encenação quotidiana da autoridade, da justiça, da pertença e do conflito. A escola não transmite apenas saberes; transmite, de forma implícita e contínua, uma determinada experiência da ordem social.

Do ponto de vista clínico da TCINP, importa sublinhar que os valores não se transmitem por decreto, nem se incorporam por simples inscrição curricular. Os valores emergem da coerência entre discurso e prática, entre normas enunciadas e experiências vividas. Uma escola pode ensinar formalmente democracia, pluralismo ou cidadania, e simultaneamente funcionar segundo lógicas autoritárias, burocráticas ou defensivas. Nesses casos, o efeito não é a interiorização dos valores proclamados, mas a sua descredibilização simbólica.

A dificuldade contemporânea reside, em grande parte, no desfasamento entre práticas autoritativas herdadas – centradas na verticalidade, na opacidade decisional e na sacralização formal da autoridade – e o air du temps das novas gerações, marcado por uma exigência acrescida de inteligibilidade, reconhecimento e participação. Para muitos jovens, a autoridade que não se explica simbolicamente não é vivida como legítima, mas como arbitrária; o ritual que não produz sentido não é vivido como continência, mas como encenação vazia.

Este desfasamento não produz, por si só, contestação elaborada. Produz frequentemente desligamento, cinismo ou indiferença cívica. Quando a escola não consegue funcionar como mediadora simbólica – isto é, quando não oferece experiências concretas de justiça procedimental, de escuta efetiva e de elaboração do conflito – o comum deixa de ser vivido como espaço habitável. A pertença torna-se abstrata; a responsabilidade, difusa; a participação, inócua.

Clinicamente, esta falha de mediação cria um terreno fértil para respostas defensivas. A complexidade do real, quando não é acompanhada por dispositivos simbólicos de contenção, tende a ser evitada. O jovem aprende, não a pensar criticamente, mas a proteger-se: pela retração, pela ironia, pela adesão identitária simplificada ou pela desconfiança generalizada face às instituições.

Importa sublinhar que a escola não deve ser pensada como local de inculcação de novos valores, mas como espaço de experimentação simbólica coerente com o tempo presente. Aprende-se democracia vivendo procedimentos justos; aprende-se pluralidade quando a ambiguidade não é punida; aprende-se responsabilidade quando o erro é

simbolicamente elaborado e não apenas sancionado. Onde estas experiências falham, os valores permanecem enunciados vazios.

A juventude não rejeita o simbólico; rejeita o simbólico que não a reconhece. Quando o Estado abdica de renovar as suas mediações simbólicas e delega na escola uma transmissão impossível, cria-se um vazio que não permanece neutro. Esse vazio tende a ser ocupado por narrativas defensivas, por formas regressivas de identidade ou por uma retirada silenciosa da cena cívica.

É neste ponto que a falha de mediação simbólica entre Estado, escola e juventude deixa de ser um problema educativo e passa a ser um problema clínico da identidade coletiva. A ausência de experiências simbólicas consistentes não impede apenas a transmissão de valores; impede a construção de um futuro habitável. É a partir dessa impossibilidade que emergem os sintomas contemporâneos analisados nos capítulos seguintes: crise de sentido, desligamento cívico, violência simbólica e instrumentalização política da identidade.

Mediação simbólica e escola (duas vinhetas contrastivas)

Vinheta – Coerência simbólica e confiança

Em contextos onde existe coerência entre práticas educativas, formas de autoridade vividas e narrativa coletiva partilhada – como se observa, por exemplo, na Finlândia a escola tende a funcionar como espaço quotidiano de mediação simbólica. O reconhecimento internacional destes sistemas não se limita à excelência cognitiva: manifesta-se, a médio e longo prazo, numa relação não defensiva com a autoridade, numa participação cívica consistente e numa confiança institucional durável. Do ponto de vista clínico, estes efeitos não resultam da inculcação explícita de valores, mas da experiência reiterada de justiça procedimental, responsabilidade e inteligibilidade das decisões. Não se trata de um modelo exportável, mas de um analisador do papel que a mediação simbólica pode desempenhar na construção de identidades coletivas não defensivas.

Quando a escola falha como mediação simbólica

Em contextos onde a escola é concebida sobretudo como aparelho de normalização, controlo ou transmissão técnica de conteúdos, observa-se frequentemente uma dissociação entre sucesso escolar formal e empobrecimento da experiência cívica posterior. A autoridade exerce-se sem explicitação simbólica, o erro é tratado como falha individual e o conflito como perturbação a eliminar. Clinicamente, esta organização favorece adaptações defensivas: conformismo exterior, cinismo interior ou rejeição

silenciosa das instituições. A escola cumpre as suas funções administrativas, mas falha enquanto espaço de elaboração do comum. O resultado não é ausência de identidade, mas a sua cristalização defensiva, disponível para apropriações simplificadoras no espaço público.

Estas vinhetas não prescrevem soluções nem propõem modelos. Funcionam como analisadores: mostram que os valores não se decretam nem se ensinam como conteúdos, mas emergem da coerência simbólica das práticas vividas.

Eixo III – Memória e luto coletivo

Transformar lutos interditos e memórias saturadas em história partilhável

Vinheta – Reparação histórica e simbolização do passado colonial

Depois de analisar a simbólica pública ativa (Eixo I) e os dispositivos de transmissão quotidiana do Estado e da escola (Eixo II), torna-se necessário abordar uma dimensão menos visível, mas estrutural: a relação coletiva com o passado.

Nenhuma comunidade consegue estabilizar os seus afetos apenas por rituais presentes ou pedagogias cívicas. A identidade depende igualmente da forma como integra perdas, responsabilidades e ambivalências históricas. Quando o passado não é simbolizado, infiltra-se no presente sob a forma de defesa.

Este eixo desloca, assim, o foco da transmissão para a elaboração: não o que celebramos, mas o que ainda não conseguimos narrar.

Objetivo

- Criar condições simbólicas para que perdas históricas, ambivalências e responsabilidades coletivas possam ser integradas sem idealização nem apagamento, permitindo que o passado deixe de funcionar como peso defensivo e se torne matéria elaborável.

Meios

- Rituais de memória com função de encerramento simbólico,
- Menos monumentalização, mais contextualização histórica,
- Dispositivos narrativos que incluam ambivalência, conflito e pluralidade de vozes,
- Espaços públicos de transmissão intergeracional do passado.

Método

- Articulação entre arco histórico, arco afetivo e arco poético (TCINP),
- Trabalho de simbolização progressiva, evitando tanto o silêncio como a sacralização,
- Transformação da memória em narrativa partilhável, e não em objeto identitário rígido.

Princípio clínico

- O que não é ritualizado regressa como sintoma.
- Memórias não elaboradas reaparecem sob a forma de idealização, ressentimento ou clivagem identitária.

A memória coletiva não constitui um simples repositório de factos passados. Funciona como um dispositivo simbólico ativo através do qual uma comunidade organiza a sua relação com o tempo, selecionando o que merece ser lembrado, o que pode ser esquecido e, sobretudo, o que pode ser integrado sem colapso afetivo. Recordar não é apenas conservar; é elaborar. Só quando o passado pode ser narrado com densidade e ambivalência ele se torna história partilhável.

Do ponto de vista clínico da TCINP, a memória não é um arquivo, mas um trabalho de simbolização. Uma identidade coletiva permanece estável não porque possua uma narrativa gloriosa, mas porque consegue integrar perdas, falhas e responsabilidades sem necessidade de negação ou idealização. Quando essa elaboração falha, a memória deixa de funcionar como recurso e transforma-se em peso defensivo.

As sociedades tendem a oscilar entre dois extremos igualmente problemáticos. Num polo, surgem memórias saturadas, excessivamente monumentalizadas e purificadas de ambivalência. O passado é convertido em mito, objeto de veneração ou compensação narcísica face às fragilidades do presente. Noutro polo, emergem lutos interditos: episódios dolorosos, responsabilidades históricas ou derrotas coletivas que não encontram dispositivos públicos de inscrição. São remetidos ao silêncio, à esfera privada ou à controvérsia ocasional. Em ambos os casos, a consequência é semelhante: o passado não é elaborado, apenas cristalizado ou recalcado.

O que é sacralizado deixa de poder ser pensado; o que é silenciado deixa de poder ser narrado. Em vez de história, instala-se uma economia afetiva instável, marcada por idealização, ressentimento ou clivagem identitária. O passado continua ativo, mas sob a forma de sintoma.

Em Portugal, esta tensão é particularmente visível em torno de acontecimentos estruturantes do século XX: guerras, processos de descolonização, deslocamentos populacionais, pobreza prolongada, ambivalências políticas e heranças coloniais

complexas. Muitos destes episódios permanecem entre a comemoração formal e o silêncio difuso, sem rituais de encerramento simbólico que permitam integrar perdas, responsabilidades e ambiguidades. O resultado não é esquecimento, mas retorno deslocado – sob a forma de polarizações recorrentes, leituras simplificadas da história ou disputas identitárias persistentes.

A função de uma política simbólica da memória não consiste em fixar uma narrativa oficial nem em produzir consenso forçado. Trata-se antes de criar condições de elaborabilidade. Isto implica deslocar o foco da monumentalização para a contextualização, da celebração para a compreensão histórica, da homogeneidade para a pluralidade de vozes. A memória coletiva torna-se mais robusta quando admite ambivalência: quando é possível reconhecer simultaneamente feitos e falhas, conquistas e custos, orgulho e responsabilidade.

Neste sentido, os rituais de memória desempenham um papel decisivo. Não enquanto espetáculos comemorativos, mas enquanto dispositivos de contenção afetiva e transmissão intergeracional. Um ritual de memória eficaz não glorifica nem acusa; enquadra, contextualiza e encerra simbolicamente ciclos abertos. Permite que o passado deixe de atuar como presença intrusiva e se transforme em narrativa partilhável.

Para além dos rituais comemorativos, a elaboração do passado pode também assumir a forma de dispositivos museológicos contextualizados e projetos de memória partilhada entre comunidades historicamente implicadas. Iniciativas desenvolvidas em cooperação – por exemplo entre antigos territórios coloniais e a antiga metrópole – permitem deslocar a memória do registo acusatório ou celebratório para um espaço de compreensão histórica plural. A museologia, quando orientada para a contextualização e não para a monumentalização, pode funcionar como lugar de reconhecimento mútuo e integração simbólica de experiências dolorosas, transformando heranças conflituais em narrativas comuns. Não se trata de compensar o passado, mas de torná-lo pensável.

O trabalho de simbolização proposto pela TCINP articula três dimensões complementares: o arco histórico, que restitui contexto e complexidade aos acontecimentos; o arco afetivo, que reconhece perdas, medos e ambivalências; e o arco poético, que devolve inteligibilidade e sentido à experiência coletiva. Sem esta tripla mediação, a memória tende a cristalizar-se quer em nostalgia monumental, quer em esquecimento defensivo.

Quando esta mediação falha, aquilo que não é simbolizado regressa sob a forma de sintoma. Memórias não elaboradas reaparecem como idealização regressiva, vitimização difusa ou conflitos recorrentes em torno da pertença. A dificuldade em construir projetos comuns no presente encontra, muitas vezes, a sua origem na incapacidade de integrar simbolicamente o passado.

Vinheta – Reparação histórica e simbolização do passado colonial

O debate recente em torno de eventuais reparações pelos danos associados ao colonialismo revelou a persistência afetiva deste passado na identidade coletiva. As reações oscilaram entre idealização defensiva, recusa ressentida e silêncio prudente, sugerindo não apenas divergência política, mas dificuldade em integrar responsabilidades históricas ambivalentes. Quando a reparação é pensada exclusivamente em termos monetários, o conflito desloca-se para cálculos impossíveis, produzindo polarização sem elaboração. Do ponto de vista clínico, nenhuma quantificação substitui o trabalho de reconhecimento, contextualização e transmissão histórica. Sem dispositivos de simbolização partilhada, o passado permanece ativo como acusação ou negação. A reparação torna-se, assim, menos um acerto de contas do que um problema de memória coletiva.

Transformar lutos interditos e memórias saturadas em história partilhável não é tarefa de arquivo, mas de cultura. Trata-se de criar espaços públicos onde o passado possa ser narrado com densidade, pluralidade e contenção afetiva. Só então a memória deixa de funcionar como peso defensivo e passa a constituir recurso simbólico para o futuro.

Para além dos rituais comemorativos, a elaboração do passado pode também assumir a forma de dispositivos museológicos contextualizados e, quando pertinente, de projetos de memória partilhada entre comunidades historicamente implicadas. Iniciativas desenvolvidas em cooperação – por exemplo entre antigos territórios coloniais e a antiga metrópole – permitem deslocar a memória do registo acusatório ou celebratório para um espaço de compreensão histórica plural. A museologia, quando orientada para a contextualização e não para a monumentalização, pode funcionar como lugar de reconhecimento mútuo e de integração simbólica de experiências dolorosas, transformando heranças conflituais em narrativas partilháveis. Não se trata de compensar o passado, mas de torná-lo pensável.

Eixo IV – Discurso oficial e linguagem pública

Notas para uma palavra pública autoritativa sem autoritarismo.

Se os rituais organizam o tempo coletivo e a memória organiza a relação com o passado, a linguagem pública estrutura o quotidiano simbólico do presente.

É através das palavras do Estado – repetidas em discursos, comunicados e cerimónias – que a autoridade se torna inteligível ou opaca, habitável ou ameaçadora. A palavra pública funciona, assim, como regulador afetivo contínuo, mais discreto do que os rituais, mas potencialmente mais influente.

Depois da reforma da simbólica (Eixo I), da mediação institucional (Eixo II) e da elaboração do passado (Eixo III), este eixo incide sobre o nível microscópico e permanente da identidade: a forma como o Estado fala.

Objetivo

- Desmilitarizar o imaginário sem desautorizar o Estado.

Meios

- Revisão da linguagem cerimonial,
- Menos retórica de sacrifício, mais linguagem de responsabilidade partilhada,
- Introdução de narrativas de cuidado, trabalho comum, reconstrução.

Método

- Formação simbólica de decisores e porta-vozes,
- Consciência dos efeitos afetivos da palavra pública.

A linguagem pública não é um ornamento do poder: é um dos seus dispositivos centrais. O Estado governa por leis e instituições, mas governa também por palavras - e as palavras, em particular as que se repetem em cerimónias, comunicados e discursos oficiais, não apenas informam: organizam afetos. Produzem confiança ou suspeita, contenção ou excitação, pertença ou afastamento. Por isso, na perspetiva da TCINP, a palavra pública deve ser tratada como elemento estrutural da mediação simbólica e não como simples retórica.

Num contexto em que as identidades se defendem mais facilmente do que elaboram, o discurso oficial torna-se um analisador sensível. Quando a linguagem do Estado se apoia excessivamente em registos de combate, sacrifício, heroicização ou ameaça, tende a mobilizar o coletivo por excitação e não por sentido. Pode produzir adesão momentânea, mas paga esse efeito com um custo: reforça a ideia de que o comum só existe sob tensão, que a pertença exige inimigo, que a autoridade precisa de dramaturgia militar para ser reconhecida. Assim se alimenta um imaginário de mobilização permanente que, paradoxalmente, fragiliza a própria democracia.

A tarefa aqui não é desautorizar o Estado nem “despolitizar” a palavra pública. É, pelo contrário, tornar a autoridade novamente autoritativa: capaz de convocar, enquadrar e conter, sem recorrer a gestos simbólicos de imposição. O Estado precisa de uma linguagem que regule afetos sem os manipular; que reconheça perdas e dificuldades sem cair em dramatização; que mobilize responsabilidade partilhada sem convocar fantasias de guerra interna.

A TCINP sugere que a palavra pública funciona como regulador afetivo coletivo. Uma linguagem centrada em sacrifício tende a produzir culpa e ressentimento; uma linguagem centrada em grandeza tende a produzir desmesura e frustração; uma linguagem centrada em ameaça tende a produzir paranoia e polarização. Em contrapartida, uma linguagem centrada em responsabilidade partilhada, cuidado e trabalho comum tem efeito diferente: não excita, estabiliza; não promete plenitude, permite continuidade; não transforma o coletivo em exército, transforma-o em comunidade política.

Rever a linguagem cerimonial não significa empobrecer o ritual, mas torná-lo habitável. O excesso de solenidade ou a insistência em fórmulas gastas tende a produzir dissociação: a palavra torna-se “teatro” para uns e pretexto para cinismo para outros. A linguagem pública perde então a sua função de mediação e passa a ser recebida como instrumento. E quando a palavra pública se torna instrumento, o coletivo aprende uma lição perigosa: a de que a verdade é sempre estratégica e a confiança é sempre ingenuidade.

Este eixo implica, por isso, uma consciência dos efeitos afetivos da palavra. Não apenas do que se diz, mas do que se produz ao dizer. A política democrática precisa de uma linguagem capaz de reconhecer a complexidade sem perder clareza; capaz de admitir falhas sem colapsar em vergonha; capaz de falar do país sem o idealizar e sem o depreciar. Essa maturidade linguística constitui um elemento decisivo de saúde identitária: quando o Estado consegue falar de si com medida, o coletivo tende menos à defesa e mais à elaboração.

Há aqui um ponto metodológico importante: esta transformação não se obtém por decretos sobre “estilo comunicacional”. Exige uma formação simbólica de decisores e porta-vozes. Isto não significa treinar técnicas de persuasão, mas desenvolver capacidade de leitura clínica do impacto simbólico das palavras. Reconhecer quando um discurso reforça defesas regressivas; quando humilha ou moraliza; quando reativa fantasias de exceção ou perseguição; quando substitui sentido por mobilização.

O objetivo é simples, embora exigente: desmilitarizar o imaginário sem desautorizar o Estado. Fazer com que a autoridade seja reconhecida não porque impõe, mas porque enquadra. Fazer com que o comum não dependa de tensão permanente, mas de sentido partilhável. Quando a palavra pública cumpre esta função, ela não apenas comunica políticas: contribui para estabilizar a democracia como experiência afetiva e simbólica, reduzindo a necessidade de respostas defensivas e abrindo espaço a futuros pensáveis.

Vinheta – Cacofonia institucional em contexto de calamidade

Em períodos de perturbação material intensa – catástrofes naturais, crises económicas ou ciclos eleitorais polarizados – o espaço público tende a sofrer uma sobrecarga simultânea de discursos, decisões e contra-decisões. Diferentes instâncias do Estado falam ao mesmo tempo, com ritmos e funções distintas: legislar, governar, arbitrar,

fiscalizar, comentar. Quando esta multiplicação de vozes não é simbolicamente mediada, o efeito não é clarificação, mas cacofonia.

Do ponto de vista clínico, esta situação não traduz necessariamente desordem institucional ou falência democrática. Traduz antes um aumento da ansiedade coletiva e a consequente ativação de defesas regressivas: acusação mútua, dramatização, procura de culpados, suspeita generalizada. A linguagem pública perde então função de contenção e passa a amplificar a excitação afetiva, contribuindo para a percepção de caos mesmo quando as estruturas permanecem operativas.

Nestes momentos, a função autoritativa do Estado não consiste em elevar o tom ou intensificar a retórica de combate, mas em reintroduzir medida, clareza e responsabilidade partilhada. A palavra pública torna-se decisiva como dispositivo de regulação afetiva: quando estabiliza, reforça a confiança; quando dramatiza, agrava a fragmentação. A qualidade simbólica da fala institucional pode, assim, reduzir ou ampliar o sentimento coletivo de desorientação.

A cacofonia não é sinal de natureza autoritária latente, mas de mediação insuficiente. Onde falta contenção simbólica, cresce a tentação de soluções simplificadoras. A maturidade democrática mede-se precisamente pela capacidade de atravessar estes períodos sem ceder à excitação regressiva.

Eixo V – Cultura, criação e simbólica viva

“Depois de reformular a simbólica institucional (Eixos I –II), elaborar a relação com o passado (Eixo III) e cuidar da linguagem pública do presente (Eixo IV), torna-se necessário considerar a dimensão mais aberta e imprevisível da vida coletiva: a criação cultural”.

Nenhuma política simbólica se sustenta apenas por rituais, memória ou discurso oficial. A identidade só permanece viva quando pode ser recriada. Sem espaços de experimentação, o simbólico transforma-se em repetição; sem liberdade crítica, cristaliza-se em propaganda.

Este eixo desloca, assim, o foco do Estado para a cultura enquanto laboratório de futuro.

Objetivo

- Permitir que a identidade se recrie, em vez de se repetir.

Meios

- Apoio a criações que trabalhem:
 - ambiguidades identitárias, zonas de sombra, ironias não cínicas,
 - futuros possíveis.

Método

- Cultura como espaço de elaboração, não de propaganda,
- Proteção da liberdade crítica como valor identitário.

Vinheta – Teatro como dispositivo de elaboração coletiva

Desde as origens do teatro cívico na Atenas clássica, a representação dramática funcionou como espaço público de elaboração simbólica dos conflitos da cidade. As tragédias e comédias não eram mero entretenimento, mas rituais coletivos onde personagens, coro e espectadores partilhavam a exposição de dilemas morais, perdas irreparáveis e decisões impossíveis. A cena permitia tornar visível o trágico da vida comum, produzindo uma forma de catarse que regulava afetos e reinscrevia a experiência num sentido partilhável.

Do ponto de vista clínico, o teatro constitui um dispositivo exemplar de mediação simbólica: dramatiza conflitos sem os transformar em confrontos reais, permite identificação sem colapso defensivo e transforma experiências brutas em narrativa elaborável. A comunidade vê-se a si própria em cena e, nesse espelho, reconhece as suas ambivalências.

Experiências contemporâneas de forte participação cultural, como o Festival de Teatro de Almada mostram a permanência desta função. Ao abordar temas sensíveis – guerras, migrações, violência, memória histórica – o teatro cria espaços de pensamento coletivo onde a identidade não é celebrada nem acusada, mas trabalhada. Onde existem estes dispositivos, o simbólico mantém-se vivo; onde escasseiam, tende a instalar-se desertificação cultural, repetição narrativa ou silêncio defensivo.

Eixo VI – Avaliação simbólica contínua

Se a cultura mantém o simbólico vivo, é ainda necessário garantir que nenhum dispositivo – ritual, memória, linguagem ou criação – se torne intocável.

Toda a mediação simbólica, quando deixa de poder ser revista, tende a cristalizar-se. E aquilo que não pode ser transformado acaba por perder eficácia ou converter-se em dogma. Uma política simbólica democrática exige, por isso, uma função reflexiva permanente.

Este último eixo introduz essa dimensão meta-institucional: não acrescenta novos conteúdos, mas cria condições para que todos os anteriores permaneçam ajustáveis ao tempo histórico.

Objetivo

- Evitar a cristalização de novos dogmas.

Meios

- Observatório simbólico-cultural (inspirado na TCINP),
- Leitura periódica dos efeitos dos símbolos e rituais.

Método

- Análise de receção (afetiva, social),
- Capacidade de revisão sem trauma.

Nenhum dispositivo simbólico é neutro ou definitivo. Símbolos que hoje integram podem amanhã excluir; narrativas que hoje esclarecem podem, com o tempo, cristalizar-se em fórmulas vazias; rituais que ontem continham afetos podem tornar-se gestos automáticos sem eficácia psíquica. A vida simbólica de uma comunidade não é estática. Exige observação, ajustamento e reinterpretação permanentes.

Do ponto de vista clínico da TCINP, a identidade coletiva comporta-se como um sistema dinâmico de regulação. Integra perdas, reconfigura narrativas, cria novas mediações. Quando essa capacidade adaptativa falha, surgem rigidez, repetição e sintomas. O problema não reside na existência de símbolos ou instituições, mas na sua fossilização. O que deixa de poder ser revisto tende a transformar-se em dogma.

A própria história política mostra que dispositivos criados para integrar podem, ao longo do tempo, converter-se em formas de exclusão ou saturação. Cerimónias perdem sentido, discursos tornam-se previsíveis, referências comuns deixam de mobilizar. A comunidade continua a repeti-los por inércia, mas já não se reconhece neles. O simbólico persiste como forma, mas esvazia-se como experiência.

Neste contexto, torna-se necessário introduzir um princípio de avaliação contínua: não apenas medir resultados administrativos ou económicos, mas observar os efeitos afetivos e simbólicos das práticas públicas. A questão central deixa de ser “funciona tecnicamente?” para incluir “o que produz simbolicamente?”. Integra ou afasta? Contém ou excita? Permite elaborar ou reativa defesas?

A TCINP propõe, neste sentido, a criação de dispositivos regulares de leitura simbólico-cultural – um observatório capaz de acompanhar a receção social de rituais, narrativas, políticas culturais e linguagens públicas. Não como instância de censura ou validação ideológica, mas como espaço de escuta e interpretação. A função não é prescrever conteúdos, mas identificar efeitos: onde há saturação, onde há silêncio, onde há feridas não elaboradas, onde surgem novas formas de sentido.

Tal avaliação não deve assumir carácter traumático ou punitivo. Rever não significa desautorizar. Pelo contrário, a possibilidade de revisão constitui sinal de maturidade

institucional. Sistemas simbólicos saudáveis toleram correção; apenas os frágeis necessitam de rigidez. A capacidade de ajustar práticas sem dramatização protege o coletivo de ciclos de entusiasmo e desilusão.

Do mesmo modo, a análise da receção – afetiva, social e territorial – permite reconhecer desigualdades simbólicas frequentemente invisíveis. Certos contextos dispõem de densidade cultural e oportunidades de elaboração, enquanto outros permanecem desertificados, entregues à repetição ou ao silêncio. Uma política simbólica responsável não se limita a produzir conteúdos: observa quem os pode habitar e quem fica à margem.

Este eixo introduz, assim, uma dimensão reflexiva permanente na própria Carta Cultural. Não se trata de fixar um modelo acabado de identidade, mas de manter aberto o processo de simbolização. A cultura democrática não se protege pela imutabilidade dos seus símbolos, mas pela capacidade de os interrogar.

Em termos clínicos, poder-se-ia dizer que a avaliação contínua corresponde à função reflexiva do próprio coletivo: a capacidade de pensar o que faz enquanto o faz. Onde essa função existe, os conflitos tendem a ser elaborados antes de se tornarem sintomas. Onde falha, acumulam-se tensões até à rutura.

Evitar a cristalização de novos dogmas significa, em última instância, aceitar que a identidade comum não é objeto a preservar intacto, mas processo a cuidar. O comum não se conserva; cultiva-se. E cultivar implica observar, ajustar, reaprender. Só assim a continuidade não se confunde com repetição e a tradição não se transforma em peso.

Esta Carta Cultural não propõe apagar símbolos nem inventar uma identidade nova. Propõe permitir que a identidade portuguesa amadureça simbolicamente, libertando-se da necessidade de grandeza defensiva para poder existir sem medo, sem vergonha e sem distorção.

Uma democracia adulta não precisa de marchar para se sentir viva.

Precisa de sentido partilhável, símbolos habitáveis e futuro pensável.

TCINP – Glossário

Glossário operativo de conceitos psicodinâmicos utilizados no TCINP

Os conceitos aqui apresentados não pretendem psicologizar a história nem substituir a análise historiográfica, mas oferecer um léxico operativo que permita pensar os fenómenos identitários e políticos na sua dimensão simbólica, afetiva e inconsciente coletiva.

Propomos um glossário operacional, com definições curtas, claras e situadas explicitamente no quadro da TCINP, assumindo a inspiração psicanalítica, mas sem exigir familiaridade técnica prévia.

Nota metodológica sobre o Glossário

O glossário que acompanha este trabalho não constitui um dicionário terminológico nem um inventário descritivo de noções dispersas. Funciona como dispositivo conceptual operativo, destinado a estabilizar o vocabulário analítico da TCINP e a explicitar os diferentes níveis de leitura mobilizados ao longo do texto.

Dado que a Teoria Clínica da Identidade Nacional Portuguesa cruza contributos da psicologia clínica, da sociologia, da história cultural e da análise simbólica, torna-se necessário distinguir com clareza o estatuto de cada conceito. Sem essa diferenciação, corre-se o risco de confundir estruturas com processos, afetos com narrativas, ou descrições clínicas com princípios normativos.

Para evitar essa sobreposição de níveis, os termos encontram-se organizados segundo cinco categorias funcionais:

A – Estruturas e instâncias (relativamente estáveis)

Dispositivos institucionais e culturais que enquadram a experiência coletiva (ex.: Estado, escola, rituais públicos, mediações simbólicas).

B – Processos e dinâmicas

Movimentos, operações e mecanismos de transformação que atravessam essas estruturas (ex.: simbolização, transmissão, elaboração, funções críticas).

C – Afetos e defesas

Configurações emocionais coletivas e respostas defensivas associadas à regulação da ansiedade social (ex.: pertença, medo, idealização, regressão, desmesura).

D – Narrativas e formações simbólicas

Figuras culturais, mitos, representações históricas e construções imaginárias através das quais a comunidade se interpreta a si própria (ex.: fundadores simbólicos, episódios épicos, memórias coletivas).

E – Metateoria e metodologia

Conceitos de enquadramento transversal que orientam a leitura clínica e a construção do próprio modelo analítico (ex.: ética da medida, princípio de regulação, modelo homeostático da identidade coletiva).

Esta organização não é meramente classificativa. Ela reflete uma hipótese central da TCINP: a identidade coletiva resulta da interação dinâmica entre estruturas simbólicas, processos sociais, economias afetivas, narrativas culturais e mecanismos de regulação metateórica. Os conceitos devem, por isso, ser lidos não como definições isoladas, mas como elementos interdependentes de um mesmo sistema interpretativo.

O glossário pretende, assim, fornecer um instrumento de precisão conceptual que permita discutir os fenómenos analisados com rigor, evitando tanto a dispersão metafórica como a normatividade implícita. A sua função é metodológica: clarificar o nível a que cada termo opera e tornar explícitas as mediações entre descrição clínica, interpretação cultural e reflexão teórica.

Glossário (TCINP)

A – Estruturas e instâncias coletivas

Autoridade simbólica legítima

Conjunto de referências, instituições e figuras através das quais uma comunidade reconhece limites, responsabilidades e direções legítimas para a ação coletiva.

Quando fragilizada ou desvalorizada, a autoridade não desaparece: desloca-se, fragmenta-se ou reaparece sob formas autoritárias, cínicas ou projetadas no exterior.

Conflito intrapsíquico da nação

Tensão estrutural entre narrativas, afetos e ideais contraditórios que coexistem na identidade nacional. Tal como no sujeito, não se trata de incoerência accidental, mas de um conflito constitutivo entre desejos, perdas, culpas e ideais históricos.

Corpo da nação

A figura heurística (metáfora) do coletivo enquanto entidade viva e sensível: território, população, instituições e símbolos funcionam como um “corpo” onde se inscrevem feridas, excessos, defesas e sintomas históricos.

Eu Ideal coletivo refere-se à imagem fantasmática de exceção, plenitude e grandeza absoluta com a qual uma comunidade política se identifica narcísicamente. Está ligado à idealização inflacionada do passado ou do destino nacional, à promessa de missão histórica e à recusa da limitação, da ambivalência e da finitude. Quando dominante, tende a gerar rigidez identitária, ressentimento, delírios de grandeza ou narrativas messiânicas defensivas.

Ideal do Eu coletivo, pelo contrário, funciona como instância simbólica reguladora da identidade nacional: orienta, mede, limita e dá direção ética à ação coletiva. Expressa-se como imagem normativa do que a nação procura ser no seu melhor – não como perfeição imaginária, mas como horizonte de coerência, responsabilidade e exigência moral. É simultaneamente fonte de orgulho estruturante e de culpa produtiva.

As crises identitárias coletivas emergem frequentemente quando o Eu Ideal se inflaciona, produzindo fantasias de exceção e superioridade, ou o Ideal do Eu se enfraquece, abrindo espaço à desorientação ética, à melancolia coletiva ou à procura de soluções autoritárias.

Habitar (o coletivo habita o sujeito)

Ideia de que a identidade nacional não é apenas externa ou aprendida, mas interiorizada, estruturando afetos, percepções e modos de estar do sujeito individual. Aqui estamos no plano da constituição do sujeito pelo coletivo: interiorização, inscrição identitária, estruturação afetiva.

Limite à onnipotência coletiva

Reconhecimento simbólico de que a nação está sujeita a limites históricos, geopolíticos e éticos. Equivalente coletivo do princípio da realidade, que se opõe a fantasias de grandeza ilimitada. É praticamente o correlato estrutural do princípio da realidade.

Mediação simbólica

Conjunto de dispositivos culturais, institucionais e narrativos que transformam experiências coletivas brutas – perdas, conflitos, mudanças históricas – em formas simbolicamente elaboráveis e partilháveis.

Inclui rituais públicos, práticas educativas, memória histórica, arte, museologia e outras instâncias que permitem conter afetos, contextualizar acontecimentos e produzir continuidade temporal. A mediação simbólica não elimina o conflito, mas torna-o pensável.

Na ausência de mediações simbólicas suficientes, os afetos coletivos tendem a deslocar-se sob formas defensivas ou sintomáticas, como regressão identitária, polarização ou violência simbólica.

Conceito operativo central da TCINP, atravessa: Estado, rituais, escola, memória, museus ou seja: é transversal a toda a Carta Cultural.

Princípio da realidade vs. princípio do prazer (no plano coletivo)

Tensão entre o desejo de gratificação imediata (glória, reconhecimento, unidade imaginária) e a aceitação das condições reais da história, do conflito e da perda.

Simbólico

Estrutura relativamente estável de narrativas, imagens, valores e rituais através dos quais uma coletividade organiza sentido, memória e autoridade. Não é ornamento cultural, mas condição de possibilidade da própria identidade.

Superego nacional

Instância normativa interiorizada que dita o que a nação “deve ser”, “não pode ser” ou “tem obrigação de honrar”, frequentemente associada a discursos morais rígidos ou culpabilizantes.

B – Processos e dinâmicas

Clivagem identitária

Processo pelo qual a identidade nacional se organiza em compartimentos simbólicos pouco comunicantes, permitindo sustentar narrativas contraditórias sem as integrar. A clivagem protege o coletivo do conflito interno, mas impede a elaboração, favorecendo repetições, polarizações e impasses políticos.

Deslocamento psíquico

Processo pelo qual afetos ou conflitos centrais são desviados para objetos ou narrativas secundárias. No plano nacional, uma mensagem identitária pode aparentar continuidade épica quando, na realidade, encobre perdas, fracassos ou culpas não elaboradas.

Ferida

Evento ou processo histórico vivido como perda, humilhação ou ruptura do ideal nacional, que permanece ativa no imaginário coletivo e, porque ainda não cicatrizou, continua a organizar defesas, mitos ou ressentimentos.

Função crítica interna (ou “voz crítica interna”)

(deriva diretamente do Velho do Restelo)

Instância simbólica que, no interior da própria narrativa identitária, introduz dúvida, limite e reflexividade, impedindo a cristalização de mitos totalizantes ou unanimismos afetivos.

Ao contrário da oposição externa, que tende a ser vivida como ameaça, a função crítica interna opera como mecanismo de autorregulação do corpo coletivo. Manifesta-se culturalmente através de figuras literárias, intelectuais, artísticas ou institucionais que interrogam os consensos dominantes sem romper a pertença comum.

Na TCINP, esta função desempenha papel clínico equivalente ao da capacidade reflexiva individual: permite elaborar conflitos sem recurso à negação ou à clivagem. A sua ausência favorece idealizações regressivas e intolerância à ambivalência.

Inibição da ação coletiva

Processo pelo qual a capacidade de agir coletivamente se encontra bloqueada, não por ausência de conflito ou afeto, mas por excesso de defesas (medo, desconfiança, ironia, deslocamento).

Manifesta-se como passividade cívica, comentário substitutivo da ação ou delegação crónica da responsabilidade.

Objeto introjetado / idealização

Objeto simbólico ou histórico incorporado na identidade nacional, passando a organizar afetos e representações internas, mesmo após o seu desaparecimento factual.

Embora se refira a um “objeto”, o essencial é o processo de introjeção: incorporação simbólica, organização interna duradoura.

Recalcado coletivo

Conjunto de eventos, afetos ou responsabilidades históricas que foram excluídos da narrativa oficial, mas que retornam sob a forma de sintomas identitários, conflitos ou repetições.

Reconstrução narcísica após a perda

Processo pelo qual a nação tenta restaurar a sua auto-imagem após derrotas, colapsos ou declínio, podendo recorrer a mitos, heróis compensatórios ou reinterpretações do passado.

É claramente um processo de resposta à perda, uma tentativa de recomposição, uma dinâmica temporal. É um movimento defensivo-elaborativo, típico da TCINP.

Re-sutura simbólica

Tentativa de “fechar” uma ferida identitária através de novos significantes, rituais, narrativas ou projetos políticos que devolvam coesão ao coletivo.

Sublimação

A sublimação designa o processo coletivo através do qual impulsos agressivos, frustracionais ou violentos, impossíveis de serem expressos de forma direta (por interdição social, política, moral ou histórica), são deslocados e transformados em práticas socialmente aceitáveis, simbólicas ou culturalmente valorizadas.

Ao contrário da sublimação individual (conceito de origem psicanalítica), a sublimação coletiva não implica necessariamente elaboração consciente ou criatividade reparadora. Pode assumir formas ambíguas ou empobrecidas, funcionando mais como canal de escoamento do que como verdadeira transformação do conflito.

Violência sublimada

Corresponde à expressão indireta, difusa ou ritualizada da agressividade coletiva, quando a violência explícita é politicamente inviável, moralmente condenada ou historicamente reprimida. No contexto português, a TCINP identifica formas recorrentes de violência sublimada, tais como:

- Ironia corrosiva e sarcasmo social,
- Desvalorização da autoridade (sem confronto direto),
- Cinismo social e ou agressividade discursiva indireta,
- Violência simbólica discursiva (comentário, boato, desqualificação).

C – Afetos e defesas

Desmesura identitária

Tendência coletiva para a amplificação narcísica da própria imagem histórica, manifestando-se sob a forma de grandiosidade simbólica, missão providencial ou

excepcionalismo cultural, com redução da consciência dos limites e dos custos humanos das decisões coletivas.

Na perspectiva da TCINP, a desmesura identitária corresponde a um estado de excitação afetiva pouco regulada do corpo político, frequentemente associado a ciclos de euforia e queda, idealização do passado e decisões estratégicas impulsivas. Surge quando falham dispositivos simbólicos de contenção, como a ética da medida, a memória elaborada ou a deliberação democrática consistente.

Clinicamente, favorece movimentos regressivos, polarização e dificuldade em integrar ambivalências históricas.

Futuro habitável

Condição simbólica em que o porvir é vivido como espaço de possibilidade e participação coletiva e não como ameaça, repetição ou vazio.

Um futuro torna-se habitável quando se observam condições como narrativas, instituições e experiências que permitem aos sujeitos imaginar a própria inscrição no tempo comum. Depende da articulação entre memória elaborada, transmissão geracional e projeto coletivo.

Na TCINP, a perda de um futuro habitável associa-se a sintomas como desligamento cívico, cinismo político ou adesão a soluções autoritárias simplificadoras.

Funciona como indicador clínico de saúde identitária.

Húbris

Excesso de auto-confiança coletiva, frequentemente associado a narrativas de excepcionalismo histórico ou missão superior, que ignora limites materiais, éticos ou históricos. A húbris é excesso, afeto inflacionado, defesa contra limite e perda.

Identities defensivas

Configurações identitárias construídas sobretudo para proteger o coletivo da angústia, da perda ou da culpa, mais do que para abrir possibilidades de criação ou relação com o outro.

Nacionalismo regressivo

Forma de nacionalismo marcada pelo retorno a fantasias infantis do coletivo: pureza, homogeneidade, inimigo externo claramente definido, rejeição da complexidade.

Narcisismo defensivo

Investimento excessivo na auto-imagem nacional como forma de proteger o coletivo da vergonha, da humilhação ou do sentimento de insignificância histórica.

Polarização

Configuração defensiva do campo político e simbólico caracterizada pela concentração de posições, afetos e identificações em dois polos opostos e mutuamente excludentes, com redução da ambivalência, do diálogo e das zonas intermédias de negociação.

No plano descritivo, manifesta-se como divisão social acentuada e segmentação ideológica.

Na perspectiva da TCINP, corresponde a um mecanismo de simplificação simbólica ativado em contextos de elevada ansiedade coletiva, perda de mediações institucionais ou défice de elaboração histórica. Funciona como defesa contra a complexidade: ao transformar conflitos graduais em antagonismos absolutos (“nós/eles”), reduz a incerteza afetiva, mas empobrece a capacidade de simbolização e de deliberação democrática. Está frequentemente associada a processos de clivagem identitária, projeção e vitimização. Enquanto o conflito é inerente à vida democrática, a polarização rígida constitui indicador de falha de mediação simbólica.

Vergonha coletiva

Afeto estruturante associado à percepção de falha, humilhação ou indignidade histórica da imagem nacional.

Quando não elaborada, tende a transformar-se em narcisismo defensivo, vitimização ou idealização regressiva; quando simbolizada, pode sustentar exigência ética e reconstrução identitária.

Vitimização e paranoia identitária

Configuração defensiva em que a nação se percebe sobretudo como vítima permanente, atribuindo intenções hostis ao exterior, o que bloqueia a autocrítica e a elaboração da perda.

Voz do interdito projetada no exterior

Processo pelo qual proibições, culpas ou exigências internas são atribuídas a forças externas (outros países, elites, inimigos), evitando o confronto com conflitos internos do coletivo.

É um mecanismo defensivo: projeção, externalização da culpa, organização paranoide.

Justificação: atua no plano da defesa identitária face ao conflito interno.

D – Narrativas e formações simbólicas

Figuras liminares

Personagens, grupos ou momentos históricos situados em zonas de fronteira simbólica (entre épocas, identidades ou ordens sociais), frequentemente investidos de forte ambivalência: heróis ambíguos, traidores, mártires, fundadores.

Messianismo

Crença de que a nação possui um destino singular ou redentor (para si ou para outros), frequentemente ativada em contextos de crise ou perda de centralidade histórica.

Mito de autonomia

Narrativa segundo a qual a nação se construiu exclusivamente por forças internas, apagando dependências, alianças, influências externas ou relações de dominação.

Objeto idealizado

Elemento simbólico (império perdido, idade de ouro, herói fundador) investido de valor excessivo, que justifica sacrifícios, perdas ou renúncias no presente.

Poética

Dimensão simbólica, narrativa e estética da identidade nacional, através da qual o coletivo dá forma sensível às suas experiências históricas, para além da factualidade cronológica. Através da linguagem simbólica, a forma narrativa, atinge a dimensão estética da identidade.

E – Metateoria e metodologia

***Acting out* (político)**

No quadro da TCINP, designa uma forma de ação coletiva que emerge quando os rituais de passagem e os dispositivos simbólicos de elaboração falham. Trata-se de uma ação dirigida a um Outro (interno ou externo), portadora de mensagem e, por isso, passível de interpretação. No plano político-identitário, o *acting out* manifesta-se frequentemente sob a forma de mitologias regressivas, discursos excessivos, gestos simbólicos ou identidades defensivas, funcionando como tentativa de reinscrição simbólica daquilo que não foi elaborado.

Analizador

Conceito-ferramenta da análise institucional, utilizado na TCINP, que designa um evento, situação ou acontecimento capaz de tornar visíveis as contradições, conflitos e conteúdos latentes de uma instituição ou de um coletivo. O analisador atua como um dispositivo de revelação: ao romper a rotina, a normalidade ou a narrativa oficial, expõe tensões estruturais, defesas coletivas e falhas simbólicas. Pode assumir a forma de um acontecimento histórico, uma crise, um conflito, um colapso ou um gesto coletivo, sendo particularmente relevante quando evidencia dificuldades de elaboração do luto, processos de recalçamento ou mecanismos defensivos da identidade coletiva.

Acontecimento-gatilho

É aquilo que desencadeia uma reação. Marca um antes e um depois, atua no plano do tempo factual e da causalidade.

Exemplos: um colapso, uma tragédia, uma decisão política, um episódio violento. O gatilho ativa algo que já estava lá.

Acontecimento-gatilho ≠ analisador

- Eles não são sinónimos, embora possam coincidir no mesmo fenómeno.
 - Acontecimento-gatilho é aquilo desencadeia, ativa, precipita. Não cria o conflito; torna-o visível. Atua no plano estrutural e simbólico.
 - Um analisador: mostra contradições, expõe defesas, revela o latente, desmonta a normalidade aparente. O analisador não é o evento em si, mas o efeito de revelação que o evento produz.

Um acontecimento-gatilho pode funcionar como analisador, quando faz emergir conflitos, contradições ou conteúdos recalçados, do funcionamento coletivo. Todo analisador precisa de um suporte empírico (frequentemente um acontecimento), mas nem todo acontecimento se torna analisador.

Arco (histórico, poético, afetivo, identitário)

Estrutura simbólica e temporal que liga acontecimentos, afetos e narrativas, permitindo a sua integração num sentido partilhável. A falha ou truncagem do arco impede o encerramento dos lutos, favorecendo repetição, clivagem memorial e fragilidade identitária.

Na TCINP, os sintomas contemporâneos surgem menos pela presença do trauma do que pela falha do arco que permitiria ligá-lo, elaborá-lo e inscrevê-lo.

Tipologias de arco (usos no texto)

1. Arco histórico

Estrutura narrativa e interpretativa que organiza acontecimentos ao longo do tempo, permitindo a sua inscrição numa continuidade coletiva.

Função: dar inteligibilidade histórica à experiência nacional.

Risco patológico: arco truncado, interrompido ou idealizado (ex.: história como sucessão de traumas ou como idade de ouro perdida).

Sintoma típico: dificuldade em “fechar” certos episódios (lutos intermináveis, retornos obsessivos). Sem arco histórico, há acumulação de factos, mas não história partilhável.

2. Arco poético

Dispositivo simbólico e narrativo que permite mediar o real traumático, transformando-o em experiência comunicável, ritualizável e transmissível.

Função: metabolização simbólica da perda.

Inclui: linguagem, ritual, gesto coletivo, narrativa partilhada.

Défice típico: predomínio do discurso técnico ou administrativo sem mediação simbólica (como nos incêndios de 2017).

O arco poético não “embeleza” a perda: torna-a suportável e integrável.

3. Arco afetivo

Sequência emocional coletiva que permite passar do choque à elaboração e, eventualmente, à integração.

Fases: impacto → dor → reconhecimento → simbolização → inscrição.

Bloqueio típico: fixação no choque ou na acusação.

Manifestação: luto interdito, luto interminável, ritualização excessiva.

Quando o arco afetivo falha, o afeto fica solto, regressa ou desloca-se.

4. Arco identitário

Estrutura que articula passado, presente e futuro numa imagem minimamente estável do “nós”.

Função: sustentar continuidade identitária apesar das perdas.

Ruptura típica: colapso do ideal (ex.: fim do império) sem reconstrução simbólica.

Defesa frequente: idealização retrospectiva ou vitimização.

Sem arco identitário, a identidade oscila entre nostalgia e fragmentação.

Ética da medida

Princípio regulador da ação coletiva que introduz limite, prudência e proporcionalidade face a impulsos de desmesura identitária, grandiosidade histórica ou aceleração sem mediação simbólica.

A ética da medida não corresponde a imobilismo nem a recusa do risco, mas a uma função crítica de regulação afetiva que impede que o entusiasmo coletivo se transforme em delírio narcísico ou autodestrutivo. Constitui um mecanismo de contenção simbólica que preserva a continuidade do corpo político, favorecendo decisões proporcionais, contextualizadas e sustentáveis.

Do ponto de vista cultural, esta função encontra expressão literária paradigmática na figura do Velho do Restelo em *Os Lusíadas* de Luís de Camões cuja intervenção não visa negar a aventura marítima, mas introduzir consciência dos seus custos humanos, morais e históricos. A sua voz opera como instância de limite no interior do entusiasmo épico.

Clinicamente, a ausência de ética da medida favorece movimentos regressivos de idealização, decisões políticas impulsivas, ciclos de euforia e queda, bem como formas de identidade grandiosa pouco tolerantes à ambivalência. A sua presença, pelo contrário, associa-se a maior capacidade de elaboração simbólica, prudência estratégica e estabilidade institucional.

Pode ser entendida como condição de maturidade identitária: a capacidade de agir sem perder a consciência do limite.

Modelo homeostático da identidade coletiva

Enquadramento metateórico da TCINP que descreve a identidade coletiva como um sistema dinâmico de regulação, no qual estruturas simbólicas, processos institucionais, afetos sociais e narrativas culturais interagem de modo a manter níveis mínimos de estabilidade, continuidade e elaborabilidade.

Neste modelo, perturbações históricas, económicas ou políticas não produzem automaticamente patologia; tornam-se problemáticas quando falham os dispositivos de mediação simbólica e os mecanismos de autorregulação. A emergência de defesas regressivas, polarizações ou sintomas sociais é entendida como tentativa compensatória de restabelecer equilíbrio afetivo e simbólico.

A noção de homeostase não implica imobilismo nem conservação do status quo, mas capacidade adaptativa: a possibilidade de integrar mudanças sem perda de continuidade identitária. Funciona como instrumento metodológico de leitura clínica, deslocando a análise de juízos morais ou ideológicos para a observação de processos de regulação, falha e compensação.

Constitui princípio organizador transversal da TCINP, articulando estruturas (A), processos (B), afetos e defesas (C), narrativas (D) e princípios reguladores (E) num mesmo campo dinâmico.

Narrativa na TCINP

Neste trabalho, o termo “narrativa” é utilizado em sentido clínico e simbólico e não no sentido instrumental, que se tornou dominante na linguagem contemporânea.

A TCINP entende por narrativa a elaboração histórica espontânea de sentido coletivo:

o conjunto de imagens, símbolos, mitos, silêncios, memórias e interpretações através dos quais uma comunidade procura compreender-se a si própria ao longo do tempo.

Trata-se de um processo orgânico, frequentemente inconsciente, enraizado na experiência vivida e nas marcas afetivas da história.

Este uso distingue-se radicalmente do emprego atual do termo no campo da comunicação política, do *marketing* ou do *management*, onde “narrativa” passou a designar técnicas deliberadas de *storytelling* destinadas a produzir adesão emocional, moldar percepções e gerir comportamentos.

Enquanto o *storytelling* instrumental visa eficácia, controlo e impacto imediato,

a narrativa, no sentido da TCINP, visa elaboração simbólica, transmissão de sentido e maturação coletiva.

A distinção é fundamental: a narrativa clínica organiza significado; o *storytelling* estratégico organiza adesão.

Confundir ambos empobrece a análise e contribui para a degradação contemporânea da palavra pública, já amplamente marcada pela instrumentalização emocional e pela perda de confiança no discurso.

A TCINP inscreve-se, portanto, na tradição que considera a narrativa como dimensão estruturante da identidade – não como técnica de persuasão, mas como expressão profunda de um corpo coletivo em processo de compreensão de si.

Objeto clínico vs. objeto político (a identidade nacional como...)

Na TCINP, a identidade nacional é simultaneamente objeto de análise clínica (afetos, defesas, fantasias) e objeto político (instituições, poder, decisões), exigindo uma abordagem articulada e não redutora.

Este conceito não cabe bem em nenhuma das quatro, porque não descreve nem uma instância, nem um processo, nem um afeto, nem uma narrativa. Ele define o estatuto epistemológico do objeto.

Glossário cruzado

1. Mortes coletivas nas guerras do Ultramar

Conceitos mobilizados (glossário):

Ferida: perda histórica e simbólica com prolongamento afetivo e político.

Recalcado coletivo: silenciamento público e dificuldade em integrar responsabilidades, culpas e ambiguidades.

Deslocamento psíquico: transferência do conflito para narrativas laterais (ex.: heroísmo genérico, “episódio” ou neutralizações). Necessidade de recompor a autoimagem após a queda do ideal imperial.

Objeto idealizado: investimento retrospectivo numa “idade de ouro” ou num ideal histórico que sustenta a perda e a justifica.

Superego nacional (por vezes): moralização tardia, culpas difusas, exigências contraditórias sobre “o que deveria ter sido”.

Nota de leitura: aqui o ponto estruturante é o luto interdito (feito no privado, incompleto no público), favorecendo recalco e clivagens memoriais.

2. Incêndios de 2017 (Pedrógão)

Conceitos mobilizados (glossário):

Reconstrução narcísica após a perda experiência de ferida coletiva inscrita no território e nas comunidades, com eco nacional.

Ferida: rutura afetiva e simbólica que exige mediação pública para ser integrada.

Re-sutura simbólica (falhada ou insuficiente): dificuldade em criar dispositivos de ligação (rituais, narrativas comuns, símbolos duráveis).

Princípio da realidade vs princípio do prazer (coletivo): prevalência do registo técnico-administrativo (necessário) sem mediação simbólica suficiente.

Poética (défice): ausência de linguagem narrativa partilhável que permita metabolizar a perda para além do choque e do relatório.

Nota de leitura: aqui não predomina o silêncio, mas uma insuficiência de tradução simbólica: o real impõe-se, mas a “passagem” (ritual) fica incompleta.

3. A ponte de Entre-os-Rios: o luto interminável

Conceitos mobilizados (glossário):

Luto interminável: processo de luto que não atinge a fase de integração simbólica da perda, mantendo-se ativo através da repetição ritual, memorial e discursiva.

Compulsão à repetição (coletiva): retorno insistente ao acontecimento traumático sob a forma de cerimónias, discursos e narrativas mediáticas, sinalizando a impossibilidade de encerramento psíquico do evento.

Ferida não cicatrizável: perda que resiste à elaboração simbólica plena, permanecendo aberta no imaginário coletivo e exigindo sucessivas tentativas de re-sutura.

Ritualização excessiva: multiplicação de rituais e homenagens que, em vez de promoverem a conclusão do luto, funcionam como substitutos da sua elaboração.

Superego coletivo severo: instância moralizante que exige responsabilização contínua e punição simbólica, dificultando a aceitação da perda e a sua integração histórica.

Culpabilização difusa: deslocamento da dor para acusações generalizadas (Estado, técnica, sistema), que permitem manter o vínculo ao acontecimento sem o transformar

Memória saturada: excesso de presença simbólica do evento que impede a sua inscrição histórica estabilizada, mantendo-o no registo do presente traumático.

Nota de leitura: Aqui não há ausência, há excesso defensivo, sinal de dificuldade em fechar a ferida, tentativa reiterada de re-sutura, culpa difusa projetada no Estado, na técnica, no “sistema”.

TCINP – Teoria Clínica da Identitária Nacional

Fundamentos teóricos e enquadramento conceptual

1. Introdução: Porquê uma teoria psicodinâmica da identidade nacional?

A TCINP nasce da constatação de um impasse recorrente nas abordagens contemporâneas à identidade nacional.

Por um lado, as ciências sociais tendem a tratar a nação como construção discursiva, entidade jurídica ou fenómeno político.

Por outro, as abordagens psicológicas raramente ousam pensar o coletivo como objeto legítimo de análise psíquica, receando incorrer em reducionismos.

A TCINP propõe ultrapassar esta clivagem através de uma hipótese central:

- A identidade nacional pode ser analisada como uma configuração simbólica e afetiva coletiva, dotada de dinâmicas psicodinâmicas próprias, sem que isso implique psicologizar a história ou reduzir o político ao individual.

Trata-se, portanto, de uma teoria não redutora, situada na intersecção entre:

- Psicodinâmica,
- Psicossociologia,
- Análise institucional,
- Filosofia política,
- Teoria da cultura.

2. Pressupostos epistemológicos da TCINP

A TCINP assenta em quatro princípios fundamentais:

a) O coletivo como realidade psíquica

- A identidade nacional não é apenas uma construção discursiva externa: é uma estrutura simbólica interiorizada, investida afetivamente, capaz de organizar percepções, emoções, fantasias e defesas nos sujeitos que a habitam.
- A nação não é uma “pessoa”, mas comporta-se frequentemente como se o fosse no plano simbólico.

b) A recusa do reducionismo psicológico

- A TCINP não pretende substituir a análise histórica, política ou económica.
- Pretende acrescentar uma camada de inteligibilidade: a camada simbólica, afetiva e inconsciente.
- Tal como na clínica individual, compreender a dimensão psicodinâmica não anula os fatores materiais – aprofunda-os.

c) A identidade como configuração dinâmica

- A identidade nacional não é substância nem essência: é uma configuração em movimento, atravessada por conflitos, feridas, idealizações, recalques, defesas e reconstruções.

d) A historicidade do psiquismo coletivo

- Os processos psicodinâmicos coletivos são sempre historicamente situados.
- Não existem estruturas psíquicas nacionais “eternas”: existem configurações que se transformam ao longo do tempo, em resposta a perdas, traumas, vitórias, colapsos e recomposições.

3. Arquitetura geral do modelo

A TCINP organiza-se em cinco níveis conceptuais articulados:

Nível	Função
A. Estruturas e instâncias coletivas	Arquitetura relativamente estável da identidade
B. Processos psicodinâmicos	Movimentos, transformações e dinâmicas
C. Afetos e defesas identitárias	Economia afetiva dominante
D. Narrativas, mitos e figuras	Produção simbólica da identidade
E. Conceitos metodológicos	Ferramentas de análise

Esta arquitetura permite analisar qualquer identidade nacional como uma configuração viva, e não como essência ou construção puramente ideológica.

4. Estruturas fundamentais da identidade coletiva

Tal como a pessoa individual, o coletivo organiza-se em torno de certas instâncias estruturantes:

- Um corpo simbólico (território, população, instituições, símbolos)
- Um superego nacional (normas, deveres, culpas históricas)
- Um limite à onipotência (aceitação – ou recusa – da finitude histórica)
- Um conflito intrapsíquico estrutural entre narrativas contraditórias
- Uma tensão permanente entre princípio do prazer coletivo (glória, unidade imaginária) e princípio da realidade (perda, conflito, limite)

Estas instâncias formam o que se poderia chamar o aparelho psíquico simbólico da identidade nacional.

5. Dinâmicas psicodinâmicas da identidade nacional

A identidade coletiva não é estática. Ela move-se, reorganiza-se, defende-se, adoece e por vezes elabora.

Entre os processos centrais da TCINP destacam-se:

- O recalçamento coletivo,
- O deslocamento psíquico,
- A formação de objetos idealizados,
- A persistência de feridas não elaboradas,
- A reconstrução narcísica após a perda,
- As tentativas de re-sutura simbólica.

Estes processos explicam por que motivo determinadas narrativas regressam ciclicamente, por que certas culpas permanecem ativas durante séculos, e por que algumas nações permanecem prisioneiras de fantasmas históricos.

6. Narcisismo, idealização e crise identitária

Um dos núcleos centrais da TCINP é a distinção entre:

- **Eu Ideal coletivo:** imagem fantasmática inflacionada, promessa de exceção, grandeza absoluta. O Eu Ideal hipertrofia-se (delírios de grandeza, messianismos, excecionalismos),
- **o Ideal do Eu colapsado** (desorientação ética, cinismo, melancolia coletiva).

A TCINP permite assim compreender fenômenos contemporâneos como:

- populismos identitários, narrativas paranoides, vitimizações estrutura reconstruções míticas após colapsos imperiais.

7. A identidade nacional como objeto clínico e político

Um dos contributos específicos da TCINP é a recusa da separação rígida entre:

- identidade como **objeto clínico** (afetos, fantasias, defesas) e
- identidade como **objeto político** (instituições, poder, decisões).

A identidade nacional é simultaneamente:

- estrutura simbólica interiorizada,
- campo de disputa política,
- produção narrativa,
- economia afetiva,
- dispositivo de poder.

Esta dupla natureza exige uma abordagem híbrida, transversal e não disciplinar.

8. Função crítica da TCINP

A TCINP não é neutra. Ela possui uma vocação crítica clara:

- Tornar visíveis os recalques coletivos,
- Desmontar idealizações patológicas,
- Identificar defesas regressivas,
- Expor mitologias paralisante,
- Reintroduzir complexidade onde domina a simplificação identitária.

Neste sentido, a TCINP funciona também como instrumento de desmistificação e emancipação simbólica.

9. Conclusão provisória: uma teoria para pensar o presente

A TCINP propõe-se como ferramenta para compreender:

- Crises de identidade nacional,
- Reemergência de mitos regressivos,
- Polarizações políticas,
- Nostalgias imperiais,
- Narrativas de vitimização,
- Fantasias de exceção histórica.

Não para as julgar moralmente, mas para as tornar inteligíveis.

Porque aquilo que não é pensado tende a repetir-se.
E aquilo que não é simbolizado tende a regressar sob forma de sintoma.

Nota explicativa de leitura para leitores menos familiarizados com a psicanálise

Teoria da Configuração Identitária Nacional Psicodinâmica

Este texto acompanha a TCINP e destina-se a leitores provenientes da história, da arqueologia, da sociologia, da ciência política ou de áreas afins que não utilizam habitualmente conceitos psicanalíticos no seu trabalho.

O seu objetivo é simples: facilitar a leitura, evitar mal-entendidos disciplinares e autorizar o debate sem exigir familiaridade técnica prévia.

1. O que este trabalho não é

A TCINP:

- não pretende psicologizar a história,
- não diagnostica nações como se fossem indivíduos,
- não substitui a análise historiográfica, económica ou política,
- não propõe juízos morais sobre identidades nacionais.

Os conceitos utilizados não funcionam como rótulos clínicos, mas como ferramentas de leitura simbólica e afetiva de fenómenos históricos e políticos já amplamente estudados por outras disciplinas.

2. Porquê recorrer a conceitos de inspiração psicanalítica?

Muitas análises históricas e sociais descrevem com precisão:

- silêncios persistentes,
- retornos obsessivos de certos temas,
- idealizações do passado,
- dificuldades em elaborar derrotas, colapsos ou responsabilidades,
- reações emocionais desproporcionadas a determinados acontecimentos.

A TCINP parte da hipótese de que estes fenómenos não são apenas discursivos ou estratégicos, mas também afetivos e simbólicos, funcionando segundo lógicas relativamente estáveis ao longo do tempo.

Os conceitos psicodinâmicos são aqui utilizados como metáforas operativas, que permitem:

- nomear regularidades,
- articular níveis de análise,
- compreender repetições e bloqueios.

3. Como ler os conceitos (sem formação em psicanálise)

Os termos do glossário devem ser entendidos como equivalentes conceptuais, não como categorias técnicas fechadas. Alguns exemplos de tradução intuitiva:

- Recalcamento coletivo
 - silenciamento público duradouro de acontecimentos ou responsabilidades difíceis de integrar
- Idealização / objeto idealizado
 - construção retrospectiva de imagens glorificadas do passado ou de figuras históricas
- Narcisismo coletivo
 - investimento excessivo na autoimagem nacional como proteção contra a perda ou a humilhação
- Sublimação / violência sublimada
 - transformação indireta de conflitos e agressividade em formas socialmente aceitáveis (ironia, discurso, resignação, ritual)
- Sintoma identitário
 - repetição histórica ou narrativa que persiste apesar das mudanças de contexto

Não é necessário dominar o vocabulário técnico: o essencial é compreender a lógica relacional entre conceitos.

4. Conceitos como operadores, não como explicações totais

Na TCINP, os conceitos:

- não explicam sozinhos os fenómenos,
- não anulam causas materiais,
- não competem com outras interpretações.

Funcionam como operadores de leitura, isto é, instrumentos que ajudam a:

- formular hipóteses,
- abrir questões,
- articular dimensões frequentemente analisadas em separado.

O mesmo fenómeno pode (e deve) ser lido simultaneamente:

- no plano histórico,
- no plano político,
- no plano económico,
- no plano simbólico-afetivo.

5. Sobre o uso das vinhetas e analisadores

As vinhetas apresentadas ao longo do trabalho não são exemplos ilustrativos, mas dispositivos de condensação: permitem observar, num ponto preciso, o funcionamento de processos mais amplos.

Do mesmo modo, os analisadores (acontecimentos, crises, colapsos) não são interpretados como causas, mas como momentos de revelação de dinâmicas já existentes.

O interesse não está no evento em si, mas no que ele torna visível.

6. Um convite ao debate interdisciplinar

A TCINP não solicita adesão teórica, mas diálogo crítico.

Os conceitos podem ser:

- discutidos,
- reformulados,
- contestados,
- traduzidos para outras linguagens disciplinares.

O essencial é que sirvam para pensar em conjunto aquilo que, muitas vezes, permanece implícito entre disciplinas.

Se este texto permitir que o leitor entre no debate sem receio de “não dominar a psicanálise”, então cumpriu plenamente a sua função.

Índice

Teoria clínica da identidade Nacional Portuguesa (TCINP)	61
Parte I – Estatuto teórico da Identidade Nacional	61
Capítulo 1 – A Identidade Nacional como campo disputado “A pluralidade disciplinar”	61
Capítulo 2 – Identidade, sujeito e coletivo. Do “eu” ao “nós”: mecanismos de identificação	65
Parte II – Genealogia e estrutura da Identidade Nacional	69
Capítulo 3 – Mitos de origem e narrativas fundadoras	69
Vinheta – Portugal (ver Parte IV – A Identidade Nacional Portuguesa)	73
Vinheta – Rosa Parks.....	75
Vinheta – Estados Unidos da América.....	77
Dois regimes fundacionais distintos.....	79
Violência fundadora e legitimação.....	81
Capítulo 4 – Crise contemporânea, violência e identidade em formação (Território, fronteiras e corpo nacional)	83
Território, fronteiras e corpo nacional	83
Vinheta – Ucrânia	84
Violência que não funda e identidade que se cristaliza na resistência numerado?	84
A formação de novo corpo europeu: dessacralização negociada e os seus Limites.....	85
Mar, terra, exílio e expansão – Portugal como fronteira aberta e ferida Estrutural.	86
O corpo da nação: centro e periferias. Descoordenação, ressentimento e fragilidade do vínculo.....	87
Parte III – Rituais, afetos e temporalidade	89
Capítulo 5 – Futuro, utopia e distopia	89
Parte IV – A Identidade Nacional Portuguesa	97
Capítulo 6 – A fundação portuguesa: filiação, rutura e grandeza	97
Vinheta – D. Afonso Henriques.....	98
Vinheta – D. João I.....	101
Capítulo 7 – Espera, autoridade e messianismo	103
Vinheta – Messianismo português.....	103
Parte V – A Poética da Identidade Nacional	107
Capítulo 8 – Narrativa, épica e lirismo	107
Os Lusíadas como dispositivo identitário	107
Capítulo 9 – O inconsciente poético da nação	113
De Camões a Pessoa: mudança de regime psíquico.....	113
Camões – Pessoa – 25 de abril	121
Capítulo 10 – A língua como corpo simbólico da nação	122

Parte VI – Desenvolvimento, crise e maturidade nacional	127
Capítulo 11 – A Nação ao longo do ciclo de vida	127
Maturidade psicossocial da nação: intimidade, generatividade e integridade	
“O modelo de Erick Erickson, as três fases da maturidade”	129
O 3º acto: voltar a ser autor	131
A pergunta que os vindouros farão (implicitamente)	133
Capítulo 12 – Afetos nacionais	134
Porque falar de afetos numa teoria da identidade nacional	134
Parte VII – O longo sono e o despertar do corpo coletivo (1640 –1974)	145
Capítulo 13 – A longa travessia do sujeito coletivo português (1640 –1976)	145
Alcácer-Quibir X União Ibérica	147
A IV Dinastia (Bragança) – Restauração sem despertar	149
O Andamento da anestesia compensatória (c.1700-1750)	153
O andamento da autoridade sem sujeito (1750 –1807)	156
Vinheta – O azar de Malagrida, o azar dos Távoras, o azar de Portugal	159
Terramoto de 1755: a emergência do homem providencial	161
Parte VIII – Rituais, afetos e temporalidade	173
Capítulo 14 – Rituais coletivos e produção de sentido	173
Parte IX – Patologias e defesas da Identidade Nacional	178
Capítulo 15 – Identidades defensivas	178
A globalização como gatilho clínico – (não como causa moral)	178
Vinheta – O trilema da globalização como analisador clínico	179
Vinheta – Guerra surda	181
Capítulo 16 – Sintomas contemporâneos	182
Vinheta – A guerra tarifária como sintoma identitário – “Quando a soberania regressa sob a forma de tarifa”	184
Capítulo 17 – O que resta da identidade nacional hoje?	186
g) Herança longa (o que isto prolonga)	191
Vinheta – Lisboa como palco	191
Vinheta – A digitalização adiada: quando o futuro volta a ser promessa	193
h) Herança longa: o futuro como promessa, não como construção	195
Capítulo 18 – Memória, esquecimento e responsabilidade	197
Vinheta TCINP – O voto como linguagem afetiva	202
Conclusão – Para uma Identidade Nacional madura	202
Carta Cultural do Perfil Identitário de Portugal (TCINP)	203
TCINP – Glossário	206
Nota explicativa de leitura para leitores menos familiarizados com a psicanálise	225



